

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Viviane Gonçalves Freitas

DE QUAL FEMINISMO ESTAMOS FALANDO?
Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira,
nas décadas de 1970 a 2010

Brasília
2017

Viviane Gonçalves Freitas

DE QUAL FEMINISMO ESTAMOS FALANDO?

**Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira,
nas décadas de 1970 a 2010**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Flávia Millena Biroli Tokarski
Área de concentração: Democracia e Sociedade

Brasília

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fq Freitas, Viviane Gonçalves
De qual feminismo estamos falando? Construções e
reconstruções das mulheres, via imprensa feminista
brasileira, nas décadas de 1970 a 2010 / Viviane
Gonçalves Freitas; orientador Flávia Biroli. --
Brasília, 2017.
198 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Ciência Política) -
Universidade de Brasília, 2017.

1. Imprensa feminista. 2. Agenda feminista. 3.
Direitos das mulheres. 4. Interseccionalidades. 5.
Democracia. I. Biroli, Flávia, orient. II. Título.

*Em homenagem as minhas bisavós Elvira,
Zezé e Ana e avós Cecília e Marina, por suas
histórias que inspiram a minha.*

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, professora Flávia Biroli, pelos ensinamentos durante a pesquisa e pelo sorriso constante nas aulas, que incentivam outras pesquisadoras como eu a seguir seu caminho.

Ao professor Luis Felipe Miguel, pelo choque de realidade sobre a vida de uma doutoranda durante as aulas de TAP, pelas sugestões importantes tanto na qualificação quanto na banca de defesa e, principalmente, pela conversa durante o 1º Simpósio sobre Democracia e Desigualdades, que me trouxe para a UnB.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciência Política Marilde Loiola, David Fleischer e André Borges, pela oportunidade de novas descobertas.

Às professoras Debora Rezende e Marisa von Büllow, pela parceria e ensinamentos no Projeto Unificado de Introdução à Ciência Política.

Às professoras Flavia Mateus Rios e Lia Zanotta Machado, pela atenção para com meu trabalho e pelos preciosos comentários na banca de defesa.

À professora Rebecca Abers, pelo apoio.

À professora Tânia Mara Campos de Almeida, pelas contribuições imprescindíveis durante a banca de qualificação, em especial, por me chamar a atenção para o movimento de mulheres negras.

Ao professor Carlos Machado e à professora Danusa Marques, pelo nosso primeiro encontro no 1º Simpósio sobre Democracia e Desigualdades e por todo o apoio durante o doutorado. A Danusa agradeço também pela leitura atenta de minha tese e por seus importantes comentários na banca de defesa.

À professora Susane Rodrigues de Oliveira, por me apresentar a perspectiva de gênero nos estudos da História.

Aos funcionários da secretaria do Instituto de Ciência Política (IPOL), Tattiane, Thaynara, Fábio, Dina, Nena, Gizelle, Sérgio, Yuit, Alessa, Priscila, Sarah Lee, Kelly e Edimilson, pela disponibilidade em me ajudar.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP/UnB), que possibilitaram minha dedicação a esta pesquisa e minhas participações em eventos acadêmicos, tão importantes para o amadurecimento da tese.

À equipe da Fundação Carlos Chagas (FCC), em especial à diretora Glória Maria Lima e às bibliotecárias Ana Maria de Souza e Maria José Souza, por disponibilizarem o material do *Mulherio* e do *Nós Mulheres*.

Ao Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), pela possibilidade de acesso aos arquivos impresso e digital do *Fêmea*.

A Vilma Carvalho de Souza (FAFICH/UFMG) e a Patrícia Freitas (UNICAMP) que encontraram os exemplares do *Nzinga Informativo*.

Às/Aos colegas Adriano Paiva, Gabriela Dornelles, Josimar Gonçalves, Lucía Burtnik, Márcio Mello, Renato Flit, Illyusha Montezuma, Nayara Macedo, Marcelo Raimundo, Rafael Cruz, Pedro Palotti, Igor Brandão, Thiago Moreira, Felipe Corral, Gustavo Teixeira, Luiz Vilaça, Pedro Paulo, Kátia Azambuja, Mateus Lôbo, Isadora Harvey, Eduarda Dantas e Renata Melo, por compartilharmos os momentos de angústia e as alegrias dessa vida de pós-graduandas(os).

A todas e todos que avaliaram meus artigos para publicações, que sugeriram alterações após as apresentações em congressos, que me falaram de textos que poderiam ajudar a deixar algum ponto mais embasado, agradeço por todas as contribuições, que fizeram parte da construção desta tese.

A alunas e alunos, monitoras e monitores com quem convivi durante o estágio docente e o período como professora substituta, por me fazerem companhia nessa trajetória de aprendizado conjunto que é a docência.

Às demodenses, pelas parcerias de pesquisa, pelo compartilhamento de vivências, pelas discussões de textos, pelas conversas sem compromisso, por me mostrarem como é fantástico participar de um grupo de pesquisa, por darem vida à sala do fim do corredor do IPOL.

A Mari e Maíres, as irmãs mais novas que adotei em Brasília, obrigada por dividirem comigo suas alegrias e seus medos da vida de gente grande. Mari, agradeço pela ajuda com o *Fêmea* e pela edição comemorativa do *Mulherio* (com agradecimentos extensivos ao Marcelo). Maíres, lhe sou muito grata por ter me apresentado às mulheres rurais.

A Denise, pelas infinitas conversas entremeadas por “uai” e “bah”, com muitos baús do passado revirados e repletas de expectativas para o futuro. A Rayani, pela amizade e serenidade na difícil e apaixonante transição do Jornalismo para a Ciência Política, que fizemos juntas. Agradeço a ambas pela leitura atenta de partes desta tese.

A Fernanda, pelas coautorias, pelos *insights* recíprocos das pesquisas, pelos cafés, pelas conversas de horas, pelas revisões de artigos e capítulos, pela ajuda técnica com o espelho dos jornais, pelas viagens para congressos (e feiras), pelas histórias para rirmos juntas, pela troca de referências, pela amizade para a vida.

A Noëlle, por me mostrar que estudar Instituições pode ser legal, pela ajuda com o *Fêmea*, pelos bolos de cenoura com chocolate, pela amizade, por me fazer ver Brasília como uma cidade (quase) normal. Valeu, pessoa!

A Glau, Su, Fá e Ana, amigas que fizeram Minas ficar bem mais perto de Brasília e que me ajudaram a entender meu objeto, quando emprestavam seus ouvidos para minhas perguntas de pesquisa.

A Aninha, sobrinha querida, que me prova a todo instante que um mundo diferente é possível, sem preconceitos, sem machismo, sem racismo, sem classismo, com respeito a todas as pessoas e abertura para o novo. (Obrigada, Su e Rogério, por este presente!)

A Karin e Isadora, pela acolhida nos primeiros momentos em Brasília.

A Laércio e Luiz, pelo carinho, pela disponibilidade, pela amizade e pelo apoio.

A Leandro Damasceno, Vanessa Mol, Carina Bismarck, Erika Bueno e Erica Anita, colegas da época do mestrado e queridos do coração, pelo incentivo durante o doutorado.

A Vera, Cida, Samara, Célia e Sabrina, que me ensinaram muito sobre as diferenças de privilégios e oportunidades nas vidas das mulheres.

A (mãe) Teresinha, pelo rumo quando perdia o foco, pelas conversas tranquilizantes, pela alegria ao saber sobre minhas conquistas, por ser essa pessoa tão especial.

As minhas tias Nininha, Beta e Dri, pelo apoio e incentivo.

A minha avó Cecília, por acreditar e lutar cotidianamente para que as filhas e netas tivessem um futuro melhor, por meio do estudo. A meu avô Afonso, pelas conversas difíceis, que me mostram que ainda há muito a se fazer. Aos dois, obrigada pelas orações!

A minha mãe Ana Maria, minha maior fã e incentivadora, agradeço por estar sempre pertinho e presente – mesmo com alguns quilômetros de distância entre nós. Agradeço por me mostrar que o estudo é minha maior riqueza. Esta vitória também é sua!

A meu pai Carlos Roberto, por me ensinar sobre perseverança, determinação e vontade de fazer diferente. Sua maior lição foi me mostrar que sempre é possível aprender com a criança que vive em nós.

A Lezinha, que me ensina constantemente que irmã mais nova pode, sim, ser referência para a mais velha. Olha eu aqui seguindo seus passos de novo!

A meu marido Edson, que não consegue mais ouvir músicas, assistir a filmes ou participar de conversas sem que a interseccionalidade de gênero, classe e raça lhe tire a paz. Agradeço pela assessoria particular para assuntos de informática e pela ajuda com o *Fêmea*. Obrigada por mais uma vez (ou várias) embarcar na aventura comigo! Que venham as próximas!

A Deus, por não me deixar fraquejar quando o cansaço e o desânimo me impediam de compreender melhor as coisas.

Cada pessoa que, de alguma maneira, esteve comigo durante os últimos quatro anos e contribuiu para que esta pesquisa fosse realizada tem uma parcela neste trabalho que leva meu nome como autora, mas que é, na verdade, uma produção coletiva. A vocês, meu mais sincero MUITO OBRIGADA!

“Creo que la verdad sobre cualquier tema sólo aparece cuando si juntan todas las partes de la historia, y todos sus significados, diferentes, se hacen uno nuevo. Cada escritora escribe una parte de la historia que le falta a otra escritora. Y la historia entera es lo que yo soy después.” (Alice Walker, no livro In search of our mother’s gardens, citado por Patricia Hill Collins, 2012, p. 127)

RESUMO

Este estudo analisa a agenda de quatro jornais da imprensa feminista brasileira – *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988), *Nzinga Informativo* (1985-1989) e *Fêmea* (1992-2014) – e as perspectivas feministas presentes neles, com a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, que possibilitaram ao trabalho amplitude metodológica e diversidade empírica. Mais do que questionar a domesticidade atribuída às mulheres e a naturalização de seu papel de mãe e esposa, esta pesquisa busca apresentar como a agenda dos jornais analisados tinha como objetivo a igualdade de direitos entre mulheres e homens, a fim de que houvesse a ampliação da democracia e a superação de desigualdades e opressões. A pluralidade dos grupos e de suas temáticas possibilitaram um entendimento diverso das histórias de movimentos de mulheres e feministas brasileiros, a fim de que não fossem silenciadas outras perspectivas em detrimento da ideia de feminismo do norte-global. Assim, a interseccionalidade de gênero, raça e classe fez-se essencial para que opressões entre as próprias mulheres não fossem invisibilizadas.

Palavras-chave: Imprensa feminista. Agenda feminista. Direitos das mulheres. Interseccionalidades. Democracia.

ABSTRACT

This study analyzes the agenda of four Brazilian feminist press journals – *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988), *Nzinga Informativo* (1985-1989), and *Fêmea* (1992-2014) –, and the feminist perspectives present in them, with the combination of quantitative and qualitative methods, that made possible the work methodological amplitude and empirical diversity. More than questioning the domesticity attributed to women and the naturalization of their role as mother and wife, this research seeks to present how the agenda of the newspapers analyzed had the objective of equality of rights between women and men, in order to increase the democracy and overcoming inequalities and oppression. The plurality of the groups and their themes enabled a different understanding of the histories of movements of Brazilian women and feminists, so that other perspectives were not silenced at the expense of the idea of feminism of the North-global. Thus, the intersectionality of gender, race, and class has become essential if oppressions among women themselves are not to be made invisible.

Keywords: Feminist press. Feminist agenda. Rights of women. Intersectionalities. Democracy.

LISTA DE SIGLAS

ABC Paulista – Complexo industrial que engloba as cidades de Santo André, Santo Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, na Região Metropolitana de São Paulo

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, SIDA (em inglês: Acquired Immunodeficiency Syndrome)

AMB – Associação de Mulheres Brasileiras

AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNA – Ácido desoxirribonucleico (em inglês: Deoxyribonucleic acid)

DPP – Decanato de Pesquisa e Pós-graduação

ENMN – Encontro Nacional de Mulheres Negras

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FCC – Fundação Carlos Chagas

FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

GALF – Grupo Ação Lésbica-Feminista

IPCN – Instituto de Pesquisas das Culturas Negras

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPOL – Instituto de Ciência Política

IPPF – International Planned Parenthood Federation

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MF – Movimento de Favelas

MLF – Movimento Lésbico-Feminista

MM – Movimento de Mulheres

MN – Movimento Negro

MNU – Movimento Negro Unificado

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização não-governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
ONU Mulheres – Entidade da Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PEC – Proposta de Ementa à Constituição
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA – Plano Plurianual
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINBA – Sociedade de Intercâmbio Brasil-África
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
TAP – Teoria e Análise Política
TUCA – Teatro da Universidade Católica de São Paulo
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UnB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
USAID – United States for International Development
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 RELAÇÕES DE PODER E A DUALIDADE PÚBLICO-PRIVADO.....	21
2 MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO, AGENDA E CONTEXTO DAS LUTAS.....	47
2.1 A imprensa feminista.....	71
3 JORNAIS E SUA AGENDA.....	81
3.1 Contexto e agenda do <i>Nós Mulheres</i> (1976-1978).....	84
3.2 Contexto e agenda do <i>Mulherio</i> (1981-1988).....	93
3.3 Contexto e agenda do <i>Nzinga Informativo</i> (1985-1989).....	103
3.4 Contexto e agenda do <i>Fêmea</i> (1992-2014).....	112
4 OS FEMINISMOS NA IMPRENSA ALTERNATIVA.....	119
4.1 O feminismo no <i>Nós Mulheres</i> : a marca da classe.....	120
4.2 O feminismo no <i>Mulherio</i> : a pluralidade.....	132
4.3 O feminismo no <i>Nzinga Informativo</i> : a identidade racial e de gênero.....	145
4.4 O feminismo no <i>Fêmea</i> : a horizontalidade.....	151
CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS.....	169
APÊNDICE.....	190
ANEXOS.....	194

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como ponto de partida jornais feministas brasileiros que circularam no país em contextos distintos: da retomada das mobilizações sociais da segunda metade dos anos 1970, passando pela reabertura política que trazia consigo a efervescência dos grandes debates políticos, com o clamor pela volta da democracia, com sua ampliação e superação de desigualdades e opressões, chegando à contemporaneidade. O foco desta pesquisa se concentra na agenda dos quatro jornais – *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988), *Nzinga Informativo* (1985-1989) e *Fêmea* (1992-2014) –, com a ênfase de que eram distintas as perspectivas feministas presentes neles.

As teorias da democracia tratam de um indivíduo em abstrato, ainda que seu perfil seja bem definido e determinado: homem, branco e proprietário – sujeito da corrente política do liberalismo, cuja crítica, em nível teórico, é central para se compreender os feminismos e a interseccionalidade. Dessa forma, o entendimento quanto ao que venha a ser democracia é bem mais amplo, já que o conceito em si não tem um consenso entre autoras e autores, além de ter sofrido grandes transformações ao longo do tempo. No debate teórico e nas práticas políticas, o sentido da democracia está em disputa. Para as teóricas políticas feministas, falar em democracia é bem mais do que a possibilidade de haver partidos políticos, de ter direito a votar e ser candidata ou candidato. Falar em democracia é também falar em autonomia dos sujeitos, o que implica em maiores condições de participação política, de influência nos debates públicos e de redução das hierarquias. Falar em democracia não é ter que se provar capaz a todo momento para garantir que seu salário seja, pelo menos, mais perto do que o outro recebe ao exercer a mesma função. Falar em democracia é ter tempo livre e não o ritmo alucinante da dupla jornada. Falar em democracia é poder decidir sobre seu próprio corpo, sem a interferência do outro, do mercado, do Estado, da religião. Assim, falar em democracia é também falar em feminismos.

Quando ainda a comunicação era analógica e o compartilhamento de experiências se dava por meios impressos, a imprensa alternativa foi a grande possibilidade para que as discussões dos grupos progressistas se disseminassem tanto dentro quanto fora do país, chegando, inclusive, às/aos exiladas(os) políticas(os). Jornais como *Versus*, *Opinião*, *Pasquim* e *Movimento* desafiavam a censura, faziam humor do que era triste, buscavam falar de um Brasil que os grandes jornais omitiam, inovavam na linguagem e na esperança por dias livres e sem medo. É nesse momento que a imprensa feminista também ganha

expressividade, se destacando entre o nicho de jornais que debatiam questões ainda sem qualquer expressividade dentro da mídia comercial. As relações de poder existentes e naturalizadas nas esferas privada e pública ganharam o caráter político que, até então, não se considerava. Afinal, se defendia que lugar de mulher era em casa, cuidando dos filhos, lavando, passando e cozinhando – o que, nos dias atuais, continua sendo visto, de maneira estereotipada, como o papel das mulheres, retratado por discursos do senso comum, por veículos da imprensa comercial e por pronunciamentos de políticos. O homem, como provedor, tinha a liberdade de sair de casa e voltar cansado ao fim do dia – o que o desobriga das tarefas domésticas. Embora ter como prioridade a manutenção da vida privada fosse também a realidade de algumas mulheres – brancas e proprietárias –, as negras e pobres já estavam na lida da lavoura, da casa, do cuidado desde os tempos da escravidão, e continuaram relegadas, junto com os homens negros, aos mais desvalorizados postos de trabalho e na vida em sociedade em geral, pelo racismo e pelo sexismo, que levam a carga do classismo, em muitos casos. Cabe ressaltar que a vivência dos feminismos nos Estados Unidos e na França não foi tampouco continua a ser a mesma que se experimenta no Brasil, visto que, desde as primeiras mobilizações, os movimentos feministas que se organizavam a partir dos anos 1970 traziam em si o debate marcado pelo pensamento marxista, pela agenda de esquerda, colocando-se a questão da raça e a discussão sobre classes, tanto no debate teórico quanto no ativismo.

Ao se estudar a imprensa feminista na Ciência Política, o foco é em como esses grupos de mulheres se articularam para produzir jornais que levavam em suas páginas bem mais do que palavras, notícias, comentários, artigos, charges, resenhas. Nesses veículos estavam gritos por liberdade, autonomia, justiça, reconhecimento, democracia e cidadania. A expressão dessas publicações estava na denúncia dos casos de espancamentos e assassinatos impunes em razão da “legítima defesa da honra” de homens que não queriam perder o direito de posse dos corpos das mulheres que com eles conviviam. Também estava no enfrentamento pelas condições abjetas de mulheres empregadas como trabalhadores de segunda categoria, já que realizavam os serviços que ninguém se prontificaria a fazer. Assim, a perspectiva interseccional se faz tão imprescindível por tornar possível que as vozes das mulheres em situação de maior vulnerabilidade não sejam silenciadas. Refletir sobre a imprensa feminista à luz das conceituações da Ciência Política, via interseccionalidade, é buscar entender como as múltiplas opressões que rechaçam as mulheres da arena pública podem ser vocalizadas não apenas por elas, mas por todas as pessoas que acreditam na justiça social.

Quando se considera o caráter interseccional se entende, por exemplo, que, se mulheres que passam a ocupar posições importantes em empresas, mesmo que isso indique avanços setorializados nas desigualdades de gênero, não quer dizer que representem novas oportunidades para todas. Tampouco que as que não tiveram as mesmas oportunidades de educação formal desde a infância serão vistas com a mesma “capacidade” de lograr melhores salários. Dessa forma, nesta tese analisa-se a agenda presente nos quatro jornais feministas pesquisados, tendo a interseccionalidade como uma das chaves analíticas.

A interseccionalidade pode contribuir para reflexões sobre temáticas afins aos estudos de gênero, como a divisão sexual do trabalho, o cuidado e a participação política, que demandam um entendimento mais amplo dos conceitos da Ciência Política, rompendo com pressupostos arraigados de neutralidade e igualdade cidadãs na construção do sujeito político, discussão cara às teorias políticas feministas, mas pode ir além, ao se perceber que muitas mulheres ainda estão aquém do ponto mínimo de direitos. Assim, as relações de poder se colocam bem mais imbricadas de opressões entre as próprias mulheres do que apenas entre gêneros. A segunda metade dos anos 1970 marca uma nova maneira de coletividade dos movimentos sociais, entre eles, os movimentos feministas. É nesta época que os jornais da imprensa feminista, cada um de acordo com sua perspectiva editorial, começam as tentativas de vocalizar estes debates há tanto deslegitimados e mantidos fora da arena pública.

A escolha dos quatro jornais que compõem o material desta tese – *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988), *Nzinga Informativo* (1985-1989) e *Fêmea* (1992-2014) – se deve ao fato de que se buscava ter um panorama das mobilizações de alguns grupos feministas brasileiros que se inseriam desde o período em que o país era governado pelos militares até o momento da democracia reestabelecida. Como o *Brasil Mulher* (1975-1980) já havia sido objeto de diversas pesquisas por ser considerado por muitas autoras o primeiro jornal feminista brasileiro pós-1975, ele foi descartado do *corpus*, não deixando de compor o contexto da análise. Ao se estudar estes quatro jornais feministas brasileiros, foi possível perceber que, embora todos assumissem uma perspectiva feminista, apresentavam vertentes e tendências distintas.

Dessa forma, esta tese foi desenvolvida a partir do problema de pesquisa “**de qual feminismo estamos falando?**”. O objetivo geral da pesquisa foi analisar como cada jornal desenvolvia a agenda feminista, a partir da vertente com a qual os grupos editor e leitor mais se identificavam. Para tal, foram estabelecidos os seguintes objetivos

específicos: (a) identificar a agenda dos movimentos feministas; (b) identificar como os temas entram na agenda dos movimentos, por meio da análise de seus jornais; e (c) aprofundar o estudo sobre os movimentos feministas e de mulheres e seu papel nas mudanças de direitos das mulheres ao longo das últimas quatro décadas. É importante destacar que tanto os grupos apresentados nesta tese quanto os jornais por eles publicados representam interpretações feministas, ou seja, são uma parte das expressões que ocorreram nos momentos históricos em questão.

A fim de que o material, composto por oito edições do *Nós Mulheres*, 42 números do *Mulherio*, quatro edições do *Nzinga Informativo* e 177 edições do *Fêmea*, fosse analisado sistematicamente, no primeiro momento, foi realizado um levantamento de toda a agenda temática, de maneira datada. Em seguida, foram observadas as principais temáticas abordadas em cada uma das fases das publicações, sendo que *Mulherio* teve três fases; *Fêmea*, quatro; *Nós Mulheres* e *Nzinga Informativo*, apenas uma. Dos quatro jornais analisados, *Nós Mulheres* e *Nzinga Informativo* foram os que tiveram as menores quantidades de números (embora o *Nzinga* tenha tido cinco edições, apenas quatro integram o material aqui referenciado) e com a periodicidade mais irregular. Quanto às fases dos jornais, no caso do *Fêmea*, foram delimitadas a partir da modificação dos projetos gráfico e editorial e dos comentários a este respeito no editorial do primeiro número de cada fase, que atesta essa marca entre os momentos da publicação. Já no caso do *Mulherio*, a própria equipe responsável pelo veículo informou a mudança de fase.

Para que houvesse um detalhamento da agenda de cada jornal, foram elaboradas duas planilhas para cada um deles, sendo que, na primeira, constavam as seguintes informações: número do jornal, data e assuntos abordados (agenda). Na segunda, mais minuciosa, foram registrados os assuntos abordados em cada texto dos jornais (por exemplo: licença-paternidade, licença-maternidade, creches, divisão sexual do trabalho, família e arranjos familiares); tamanho do texto (em frações de página); tipo de texto (artigo, nota, reportagem...); título; número da página; e autoria. Em seguida, houve a padronização e a definição dos temas, de acordo com os assuntos mais abordados nas publicações. Por fim, para compreender melhor a abrangência das agendas, foram utilizadas as categorias temáticas, determinadas pela pesquisadora a partir da observação do material dos jornais e que poderiam permitir uma unidade analítica, que reuniam os temas afins. A título de exemplo, a categoria “direitos sexuais e reprodutivos” englobava aborto, direitos sexuais, direitos reprodutivos, mulheres lésbicas, homossexualidade e identidade de gênero. Ao todo, o vasto material advindo dos quatro jornais é composto

por 4.952 textos jornalísticos, compreendidos entre matérias, resenhas, notas, editoriais, artigos e charges. A fim de que a análise para esta tese fosse desenvolvida a contento, foram selecionados alguns exemplos, a partir das dez categorias temáticas mais frequentes em cada uma das publicações.

Nesse propósito, esta tese está dividida em quatro capítulos, além desta Introdução e da Conclusão. O primeiro capítulo aborda as questões relativas à dualidade público-privado e suas consequências, quanto às relações de poder, para a vida dos indivíduos. Trata-se aqui deste debate por ele ser a base das críticas construídas, diversamente, nas páginas dos jornais feministas. É importante que se diga que as implicações aqui levantadas não se restringem a mulheres exercendo atividades domésticas e a homens trabalhando fora de casa, mas principalmente quais são as consequências da reprodução dessa restrição naturalizada de acesso material e de tempo ao poder decisório sobre as escolhas, à participação política, ao exercício da cidadania.

O segundo capítulo apresenta os movimentos feministas brasileiros dos anos 1970 em diante, a partir de sua organização, agenda e contexto de lutas. Mais do que um levantamento histórico, as informações contidas nesse capítulo permitem entender de onde partiam as discussões abordadas pelas publicações, suas influências externas, as ameaças eminentes aos direitos das mulheres. Além disso, a imprensa feminista se destacava como uma força significativa para que fosse construída uma sociedade justa e igualitária, à medida que tornava públicas questões que deveriam ser pensadas e combatidas, entretanto até então eram consideradas do âmbito privado e naturalizadas como o papel social definido para mulheres e homens.

A base das discussões apresentadas nos jornais, ou seja, sua agenda e o contexto no qual cada uma das quatro publicações se inseriu, são o mote do terceiro capítulo. A problematização aqui se dá em torno da vertente ou tendência de que cada jornal se aproxima, seja no compartilhamento de experiências entre mulheres, seja no direcionamento das reivindicações para o poder público, seja na conscientização da sociedade em geral quanto às opressões que atingiam metade de sua constituição.

No quarto capítulo, é exposto como os temas da agenda feminista presente em cada um dos quatro jornais foram abordados pelos grupos responsáveis pelas publicações. Editoriais e outras matérias são utilizados para que se tenha o entendimento das discussões dos problemas expostos e de como cada um respondeu a esses assuntos.

A tese apresenta a perspectiva interseccional inerente aos jornais a fim de que a vocalização ocorresse sem silenciamentos de histórias, de vivências, de lutas, de

reivindicações. Com o entendimento de que as mulheres somos várias, múltiplas e diversas, esta também é a perspectiva da pesquisadora.

1 RELAÇÕES DE PODER E A DUALIDADE PÚBLICO-PRIVADO

O debate proposto pelas teorias feministas tem como ponto fundamental a dualidade público-privado, e pode ser entendido a partir de duas frentes: (a) a divisão sexual do trabalho e (b) a privacidade, associada ao sentido de se ter proteção. O objetivo deste capítulo é apresentar a discussão quanto à inter-relação das esferas pública e privada e como o modo de organização em uma interfere diretamente no funcionamento da outra, principalmente quanto às relações de poder, ou seja, ao limitar a autonomia dos indivíduos, o tornar-se sujeito de sua própria história, as tomadas de decisões e o exercício da cidadania.

A crítica à dualidade público-privado pode ser considerada a base para a análise das questões vinculadas à discussão sobre gênero e democracia e das teorias políticas feministas. Autoras como Susan Okin (2008) e Carole Pateman (1993; 2013) apresentam importantes discussões quanto ao caráter tolerante do liberalismo às desigualdades que fazem com que determinados grupos tornem-se mais vulneráveis do que outros, entre eles, as mulheres. Tais desigualdades são aceitas na esfera privada, embora haja uma idealização de igualdade entre os sujeitos sociais. Afinal, ao lugar do afeto, da intimidade e do refúgio, não se devem aplicar as regras do mundo abstrato da política. Essas desigualdades, que têm como uma de suas principais expressões a divisão sexual do trabalho e o conceito do sujeito como neutro e abstrato, base da construção do indivíduo liberal (mesmo que apresente todas as características e considerações voltadas para os homens), não são simples de serem superadas.

Na prática, a imparcialidade é inalcançável de fato, já que todas as decisões são tomadas a partir de um determinado ponto de vista, geralmente o dos privilegiados. Mas, além de inalcançável, não se trata de um ideal normativo adequado para a democracia, uma vez que o cidadão universal é razão (masculina) desincorporada e desapaixonada, grifando, mais uma vez, que é branco, proprietário e heterossexual (YOUNG, 2013). Okin (2008) complementa esta ideia ao sublinhar que se pautar na distinção entre as esferas pública e privada é desconsiderar os vínculos de opressão para umas e de privilégios para outros que tal cisão representa para as sociedades ocidentais:

Em grande parte da corrente predominante da teoria política hoje (em contraste com a teoria feminista), esses conceitos continuam a ser usados como se não fossem problemáticos. Argumentos importantes nos debates contemporâneos dependem da suposição de que questões públicas podem ser facilmente diferenciadas de questões privadas, de que temos uma base sólida para separar

o pessoal do político. Algumas vezes explicitamente, mas mais frequentemente de maneira implícita, perpetua-se a ideia de que essas esferas são suficientemente separadas, e suficientemente diferentes, a ponto de o público ou o político poderem ser discutidos de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal. (OKIN, 2008, p. 305).

Mais adiante, a autora complementa que a distinção entre público e privado é central, especialmente no que concerne à teoria liberal, visto que “‘público/privado’ é usado tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade (como propriedade pública e privada), quanto para referir-se à distinção entre vida não-doméstica e vida doméstica” (OKIN, 2008, p. 306). Entretanto, como ressalta Okin, o que ocorre na esfera da intimidade, da relação entre os sexos, não é imune às dinâmicas de poder – muito atribuídas ao caráter político da sociedade. Tampouco o domínio da vida doméstica, da vida pessoal, pode ser interpretado de maneira desvinculada do domínio da vida não-doméstica, econômica e política. A divisão sexual do trabalho, como será abordada mais adiante, muito tem a responder quanto a essa imbricação.

Cabe aqui destacar que grande parte do que se debate sobre a dualidade público-privado tem a ver com o marco do feminismo hegemônico, branco e de classe média. Sendo assim, muitas das referências colocadas, como será discutido a seguir, desconsideram as vivências de outras mulheres e como a relação com o espaço doméstico e sua inserção no espaço público ecoam em suas vidas. No texto *I used to be your sweet mama. Ideología, sexualidad y domesticidad*, Davis (2012) reproduz um trecho do artigo *Relating to privilege: seduction and rejection in the subordination of white women and women of color*, de Aída Hurtado, publicado em 1989, que aborda justamente a ideia de que a propagada noção da esfera doméstica era baseada apenas na realidade social das vidas mulheres brancas de classe média. Dessa forma, havia incongruências ao aplicá-la a todas as mulheres, sem considerar a raça e a classe.

A distinção público/privado é relevante apenas para as classes médias e altas, tanto que, historicamente, os Estados Unidos interveem constantemente nas vidas privadas e nos arranjos domésticos da classe trabalhadora. As mulheres de cor [racializadas] não têm o privilégio das condições econômicas que condiz com a distinção público/privado. Ao contrário, a consciência política das mulheres de cor provém de uma consciência de que o público é **pessoalmente** político. (HURTADO *apud* DAVIS, 2012, p. 144, grifo da autora).

Este artigo de Davis aborda a história de cantoras de blues estadunidenses, como Bessie Smith e Gertudre Rainey, que pouco faziam referências ao casamento e à domesticidade (quando ocorria, era em tom crítico), em detrimento do que se esperava

para as mulheres da época, anos 1970. Nem suas músicas tampouco suas experiências se enquadravam na realização no casamento, com seus maridos as ajudando a sustentar os filhos, a fim de valorizá-los como seres humanos.

Para Miguel (2017), o livro *O contrato sexual*, originalmente publicado em 1988, por Pateman, pode ser considerado o marco inicial da teoria política feminista propriamente dita, já que revisa criticamente os pressupostos do pensamento político ocidental, como o contrato social, que assinala especialmente a divisão entre as esferas pública e privada, naturalizada e assumida como incontestável. Dessa forma, o contrato sexual, que determina a sujeição das mulheres aos homens, seria indissociável do contrato social, que cria uma sociedade na qual os homens seriam livres e iguais. O contrato que rege o pensamento liberal, portanto, deve ser observado a partir de três expressões principais, a saber: o contrato social, o contrato de trabalho e o contrato de casamento.

Ao propor uma interpretação sofisticada da relação entre dominação masculina e as noções do contrato e consentimento que estão na base dos regimes políticos ocidentais, ela [Pateman] contribuiu decisivamente para avançar nessa direção, tornando o feminismo componente inextricável de qualquer reflexão sobre a democracia digna de seu nome. (MIGUEL, 2017, p. 13).

A definição abstrata da igualdade, construída pelo liberalismo, segundo Pateman (2013), mascara as relações desiguais de poder que seriam fundamentais para os direitos das mulheres. Assim, segundo a autora, esse modo de igualdade – que depende de desigualdades em outras esferas, como a doméstica – não corresponde ao conceito de democracia e de cidadania que propõe.

É interessante perceber que essa relação desigual não se restringe a homens exercendo atividades externas à casa e mulheres vinculadas de maneira naturalizada aos afazeres domésticos (cozinhar, limpar a casa, passar roupas, fazer compras, cuidar das crianças, orientar os empregados domésticos etc.). Essa relação desigual, que parte da divisão sexual do trabalho doméstico, também se reflete na baixa valorização e remuneração das atividades desenvolvidas por mulheres ou a elas destinadas e na deslegitimação das mulheres como sujeitos de direitos, comprometendo sua cidadania. A divisão sexual do trabalho vincula-se diretamente à participação diferenciada de mulheres e homens na vida pública. Isso conduz a duas variáveis muito significativas, entre outros fatores: a atribuição de salários mais baixos para elas – mesmo que tenham, em média, maior nível de escolaridade do que eles – e a reduzida participação política das mulheres, visto que os homens têm menos impedimentos de se dedicar à carreira política, além de

receber mais apoio (inclusive financeiro) dentro dos próprios partidos (MIGUEL, 2000; MIGUEL; BIROLI, 2011).

Enquanto as mulheres se identificarem com esse trabalho “privado”, seu status público será sempre prejudicado. Esta conclusão não nega, como muitas vezes é alegado, o fato biológico natural de que as mulheres, e não os homens, dão à luz; o que a nega é a afirmação patriarcal de que este fato natural implica que apenas as mulheres possam cuidar das crianças. A participação igual na criação das crianças e em outras atividades da vida doméstica pressupõe algumas mudanças radicais na esfera pública, na organização da produção, no que se entende por “trabalho” e na prática da cidadania. (PATEMAN, 2013, p. 75-76).

Assim, “o domínio público não pode ser totalmente compreendido sem a esfera privada e, do mesmo modo, o sentido do contrato original é desvirtuado sem as duas metades interdependentes da história. A liberdade civil depende do direito patriarcal” (PATEMAN, 1993, p. 19). Faz-se necessário ressaltar que o direito patriarcal não é entendido por Pateman como o direito do pai sobre a família (esposa, filhos e filhas), mas, sim, o direito exercido pelos homens como fraternidade sobre os demais membros.

Young (1997) considera que a instituição do casamento propriamente dita – ou seja, um casal composto por um homem e uma mulher, que, junto com seus filhos, constitui uma família – carrega em si privilégios, proteções e obrigações que deveriam ser estendidas aos outros arranjos familiares, que não se enquadram no perfil heteronormativo branco e de classe média. Em concordância com Okin, Young (1997) destaca que a história da teoria masculina sobre justiça ignora a dominação masculina e o privilégio masculino como questões de justiça, em grande parte, porque assumem equivocadamente que as relações familiares são anteriores ou estão fora do âmbito das relações sociais às quais as questões de justiça dizem respeito. Assim, violência, estereótipos, estigmas e outras opressões similares não podem ser resolvidos apenas via redistribuição de recursos materiais – como se entende na perspectiva do paradigma distributivo. A autora ressalta que as questões de justiça e orientação sexual também transformam os significados culturais de masculinidade e feminilidade, além da opressão sexual das mulheres e as formas simbólicas associadas à sexualidade.

Cabe salientar que a crítica feita por Pateman e seguidoras à instituição do casamento refere-se, como dito acima, ao modelo heteronormativo, muitas vezes, inclusive, a partir do ponto de vista de feministas de classe média, como destacam autoras

como Young (1997), Biroli (2014b; 2015; 2016), hooks¹ (2015) e Davis (2016). Segundo Young (1997), o casamento propicia a manutenção dos “valores da família”, os quais acabam por propagar um modelo único de família (“*The Family*”), por definição e legitimidade, que reforça a heterossexualidade, a regulamentação da sexualidade, a procriação e a propriedade. Na perspectiva da autora, ao mesmo tempo que atua como significativo regulador de normas sociais, privilegiando a parcela da população que se enquadra em suas premissas, o casamento exclui, restringe direitos e oprime quem não responde às características exigidas, como casais formados por pessoas do mesmo sexo, famílias não brancas e famílias monoparentais, cuja grande expressividade é composta por mães e suas filhas e filhos. Dessa forma, como salienta Young (1997, p. 105), os direitos não são estendidos a avós, irmãos ou irmãs, primos ou demais membros que necessitem de acesso a cuidado ou a outro recurso, o que faz com que o casamento e o núcleo familiar cometam injustiça para com grupos étnico-raciais, cuja forma mais usual é da família estendida.

A realidade do lugar da mulher na sociedade estadunidense do século XIX envolvia as mulheres brancas, cujos dias eram gastos na operação das máquinas das fábricas em troca de salários extremamente baixos, assim como certamente envolvia as mulheres, que trabalhavam sob a coerção da escravidão. A “dona de casa” refletia uma realidade parcial, pois ela era, na verdade, um símbolo da prosperidade econômica de que gozavam as classes médias emergentes.

Embora a “dona de casa” tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade. (DAVIS, 2016, p. 231).

Mais adiante, Davis (2016, p. 232-233) prossegue dizendo que as mulheres negras nunca tiveram “como foco central de sua vida as tarefas domésticas”, escapando, assim, “ao dano psicológico que o capitalismo industrial impôs às donas de casa brancas de classe média, cujas supostas virtudes eram a fraqueza feminina e a submissão de esposa”. Em contrapartida, as mulheres negras tiveram que ser fortes para lutar pela sobrevivência de sua família e de sua comunidade. A autora ressalta que as mulheres negras pagaram um preço alto por sua força e relativa independência: embora raramente tenham sido “apenas dona de casa”, sempre realizaram as tarefas domésticas, carregando o fardo duplo

¹ Apesar de as normas da ABNT para trabalhos acadêmicos determinar a utilização do sobrenome de autoras e autores com letras maiúsculas, nesta tese, optou-se por respeitar a grafia do nome e do sobrenome da autora afro-americana bell hooks, com todas as letras minúsculas, conforme é de sua preferência.

do trabalho assalariado e dos afazeres domésticos. Mais adiante, o debate sobre a função de dona de casa, na perspectiva do feminismo do norte-global, será retomado.

As famílias monoparentais femininas, constituídas por mulheres que nunca se casaram ou que terminaram o casamento e suas filhas e filhos, sofrem com opressões sociais mais do que os integrantes das famílias do “modelo ideal”. Sem um homem que seja “responsável pela família”, sobre suas chefes, recai o jugo da moral e a obrigatoriedade de provar que são “boas mães”, seja para o Estado – em troca de benefícios sociais, seja para a sociedade em geral – para honrar o que se espera de uma mulher, especialmente, de uma mãe (YOUNG, 1997). Essa ideia está atrelada à idealização da maternidade, que remete ao século XIX. “Coragem, espírito de sacrifício, dedicação, são essas as virtudes da boa mãe que, por definição, ignora os vícios e pulsões do mau pai” (BADINTER, 2005, p. 59). Assim sendo, as mulheres seriam, a partir de uma “linguagem moral distinta”, a representação do afeto, do aconchego, da tolerância, do sentimento e da procriação. Teóricas como Jean Bethke Elshtain (2013), entendem que, dessa maneira, as mulheres poderiam fazer com que a sociedade e a arena política se tornassem melhores, com a transposição de suas características específicas para ambientes antes reservados aos homens e marcados pela racionalidade, frieza e corrupção. Seguindo a ideia de Gilligan (*apud* Elshtain, 2013), mas ampliando a perspectiva do viés maternalista para a atuação na arena política, a autora destaca o imperativo moral próprio das mulheres, ao enfatizar a preocupação com os outros, a responsabilidade, o cuidado e a obrigação, que deveria ser estendida aos homens.

O maternalismo, como uma corrente entre as vertentes feministas, não se atém ao fato de a instituição denominada “família” variar ao longo dos tempos e em diferentes culturas e sociedades. Assim, a reação do maternalismo ao poder estatal o aproxima da defesa convencional da entidade familiar e da proteção à família – colocada em primeiro lugar, em detrimento dos indivíduos que a integram. Nessa relação trans-histórica quanto à criação de filhas e filhos ou à experiência feminina de vida familiar, não há referências a questões ligada a classe, raça e sexualidade. “Ao aderir a idealizações da família e fazer a crítica ao controle político da esfera privada porque ele derivaria de formas negativas, masculinas e decadentes do poder estatal e político, o maternalismo trabalha no sentido contrário ao da politização das relações familiares” (BIROLI, 2014b, p. 53-54).

Entretanto, esse ideal de feminilidade que se expandia na Europa e nos Estados Unidos, durante o século XIX, com ênfase para o papel das mulheres como mães, parceiras e donas de casa amáveis para com seus maridos, em nada representava a

realidade das mulheres negras. A “exaltação ideológica da maternidade” cabia apenas às mulheres brancas, já que para as meninas e mulheres negras o que havia era o trabalho pesado nas lavouras do amanhecer ao pôr do sol. A imagem da donzela resguardada, que teria a permissão para ter relações sexuais apenas após o casamento, também em nada se parecia com o cotidiano de violências e abusos sexuais pelo qual passavam as escravas, estupradas por seus senhores, capatazes e outros negros – quando a importação de mão de obra africana foi proibida, a fim de reproduzir a população escravizada. Tampouco as mulheres negras podiam cuidar de suas crianças, visto que eram classificadas como “reprodutoras” e não como “mães”; sua prole era vendida e enviada para longe, “como bezerros separados das vacas”. (DAVIS, 2016, p. 17-19). Gonzalez (1982) complementa a crítica de Davis, ao frisar que as mulheres negras não são educadas para esperar pelo “príncipe encantado”, já que a elas mesmas cabe o papel de arcar com seus problemas e resolver suas vidas:

[...] pelo fato de não ser educada para se casar com um “príncipe encantado”, mas para o trabalho (por razões históricas e socioeconômicas concretas), a mulher negra não faz o gênero da submissão. Sua prática cotidiana faz dela alguém que tem consciência de que lhe cabe batalhar pelo “leite das crianças” [...], sem contar muito com o companheiro (desemprego, violência policial e outros efeitos do racismo e também do sexismo). (GONZALEZ, 1982, p. 36).

O mito da democracia racial brasileiro, pelo qual dissemina-se o entendimento de que toda a população brasileira é formada pela junção harmoniosa e de respeito mútuo de várias raças e etnias como negros, indígenas e europeus, ainda hoje encobre estupro e outras tantas formas de violências pelas quais passam e passaram as mulheres negras e indígenas, sem qualquer sombra de valorização quanto a sua condição de mulher ou mãe. Um exemplo que na atualidade ainda é permanente nos noticiários é o choro de várias mulheres negras que lamentam a morte de suas filhas e filhos, assassinadas(os) pela repressão militar, pela guerra do tráfico, por balas perdidas. Com a perspectiva eugênica de decidir “quem pode viver e quem deve morrer, ou quem nem mesmo deve chegar a viver”, Carneiro (2011a, p. 132) relata as decisões tomadas pelo então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e seu secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, em 2007. Na época, Cabral defendia a legalização do aborto, uma das principais temáticas da agenda feminista brasileira, como uma forma de prevenir e conter a violência, já que considerava que a fertilidade das mulheres das favelas cariocas as tornava “fábricas de produzir marginais”. A Beltrame caberia, assim, estabelecer a diferença do valor de cada

vida humana no Rio de Janeiro, culminando na decisão nefasta entre quem merecia viver, os moradores das favelas ou a classe média.

Esse ideal da feminilidade cumpre também um importante papel de atrelar as mulheres ao ambiente doméstico, à esfera privada, atribuindo papéis distintos em relação aos homens, por meio da divisão sexual do trabalho, desde então. Estudos feministas como o de Sorj, Fontes e Machado (2007, p. 574), mostram que “o baixo desenvolvimento de serviços coletivos que permitem [permitam] socializar os custos dos cuidados com a família penaliza a quantidade e a qualidade da inserção feminina, sobretudo das mães, no mercado de trabalho”. Além disso, as autoras salientam que a situação das mulheres fica ainda mais complicada devido à insuficiência de políticas públicas que possam facilitar a conciliação das demandas no trabalho e na família e à baixa participação masculina na divisão do trabalho doméstico, não remunerado. Assim, com filhas e filhos dependentes e a jornada dupla, reforça-se as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

Sorj, Fontes e Machado (2007) consideram irreversível o “fenômeno de entrada das mulheres no mercado de trabalho”, independentemente de conjunturas recessivas – diminuição da renda do provedor em relação às despesas da família – ou expansivas – aumento da escolaridade das mulheres e alterações culturais sobre a relação de gênero. Todavia destacam que as recentes mudanças nas famílias e no mercado de trabalho agravaram a capacidade da família de lidar com as exigências conflitantes entre as duas esferas. As soluções para esse dilema tendem a ser resolvidas no âmbito doméstico e assumidas quase que exclusivamente pelas mulheres, o que acarreta reforço das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, com diminuição de sua carga-horária e consequente redução salarial ou seu total retorno à vida doméstica. Araújo e Scalón (2006) apresentam análises que complementam os estudos de Sorj, Fontes e Machado (2007), principalmente no que refere a temáticas como escolhas e valores, dentro do contexto da esfera doméstica, que não se desvincula da esfera pública, e seus impactos na realidade das pessoas, principalmente das mulheres.

Pensar como ocorre a divisão sexual do trabalho doméstico implica considerar que as condições das ações dos indivíduos são mediadas por seus valores e escolhas, mas também pelos contextos estruturais e acesso a recursos, aspectos que devem ser contemplados como impulsionadores ou limitadores de determinadas tendências. Por outro lado, a análise da divisão do trabalho numa perspectiva de gênero mostra que esses fatores podem ser mais ou menos relevantes, porém não são tão determinantes para alterar substancialmente a característica quase universal da divisão sexual do trabalho doméstico. (ARAÚJO; SCALON, 2006, p. 51).

Joan Tronto (2013) aborda a questão do cuidado e como a divisão sexual do trabalho doméstico também ganha novas interpretações quando a hierarquia entre as próprias mulheres se faz presente. A autora destaca que é necessário refletir sobre as dimensões de gênero advindas do cuidado que são impostas às mulheres, uma vez que esse direcionamento faz com que haja uma desigualdade dentro desse cenário de dependência cotidiana – com crianças, com idosos ou com outras pessoas que, temporária ou permanentemente, são vistas socialmente como demandantes de cuidado. Como mencionado acima, o valor que o mercado atribui às atividades do cuidado reforça seu caráter desprestigiado, ao mesmo tempo em que menospreza quem o executa. Além disso, fica evidente que apenas está apta(o) a contratar serviços de cuidado, seja os ligados a necessidades básicas (“*necessary care*”, por exemplo, ligados à saúde, exercido por enfermeiras/os) ou os rotineiros e supérfluos (“*care services*”, por exemplo, ligados à beleza, exercidos por manicures), quem tem recursos materiais suficientes. Em outras palavras, para se colocar como recebedor de cuidados, é preciso que se tenha recursos para tal.

Dessa forma, também se questiona o caráter da equidade entre as pessoas que cuidam e as que recebem cuidado. Para Tronto (2013), o mais importante é observar que a ideia de equidade como um direito da democracia, na realidade, acaba sendo excludente. A equidade não se refere à igualdade de oportunidades, mas trata de algum tipo de igualdade de condição, ou seja, que todos são igualmente legítimos – no sentido da igualdade abstrata das legislações democráticas – para serem ouvidos no que se refere a questões sob sua responsabilidade. Entretanto, o que ocorre de fato é a perpetuação de um ciclo vicioso de manutenção da opressão. Tronto (2013) apresenta três exemplos de momentos da vida em que se faz imprescindível pensar o cuidado não como uma impossibilidade ou a restrição de ação, mas como uma crítica para a ruptura do sentimento de dependência: (a) quando as pessoas são jovens e dependentes, precisam ter acesso igual à atenção adequada para que cresçam e desenvolvam as capacidades requeridas para vida adulta; (b) quando são adultas, precisam ser capazes de ter voz ativa de forma igual e independente, além de meios para assegurar que não sejam silenciadas ou reprimidas por outras; (c) quando estão doentes, idosas ou afastadas do trabalho, os benefícios institucionais precisam garantir que suas vozes também sejam ouvidas. Assim, é possível concluir que o valor de mercado atribuído ao cuidado está bem mais vinculado à ideia de subserviência que as atividades têm socialmente do que a sua importância para a sociedade em si. Com isso, o debate sobre autonomia e escolha precisa ser mais profundo

e repensado a partir das limitações impostas a parcelas da população que não se beneficiam dos termos da meritocracia (BRENNER, 2000; TRONTO, 2013). Em consonância com esse debate, Biroli (2015b, p. 85-86) critica as abordagens liberais igualitárias, que se utilizam do mérito como critério para justificação das desigualdades materiais, sem incorporar que as escolhas dos indivíduos não são feitas em contextos neutros. Assim, a autora entende que as desigualdades de partida, impeditivos para que as oportunidades sejam equitativamente distribuídas, deveriam ser suspensas para que, de fato, pudesse existir a igual liberdade de escolha.

As estruturas de autoridade nas relações de trabalho e na vida doméstica têm impacto na participação dos indivíduos em outras esferas da vida. Suas escolhas, por outro lado, não se definem na esfera privada ou na esfera pública, mas em contextos nos quais suas vidas são organizadas segundo o papel desempenhado em uma e outra. (BIROLI, 2015b, p. 89, grifo da autora).

Tronto (2013) também destaca que estruturas sociais como o racismo e o sexismo, que o neoliberalismo busca ofuscar, não podem ser consideradas como ações ou crenças individuais, mas são o resultado de ações padronizadas nas relações, que têm diferentes efeitos sobre os indivíduos nelas envolvidos. Seguindo essa perspectiva, Johanna Brenner (2000) frisa que a ideia de os homens serem entendidos como chefe, arrimo de família, de forma naturalizada, reforça a imagem das mulheres como subordinadas. Restringir às mulheres, de forma estereotipada, o atendimento a quem necessita de cuidado, temporária ou permanentemente, é também colocá-las à margem de ocupar espaços na esfera pública. A fim de se enfrentar a feminização da pobreza, Brenner (2000) defende que haja transformações sociais e econômicas. Segundo a socióloga marxista estadunidense, a ideologia familista e a política de Estado, que negam a responsabilidade coletiva de indivíduos dependentes, forçam as mulheres a assumir o ônus do cuidado, uma vez que apenas os homens têm direito à independência econômica e à cidadania. Para Davis (2016), fazer com que as responsabilidades com as atividades da casa e relacionadas ao bem-estar de seus habitantes passem a ser compartilhadas entre si significa retirar das mulheres as responsabilidades privadas e individuais a que estavam (ou ainda estão) submetidas devido à divisão sexual do trabalho doméstico:

[...] O que é necessário, claro, são novas instituições sociais que assumam uma boa parcela das velhas obrigações da dona de casa. [...] A abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina. Mas a socialização das tarefas domésticas – incluindo o preparo das refeições e o cuidado das

crianças – pressupõe colocar um fim ao domínio do desejo de lucro sobre a economia. (DAVIS, 2016, p. 244).

A filósofa brasileira Sueli Carneiro (2011c, p. 130) utiliza outro termo para expressar as opressões socioeconômicas enfrentadas pelas mulheres: “matriarcado da miséria²”. A expressão foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier, com o intuito de mostrar como “as mulheres brasileiras negras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social”, além de “revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país”. Este termo ganha relevância para esta análise por dois aspectos em especial. O primeiro deles parte da expressão em si, visto que as mulheres que mais sofrem as consequências das desigualdades socioeconômicas são as que têm filhos, principalmente pela ausência paterna para assumir suas responsabilidades junto aos dependentes e por fazer com que a inserção das mulheres no mercado de trabalho seja em situações menos vantajosas. O segundo refere-se à vinculação com as mulheres negras, sobre quem recai, de modo conjugado, o racismo e o sexismo, produzindo

[...] uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo do confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2011c, p. 127-128).

Na presente discussão, é importante também observar que a mercantilização e a privatização do cuidado contribuem para a reprodução das desigualdades materiais e injustiças, visto que a maneira como as relações de cuidado estão estabelecidas determina as possibilidades de acesso a recursos – não apenas materiais, mas de tempo livre – e à participação política (BRENNER, 2000; TRONTO, 2013; BIROLI, 2015a; 2015b). O cuidado – ou sua responsabilização –, portanto, deveria ser abordado como um problema político, não apenas como uma responsabilidade individual, restrita ao ambiente doméstico. (BIROLI, 2015b). Davis (2016, p. 234) ressalta que “a insuficiência, se não a

² “De 1º a 3 de setembro, reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro 13 organizações de mulheres negras brasileiras para deliberar sobre a participação das mulheres negras na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada no final de agosto de 2001, na África do Sul. Dessa reunião nacional, organizada pelas ONGs Geledés Instituto da Mulher Negra, de São Paulo, Criola, do Rio de Janeiro, e Maria Mulher, do Rio Grande do Sul, resultou uma declaração pró-Conferência de Racismo que configura **o matriarcado da miséria que caracteriza as condições de vida das mulheres negras no Brasil**”. (CARNEIRO, 2011c, p. 127, grifo meu).

ausência, de uma discussão pública sobre a viabilidade de transformar as tarefas domésticas em algo socialmente possível é testemunho dos poderes ofuscantes da ideologia burguesa”. Sorj (2013) completa o entendimento quanto a essa reflexão sobre o cuidado:

A análise do trabalho remunerado das mães comparativamente ao dos pais e de outras mulheres nos conduz a concluir que as soluções privadas dos conflitos entre trabalho e família refletem e reproduzem as diferenças e desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Soluções privadas significam que as mães não estão disponíveis para integrar o mercado de trabalho em condições melhores, que lhes garantam mais autonomia e independência. [...] A divisão sexual do trabalho doméstico é tão desfavorável às mulheres que muitas análises consideram que a categoria gênero é suficiente para dar conta da organização do trabalho doméstico. Todavia, quando se introduz na análise a dimensão renda, emergem distinções importantes intra e entre gêneros, sugerindo que o trabalho doméstico comporta experiências sociais diversificadas. (SORJ, 2013, p. 484).

Cabe destacar que, segundo Jean Cohen (2012, p. 167), a concepção dicotômica da estrutura social, sendo dividida entre esferas pública e privada, com sua respectiva associação com os gêneros masculino e feminino, desempenhou um papel fundamental a fim de justificar a exclusão das mulheres na participação política plena, ao mesmo tempo em que ajudou a consolidar a negação da igualdade de oportunidades na vida econômica. Dessa forma, a reafirmação dessa separação entre esferas, em discursos e em tomadas de decisões, foi decisiva na perpetuação de *status* baseado em estereótipos de gênero, no afastamento de questões tidas como “privadas” do debate público, na blindagem do entendimento de justiça nas relações assimétricas de poder no que se refere à divisão sexual do trabalho e em outros aspectos das “relações íntimas” no ambiente doméstico (COHEN, 2012).

Também é importante frisar que o entendimento de privacidade, debatido pela autora a partir da expressão “o pessoal é político”, refere-se a um direito pessoal constitucionalmente protegido, indispensável a qualquer concepção moderna de liberdade, que se vincula à proteção aos níveis de autonomia e pluralidade, sem os quais nenhuma combinação de públicos democráticos pode alcançar por si mesma. O “paradoxo dos direitos à privacidade”, como definido por Cohen (2012, p. 170-171), apresenta três dimensões: (a) de acordo com a linha liberal, tentativa de corrigir os defeitos da privacidade doméstica a partir de mais privacidade para as mulheres; (b) concessão de autonomia decisória às mulheres em assuntos ligados à família, por meio dos direitos à privacidade seria, do ponto de vista comunitarista, comprar a escolha

individual pelo preço da solidariedade comunitária; (c) ao mesmo tempo em que os direitos à privacidade intencionam ser os meios para proteger os indivíduos quanto ao poder do Estado, eles reforçam as tendências desintegradoras, atomizadoras e niveladoras da sociedade contemporânea, com mais regulação das agências estatais sobre a vida das pessoas, o que destrói tanto a solidariedade da comunidade familiar quanto a autonomia do indivíduo – sendo criticado por ambas as correntes.

Seguindo a perspectiva de que os feminismos descortinam as relações de poder em ambas as esferas, Flávia Biroli (2014c) ressalta as consequências políticas dos arranjos privados. Utilizando-se das palavras da autora:

O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a “lugares” e “tempos” distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos – incluídos os direitos à publicidade e à privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra. (BIROLI, 2014c, p. 33).

Essa suspensão de algumas temáticas na discussão pública devido a seu caráter “privado” traz ao debate as críticas de Nancy Fraser (1999) ao conceito de esfera pública de Habermas³, visto que ao se colocar as desigualdades sociais entre parênteses, seria o mesmo que entendê-las como não existentes. Embora a concepção habermasiana de esfera pública seja bastante influente nos estudos desenvolvidos pelas Ciências Sociais Contemporâneas, Fraser aponta algumas críticas a seu entendimento, a começar por ser a esfera pública bem mais heterogênea do que aquele apresentado pelas abordagens teóricas mais predominantes. Assim, a autora considera que a concepção burguesa da esfera pública descrita por Habermas não é adequada para a crítica dos limites da democracia atuais nas sociedades fundamentadas no capitalismo tardio, visto que, para ser adequada, demandaria não simplesmente uma colocação entre parênteses das desigualdades sociais, mas sim, sua eliminação. Além disso, uma multiplicidade de públicos é preferível a uma única esfera pública tanto em sociedades estratificadas quanto nas igualitárias. Dessa forma, segundo Fraser (1999), uma concepção viável da esfera pública deveria aceitar

³ “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social”. (HABERMAS, 2003, p. 42).

não a exclusão, mas a inclusão de interesses e temas marcados como “privados” por uma ideologia burguesa e masculinista e tratados como inadmissíveis. O problema não é apenas que Habermas idealiza a esfera pública sem que examine outras esferas públicas coexistentes, que não são nem liberais ou burguesas. Para Fraser (1999), apesar de ele reconhecer que havia esferas públicas alternativas, supõe que é possível entender o caráter público burguês examinando-o isolado de suas relações com outros públicos competidores. Segundo ela, essa premissa é problemática para a análise das relações do público burguês com públicos alternativos, já que desafiam a concepção burguesa da esfera pública.

Nessa perspectiva, é importante que se diga que existem diferentes públicos competindo entre si, não apenas na parte final do século XIX e no século XX, como se entende de Habermas. Não apenas existe desde sempre uma pluralidade de públicos rivais, como também as relações entre o público burguês e os demais sempre foram conflituosas. A esfera pública sempre foi constituída por meio do conflito, visto que os “contrapúblicos subalternos” – termo utilizado por Fraser na crítica à concepção habermasiana e que pode ser utilizado para a análise quanto aos movimentos feministas, por exemplo –, desde o início, contestaram as normas excludentes do público burguês e buscaram outros estilos de comportamento político e normas alternativas de discurso político. Dessa forma, quem defendeu os direitos das mulheres lutou contra tanto a exclusão das mulheres na esfera pública oficial quanto a privatização do político nas relações de gênero, ou seja, a perspectiva de que as mulheres foram excluídas da esfera pública resulta como ideológica, uma vez que se fundamenta numa noção da publicidade enviesada por valores da categoria “gênero”: uma noção que aceita acriticamente a afirmação do público burguês de ser o único público válido – mesmo que nunca tenha sido o único. Nas palavras de Fraser (1999, p. 148): “Não podemos aceitar mais que a concepção burguesa da esfera pública foi simplesmente um ideal utópico que não chegou a se realizar; foi também uma noção ideológica masculina que funcionou para legitimar uma forma emergente de dominação de classe”. Assim, para a autora, ao se utilizar dessa separação para (de)limitar mecanismos de participação, também se está deslegitimando debates fundamentados em argumentos alheios ao perfil do indivíduo marcado pelo ideal liberal.

A ideia do indivíduo em abstrato do liberalismo, que atua sem restrições na arena política, em busca de seus direitos e tendo como parâmetro a viabilidade da cidadania plena, também se relaciona com o conceito de “escolha voluntária”, considerado por

Pateman (1993) como uma ficção. Segundo a autora, a divisão sexual do trabalho, a dualidade público-privado e a escolha estariam interligadas na crítica à crença pela igualdade dos indivíduos iguais em sociedade. A escolha por determinadas formas de vida, assim, seria orientada pela divisão sexual do trabalho, com convenções e práticas que a tornariam natural perante à sociedade. Dessa forma, o tempo livre das mulheres se tornaria inexistente, privando-lhes também de buscar outras oportunidades, outras escolhas, uma vez que seu cotidiano se fecharia aos afazeres repetitivos e inacabáveis dos cuidados com a casa e seus moradores.

As atividades de cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras, babás, faxineiras, passadeiras entre outras são o reflexo de como tais afazeres se associariam naturalmente às mulheres e, portanto, não teriam grande valor produtivo, não seriam bem remunerados, não teriam prestígio social, visto que seria da “natureza” delas executarem essas tarefas, não necessitando também de qualquer qualificação – ser mulher seria o suficiente. É importante ressaltar, ainda, que há uma relação entre os arranjos familiares convencionais – regidos pela divisão sexual do trabalho doméstico, principalmente – e a dominação sofrida pelas mulheres, visto que entre os reflexos dessa relação estão as violências sofridas por elas e o baixo grau de autonomia em razão da vulnerabilidade que esses arranjos ocasionam.

Se as mulheres têm menos rendimentos ou menores condições de conseguir um emprego remunerado do que os homens, estarão potencialmente em condições de maior vulnerabilidade para negociar os termos em que as relações se estabelecem. Ao mesmo tempo, as injustiças na vida doméstica relacionam-se às desigualdades na esfera política. Sem a vocalização das experiências e interesses das mulheres, a construção de políticas favoráveis à igualdade de gênero fica comprometida; sem justiça na vida doméstica (e no mundo do trabalho), fica mais difícil o acesso das mulheres aos recursos necessários para a atuação e construção das carreiras políticas, entre eles o tempo livre, o apoio no cuidado dos filhos quando estão ausentes, as redes de contato e os recursos materiais necessários. (BIROLI, 2014a, p. 67).

Christine Delphy (2015), importante feminista materialista, chama a atenção para a maneira culturalmente difundida de associar às mulheres as tarefas de menor valor produtivo, de caráter próximo às tarefas domésticas. Não é apenas uma desvalorização de certas atividades em detrimento às demais, mas, sim, uma naturalização do não pertencimento das mulheres à esfera pública. Dessa maneira, a opressão sobre as mulheres também tem reflexos nas relações de trabalho, ao definir o valor laboral de acordo com mulheres e homens, e restringindo a entrada delas em determinados nichos e posições de maior salário e prestígio. A partir disso, é possível concluir que

[...] não é a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres que explica suas relações de produção, longe disso, mas que são essas relações que explicam que seus trabalhos sejam excluídos do mundo do valor. São as mulheres que são excluídas do mercado (da troca) enquanto agentes econômicos e não sua produção (DELPHY, 2015, p. 102).

Dessa forma, não é possível desconsiderar o papel da família e de seu *modus operandi* nesse cenário de funções pré-estabelecidas e destinos traçados, ambos determinados pelo sexo e pelas relações de gênero. A família, como destaca Pateman (1993), é marcada pelo poder patriarcal que coloca as mulheres como subordinadas aos homens, seja como pai, irmão ou marido. As sociedades se formam, portanto, tendo por base a configuração presente na família, numa imbricação da arena privada com a pública.

O entendimento de que a família e as formas assumidas pela vida afetiva e pela intimidade são produtos sociais – que podem variar no tempo, de acordo com o contexto, com o acesso a recursos materiais e práticas culturais (BIROLI, 2014a) – indica que as escolhas de cada membro para si e/ou para as outras pessoas são também constituídas pelos padrões sociais. Como observa Biroli (2015a, p. 8), “as relações da divisão sexual do trabalho só ganham contornos como questão social e política quando as atividades desempenhadas pelas mulheres cotidianamente são vistas como trabalho”, uma vez que, realizadas fora do ambiente doméstico, distante das relações familiares, os mesmos afazeres – lavar roupas, cozinhar, cuidar de crianças, limpeza de espaços – seriam remunerados (DELPHY, 2015).

Neste ponto, é importante salientar que a presunção da família como algo natural e existente desde sempre, com as mesmas características (na contemporaneidade, heteronormativa e excludente, reconhecida pelo Estado como entidade e sujeito de direitos – sendo, portanto, também protegida pelo Estado), naturaliza as atribuições dos integrantes, a partir da compreensão da “função social” que compete a cada um ou uma (às mulheres, caberia a maternidade e as atividades do cuidado; aos homens, a vida exterior à casa). Isso se reflete, consideravelmente, nas identidades de mulheres e homens – mesmo que as consequências mais danosas recaiam sobre elas, nas restrições de oportunidades e delimitações de capacidades, ou seja, há uma constante reafirmação das injustiças, por meio da subordinação das mulheres aos homens, por exemplo (BIROLI, 2014b). A figura do homem provedor estaria, assim, atrelada à da mulher dona de casa:

[...] a construção do “trabalhador” pressupõe que ele seja um homem que tem uma mulher, uma dona de casa, para cuidar de suas necessidades cotidianas. As esferas privada e pública da sociedade civil são separáveis, refletem a ordem natural da diferença sexual, e inseparáveis, incapazes de serem compreendidas isoladamente uma da outra. A persistente figura do “trabalhador”, o artesão, com um macacão limpo, um saco de ferramentas e uma marmitta, é sempre acompanhada pela figura espectral de sua esposa. (PATEMAN, 1993, p. 196).

Mesmo que tenha ocorrido importantes mudanças nas sociedades contemporâneas ocidentais como a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, o maior acesso delas à educação e as redefinições da moral familiar, essas transformações não levaram à superação da divisão sexual do trabalho doméstico, visto que as funções atreladas ao ambiente doméstico permanecem associadas às mulheres, de maneira naturalizada. Mesmo as mulheres de classe média, cujos afazeres não estão mais há tempos restritos à vida doméstica, permanecem as principais responsáveis por ela – o que não deixa de levantar também a reflexão sobre a exploração intragênero, ou seja, mulheres que desrespeitam os direitos e a condição de sujeito de outras mulheres. Por esse viés, é importante salientar que, conforme será abordado mais adiante, quando são consideradas, conjuntamente, as categorias gênero, classe e raça, a discrepância com relação às oportunidades entre homens e mulheres ou entre as próprias mulheres é bem mais evidente (hooks, 2015).

Cabe aqui frisar uma observação histórico-etimológica que Delphy (2015) faz sobre a família como uma “unidade de produção”:

Em latim, **família** designa o conjunto das terras, escravos, mulheres e crianças submetidos ao poder (então sinônimo de propriedade) do chefe de família. Nessa unidade, o pai é dominante, pois o trabalho dos indivíduos sob sua autoridade lhe pertence; em outras palavras, a família é o conjunto dos indivíduos que devem seu trabalho a um “chefe”. Como a família se baseia na exploração dos aparentados ou afiliados pelo casamento, tal exploração subsiste em qualquer lugar em que o modo de produção permaneça familiar. (DELPHY, 2015, p. 104, grifo da autora).

Conforme Danda Prado (1985), a família, considerada uma instituição social, apresenta aspectos positivos – como núcleo afetivo, de apoio e solidariedade –, mas também aspectos negativos – como a imposição normativa por meio de leis, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas. Quando seu livro *O que é família* foi publicado pela primeira vez, em 1981, não causava surpresa a família ser vista como elemento de coação social, geradora de conflitos e ambiguidades.

Uma família é não só um tecido fundamental de relações, mas também um conjunto de papéis socialmente definidos. A organização da vida familiar depende do que a sociedade através de seus usos e costumes espera de um pai, de uma mãe, dos filhos, de todos seus membros, enfim. Nem sempre, porém, a opinião geral é unânime, o que resulta em formas diversas de família além do modelo social preconizado e valorizado. É através da família – menor célula organizada da sociedade – que o Estado pode exercer um controle sobre os indivíduos, impondo-lhes diferentes responsabilidades conforme cada momento histórico. Sem dúvida, nossa instituição familiar é patriarcal, autoritária e monogâmica. Mas cabe a cada um encontrar os subterfúgios, os “modus vivendi”, dentro das normas em vigor. (PRADO, 1985, p. 23).

Logo em seguida, Prado (1985, p. 24), em tom crítico, destaca as atribuições de cada um dos membros dentro dessa instituição social: a mulher, por meio do casamento e da constituição de uma família, tornar-se-ia a garantia da existência de uma infraestrutura que permitiria tanto a reprodução da força de trabalho masculina (função de esposa)⁴ quanto a reprodução de futuras mãos-de-obra (função de mãe). Dessa maneira, a família também assumiria a função de válvula de escape das revoltas e dos conflitos sociais. Em outras palavras: o homem adquiriria mais consciência política devido a seu maior contato com o mundo exterior à domesticidade; a mulher se cercaria das necessidades da casa e dos filhos. Essas atribuições, conseqüentemente, teriam como foco a manutenção do equilíbrio da célula familiar, visto que a mulher serviria à contenção das revoltas do homem, sendo com frequência bode expiatório para suas frustrações, angústias e conflitos não resolvidos na esfera pública. A autora ressalta que tal situação muito interessaria ao Estado, uma vez que as energias individuais ou coletivas estariam canalizadas para a esfera doméstica, desviando-as, assim, da contestação e das reivindicações sociais.

A dualidade público-privado teve, historicamente, como um de seus aspectos a aceitação e a convivência das formas de autoridade na família, seja como autoridade da figura do pai, seja como a autoridade do marido sobre a esposa. Dessa forma, constituíam-se barreiras para que agressões como violência doméstica e estupro no casamento fossem denunciadas e houvesse a construção de legislação que interferisse, com o intuito de sobrepor direitos individuais aos da família como entidade. Como observam Debert e Gregori (2008) e Bandeira (2009), ainda no século XXI, os direitos das mulheres como indivíduos são deixados em segundo plano, em prol da defesa da família. Para Debert e Gregori (2008, p. 175), o debate sobre as agressões entre casais ou gerações familiares é

⁴ A dualidade público-privado garante a opressão continuada dos homens como força de trabalho porque desconsidera como atividade produtiva o que é realizado pelas mulheres (esposas) no ambiente doméstico, sem remuneração (DELPHY, 2015).

bem mais complexo, visto que a ele se combina a “hipocrisia da defesa da família”. Ou seja, não é a defesa da “família patriarcal” ou da “família como reino de proteção e afetividades” que está em jogo, mas da “família como única solução para o cidadão que falhou, que é pobre e incapaz de exercer os direitos conquistados”.

Em parte, o pensamento e a atuação dos operadores do direito têm caminhado em direção diversa ao que propõe o pensamento feminista, uma vez que, ao se referirem à especificidade da violência doméstica e familiar, eles tendem a não tratar a agredida como indivíduo, dando prioridade à família, ao lar, e, portanto, maximizam o significado da ordem familiar como uma ordem “natural” regida pelo homem-provedor. (BANDEIRA, 2009, p. 426).

A violência sofrida por muitas mulheres dentro de casa, por muito tempo, foi aceita socialmente como parte da relação envolvida pelas regras do casamento. Assim também o ato sexual sem o consentimento da esposa demorou a ser considerado como estupro e um desrespeito às mulheres, visto que ainda se mantinha a ideia de pertencimento e subordinação, atribuída ao entendimento do papel das mulheres dentro do casamento, da esfera doméstica (BIROLI, 2014c). Muitas vezes, a vulnerabilidade a que muitas mulheres estão sujeitas faz com que se silenciem. Como destaca Alzira Rufino (2000), a violência doméstica não acomete exclusivamente as mulheres pobres, moradoras de favelas ou da periferia. Essa triste história é a realidade de mulheres de indistintas profissões, rendas e idades, que são agredidas por maridos, namorados e parceiros. Entretanto, Bandeira (2009) ressalta que, mesmo as violências contra mulheres não sendo consideradas como um evento excepcional para segmentos femininos populares, é importante considerar que essa prática redimensiona ou renegocia os pactos domésticos. Dessa forma, a condição de classe e raça/etnia apresenta elementos distintos entre as mulheres agredidas que não podem ser omitidos.

Além disso, Biroli (2016, p. 52) destaca que a objetificação e a tolerância social à violência “estão associadas a uma moral sexual e familiar convencional, na qual os homens reivindicam para si o controle sobre o corpo das mulheres”. Referenciando-se em Sylvia Walby (1990), a autora completa que a violência masculina pode ser entendida não como mera derivação de outras formas de opressão, mas como uma forma de poder dos homens sobre as mulheres, expondo, assim, as distintas dimensões da dominação de gênero em uma sociedade. Nessa configuração, não é possível entender que todas as mulheres exerçam devidamente sua autonomia, visto que são agredidas pelo simples fato de haver homens que acreditam ter o poder sobre elas, seus corpos, suas vidas.

Não são as escolhas dos indivíduos, mas as condições em que elas se dão que ganham centralidade. O problema político pode ser recolocado como o da possibilidade do exercício da autonomia em contextos bastante determinados das relações de poder. Em vez da oposição entre livre-escolha e constrangimentos, a questão é saber quais são os recursos, materiais e simbólicos, disponíveis no processo em que os indivíduos se constituem como sujeitos de suas vidas. (BIROLI, 2016, p. 44).

Dessa forma, as violências contra as mulheres podem ser entendidas como estruturantes das relações hierarquizadas entre os sexos, nas quais há a constante negação do outro – especificamente, das mulheres –, vinculada a perspectivas de “honra e vergonha masculinas”, com a conseqüente assimetria dos pares, herança das sociedades mediterrâneas colonizadoras. Além disso, os atos de violência teriam suas “razões legitimadas” como um corretivo às mulheres que não respondessem plenamente ao padrão ideal de comportamento normativo nas relações familiares, ou seja, na dedicação à família, à maternidade, aos filhos, nas pequenas disputas do cotidiano, e quanto a valores como fidelidade, honestidade, empatia, subjetividade e cooperação. Assim, as relações violentas de homens contra mulheres estariam baseadas no controle, no poder, nos ciúmes e na defesa da honra, com a tendência a serem atos de violência cotidiana e crônica física e psíquica, que podem desencadear – e, por vezes, desencadeiam – em mortes. Como matar também é perder o controle, que deve ser constante, espancam-se constantemente mais mulheres e se matam mais homens entre si (BANDEIRA, 2009, MACHADO, 2010).

Mais de três décadas depois da publicação de Prado (1985), nas discussões feministas atuais, a defesa de que o Estado assuma as responsabilidades pelos serviços de cuidado, como serviços de creches, tem como foco a ampliação de oportunidade para as mulheres, principalmente aquelas de baixa renda, que integram a gama das profissionais com menor remuneração, ao mesmo tempo em que, com seu trabalho, possibilitam a outras mulheres maior inserção no mercado de trabalho. Assim, os indivíduos que assumem a responsabilidade pelo cuidado de outrem ficam em desvantagem perante os demais, já que a esse tipo de atividades é atribuída baixa valorização, tanto financeira quanto de relevância produtiva, o que coloca essas pessoas em situação de grande vulnerabilidade e perda de autonomia. Pelos critérios da divisão sexual do trabalho doméstico, os indivíduos em questão, muitas vezes, são as mulheres.

Há enormes desvantagens quando se assume o papel de cuidar de alguém em sociedades nas quais se nega ao cuidado valor e relevância, ou mesmo a definição como trabalho. Pela divisão sexual do trabalho doméstico, as mulheres são responsabilizadas, prioritariamente, por cuidar das crianças, dos idosos e dos enfermos, o que significa que seu tempo será concentrado nessas atividades ou terá de ser dividido entre o trabalho remunerado, o cuidado e o trabalho doméstico. Quanto menor é a possibilidade de ter apoio de instituições públicas – creches e atendimento médico-hospitalar ou doméstico adequado, por exemplo – maiores são as chances de quem cuida ter dificuldades para prover materialmente as próprias necessidades e as dos que lhe são próximos. Ficam reduzidos, também, tempo livre e oportunidades de autodesenvolvimento, estudo e profissionalização. (BIROLI, 2014a, p. 69).

Segundo dados da pesquisa *Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça*⁵, publicada em 2011, ao longo de quatorze anos (1995-2009), a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de dez pontos percentuais. Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009, o que significa dizer que há, no Brasil, atualmente, 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres. Além disso, ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média de uma família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491. Do mesmo modo, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos.

Esses dados corroboram a análise de Gonzalez (1984), que levanta um ponto primordial quanto à hierarquia entre as próprias mulheres: a discriminação das mulheres negras no mercado de trabalho. A pesquisadora afirma que a exploração e a discriminação que essa parcela da população sofre não se distancia muito dos tempos da escravidão. As mulheres negras são direcionadas a ocupações com baixa remuneração e, conseqüentemente, nas quais possam ficar “ocultada[s], invisível[is]”, como cozinheiras ou faxineiras. Os postos de secretárias ou balconistas de boutique elegante são para as mulheres brancas. Além disso, a ativista e intelectual acredita que o feminismo latino-americano perde muito de sua força ao abstrair o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Dessa forma, “falar da opressão da mulher latino-americana é falar

⁵ A pesquisa foi realizada em parceria pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ONU Mulheres, Secretária de Políticas para Mulheres (SPM) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2009.

de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas” (GONZALEZ, 2011, p. 14).

Para Carneiro (2011b), a universalização da luta dos movimentos feministas, feita a partir do ponto de vista das mulheres brancas, nega, deslegitima e silencia as mulheres negras, aproximadamente metade da população feminina brasileira. Quase três décadas depois de Gonzalez, Carneiro ainda precisa frisar o mesmo ponto: as mulheres negras são preteridas no mercado de trabalho, no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos, devido ao eufemismo da “boa aparência”. Afinal, a predileção é por brancas; se forem loiras, melhor.

[...] o movimento feminista brasileiro se recusa a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. [...] É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem. (CARNEIRO, 2011b, p. 121-122).

Dessa forma, não é possível pensar as mulheres como um coletivo único que, devido ao gênero, sofra uma opressão com as mesmas raízes. Não é possível atribuir a todas, indiscriminadamente, “o problema que não tem nome”, ou seja, a necessidade de deixar suas casas e as tarefas a elas atribuídas e ir atuar no mercado de trabalho, como fez Betty Friedan, em 1963, quando publicou *A mística feminina*. Para hooks (2015, p 193-194), tal realidade se refere à situação de um restrito “grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida”. Portanto, essas vítimas do sexismo lembradas por Friedan mascaravam, por meio dessa opressão compartilhada entre si, o classismo, o racismo e suas atitudes perante à massa de mulheres estadunidenses. Sem minimizar a importância do debate levantado por Friedan, hooks critica sua atuação que, como tantas outras feministas, replicou a todas as mulheres a vivência de um pequeno grupo, desconsiderando as experiências, as desigualdades de oportunidades, os preconceitos, os estereótipos que pesam sobre tantas outras mulheres.

Em complementação às críticas levantadas por hooks, as observações de Davis (2016, p. 239) sobre a atuação no mercado de trabalho estadunidense das mulheres de

minorias étnicas, em especial, as negras, desde o início do século XX, são significativas para a abertura do debate para outras perspectivas e outras vozes. Embora o livro de Friedan aborde o descontentamento das mulheres brancas de classe média em executar as tarefas domésticas nos anos 1960, já em 1910, mais da metade de todas as mulheres negras dos Estados Unidos trabalhava fora de casa, sendo que um terço delas era empregada doméstica remunerada. Dez anos depois, mais da metade exercia a função de serviçal doméstica; proporção que subiu para três em cada cinco, nos anos 1930. Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve uma significativa redução do número de mulheres negras que trabalhavam como empregadas domésticas. Mesmo assim, na época do lançamento de *A mística feminina*, ainda um terço de todas as mulheres negras que tinham trabalho remunerado exercia as atividades domésticas. Davis (2016) destaca que a proporção de trabalhadoras domésticas negras apenas teve uma queda definitiva quando os cargos administrativos se tornaram mais acessíveis a elas. Em 1975, o percentual de empregadas domésticas entre as mulheres negras chegava à casa dos 13%.

Nas palavras de hooks (2015), sua crítica ao feminismo branco e proprietário, cuja origem se dá no norte-global, deve-se a sua condição de membro de um grupo oprimido, a sua experiência com a exploração e a discriminação sexista e à sensação de que a análise feminista dominante não foi a força que moldou sua consciência feminista.

Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar a, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. [...] Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista. [...] As mulheres brancas e os homens negros têm as duas condições. Podem agir como opressores ou ser oprimidos. Os homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras. Ambos os grupos têm liderado os movimentos de libertação que favorecem seus interesses e apoiam a contínua opressão de outros grupos. (hooks, 2015, p. 207-208).

Como destaca Lia Zanotta Machado (2016), os feminismos que ganharam força no Brasil se diferenciavam em muito das vertentes que se desenvolveram no norte-global, com destaque para os Estados Unidos e a França. As lutas feministas brasileiras, nos anos 1970, em grande medida, estavam atreladas à participação das mulheres na luta geral em favor da democracia, contra a ditadura e contra as desigualdades sociais, com uma forte

marca dos ideais de esquerda e estreitamente articuladas com a defesa dos direitos à cidadania e à democracia. Machado (2016, p. 7) frisa que participavam dos grupos “mulheres com relativa diversidade racial e de classe”, embora a “questão da diversidade entre as mulheres não estivesse em pauta naquela época”, em detrimento dos debates atuais: “era como se o chamado à sociedade civil e o chamado às mulheres convocassem uma diversidade de mulheres”, embora não estivessem colocadas as organizações de mulheres negras e das mulheres lésbicas e suas agendas, tal como se dá mais adiante dentro dos movimentos feministas, a partir do final dos anos 1990. Assim, a partir da geopolítica do conhecimento, é possível afirmar os feminismos brasileiros não se vinculavam à perspectiva do feminismo de Betty Friedan, apresentando um caráter mais aberto ao diálogo e à multiplicidade das mulheres, seja no campo do debate teórico, seja no ativismo.

Gonzalez (1984), na mesma perspectiva de hooks (2015), ressalta o caráter restritivo e excludente da abordagem do modelo homogeneizante do feminismo branco e proprietário do norte-global. A crítica da autora brasileira parte do incômodo causado pela representação limitante das mulheres negras como mulatas, empregadas domésticas e mães pretas. Mesmo as mulheres negras de classe média não estão isentas da discriminação: “Não adianta serem ‘educadas’ ou estarem ‘bem vestidas’ (afinal ‘boa aparência’, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria ‘branca’, unicamente atribuível a ‘brancas’ ou ‘clarinhas’)” (GONZALEZ, 1984, p. 230).

A partir da discussão desenvolvida até aqui, crítica ao feminismo branco e proprietário do norte-global, é possível trabalhar a abordagem da interseccionalidade que, segundo Crenshaw (2002, p. 177), “é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Assim, ao se basear nos critérios da interseccionalidade, racismo, patriarcado, classismo e outros sistemas discriminatórios passam a ser considerados como variáveis que juntas alteram a estrutura opressiva, por meio de ações e políticas específicas, que constituem aspectos dinâmicos do desempoderamento. Em outro trabalho, Crenshaw (s.d., p. 10) salienta que “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos”.

Os debates próprios do pensamento feminista negro não necessitam ser exclusivos, podendo ser compartilhados com outras pessoas, a fim de ampliar a discussão e sair da homogeneidade de perspectiva. É justamente a convergência dessas

características distintas que fazem com o pensamento feminista negro, tenha contornos particulares, ao apresentar respostas ativistas a opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, religião, nacionalidade. Assim, não é possível falar de empoderamento das mulheres negras sem que essas opressões sejam eliminadas, a partir de princípios de justiça social, que transcendem as necessidades particulares deste grupo. Além disso, o legado da luta das mulheres negras ganha força ao se depararem cotidianamente com a vulnerabilidade a agressões sofridas no trabalho, na rua, em casa e via meios de comunicação, em um misto de racismo, misoginia e pobreza. Cabe lembrar, no entanto, que apesar de os desafios serem muitas vezes comuns, as experiências e suas interpretações não são as mesmas para todas as mulheres negras (COLLINS, 2012).

Ao afrontar questões importantes a partir do ponto de vista das mulheres negras e enchê-las de novos significados, o pensamento feminista negro pode estimular uma nova consciência que utilize o conhecimento cotidiano, menosprezado. Mais do que criar consciência, o pensamento feminista negro afirma, rearticula e proporciona um meio para expressar em público uma consciência que muito frequentemente já existe. Mais importante ainda, esta consciência rearticulada aspira a empoderar mulheres afroamericanas e a estimular a resistência. (COLLINS, 2012, p. 117).

A ideia de interseccionalidade trazida por Joaze Costa (2013, p. 474), com base nos estudos de Crenshaw, trabalha a articulação política entre os movimentos classista, feminista e negro, a partir de duas noções importantes para pensar desigualdades: desempoderamento e empoderamento. Assim, no sentido do desempoderamento, a interseccionalidade faz referência “à maneira pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades”. No sentido do empoderamento, as dinâmicas dos eixos de poder – raça, classe, gênero etc. – podem fazer com que se crie resistência e mobilizações políticas individuais e coletivas entre os membros dos grupos marginalizados.

Como destacam Flavia Rios e Alex Ratts (2016), no texto *A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez*, uma das grandes preocupações da antropóloga estava em frisar que os feminismos deveriam dar atenção às múltiplas formas de opressão que recaem sobre as mulheres. Já na década de 1980, Gonzalez indagava a sociedade e a academia, em particular, para as desvantagens e os privilégios quanto ao sexo (o termo “gênero” não era tão usual como nos debates atuais), à raça e à classe, além de uma nova percepção do feminismo que transcendia o modelo capitalista e norte-global. Prova disso é sua proposta de um feminismo transnacional ou “afrolatinoamericano”, que buscava a

aproximação de diversas contribuições culturais e políticas de mulheres de ascendência africana e indígena, nas práticas e no pensamento de matriz hegemônica do feminismo. Gonzalez ressaltava a importância da autonomia das organizações de mulheres populares, negras e indígenas, ao acreditar que “ninguém era melhor do que essas mulheres para vocalizar seus próprios interesses e suas formas de simbolizar o mundo social” (RIOS; RATTS, 2016, p. 399). Assim, ao falarem por si mesmas, compartilhando suas vivências múltiplas, essas mulheres poderiam alcançar seu empoderamento por meio do discurso, por vezes, silenciado por outras mulheres e por homens.

Biroli e Miguel (2015) destacam que o debate sobre as convergências entre gênero, raça e classe parte do questionamento de ser possível compreender as desigualdades presentes nas sociedades contemporâneas considerando apenas uma dessas variáveis, isoladamente.

Não suspendemos a importância de outras variáveis, mas entendemos que as assimetrias que se definem no entrecruzamento e constituição recíproca desses três eixos [gênero, raça e classe] são incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas. [...] qualquer análise que tenha a ambição de estabelecer relações entre os limites das democracias contemporâneas e as desigualdades sociais precisa incorporar como problema as hierarquias que se constituem na convergência entre os três eixos. (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29).

Dessa forma, ao se discutir as relações de poder imbricadas pela dualidade público-privado, não é possível suspender as diversas correlações existentes entre as variáveis de opressão. Como exemplo da atual não-aceitabilidade do perfil feminista branco como difusor do discurso hegemônico, Biroli e Miguel (2015) frisam que é necessário ampliar as perspectivas da busca por direitos das mulheres, indo além das considerações baseadas exclusivamente na vivência de mulheres brancas. É imprescindível que, ao se falar de feminismos, sejam consideradas as vivências distintas das apresentadas pelas mulheres de classe média em décadas passadas. O cotidiano de opressão quanto ao sexismo e à divisão sexual do trabalho também se complexifica com o racismo e com as desvantagens de classe, e não é possível se pensar em discriminação, sem considerar tais variáveis.

2 MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO, AGENDA E CONTEXTO DE LUTAS

Como discutido no capítulo anterior, a agenda dos movimentos feministas se constitui como reação às injustiças sociais, que passam a ser percebidas como um problema, imprescindível para o debate sobre democracia e cidadania. Dessa maneira, a esfera privada, as relações de poder presentes nela e a dualidade público-privado, como abordado anteriormente, não representam apenas um dos temas dos movimentos feministas, mas, sim, são significativas para o entendimento da agenda política das mulheres. Além disso, a especificidade na relação com as organizações de esquerda e com outros movimentos sociais e a importância da esfera privada na atuação política-pública das mulheres apresentam-se como fundamentais para a base de organização dos movimentos feministas e para a construção de sua agenda. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é aprofundar esta discussão, a partir de três pontos: (a) os movimentos feministas brasileiros no contexto dos movimentos em prol da democracia; (b) caracterização dos movimentos feministas; e (c) a imprensa feminista brasileira.

O movimento de trabalhadores que começava a se reorganizar nos sindicatos, nas associações de bairro e nas comissões de políticas públicas ainda se apresentava de maneira fragmentada e dispersa, na segunda metade dos anos 1970. Havia, inclusive, a parceria com a ala progressista da Igreja Católica, por meio das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Também é o momento da organização dos movimentos feministas e de mulheres. A pluralidade dos movimentos, segundo Eder Sader (2010), não indicava nenhuma compartimentação de camadas ou classes sociais diversificadas, visto que, muitas vezes, as mesmas pessoas circulavam de um movimento para outro. Essa multiplicidade poderia ser entendida mais como um indicativo de diferentes formas de expressão.

Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso mesmo também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência. (SADER, 2010, p. 199).

O desenvolvimento e a expansão dos movimentos sociais na segunda metade dos anos 1970, segundo Gonzalez (1985), propiciaram a mobilização e a participação de

vários setores da população brasileira, com dois objetivos em comum: reivindicação de seus direitos e uma intervenção política mais direta. Como será discutido mais adiante, para a população negra, essa abertura foi concretizada no Movimento Negro e no Movimento de Associação de Moradores das favelas e dos bairros periféricos. “Enquanto o Movimento Negro desenvolveu-se a partir sobretudo de setores das classes médias, o Movimento de Favelas organizou-se a partir do subproletariado urbano em associações de moradores” (GONZALEZ, 1985, p. 99).

É interessante perceber que foi nesse contexto de afirmação de identidades de movimentos sociais que os movimentos feministas brasileiros ganharam novo fôlego, principalmente, a partir das influências de muitas mulheres que regressavam do exílio e que, por lá, tiveram contato com as novas ideias que estavam em discussão sobre o papel das mulheres na família e na sociedade (PINTO, 2007). Apesar de a classificação adotada por Céli Pinto (2007) ser uma das mais utilizadas para classificar as etapas dos movimentos feministas, alguns questionamentos vêm sendo colocados, como os apresentados por Carla Gomes e Bila Sorj (2014). Baseadas em autoras como Cathryn Bailey (1997) e Claire Hemmings (2009), apresentam contestações quanto à periodização dos movimentos feministas por meio de “ondas”. Sua justificativa se divide em três pontos. Primeiramente, esta metáfora pode remeter a um processo de constante substituição de feminismos, com descontinuidade entre as linhas, fixando autoras e perspectivas, como se o momento seguinte fosse a superação do anterior. Em segundo lugar, ao se optar pela delimitação em ondas, pode-se incorrer na omissão ou exclusão de várias expressões dos feminismos que não se enquadraram nos critérios apresentados como característicos de determinado período. As autoras também acreditam que o uso do termo “onda” possa criar uma neutralidade e objetividade aparente, quando, na verdade, frisam, toda periodização vincula-se a disputas de poder e lutas por reconhecimento, quanto aos enunciadores e a sua agenda política. Por esses motivos, Gomes e Sorj (2014), utilizando-se das observações de Jo Reger (2014), preferem adotar o termo “gerações”, a fim de que o caráter descentralizado dos feminismos e dos diferentes grupos de feministas em atividade simultaneamente, em relação e em disputa, com diferentes experiências, possa ser contemplado.

Nesta pesquisa, será considerado o entendimento proposto por Pinto (2007), por ser entendido, à luz do levantamento do *corpus*, como o mais coerente com o processo de inserção das mulheres brasileiras na arena pública e via imprensa feminista, principalmente, ao se considerar as diferentes maneiras como isso ocorreu e ocorre

atualmente, embora críticas sejam apresentadas quanto à não incorporação das demandas de muitas mulheres (negras, pobres, indígenas, deficientes, rurais) à agenda hegemônica dos movimentos. Entretanto, ressalta-se, tanto os movimentos de mulheres quanto os movimentos feministas, cada um a seu modo e, de certa maneira, complementando-se, são responsáveis pelos avanços e conquistas de novas oportunidades e novas maneiras das mulheres se colocarem perante a sociedade e a família.

Ainda sob o olhar inquisidor da ditadura militar, foi, nos anos 1970, que as primeiras manifestações do feminismo de segunda onda surgiram no Brasil. O contexto de lutas por liberdades individuais na Europa e nos Estados Unidos e a influência que o contato dos grupos de exilados, principalmente das exiladas, com essas novas ideias sobre a condição das mulheres na família e na sociedade de maneira mais ampla, foram fortes impulsionadores de novos debates e questionamentos. Para o regime militar, qualquer manifestação de feministas era vista com desconfiança, já que as entendia como política e moralmente perigosas. Sonia Alvarez (1990) destaca que o perfil e as reivindicações das mulheres da década de 1970 eram bem distintos das daquelas que foram às ruas em São Paulo, em 1964, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação de mulheres das classes mais favorecidas em prol de valores e costumes tradicionais, que contribuiu para a retirada do presidente João Goulart (1961-1964) do poder. Anos mais tarde, as mulheres – não apenas as brasileiras, mas de todo o Cone Sul – reclamavam do elevado custo de vida, denunciavam o desaparecimento de familiares contrários aos regimes ditatoriais, discutiam os entraves aos direitos reprodutivos e lutavam por espaços e reconhecimento no mercado de trabalho.

Os movimentos feministas que chegavam à cena brasileira na segunda metade da década de 1970 traziam nas mobilizações e nos debates outras reivindicações que iam além do direito ao voto almejado pelas sufragistas, no início do século XX, na primeira onda do feminismo⁶. Mercedes Velasco (2012) ressalta que a intersecção com a raça no debate de gênero é uma importante distinção e diferenciação quanto à primeira onda feminista, que deixava a questão racial completamente alijada. Essa discussão abre novas possibilidades de interpretação e de reivindicação por direitos à medida que parte de

⁶ A categorização dos movimentos feministas em ondas, conforme descrito por Pinto (2007), tende a simplificar os processos ocorridos no período em termos de atuação, embora em cada um dos momentos históricos tenha havido articulações e mobilizações distintas das mulheres devido às vivências diversas e centralidade das agendas.

diferentes grupos de mulheres em busca de posições igualitárias, reconhecendo no racismo uma característica estrutural das relações entre mulheres brancas e não-brancas.

As feministas dos anos 1970, “ainda que mantivessem importantes afinidades ideológicas com o projeto de transformações estruturais e institucionais da esquerda”, segundo Alvarez (2000, p. 389), “em termos organizacionais, enfatizavam a autonomia absoluta em relação à esquerda, à oposição mais ampla e ao Estado”. Nas palavras da autora, nesse momento,

O feminismo brasileiro definia-se em relação e/ou contraste com: a esquerda (tanto a revolucionária como a teórica-acadêmica, que insistiam em relegar a opressão de gênero ao estatuto de “contradição secundária”); as mulheres não-feministas participantes também da oposição, conhecidas então como as “políticas”, que insistiam em priorizar a “luta geral” e se proclamavam “femininas e não-feministas”; as centenas de grupos de mulheres de base – muitas vezes vinculadas à Igreja Católica (antifeminista mesmo quando progressista) – que proliferavam então no país, organizados em torno da sobrevivência da família e da comunidade e que constituíam um público privilegiado para as intervenções culturais-políticas das feministas; e a imagem distorcida pelos meios de comunicação dos movimentos feministas “burgueses, imperialistas, de ódio ao homem” da América do e da Europa. (ALVAREZ, 2000, p. 389).

Assim, “**ser uma feminista**” passou a ter um sentido novo e multifacetado, já que nele estava contido o entendimento de se ter uma política centrada em um conjunto de questões “**específicas**” das mulheres; aderir a determinadas normas de organização e agir em certos espaços públicos a fim de aprofundar a análise da opressão de gênero, além de, nos próprios movimentos de mulheres, promover a consciência dessa opressão (ALVAREZ, 2000, p. 389, grifos da autora). Um pouco mais adiante, no mesmo artigo, a autora salienta que a dupla militância – ou seja, a participação de feministas tanto em partidos políticos quanto em organizações de classe – era comum nessa época, visto que era considerada importante para se conseguir avanços na luta geral e nos grupos de mulheres, quanto a suas reivindicações específicas.

Entretanto, esse entendimento não era unânime. Para algumas pessoas, a atuação em movimentos diferentes ao mesmo tempo, dentro da militância de alguns deles, colocava a defesa da agenda feminista como uma desvirtuação ou motivo para enfraquecimento da luta de esquerda (CARDOSO, 2004; PINTO, 2007; SADER, 2010).

Na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais. Portanto, o feminismo, que no Brasil não era visto com

bons olhos pelo regime militar ultradireitista, também não tinha guarida entre os militantes da extrema esquerda. [...] Talvez o grande problema encontrado pelos homens fosse que ele estava politizando a vida dentro de casa... (PINTO, 2007, p. 53).

Vera Soares (1994, p. 12) coloca as mulheres dessa época – que chama de “novas atrizes” – como aquelas que transcenderam “seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como mulheres inteiras, múltiplas”, em detrimento do imaginário coletivo que as via como cidadãs despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas. O perfil das “novas atrizes” apresentado pela autora, inclusive, remete à discussão sobre a dualidade público-privado, cerne do Capítulo 1 desta tese. As condições sociopolíticas brasileiras e as influências das sociedades estadunidenses e europeias contribuíram para mobilizar mulheres com trajetórias e questionamentos semelhantes aos das estrangeiras e, em sua maioria, vinculadas a partidos de esquerda, mobilizados em favor da redemocratização. Lia Machado (2010, p. 137) destaca que as ativistas dessa época, sob forte influência do intercâmbio internacional de ideias e proposições das mulheres exiladas em Paris, Berkeley e Santiago do Chile, buscavam articular as lutas feministas com a defesa da democracia e dos direitos à cidadania: “Em grande parte, a força de repercussão do movimento feminista dependeu de sua participação na luta geral pela democracia, contra a ditadura e contra as desigualdades sociais”.

Os primeiros grupos feministas, criados nos anos 1970, tinham como compromisso a luta pela igualdade das mulheres, a anistia e a abertura democrática (SOARES, 1994). Pinto (2007) chama atenção para o fato de que esses grupos se sentiam envergonhados por discutir sua posição na sociedade, seu corpo e seu prazer, como outras mulheres o faziam em várias partes do mundo, enquanto o país ainda vivia tempos difíceis no campo político.

O ano de 1975 foi marcante e decisivo para as reivindicações dos movimentos feministas estarem na agenda da discussão pública. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu 1975 como o Ano Internacional da Mulher e o período de 1975 a 1985 como a Década da Mulher. O objetivo dessas ações era possibilitar uma discussão, em nível mundial, das questões que tinham as mulheres como protagonistas, por exemplo, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, cidadania, emancipação e violência. Assim, não foram fatos isolados que impulsionaram a retomada dos movimentos feministas, mas uma combinação de fatores – inclusive, a própria volta às atividades dos movimentos sociais

com diferentes agendas –, que atuava como catalisadora dessa segunda fase (SARTI, 2004; PINTO, 2007; 2010).

O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota. [...] A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. (SARTI, 2004, p. 37).

Para muitas organizações brasileiras, este foi o momento de fortalecer a luta pelos direitos das mulheres e reforçar que as reivindicações da agenda feminista eram importantes, sobretudo, para a construção de uma sociedade mais justa e democrática – apesar de o país ainda estar sob as amarras do regime militar, com a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979). De acordo com as considerações levantadas em seu livro sobre a história dos movimentos feministas no Brasil, Pinto (2007) destaca que, a partir da institucionalização do Ano Internacional da Mulher, a temática ganhou um novo *status*, principalmente diante de governos autoritários, presentes por toda América Latina, e de sociedades conservadoras, que viam com desconfiança a causa feminista e os projetos considerados progressistas.

A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional possibilitava às mulheres, mesmo que ainda de maneira excludente, mais oportunidades. Além disso, o processo de modernização e a efervescência cultural a partir de 1968, com a difusão de novos comportamentos afetivos e sexuais – devido à expansão da comercialização de métodos contraceptivos como as pílulas – e o acesso a recursos de terapias psicológicas e à psicanálise, constituíram um ambiente propício para novas experiências cotidianas, que entraram em conflito com o padrão tradicional dos valores da família brasileira até então (SARTI, 2004).

Maria Lygia Quartim de Moraes (2012, p. 107) aponta os movimentos de 1968 e seu legado para a contemporaneidade como um marco importante para os feminismos do século XX, visto que é nesse contexto que se verifica a emergência das mulheres como sujeitos de sua própria história. Maria Amélia Teles (1999) complementa quanto à importância desse ano para o porvir dos movimentos sociais:

Durante o ano de 1968, parcelas da sociedade se rebelaram contra a ação imperialista e genocida, invocaram ideais libertários e igualitários. Começaram

a desvendar as discriminações que procuram transformar as mulheres, os jovens e os negros numa massa informe sem expressão cultural e política. Emergiram movimentos feministas e de negros, principalmente norte-americanos, contra as ideologias patriarcal, machista e racista. (TELES, 1999, p. 61).

A geração dos anos 1960, que cresceu no Brasil do pós-guerra e conheceu longos períodos de governo democrático, também se deparou com o capitalismo industrial superando a economia agrária e o ruralismo, ao mesmo tempo em que viram a classe média se expandir e os valores da tradicional família católica começarem a ser questionados. Essa juventude também não aceitava calada a falta de liberdade política nos primeiros países socialistas. Muitos jovens, mulheres e homens, inclusive, vindos de partidos oficiais de esquerda, acabaram por aderir à luta armada (MORAES, 2012, p. 109).

A agitação e a efervescência de 1965 a 1969, com os festivais de música e de cinema e os grandes encontros estudantis, foram substituídas pelo “medo da atuação impune do terrorismo de Estado contra os ‘subversivos’” (MORAES, 2012, p. 110). Além disso, a moral cristã tornou-se tão onipresente a ponto de pílulas anticoncepcionais e bombas molotov terem o mesmo *status* – provas incriminadoras. Então, as mulheres que se colocaram contrárias ao regime militar, principalmente as que atuaram na luta armada, eram punidas exemplarmente, pelo “atrevimento duplo”, de acordo com o relato da ex-presa política Dulce Maia, transcrito por Moraes (2012, p. 111): ousar pegar em armas contra o regime militar e extrapolar o universo doméstico e feminino para “agir como homem”, desafiando o “código de gênero de sua época”. As convenções de gênero também estavam presentes entre as esquerdas. Um exemplo é que muitas brasileiras não aceitaram que sua atuação se restringisse às funções de enfermeiras ou elementos de apoio logístico, e pressionaram os responsáveis pelo treinamento militar oferecido em Cuba, até então apenas para homens, para que também elas participassem das atividades. Nesse momento, havia uma consciência forte na luta das mulheres e dos negros de que as desigualdades sociais eram um tema central. Entretanto, dentro dos próprios partidos de esquerda, havia a tendência de minimizar as questões específicas, colocando-nas como parte da problemática maior da desigualdade material. Em contrapartida, havia um segundo cenário, com a inclusão da desigualdade na agenda dos movimentos, por meio do reconhecimento das diferenças e de como realidades distintas – de um lado, mulheres negras, pobres, sem-terra; de outro, mulheres ricas e intelectualizadas – eram afetadas pelas desigualdades materiais (PINTO, 2007).

Moraes (2012) destaca, ainda, que o exílio político não atingiu pessoas de todas as classes sociais, mas ficou limitado a uma pequena parcela representada, em sua maioria, por integrantes da classe média intelectualizada. Segundo dados do *Projeto Brasil, Nunca Mais*, que a autora reproduz em seu artigo, quase 90% das acusadas de pertencer a grupos contrários à ditadura militar, originárias de São Paulo, tinham entre 20 e 29 anos, sendo que muitas eram estudantes de graduação ou de pós-graduação da Universidade de São Paulo (USP). Foi exatamente no exílio que muitas dessas jovens constituíram família e se depararam com o acirramento das contradições de gênero. Suas queixas, como apontado no Capítulo 1, não se diferenciavam muito das de outras mulheres, em especial, quanto às tarefas domésticas e os cuidados com os filhos. “Por outro lado, ante o machismo reinante nas concepções dos partidos comunistas oficiais, a participação das mulheres na luta armada foi uma enorme ruptura com relação às lutas e movimentos sociais anteriores, nos quais predominavam os homens” (MORAES, 2012, p. 111). Assim, mesmo as convenções de gênero estando presentes também nas esquerdas, foi neste campo que houve a possibilidade de as mulheres atuarem politicamente.

Nessa época, o Chile, governado por Salvador Allende (1970-1973), recebeu muitos brasileiros. A adaptação não se mostrou difícil, seja do ponto de vista do trabalho ou da participação política. Entretanto, ao mesmo tempo, foi a comprovação, na prática, de que a solidariedade entre as mulheres não ultrapassava a luta de classes, visto que muitas chilenas de classe média e alta se colocaram contrárias ao governo popular de Allende por promover várias reformas a fim de melhorar a situação das empregadas domésticas, ampliando seus direitos trabalhistas e aumentando o número de creches. Contudo, cabe destacar também que, como no Brasil, muitas das apoiadoras de Allende e contrárias a Pinochet eram estudantes e intelectuais, oriundas das classes média e alta. Talvez, como em um filme já assistido em 1964, as exiladas brasileiras viram os padres pregando contra o governo nas igrejas e as reacionárias promovendo panelaços no fim do dia nos bairros nobres. Com a queda de Allende e a chegada de Pinochet ao poder, os refugiados latino-americanos foram perseguidos e expulsos do país (MORAES, 2012).

Foi nessa época, início dos anos 1970, que muitos exilados viram na França o potencial de refúgio, longe do acirramento da repressão política que já chegava ao Cone Sul. Segundo Moraes (2012), o país europeu vivia uma ebulição social, que tinha na liberalização do aborto uma reivindicação nacional, integrando suas lideranças as feministas, apoiadas pelos partidos comunistas e socialistas. Para as mulheres, foi o

grande momento de estreitar o contato com os movimentos de mulheres e feminista franceses, que estavam em seu auge político.

A influência do feminismo francês na formação das brasileiras foi ponderável, especialmente com a constituição do *Círculo de Mulheres* composto por exiladas e estudantes brasileiras no exterior. O impacto dessa experiência foi especialmente forte entre as mulheres que, no encontro com o feminismo europeu, passaram a refletir sobre sua própria situação. A dimensão subjetiva foi finalmente reconhecida e entrou no rol das questões políticas. Em muitos sentidos, o exílio foi um tempo em suspensão. Em sua autorrepresentação, as brasileiras se viam como exiladas, e não como imigrantes, diferentemente dos milhares de cidadãos chilenos e argentinos que foram obrigados a viver no exterior sem perspectiva de volta. (MORAES, 2012, p. 114).

O contato com as discussões das francesas fez aflorar nas brasileiras o desejo de constituir seu próprio feminismo, sendo uma das primeiras mobilizações – que incluía outras latino-americanas –, o grupo de discussões e reflexões *Nosotras*, em 1972, cuja principal articuladora era a psicóloga Danda Prado, como será apresentado adiante, que, segundo Moraes (2012), serviu de inspiração para o jornal brasileiro *Nós Mulheres*, criado quatro anos depois. Com o retorno das exiladas ao Brasil, essa dinâmica dos grupos, que muito tinha da influência dos círculos feministas europeus, foi reproduzida antes mesmo de 1975. A formação desses grupos corresponde a adesão das brasileiras ao feminismo e à politização de gênero, resultando, em alguns casos como o das feministas que integraram o grupo Debate – que, posteriormente, seria a base da equipe do jornal *Nós Mulheres* – no questionamento quanto às posições do Partido Comunista, como integrantes de ambas as organizações. O que essas mulheres traziam do exterior era resultado do movimento feminista, que ganhava espaço nas ruas e na mídia em geral, embora ainda fosse novidade no Brasil (PEDRO, 2006).

A não concordância quanto a informações nem a respeito das datas do ressurgimento do feminismo de segunda onda no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, segundo Joana Maria Pedro (2006), refletem as diferentes origens de dados e de narrativas, que expressam disputas, poderes e conflitos dentro dos próprios grupos de mulheres. Assim, acabavam por considerar a si e a outras como “verdadeiramente feministas e não-feministas”, devido a dicotomias entre “lutas gerais e lutas específicas”, visto que a agenda feminista que ganhava visibilidade era a das mulheres de classes média e alta, desconsiderando e silenciando as reivindicações de outras mulheres como as da periferia e negras, além daquelas que já discutiam as temáticas relacionadas às mulheres anos antes de se tornarem foco de organizações internacionais. Nessa perspectiva, como

dito acima, o ano de 1975, instituído pela ONU como o Ano Internacional da Mulher e o início da Década da Mulher, pode ser um marco bastante significativo, embora não seja unanimidade entre as mulheres, como o momento que deflagrou o retorno dos movimentos feministas no país.

Convém destacar, antes de mais nada, que a iniciativa da ONU apenas repercutiu o que estava acontecendo desde os anos 60 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos – entre eles, o de livre disposição do corpo. No Brasil, o evento patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, em julho de 1975, no Rio de Janeiro, realizado na ABI, teve o tímido título de “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. (PEDRO, 2006, p. 251).

O evento tornou-se um marco que garantia certa legitimidade da identificação com o feminismo, apesar de muitos jornais e textos escritos pela militância da esquerda e pelas feministas expressar a preocupação com o fato de o país não ter uma “tradição democrática”, o que poderia causar impedimentos à propagação das ideias que estavam aflorando. Em contrapartida, a retomada do feminismo sob a proteção da ONU também foi entendida como uma possibilidade de realizar a conscientização das camadas populares, sendo o movimento feminista o passaporte para essa atuação (PEDRO, 2006, p. 253).

Essa perspectiva é complementada por Teles (1999, p. 85), ao ressaltar que, no Brasil, o Ano Internacional da Mulher foi entendido como “um instrumento legal para fazer algo público, fora dos pequenos círculos das ações clandestinas”. Embora essa iniciativa da ONU tenha sido vista com desconfiança nos países europeus e norte-americanos. Teles também destaca que, naquele momento, mesmo com muitas dificuldades, algumas mulheres já se encontravam, de certa maneira, organizadas:

Com a repressão política nas fábricas e nos sindicatos, os bairros populares de periferia transformaram-se em espaços de resistência, estimulados pelas mulheres, que constituíam a própria vida desses bairros. [...] Sob uma ditadura militar, mas com o apoio da ONU, a mulher brasileira passou, então, a ser protagonista de sua própria história, em que a luta por seus direitos específicos se fundia com as questões gerais. Respondia de maneira forte aos anseios da época: de se expressar, de falar, de enfrentar, de agir. No começo, poucas e tímidas, mais intuitivas do que conscientes, as primeiras mulheres encontravam outras, muito assustadas, que tentavam resistir-lhes ao apelo, mas acabavam cedendo. Encontrando-se e desencontrando-se, as mulheres criaram condições para um feminismo vinculado a interesses populares, particularmente dos trabalhadores. (TELES, 1999, p. 84-85).

Karina Janz Woitowicz (2014, p. 107) completa que “é a partir da necessidade de instaurar o diálogo e provocar mudanças que o movimento feminista busca seu fortalecimento e representatividade, organizando-se de forma sistemática, levando bandeiras específicas e se somando à resistência à ditadura militar”. É interessante destacar que a imprensa feminista tem, nesse momento, um papel primordial para a propagação da agenda sobre os direitos das mulheres e sobre as especificidades de cada grupo, além de sua importância para o enfrentamento quanto às desigualdades naturalizadas socialmente a respeito das diferenças de gêneros. Woitowicz (2014, p. 105) frisa que a imprensa alternativa teve papel decisivo para “instituir na esfera pública as demandas pela cidadania feminina, conjugada com transformações no campo da política”. Além disso, a imprensa feminista, inserida no contexto de ditadura militar, foi importante para que mais mulheres tivessem acesso às discussões.

Mesmo diante de todas as limitações e impasses para o desenvolvimento de uma imprensa propriamente feminista, pode-se dizer, ao observar os jornais publicados entre os anos de 1970 e 1980, que as diversas experiências de comunicação que marcaram a história do movimento revelam a mídia alternativa como um lugar de resistência e construção de identidades, uma vez que o discurso projetado nos veículos constitui também um fazer/agir do feminismo, que conquista espaço na esfera pública a partir de suas estratégias de visibilidade. (WOITOWICZ, 2014, p. 116).

Como dito acima, as mulheres que voltaram do exílio trouxeram para o Brasil muito da influência dos debates travados no exterior. Foi a partir da década de 1960 que a obra mais conhecida da filósofa francesa Simone de Beauvoir, *O segundo sexo* (originalmente publicado em 1949), ganhou a notoriedade como marco do feminismo francês, com destaque para a discussão mais focada na posição das mulheres no cotidiano das relações, priorizando o debate sobre o casamento, a sexualidade e o trabalho – questões mais próximas às mulheres da classe média. Dos Estados Unidos, chegava o questionamento quanto à infantilização a que as mulheres eram submetidas, com o objetivo de se adequarem aos espaços previamente dispostos a elas, com base na obra de Betty Friedan, *A mística feminina*, de 1963 (MIGUEL; BIROLI, 2013). Ambas as influências foram incorporadas, de modo distinto, pelos grupos feministas que surgiam no Brasil, trazendo para as páginas de seus jornais a efetivação do debate em torno do lema “o pessoal é político⁷”, da divisão sexual do trabalho, da socialização das crianças,

⁷ Segundo Miguel e Biroli (2013, p. 13), *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, contribuiu de maneira significativa para a “redefinição das fronteiras da política, ressaltando a profunda imbricação entre o pessoal

da discriminação das mulheres no mercado de trabalho, da autonomia das mulheres casadas ou não, entre outros.

Claudia Costa (2009) salienta que os movimentos feministas dos anos 1970 incorreram em um erro significativo ao não incorporar em sua agenda as demandas das feministas negras e lésbicas, que fizeram fortes críticas a essa ausência nos anos 1980. Dessa forma, a autora frisa que o fato de serem todas mulheres não as transformam naturalmente em aliadas ou em “*sisters in struggle*”. Essa observação leva a outra que interage com a crítica à limitação de diferenças e de tensões estar condicionada determinadamente por uma relação de poder binária – homens e mulheres.

É importante ressaltar, no entanto, a forte adesão dos movimentos aos valores democráticos. Os movimentos feministas brasileiros representaram parcela significativa das mobilizações em favor da volta à democracia no país. Como ressaltava Soares (1994; 1998), durante os mais de 20 anos de ditadura militar no Brasil, as mulheres estiveram à frente de movimentos populares de oposição, criaram formas próprias de organização, lutaram por direitos sociais, justiça econômica e democratização. Contudo, essa mobilização de mulheres, em sua maioria, tinha raça e classe social definidas: mulheres brancas e de classe média. As opressões sofridas por mulheres que estavam aquém do perfil principal das reivindicações feministas – negras, lésbicas, rurais, pobres, indígenas, deficientes – não eram consideradas na agenda dos movimentos que se entendiam como universais (GONZALEZ, 1985; RIBEIRO, 1995; BAIROS, 1995; CARNEIRO, 2003; DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012).

Para definir opressão, o feminismo lança mão do conceito de **experiência** segundo o qual opressiva seria qualquer situação que a mulher defina como tal independentemente de tempo, região, raça ou de classe social. Cabe notar que essa definição, ao mesmo tempo em que reforça um dos aspectos definidores do feminismo em relação a outros sistemas de pensamento – a importância da subjetividade em oposição à objetividade – também abre a porta para as generalizações. Isto associado ao maior acesso aos meios de propagação de ideias por certos grupos, sem dúvida, contribuiu para que experiências localizadas fossem formadas como parâmetro para as mulheres em geral. (BAIROS, 1995, p. 459, grifo da autora).

Cabe aqui ressaltar o que já foi abordado, no Capítulo 1, quando à experiência – aludindo ao conceito de Luiza Bairos (1995). Este conceito pode ser entendido também

e o social, o público e o privado”, o que culminou no “provocativo *slogan*”, marca do movimento feminista a partir dos anos 1960.

como a construção teórica e o tipo de ativismo político dos movimentos feministas e de mulheres, indissociáveis da agenda de luta dos coletivos.

Matilde Ribeiro (1995, p. 446) destaca que as mulheres negras foram consideradas como “sujeito implícitos”, tanto nos movimentos feministas quanto no movimento negro, ao ressurgirem em meados da década de 1970, tendo como instigação a luta pela democracia, a extinção das desigualdades sociais e a conquista pela cidadania. Essa suposta igualdade entre as mulheres, de um lado, e entre os negros, de outro, fez com que as mulheres negras buscassem desmascarar situações de conflito e exclusão.

As mulheres negras são vistas como cidadãs de segunda categoria: a referência às mulheres é feita como se estas fossem um sujeito genérico; a questão racial aparece como sendo de responsabilidade das mulheres negras. Pode-se dizer que numa sociedade em que a questão racial ainda é tabu, as conquistas do movimento feminista acabam por privilegiar as mulheres brancas em detrimento das negras. (RIBEIRO, 1995, p. 448).

Segundo Cristiano Rodrigues e Marco Aurélio Prado (2010, p. 450), a questão de gênero das mulheres negras e indígenas tem demandas que não podem ser entendidas como incluídas na pauta de reivindicações das mulheres brancas, por não considerarem suas especificidades. Assim, os autores acreditam que “o combate ao racismo é prioritário para as mulheres negras, na medida em que o racismo produziu gêneros inferiorizados no tocante aos homens negros, e às mulheres negras em relação à mulher branca”.

A médica e ativista negra Jurema Werneck (2008) frisa a importância de se considerar as experiências de outras mulheres além das equivalentes ao perfil proprietário europeu, ao questionar a onipotência do termo “feminismo”⁸ para contemplar todas as mulheres. Para a autora, esse feminismo neutro traz embutido mecanismo de redução, invisibilidade e reforço a ações de aniquilamento contra as outras mulheres. Em contrapartida, ações de posicionamento cultural quanto a elementos da tradição afro-brasileira e de diferentes modelos, desenvolvidas pelas mulheres negras, lhes conferem o poder de liderança e de agenciamentos (WERNECK, 2010).

Ao nomear a luta das mulheres a partir de sua perspectiva – mulheres brancas burguesas europeias nas décadas a partir de 1970 – as formuladoras iniciais da teoria feminista trouxeram para o conceito recém-criado a perspectiva ocidental e mais, fundada numa ignorância profunda acerca das demais

⁸ Werneck prefere utilizar os termos “movimentos de mulheres negras” e “mulherismo”, em detrimento de “feminismo negro”. O mulherismo [*womanism*] é um termo cunhado pela escritora negra Alice Walker como uma reação ao feminismo hegemônico, racista e classista, que não contempla as perspectivas das mulheres negras (COLLINS, 2012, p. 99).

mulheres do mundo. Além de se fundamentarem num individualismo crescente que teve o capitalismo como pano de fundo. Até que ponto o conceito “feminismo” é suficiente para abarcar todas as mulheres, todo ativismo, toda luta? Para nós mulheres negras – compreendidas como uma diversidade incomensurável, porém marcadas por desigualdades que têm origem na inferiorização e exploração – as múltiplas ações políticas que empreendemos atravessam diferentes níveis de atuação, diferentes campos da existência, marcadas por encontros conflituosos ou violentos com o ocidente, com o patriarcado, com o capitalismo, com o individualismo... (WERNECK, 2008, s.p.).

As questões relativas aos direitos reprodutivos também contribuíram para as divergências dentro dos movimentos feministas. Nas décadas de 1980 e 1990, feministas negras denunciaram práticas abusivas e discriminatórias de controle da natalidade da população negra, esterilização das mulheres, em especial, no nordeste brasileiro, financiadas pelo governo federal e por organizações internacionais como a *International Planned Parenthood Federation* (IPPF) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Na Declaração de Itapeçerica da Serra, documento resultante do Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, realizado em 1993, as feministas negras salientaram o controle populacional de negros e pardos por meio da política de saúde reprodutiva, em vigor desde a década de 1960 (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012)⁹.

Os primeiros grupos organizados de mulheres negras surgiram também na efervescência dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, no interior do movimento negro. De acordo com Gonzalez (1985), isso se explica, em parte, devido aos setores médios da população negra conseguirem entrar no processo competitivo do mercado de trabalho, nos campos mais expostos às práticas discriminatórias de mão de obra. A autora destaca também que o desempenho das mulheres negras na formação do movimento negro, no Rio de Janeiro, por exemplo, foi muito importante, tanto para sua fundação quanto para seu desenvolvimento e expansão pelo país.

[...] é no Movimento Negro que se encontra o espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do

⁹ Em várias edições, o jornal *Fêmea* abordou a esterilização das mulheres brasileiras, principalmente das negras, realizadas como parte de um controle de fertilidade subsidiado basicamente por recursos financeiros estrangeiros. Na matéria “CPI da esterilização conclui relatório” (n. 6, abril/1993, p. 6), destaca-se que os integrantes da comissão concluíram que era preocupante a alta taxa de arrependimento após a esterilização cirúrgica (laqueadura de trompas), fato que comprovaria a insuficiência de tempo e de informações para o amadurecimento da decisão. Logo a seguir, o texto frisa que o movimento negro denunciou ser em mulheres negras a maior incidência de esterilização, o que caracterizaria “um aspecto do racismo praticado no Brasil”, apesar de os parlamentares argumentarem que havia “a dificuldade em apurar com precisão a informação relativa à cor da pele dos brasileiros”.

racismo e suas práticas e de suas articulações com a exploração de classe. Por outro lado, o Movimento Feminista ou de Mulheres, que tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, geralmente “se esquece” da questão racial [...]. E esse tipo de ato falho, a nosso ver, tem raízes históricas e culturais profundas. (GONZALEZ, 1985, p. 100).

Em seus escritos, Gonzalez (1982; 1985) ressalta que antes mesmo das organizações do movimento de mulheres negras existirem, ainda no início dos encontros do movimento negro, havia frequentes discussões sobre as notícias que saíam nos noticiários sobre discriminação racial e sobre o período pré-colonial na África. Chegou-se ao ponto de as mulheres fazerem a discussão em separado dos homens, abordando também o machismo não apenas dos homens brancos, mas dos próprios negros, e depois todos se juntavam na reunião ampliada chamada “Grupão”, quando expunham os resultados da discussão anterior, com o propósito de o conjunto também refletir sobre a condição das mulheres negras. A ativista e intelectual acrescenta que, dois anos depois, em 1975, quando as feministas “ocidentais” se reuniam na Associação de Imprensa para a solenidade pelo Ano Internacional da Mulher – mencionada acima –, ela e suas companheiras ali compareceram para apresentar um documento no qual caracterizavam a situação de opressão e exploração da mulher negra¹⁰. Entretanto, em razão das diferentes tendências que surgiram internamente, o “Grupão” acabou se desfazendo e aquelas mulheres continuaram a atuar em diferentes organizações que foram criadas posteriormente.

Nos anos seguintes, foram fundados outros grupos de mulheres negras (Aqualtune, 1979; Luiza Mahin, 1980; Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, 1982), que foram, de algum modo, reabsorvidos pelo movimento negro, visto que todas as ativistas não se distanciaram do movimento, continuando o trabalho de militantes no interior das organizações mistas a que pertenciam, como o Instituto André Rebouças, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA). Mantiveram também a discussão das questões específicas junto aos companheiros negros que, muitas vezes, tentavam excluí-las do nível das decisões,

¹⁰ “O destino da mulher negra no continente americano, assim como de todas as suas irmãs da mesma raça, tem sido, desde a sua chegada, ser uma coisa, um objeto de produção ou de reprodução sexual. Assim, a mulher negra brasileira recebeu uma herança cruel: ser não apenas o objeto de produção (assim como o homem negro também o era), mas, mais ainda, ser um objeto de prazer para os colonizadores. O fruto dessa covarde procriação é o que agora é aclamado como o único produto nacional que não pode ser exportado: a mulher mulata brasileira. Mas se a qualidade deste “produto” é tida como alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso”. (Trecho da carta apresentada pelas mulheres negras, em 2 jul. 1975, no encontro realizado na ABI, retirado de Gonzalez, 1982, p. 35-36)

delegando-lhes tarefas mais “femininas”, reproduzindo, “assim, certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo¹¹” (GONZALEZ, 1985, p. 101). Cabe lembrar que a autora também destaca que, no momento em que “as esquerdas titubeavam” em debater questões específicas quanto à homossexualidade e às mulheres¹², com receio de que pudessem “dividir a luta do operariado”, no Movimento Negro Unificado (MNU) foi conquistado o direito de discutir, em congresso, as especificidades. Elizabeth Viana (2010, p. 57) frisa que a militância política das mulheres era menosprezada no movimento negro, sendo consideradas “omissas”, “desorganizadas” ou “desinteressadas”.

Enquanto isso, nossas experiências com o Movimento de Mulheres caracterizavam-se como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “agressivas” ou “não-feministas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa. Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão e exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal-estar; afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado permitiu a “libertação” de muitas mulheres para se engajarem nas lutas “da mulher”. Se denunciávamos a violência policial contra os homens negros, ouvíamos como resposta que violência era aquela da repressão contra os heróis da luta contra a ditadura (como se a opressão, tanto num quanto noutro caso, não fizesse parte da estrutura do mesmo estado policial-militar). Todavia, não deixamos de encontrar solidariedade da parte de setores mais avançados do MM que demonstraram interesse em não só divulgar nossas lutas como em colaborar conosco em outros níveis. (GONZALEZ, 1985, p. 102).

Para Rodrigues e Prado (2010, p. 453), as organizações de mulheres negras trazem fôlego novo para o movimento negro, a partir da possibilidade de se pensar a categoria “negro” como articuladora central, embora não seja um dado homogêneo e isento de divergências internas.

¹¹ Gonzalez (1982, p. 35) classificou o pensamento retrógrado de alguns companheiros da geração mais velha como “moralismo calvinista e machista”. Segundo a autora, tais reações negativas apenas demonstravam “o quanto se sentiam ameaçados pela capacidade e sensibilidade das companheiras mais brilhantes”, visto que, em seus comentários, se referiam a elas como “mal-amadas” e outras expressões de baixo calão. Ao mesmo tempo, suas esposas ou companheiras permaneciam em casa, cuidando das crianças e nunca participavam das reuniões do movimento. Essa maneira de se comportar não era compartilhada pelos militantes mais jovens, que “cresceram juntos com suas irmãs de luta”.

¹² Durante o I Congresso do MNU, em dezembro de 1979, no Rio de Janeiro, as mulheres negras, além da denúncia do branqueamento do homem negro, em termos de casamento, discutiram os problemas relativos à educação das crianças, o controle da natalidade, assim como a participação delas no processo de libertação do povo negro e na luta contra o racismo. Também foi analisada a situação da mulher negra como empregada doméstica, no quadro da reprodução do racismo, inclusive por parte de muitas militantes brancas do movimento de mulheres (GONZALEZ, 1982, p. 63).

Pela cronologia traçada por Ribeiro (1995), é a partir de 1985 que se verifica a organização das mulheres negras nos movimentos feministas em nível nacional e continental. O grande marco foi o III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, realizado nesse ano, na cidade de Bertioga¹³, no interior do estado de São Paulo. Das 850 mulheres que participaram do evento, 116 se declararam negras e mestiças. Pelos depoimentos das participantes brancas e negras, ficou evidente o distanciamento das agendas de reivindicação, principalmente porque havia a dificuldade de tratamento da realidade vivida pelas mulheres negras, o que se apresentou como um traço comum entre as brasileiras e as de outros países. Nos anos seguintes, os Encontros Nacionais Feministas (1987, 1989 e 1991) contribuíram para fortalecer a crítica quanto à ausência da questão racial na pauta, ampliar a participação das mulheres negras e aprofundar o debate quanto à discriminação racial. Em 1988, ano do Centenário da Abolição da Escravatura¹⁴, ocorreu o I Encontro Nacional das Mulheres Negras (ENMN), em Valença, Rio de Janeiro, com a participação de 450 mulheres negras de 17 estados brasileiros, de diferentes setores e experiências organizativas.

Segundo Carneiro (2003, p. 120, grifo da autora), a diferença de posicionamento das mulheres negras dentro dos movimentos feministas se devia à “consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em **solidariedade racial intragênero**”. Assim, elas começaram a enfrentar as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre mulheres, em especial, entre negras e brancas no Brasil. Carneiro (2003, p. 120) amplia essa reflexão ao criticar os movimentos negros brasileiros, já que também a solidariedade de gênero intragrupo racial fez com que

¹³ Em nota, Ribeiro (1995) lembra que a chegada de um ônibus do Rio de Janeiro que levava mulheres negras provenientes de movimentos da periferia e de favelas, além de outros segmentos como partidos políticos, e que não haviam feito inscrição para o evento porque não tinham dinheiro. Houve uma longa discussão entre o grupo organizador, composto em sua maioria por mulheres brancas, e as mulheres negras (tanto as que chegaram no ônibus quanto outras participantes do encontro). Ribeiro ressalta que este fato é exemplar quanto aos conflitos instalados dentro dos movimentos feministas, visto que não apenas se resume a diferenças raciais, mas também abarca questões sociais. Este momento foi noticiado no *Nzinga Informativo*, n. 2, julho/1985, p. 4, sob o título *O Nzinga e o III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe*. Chama a atenção a postura controversa presente no texto do periódico: ao mesmo tempo que destaca a impossibilidade de pagar a inscrição devido ao alto custo para mulheres de baixa renda, transfere a culpa pela não-participação às próprias mulheres, que poderiam ter buscado alternativas para isenção da taxa por meio da solicitação de bolsas – o que não foi feito em tempo hábil, beneficiando apenas duas integrantes do grupo. O texto encerra com o reforço da necessidade de as mulheres negras integrarem tanto a organização desses eventos a fim de pautarem suas reivindicações, quanto de participarem em condições de igualdade e respeito.

¹⁴ Ribeiro (1995) frisa que o ano de 1988 foi marcante para o movimento negro, que se mobilizou para denunciar as reais condições de vida da população negra, marcada pela discriminação e desigualdade. Devido a esse contexto, também se torna propício para o movimento de mulheres negras organizar suas atividades.

as mulheres negras exigissem que “a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais” de sua agenda.

Nas entidades [movimentos negros], os homens agiam de modo autoritário, controlavam as falas das mulheres, faziam ameaças verbais e dominavam as estruturas decisórias. Além disso, o comportamento na vida privada e íntima dos militantes, às vezes, contrariava os discursos libertários realizados em espaços públicos; intelectuais e lideranças de destaque, por exemplo, casaram-se com mulheres brancas. Ou seja: por mais que o movimento buscasse afirmar a estética negra, valorizando as relações intrarraciais, ainda permanecia o ideal estético do “branco belo”. Embora as mulheres negras fossem companheiras e colaboradoras de luta, a mulher branca tinha forte presença no imaginário masculino negro. Algumas ativistas – que colocavam as mulheres negras do movimento na condição de “disponíveis” – também contribuíram para agravar ainda mais esse quadro de contradições. (RATTS; RIOS, 2010, p. 95-96).

O feminismo negro foi se consolidando ao longo do tempo por meio de organizações não-governamentais (ONGs) como o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (RJ), o Criola (RJ), o Geledés – Instituto da Mulher Negra (SP), o Fala Preta (SP), tendo como lideranças mulheres na faixa etária de 50 anos e grau de escolaridade superior, nas áreas das Ciências Humanas e Biológicas, com mestrado e doutorado (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012, p. 136). Entre elas, destaque para a filósofa e historiadora Lélia Gonzalez, referência como ativista e intelectual tanto do movimento negro quanto para as feministas negras. Integrante da diretoria do Movimento Negro Unificado (MNU) e primeira coordenadora do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, do Rio de Janeiro, criado em 1983, Gonzalez criticava o estereótipo atribuído às mulheres negras no interior dos movimentos feministas de serem “agressivas, criadoras de caso”, sem possibilidade de diálogo com as demais. Justamente por defender novas categorias para a definição do movimento de mulheres negras, Gonzalez propôs o termo “mulheridade” (*womanism*¹⁵) ao invés do termo “feminismo” (BAIRROS, 2000). Na mesma perspectiva, Carneiro (2003, p. 118) utiliza a expressão “enegrecendo o feminismo”, a fim de designar a trajetória das mulheres negras no interior dos movimentos feministas brasileiros. Assim, assinala a “identidade branca e ocidental da formação clássica feminista”, ao mesmo tempo em que revela “a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais”.

Neste ponto, é importante esclarecer que, durante as décadas de 1970 e 1980, houve um crescimento considerável tanto dos movimentos de mulheres quanto dos

¹⁵ O termo em inglês *womanism* também pode ser trazido para o português como mulherismo, conforme explicado anteriormente.

movimentos feministas, em um contexto de efervescência dos movimentos sociais de maneira mais ampla. É nesse momento que jornais feministas, como o *Mulherio*, se estabeleceram. O periódico publicado por um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas apresentou, com grande entusiasmo, em diversas edições, a proliferação dos coletivos de mulheres, a partir da divulgação de listas com contatos dos grupos espalhados por todo o país. A partir do levantamento inicial desta pesquisa, foi possível observar a presença de mais de 140 grupos brasileiros e estrangeiros feministas ou de mulheres¹⁶, em cada uma das duas primeiras fases, entre cartas, citações em listas de contatos ou redação de matérias e entrevistas. Já nos dois jornais da terceira fase, foi possível observar a presença de três grupos. Entretanto, o jornal não tematizava as diferenças entre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas, ficando apenas nas denominações distintas.

Sarti (2004) e Pinto (2007) ressaltam que essa distinção não é meramente de terminologia, mas de atuação e agenda, mesmo que haja, em alguns momentos, certa convergência. Desde as primeiras mobilizações, anteriores aos anos 1970, havia a presença de movimentos de mulheres entre as classes médias e populares, que permaneceram atuantes paralelamente ao desenvolvimento do feminismo. Tendo como alguns exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães e o movimento pela anistia, Pinto (2007, p. 43) define-os como “movimentos organizados não para por em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona de casa, esposa e mãe, intervir no mundo público”.

Em contrapartida, Sarti (2004, p. 39) apresenta o movimento de mulheres como o início do feminismo nas camadas médias, que se expande por meio de “uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses”, que envolvia uma delicada relação com a Igreja Católica, principalmente com a ala mais progressista, ligada à Teologia da Libertação, e importante foco de oposição ao regime militar. Dessa maneira, o tom que predominou foi de alianças: de um lado, o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, do outro, os

¹⁶ De acordo com a pesquisa realizada nas 42 edições do jornal *Mulherio*, ao longo dos sete anos de publicação (1981-1988), foi divulgada a atuação de aproximadamente 300 grupos de mulheres, de diferentes regiões do país e do exterior e com diferentes agendas. Alguns deles são: Catholics for a Free Choice (Estados Unidos), Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán (Peru), Associação das Empregadas Domésticas do Rio (Rio de Janeiro), Grupo de Mulheres de Itabira (Minas Gerais), Associação das Mulheres de Mato Grosso (Mato Grosso) e Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (Rio de Janeiro).

grupos de esquerda e a Igreja Católica, que, naquele momento, tinham como objetivo comum derrubar o regime vigente. Essa parceria, inevitavelmente, também produzia conflitos: o aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram na esfera das discussões privadas, feitas em pequenos grupos de reflexão, sem ressonância pública (SARTI, 2004)¹⁷.

Em outro trecho do mesmo artigo, Sarti (2004), baseada em comentários de Céli Pinto (1992)¹⁸ e Eleonora Menicucci de Oliveira (1990)¹⁹, destaca que a participação das mulheres nos movimentos de bairro as retirava do confinamento doméstico, o que tornava propensa a emergência de um novo sujeito político, ao se questionar, de diferentes maneiras, a condição das mulheres e levar para a discussão a identidade de gênero. Teles (1999, p. 12) associa a expressão “movimento de mulheres” a “ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho”. Em contrapartida, para a autora, “movimento feminista” refere-se “às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história”.

O debate sobre as mulheres serem percebidas por si e pela sociedade como sujeitos políticos começa pela discussão feita no capítulo anterior e tem a educação formal como um exemplo importante. Embora, atualmente, já seja possível ter acesso a dados estatísticos segundo sexo e cor/raça, em décadas anteriores a 1990-2000, o que se tinha era um mascaramento da discrepância de oportunidades para as parcelas da população brasileira (ROSEMBERG, 2001). Na perspectiva de que “a dominação de gênero no plano educacional tem significado, nos planos internacional e nacional, atentar para a discriminação contra as mulheres”, Rosemberg (2001, p. 516) ressalta que a homogeneização dos indicadores quantitativos sobre a população brasileira acabava por levar à “adoção de metas tão uniformes quanto pouco eficientes e mesmo equivocadas sobre políticas educacionais e dominação de gênero”.

¹⁷ *Mulherio* abordou a relação por vezes conflituosa dos movimentos feministas com a Igreja Católica, mesmo tratando-se da ala mais progressista, vinculada à Teologia da Libertação (CASTILHO; ROSEMBERG, *Mulherio*, 1984, p. 10-13).

¹⁸ PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

¹⁹ OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **A re-apropriação do corpo feminino**: do confinamento doméstico à reinvenção de novos espaços de cidadania. 1990. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

De acordo com dados de censos demográficos de 1970 e 1980 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1990 e 1996, Rosemberg apresenta que a população brasileira – dividida entre homens e mulheres –, de idade compreendida a partir de 5 anos, tinha, em média, em 1960, 2,4 anos de estudo para homens, e 1,9 ano para mulheres. Dez anos depois, homens cursavam 2,5 anos, enquanto as mulheres, 2,4. Em 1989, estes dados subiram para 5,4 anos entre os homens, e 4,9 anos entre as mulheres. Em 1996, as mulheres chegaram a 6 anos, enquanto os homens, 5,7. A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas rebate o relatório do Banco Mundial, publicado em 2000²⁰, no qual é salientado que as meninas continuariam mais tempo na escola do que os meninos porque tenderiam a fazer trabalhos domésticos, os quais ofereceriam horário mais flexível, permitindo, assim, sua permanência no ambiente escolar. Em contrapartida, os meninos sofreriam a pressão de entrar no mercado de trabalho, o que os levaria a abandonar os estudos. Para autora, mais importante do que buscar causas reificadas do insucesso no ambiente escolar, é, por exemplo, buscar entender por que o resultado das mulheres em provas de matemática tem sido inferior ao de homens. Em pesquisas realizadas na França e nos Estados Unidos²¹, citadas como bibliografias importantes para a discussão, o objeto da investigação vai desde a análise de conteúdo dos itens que compõem a prova ao processo de socialização de crianças no uso do espaço (ROSEMBERG, 2001).

A pesquisa *Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça* (IPEA et al., 2011) traz uma comparação mais detalhadas das estatísticas quanto aos anos de estudo da população brasileira. Em 1995, mulheres brancas, com idade a partir de 16 anos, tinham, em média oito anos de estudo. Já as mulheres negras, 5,6. Entre os homens brancos, este tempo ficava em 7,1 anos; enquanto que homens negros estudavam apenas 4,7 anos. Seis anos depois, em 2009, as mulheres brancas permaneciam nas escolas 9,7 anos, ou seja, 1,9 ano a mais do que as mulheres negras (7,8 anos). Já entre os homens, a diferença era de dois anos a mais para os brancos, com 8,8 anos, em comparação com os negros (6,8 anos). Além disso, em 2009, 65,5% de mulheres ocupadas com 16 anos ou mais, tinham pelo menos nove anos de estudo, contra apenas 48,7% das mulheres negras, o que culmina em um fosso a ser superado que combina gênero, raça e educação formal.

²⁰ BANCO MUNDIAL. **Ensino secundário. Relatório 2000.** Disponível em: <<http://www.bm.org>>. Acesso em fev. 2001.

²¹ DURU-BELLAT, Marie. **L'école des filles.** Paris: L'Harmattan, 1990.

Dessa forma, é importante para a compreensão desse processo de ampliação das discussões sobre a inserção das mulheres na arena pública e, conseqüentemente, política, incorporar o que Soares (1998) lembra sobre a atuação do movimento de mulheres, no início da década de 1960, uma relevante oposição ao quadro apresentado em meados da década seguinte. Para a autora, nos anos 1970, os movimentos trouxeram uma nova versão das mulheres brasileiras, que foram às ruas em defesa de seus direitos e necessidades, denunciando desigualdades, bem diferentes daquelas que se manifestaram publicamente a favor de valores tradicionais e conservadores, em 1964, como mencionado anteriormente. Essa foi uma resposta às regras autoritárias dos militares, que intencionavam despolitizar e restringir os direitos de cidadãos e cidadãs, deixando principalmente as mulheres à margem da política.

Também é interessante considerar uma observação de Alvarez (1990) quanto à atuação das mulheres por meio dos clubes de mães e associações comunitárias, na década de 1970. Segundo a autora, esses grupos foram criados a partir de uma forte influência religiosa, na intenção, principalmente, de cobrar a anistia e contra a alta dos preços e dos custos de vida; sendo compostos, em sua maioria, por mulheres da classe média. Entretanto, em nada questionavam a divisão sexual do trabalho e a não inserção das mulheres na política institucional.

Sobre os clubes de mães, Sader (2010), destaca a história dos grupos da periferia da zona sul de São Paulo como emblemáticos quanto ao empoderamento das mulheres que participavam de suas atividades, além de ser um traço peculiar dessa forma de associação nos anos 1970. Mesmo com um auxílio inicial de agentes pastorais da Igreja Católica, as ações posteriores dessas mulheres retratavam de fato uma “organização pela base” e “por elas mesmas”.

Quer dizer que tanto a possibilidade daqueles objetivos [desenvolvimento e mobilização social, protegidas da repressão política, evitando as prevenções contra políticos e as resistências dos maridos] se realizarem quanto sua forma concreta dependiam do modo pelo qual cada grupo de mães da periferia assumisse sua participação, seu sentimento de solidariedade, sua noção de direitos, e desenvolvesse (ou não) práticas coletivas que dessem consequência a tudo isso. A história dos clubes das mães mostraria como efetivamente os propósitos dos agentes pastorais se materializaram (e se transformaram) no curso do desenvolvimento das práticas sociais. (SADER, 2010, p. 204).

Entre as motivações que levaram donas de casa aos clubes de mães, Sader (2010, p. 205-207) aponta três: (a) **extensão do mundo feminino**, já que o clube é visto como um espaço familiar, com ampliação das relações de vizinhança; (b) **alternativa a uma**

rotina opressiva, a um cotidiano vivido como anulação e a busca de um alargamento de experiências, do mundo; (c) **razões de ordem instrumental**, como interesse por cursos de gestante, crochê ou outra atividade qualquer. Além disso, as reuniões divididas em “dois tempos” (trabalhos manuais e reflexão coletiva), por um lado, integravam as participantes antigas e novatas que aprendiam os artesanatos; de outro, a partir da leitura de um trecho do Evangelho, havia o confronto com a realidade vivida de cada uma delas, baseada nas referências de justiça e atitude crítica. Assim, problemas antes considerados como naturais e do ambiente privado, como a obrigatoriedade de ficar em casa e cuidar dos filhos e a dependência do marido, passaram a ser pensados como problemas sociais, que poderiam ser alterados por novas práticas. A discussão de outros temas de caráter comunitário e/ou de reivindicação ao poder público como mutirões para limpeza e a necessidade de creches e posto de saúde ganhavam espaço nas reuniões.

Todavia, esse quadro se alterou na segunda metade da década, a partir de transformações políticas cruciais nos feminismos brasileiros, que, nas palavras de Alvarez (1990), significavam dar mais atenção a assuntos como contracepção, sexualidade e violência contra as mulheres. Esses temas antes eram relegados ao ambiente doméstico, com pequena ou nenhuma expressividade no debate público. É importante destacar também que a autora frisa a relevância de, nesse momento, os enfoques de classe e gênero passarem a ser pensados em interface, no sentido da dupla opressão.

Para Adrião, Tonelli e Maluf (2011), a década de 1970 foi marcada pela atuação de grupos e organizações de mulheres. As autoras destacam que as mobilizações latino-americanas surgiram a partir de uma grande diversidade de lutas políticas e localidades sociais, que foram importantes para o fortalecimento de uma rede a fim de se compartilhar e confrontar perspectivas, além de construir significados políticos e culturais alternativos. Essa troca de experiências e vivências efervescente teve seu lugar nos encontros feministas, nacionais e latino-americanos, com a preocupação de articular trabalhos em torno de uma mesma agenda. Nas décadas de 1980 e 1990, as organizações não-governamentais também se inseriram nesse processo (ADRIÃO; TONELLI; MALUF, 2011; PINTO, 2007; ALVAREZ, 2000). A inserção de muitas feministas em organizações e em órgãos governamentais voltados para a defesa dos direitos das mulheres, nesse período, trouxe, inclusive, uma significativa alteração para as mobilizações dentro dos próprios movimentos feministas e a partir deles. Alvarez (2000) destaca que esse foi o momento em que se desenvolveram as estratégias de *advocacy* inovadoras, como as que sustentaram com êxito a inclusão dos direitos das mulheres na

legislação internacional sobre direitos humanos. O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), organização não-governamental, com sede em Brasília, responsável pela publicação do informativo *Fêmea*, surgiu em 1989, justamente com o propósito de não apenas produzir informação, mas também com o objetivo de “interferir politicamente por meio da comunicação, marcando posição, fornecendo argumentos e dados, e fomentando reflexões” (BARBOSA, 2004, p. 143).

[...] em contraste com os primeiros anos do feminismo – muitas mulheres que se proclamam “feministas” hoje não fazem suas intervenções culturais-políticas principal ou exclusivamente dentro de grupos ou organizações feministas autônomas do movimento de mulheres. Em vez disso, na metade dos anos 90, muitas feministas afirmavam estar levando seus discursos e práticas de transformação para uma ampla variedade de arenas socioculturais e políticas. E a antiga prática predominante da militância dupla dava lugar a práticas feministas mais integradas destinadas a causar impacto ou transformar de dentro os discursos e práticas político-culturais dominantes. (ALVAREZ, 2000, p. 391-392).

Atualmente, com a difusão das novas tecnologias da comunicação, é possível perceber também uma atuação crescente de feministas e grupos feministas que militam, levantando questões e despertando o debate a partir da agenda dos movimentos feministas, pelas redes sociais, com páginas no *Facebook*, *blogs*, *sites* e *Twitter*, entre outros. Um exemplo dos atuais coletivos feministas²² é a Marcha das Vadias (*Shutwalk*), que nasceu no Canadá, em 2011, tendo como bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, além da liberdade e da autonomia das mulheres sobre seus corpos. A conectividade das redes sociais possibilitou a disseminação dos objetivos da Marcha, que já ganhou versões em vários outros países, embora, “[...] apesar das diferenças locais, todas as **marchas** comungam dos mesmos desafios e disputas relacionadas à definição do sujeito do feminismo” (GOMES; SORJ, 2014, p. 437, grifo das autoras), ou seja, quem ele inclui ou exclui. De um lado, as autoras frisam que há uma continuidade em relação ao perfil das organizadoras, desde o movimento sufragista, visto que são majoritariamente jovens, brancas e com nível educacional universitário. Por outro, pode-se falar em uma importante descontinuidade, uma vez que “o sujeito do

²² Segundo dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2010, de 2001 a 2010, o percentual de mulheres que se considera feminista subiu de 21% para 31%. Além disso, metade das entrevistadas compartilha uma visão positiva do feminismo, incluindo até mesmo aquelas que não se identificam como feministas (VENTURI; GODINHO, 2013). A referida pesquisa também é citada por Gomes e Sorj (2014) como evidência da vitalidade do feminismo contemporâneo.

feminismo aparece mais diversificado e não se define exclusivamente pela identidade sexual e biológica da mulher” (GOMES; SORJ, 2014, p. 438).

2.1 A imprensa feminista

De 1964 a 1980²³, o período da ditadura militar no Brasil, a imprensa alternativa²⁴ ou imprensa nanica teve cerca de 150 periódicos, que, diferentemente da grande imprensa, denunciavam, de maneira sistemática, as torturas e as violações dos direitos humanos, além de criticar o modelo econômico. Desse universo, metade completava um ano de existência, muitos ficavam apenas nos dois ou três primeiros números (KUCINSKI, 1991). O autor dividiu os jornais alternativos em duas grandes categorias – os políticos e os que os críticos aos costumes e à ruptura cultural.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressões na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos. (KUCINSKI, 1991, p. XVI).

Quando da reabertura política, a grande imprensa se apropriou de vários temas até então discutidos apenas pelos jornais alternativos, o que fez com que vários jornalistas fossem recontratados. Também o fato de a atividade política voltar às vias democráticas, seja pelos partidos ou pelos jornais, após a anistia, esvaziou a imprensa alternativa que perdeu sua função de espaço de realização sociopolítica – além de seu “monopólio de se opor ao governo”. Além do desprezo por questões administrativas, o repúdio pelo lucro

²³ A pesquisa do autor contemplou apenas quinze dos 20 anos de ditadura militar; por esta razão o período mencionado encerra-se em 1980, não em 1985, quando houve as eleições indiretas para presidente da República, cujo vencedor foi o civil Tancredo Neves, tendo José Sarney como vice.

²⁴ Kucinski (1991, p. XIII) associa o termo **alternativa** a quatro significados principais: “o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam”. Já a palavra **nanica** tem inspiração no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, enfatizando sua reduzida escala de valores para reprodução.

e as investidas da censura, os jornais alternativos acabavam por encerrar suas atividades por divergências internas, de cunho político-ideológico (KUCINSKI, 1991).

O *Pasquim*, que circulou de 1969 a 1988, ficou conhecido como um dos mais importantes jornais do auge da imprensa alternativa. Em sua equipe estavam nomes como Millôr Fernandes, Henfil, Ziraldo, Jaguar e Paulo Francis, que conquistaram jovens e adolescentes por todo o país com seu estilo debochado, tendo a ridicularização como meio para combater o autoritarismo e criticar os costumes (KUCINSKI, 1991; SOIHET, 2005). Segundo Kucinski (1991, p. 14), por serem “cínicos e libertários, os escritores satíricos e os cartunistas desempenhavam um papel central na resistência à ditadura brasileira”, fazendo com que o humor impresso brasileiro dos anos 1970 se tornasse um ato coletivo, político e militante.

Todavia, o caráter libertário do *Pasquim* convertia-se em total escárnio quando o assunto em questão eram os movimentos feministas. Rachel Soihet (2005) destaca que o jornal, ao assumir uma postura misógina, tentando silenciar e desqualificar pela zombaria a luta das mulheres por seus direitos, colocava-se bem aquém da proposta de se ter um aguerrido combate ao pensamento retrógrado. As sátiras eram sempre marcadas pelo juízo de que as feministas assumiam cotidianamente “atitudes consideradas inadequadas à feminilidade e às relações estabelecidas entre os gêneros”.

Contra essas mulheres, as temidas “feministas”, lançavam seus dardos inúmeros articulistas do *Pasquim*. Antigos estereótipos são restaurados, entre outros, a feiura, a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a inconseqüência, a tendência à transgressão, a masculinidade com vista a identificar negativamente aquelas que postulavam papéis considerados privativos dos homens. Não poucas matérias registram tais ‘qualidades’ das feministas, o que aproxima os libertários desse jornal do momento da contracultura dos misóginos de outras épocas. (SOIHET, 2005, p. 595).

Mesmo quando, na Europa, já se presenciavam as manifestações dos novos movimentos feministas da década de 1970, com debates sobre a família, o corpo e o sexo tornando-se públicos, as reivindicações das brasileiras permaneciam ignoradas pelos principais jornais alternativos. De acordo com Bernardo Kucinski (1991), tratar o feminismo com desdém e chacota, associando-o à frustração sexual, fazia parte da postura geral machista “anticlasse-média-moralista” que o *Pasquim* se vangloriava de salientar por meio dos artigos de Ivan Lessa, Ziraldo e Paulo Francis. A homossexualidade também era abordada com zombaria pelo jornal, evidenciando mais uma vez, a falsa expressão libertária. Pinto (2007, p. 64) completa que o *Pasquim* era considerado o melhor

representante da esquerda intelectualizada da época, e em cujas páginas a liberalização dos costumes era associada a uma vulgarização na maneira de tratar as mulheres e a um deboche constante quanto a tudo que fosse vinculado ao feminismo.

Kucinski (1991, p. 79) destaca que foi com atraso de alguns anos, em relação à Europa, que chegou ao Brasil “uma nova combinação de ideias e desejos de luta, um novo ativismo político, contribuindo para o processo de abandono do paradigma clássico de ativismo baseado exclusivamente no conceito de ‘luta de classes’”. É com base nessa formação de nichos e de uma especificidade dentro dos próprios movimentos feministas que aqui se começa a abordar a atuação da imprensa feminista no Brasil. Mas, antes, é interessante destacar uma reflexão de Barbara Godard (2002) sobre o significado da imprensa feminista. Segundo a autora, é imprescindível considerar o papel dos periódicos feministas dentro do campo da imprensa alternativa, já que, dessa forma, seria possível perceber os processos engendrados de reprodução social e de criação de valor cultural. Em outro ponto de seu artigo, ela complementa essa ideia:

Os periódicos feministas têm existência fora do modelo dominante de publicação capitalista, às margens e em oposição, seja por meio de sua posição limite no que diz respeito ao mercado ou quanto a seu compromisso com a ideologia contestatária. Os periódicos são desenvolvidos para fomentar as ideologias feministas: eles criam novos circuitos para disseminar entre as mulheres saberes e práticas que buscam transformar a condição feminina sob a qual as mulheres têm sido sujeitadas à opressão sistêmica. Estes jornais não estão no negócio de produção de textos como *commodities*, a fim de maximizar o lucro para uma corporação. Significativas práticas que desafiam a ordem simbólica, os periódicos feministas estabelecem contra-instituições que legitimariam modos alternativos de conhecimento e estruturas editoriais. Ponto-chave para esse desafio é sua existência como organizações sem fins lucrativos fora da ficção dominante do segmento de mercado como determinante de valor. Ao invés de se colocarem em uma ação direcionada e amigável, as feministas têm como projeto a crítica e a transformação. Elas, conscientemente, têm como objetivo produzir uma posição para um assunto específico de leitura, uma leitora feminista que se dedique à crítica da leitura dominante e, por extensão, da publicação e de outras práticas econômicas. (GODARD, 2002, p. 212-213).

Essa perspectiva é completada por Rosalina Leite (2003, p. 240), ao ressaltar que “a imprensa feminista representou um espaço de experimentação de uma forma muito especial de fazer política, refletindo sobre as descobertas das mulheres sobre si mesmas e sobre as ideias feministas que floresceram na década de 1970”. Cabe salientar que há diferenças significativas entre a imprensa feminina e a imprensa feminista que merecem ser detalhadas aqui. Em primeiro lugar, quando a imprensa feminina surgiu, no século XIX, os textos eram escritos por homens e direcionados para as mulheres, a fim de haver

a ampliação dos papéis femininos tradicionais, vinculados ao lar ou ao convento. Mesmo ao longo do tempo, o desenvolvimento das sociedades diversificou as temáticas para literatura e artes domésticas, salientando o caráter secundário do jornalismo que nasceu com a função de entretenimento, utilidade prática ou didática (BUITONI, 2009). Em contrapartida, a imprensa feminista refere-se a um jornalismo feito por mulheres, a respeito das mulheres e para mulheres, com o intuito de ser um espelho fiel delas, com suas contradições, desejos, conquistas, problemas, lutas, questionamentos. As temáticas abordadas transpassam áreas diversas como saúde, educação, trabalho, sexualidade e política governamental, sem cair em estereótipos e destacando o valor de cada mulher em sua singularidade (BORGES, 1982).

Sarti (2004, p. 39) vincula o reconhecimento oficial pela ONU dos direitos das mulheres como um problema social e o favorecimento da criação de uma “fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente”. Entre os exemplos que a autora cita estão o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* e o Movimento Feminino pela Anistia. O Movimento Feminino pela Anistia foi fundado pela assistente social, advogada e ativista dos direitos humanos Therezinha Zerbini, esposa do general Euryale de Jesus Zerbini, que sofreu repressão com o golpe de 1964. O objetivo do movimento, inicialmente, era reunir familiares de pessoas desaparecidas, exiladas ou presas, e foi muito importante para a campanha em prol da anistia. Entretanto, Pinto (2007, p. 63-64) ressalta que, em 1977, houve um afastamento, de certo modo “estratégico”, do grupo liderado por Therezinha Zerbini das organizações feministas, já que a causa feminista era malvista no Brasil “pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista”; e o movimento pela anistia necessitava ganhar força e adeptos em todas as frentes.

Foi nessa efervescência de debate sobre os direitos das mulheres que ganharam fôlego e circularam, na década de 1970, entre os cerca de 150 periódicos alternativos, 75 jornais voltados para a agenda feminista, em seus diferentes nichos, como socialistas, lésbicas e sindicalistas (CARDOSO, 2004). A imprensa feminista inseria-se nesse montante junto a publicações voltadas para ecologia, humor, prazer, política e economia. Contudo, foram os periódicos sobre gênero que tiveram continuidade durante as décadas de 1980 a 2010, enquanto a imprensa alternativa como um todo perdeu força. O *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* foram os primeiros jornais feministas, com sede no Brasil, escritos por mulheres e tendo como público principal as mulheres, sendo inseridos nas

manifestações do feminismo de segunda onda (CARDOSO, 2004; PINTO, 2007). Leite (2003, p. 234) ressalta que ambas as publicações se destacaram pelo “compromisso com uma nova linguagem e com a difusão de reivindicações e propostas diretamente relacionadas com a condição das mulheres”.

Analisando a produção do *Nós Mulheres* e do *Brasil Mulher*, que reunia militantes de origem maoísta, notamos a permanência das teses marxistas, que tinham a economia e a política como eixos. As articulistas defendiam a centralidade da luta anticapitalista, na medida em que, numa sociedade do grau de desigualdade social como a brasileira, toda e qualquer reivindicação de melhoria de vida passa pela dimensão econômica mas, concomitantemente, propunham a autonomia do movimento de mulheres. (MORAES, 2012, p. 118).

A partir de uma análise do material a que teve acesso e da leitura sobre os movimentos feministas, Elizabeth Cardoso (2004) criou duas categorias, com base nas quais apresentou suas reflexões sobre a imprensa feminista pós-1974: a primeira geração, contemporânea dos jornais alternativos e, de forma geral, voltada para a questão de classe; e a segunda geração, grupo de periódicos feministas editados a partir de 1981, em sua maioria, voltados para a questão de gênero.

Compreender o que levou Cardoso a estipular duas gerações de periódicos feministas é interessante não só para a distinção entre as características mais relevantes das publicações, mas também para entender como se deu a fragmentação dos próprios movimentos feministas na década de 1970. Pinto (2007), como dito anteriormente, apresenta que o ano de 1975 tem sido considerado o momento inaugural do feminismo brasileiro, já que, até então, os movimentos estavam restritos a grupos muito específicos, fechados e intelectualizados. A distensão política gradual e controlada, prometida pelo general Geisel, além da decisão da ONU de proclamar 1975 como o Ano Internacional da Mulher, corroborou para o retorno da atuação dos movimentos sociais e, especificamente no caso dos feministas, para o debate dos direitos das mulheres ganharem importância na arena pública.

Contudo, foram o II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados em 1980 e 1981, respectivamente, que ofereceram a Cardoso (2004) os fatos históricos que marcaram a divisão da imprensa feminista. O evento de 1980 teve uma movimentação de grande vulto, com a participação de muitas mulheres que se socializaram politicamente em organizações e partidos de esquerda. Mesmo que muitos desses movimentos tenham nascido ligados a partidos, a relação dentro dessas associações de esquerda sempre foi

repleta de tensão, sem uma agenda dada, mas construída ao longo da atuação das próprias mulheres, visto que havia críticas no sentido de entender o feminismo como separatista e que, assim, não contribuiria para uma sociedade mais justa para homens e mulheres. Cabe ressaltar também que alguns movimentos feministas estavam mais inclinados a não se vincular a qualquer partido e se voltar para a agenda específica das mulheres. Como houve militantes que concordavam com a primazia da luta de classes ou da luta pela democracia, deixando o feminismo em segundo plano, o II Congresso entrou para a história dos feminismos como marco de cisão dos movimentos (CARDOSO, 2004; PINTO, 2007).

Cardoso (2004) frisa que, durante o encontro de 1981, a separação dos movimentos feministas em relação aos partidos de esquerda se aprofundou. Com isso, proliferaram entidades feministas ligadas a universidades, ONGs ou Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher, cuja principal característica – que se refletiu na agenda de seus jornais – foi a especificidade dentro da agenda de gênero: violência, saúde, sexualidade, educação e pressão política para as causas feministas, por exemplo. Isso, de certo modo, explica o surgimento de muito mais títulos na segunda do que na primeira geração da imprensa feminista.

Cabe lembrar que as brasileiras exiladas, principalmente na Europa ocidental, começaram a ter contato com as discussões feministas que estavam em voga por lá naquele momento, além de refletir sobre a condição da mulher, defender uma argumentação em público, ter acesso aos principais textos feministas da época e criar uma rede de autoajuda no exílio. O jornal *Nosotras*, criado pelo Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris, circulou, inicialmente, todos os meses e, a partir da edição 20, bimestralmente. Considerado por Cardoso (2004) como o primeiro jornal feminista brasileiro, apesar de ter sido editado em Paris, a partir de 1974, e enviado para o Brasil pelo correio a fim de ser distribuído para as assinantes, é um exemplo das publicações da primeira geração. O grupo chegou a ter cerca de 200 participantes, mas foi perdendo força à medida que as reflexões sobre quem seria o principal inimigo delas – não o capitalismo, mas o patriarcado – começou a incomodar as relações familiares, o espaço da casa de cada uma. Assim, fortalecia-se a disputa das esquerdas pela dedicação política das mulheres e seu empenho em esvaziar o feminismo em benefício das lutas mais gerais. Dois outros representantes da imprensa feminista da primeira geração são o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, citados anteriormente.

Foi na fase de maior mobilização política e de abrandamento da censura que cresceu a imprensa alternativa, como já mencionado, sendo esse também o momento da

fundação dos dois jornais feministas referenciados acima. O profundo impacto do regime militar sobre a sociedade brasileira influenciava a atuação dos grupos responsáveis por esses jornais. As feministas militantes dessas publicações vieram, em sua maioria, da esquerda; muitas, inclusive, com experiência da militância clandestina, da prisão, da tortura e/ou do exílio. A edição de dois jornais em vez de um, visto que o perfil das militantes era bem próximo, tem explicação nas próprias condições que ocorriam na esquerda à época – fato que também contribuiu para o encerramento das atividades dos coletivos e dos periódicos, pouco tempo depois de sua fundação.

Os embates da esquerda também compunham as especificidades dos diferentes coletivos e periódicos feministas. Assim, o *Brasil Mulher*, desde sua primeira edição, ressaltava

[...] a especificidade da luta das mulheres por sua emancipação, debatia um conjunto de questões teórico-práticas ligadas à explicação da dominação/exploração das mulheres e divulgava as teses sobre a superação da sociedade patriarcal. Por outro lado, posicionava-se sobre todos os fatos conjunturais em pauta na realidade brasileira pós-luta armada, em plena vigência da ditadura militar e da reorganização do movimento popular. (LEITE, 2003, p. 237).

Kucinski (1991) salienta que o feminismo do *Brasil Mulher* foi fortemente influenciado pelo marxismo, principalmente da linha maoísta, que se voltava para a temática da pobreza e da miséria. No jornal, apresentava-se a realidade de mulheres pobres que morriam em decorrência de abortos clandestinos; a prostituição infantil; no sentido de mostrar a luta das mulheres como parte da luta de classes.

O *Nós Mulheres*, por sua vez, inovou principalmente na linguagem, ao utilizar a primeira pessoa do plural – Nós – desde o título, rompendo com o tratamento impessoal e assexuado da imprensa feminina tradicional (em sua predominância, escrita por homens e direcionada às mulheres). Entre os temas que compunham sua agenda, estavam críticas à educação diferenciada entre meninos e meninas, sendo que o aprendizado das mulheres estava condicionado para lhes ensinar a viver em função dos homens; às relações de trabalho e as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho; à divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças entre homens e mulheres; e a conclamação de uma luta conjunta pela emancipação humana (LEITE, 2003).

Os jornais da segunda geração – aqueles com foco em um tema específico que coincidia com a agenda maior do movimento feminista por eles responsáveis eram, por exemplo, o *ChanacomChana* e o *Fêmea* (CARDOSO, 2004). O primeiro, fundado em

1981 pelo Movimento Lésbico-Feminista (MLF)²⁵, tratava especificamente do lesbianismo, com interesse nas questões legalistas, principalmente quanto ao Código Civil. Segundo a autora, o jornal poderia ser classificado “como um ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista, fazendo contraposição ao discurso da busca da igualdade entre homens e mulheres” (CARDOSO, 2004, p. 46). Além de ressaltar a necessidade das mulheres de proclamar sua diferença e a independência quanto ao gênero masculino, avançava em relação à primeira geração de periódicos por abordar o lesbianismo, sem timidez e motivando o debate. Para a autora, *ChanacomChana* tornou-se a principal atividade do grupo e simbolizou a aproximação definitiva entre lésbicas e feministas.

Outro jornal, o *Fêmea*, editado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), com sede em Brasília, começou a ser editado em 1992, com circulação bimestral e cem exemplares. É um dos veículos feministas de maior duração, já que seu último número foi de dezembro de 2014. O *Fêmea* apresentava três características da segunda geração da imprensa feminista: (a) ser editado por uma organização não-governamental (ONG); (b) ter financiamento de entidades internacionais e do Estado; e (c) cobrir o tema **mulher** no Congresso Nacional, o que englobava ter uma perspectiva legislativa da questão de gênero, ressaltando a importância da abordagem de gênero e a tendência à especialização por tema (CARDOSO, 2004). De 2012 a 2014 – últimos anos de circulação –, foram editados dois números por ano, com tiragem média de 13 mil exemplares. A Fundação Ford e a ONU Mulheres foram, nesse período, alguns dos parceiros do CFEMEA para a publicação de seu jornal. No editorial do número zero, de fevereiro de 1992, foi destacada a intenção desse veículo de “fazer a ponte” entre parlamentares e movimentos/organismos de mulheres, autônomos e institucionais. Além disso, havia o propósito de

manter o movimento organizado de mulheres informado sobre as proposições em tramitação no Congresso Nacional que dizem [diziam] respeito à mulher, fornecendo subsídios às mulheres, seus grupos e aos parlamentares para a discussão e elaboração de projetos que assegurem [assegurassem] a igualdade de direitos (COMISSÃO EXECUTIVA, *Fêmea*, 1992, p. 1).

²⁵ O Movimento Lésbico-Feminista, fundado em 1980, era composto por dissidentes do Grupo Somos, fundado em 1978, primeiro grupo homossexual politicamente organizado no Brasil. Com a intenção de criar um grupo que abordasse especificamente as questões das mulheres lésbicas, houve a saída das integrantes. Posteriormente, por motivos políticos e alternância de lideranças, o novo grupo mudou de nome duas vezes, passando a se denominar Grupo Lésbico-Feminista (GLF) e, por último, Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

Cardoso (2004) salienta que tanto o jornal como as outras publicações do CFEMEA eram distribuídos gratuitamente, tendo um público diversificado, de acordo com os objetivos e temáticas, formas de organização e localização geográfica. Grupos de mulheres negras; lésbicas; lideranças vinculadas ao trabalho de comunidades, a sindicatos e centrais sindicais, a partidos políticos, a universidades públicas e privadas; e grupos profissionais discriminados como o das trabalhadoras domésticas e das trabalhadoras rurais são exemplos da abrangência de público do jornal, ressaltados pela autora.

Também considerado por Cardoso (2004) uma publicação da segunda geração, *Mulherio* é citado em vários trabalhos como herdeiro do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*, tanto pela agenda quanto pela maneira de fazer a comunicação entre os vários movimentos feministas espalhados pelo país (CARDOSO, 2004; SARTI, 2004; PINTO, 2007; ALVES; PITANGUY, 2011).

Claudia Nichnig (2013) destaca que, em comum com os dois primeiros jornais feministas da segunda onda, *Mulherio* apresentava a preocupação constante das feministas responsáveis pela publicação com a inserção das trabalhadoras no mercado de trabalho, com campanhas em favor da não-discriminação e de sua proteção. A autora frisa que a temática das legislações quanto a creche, maternidade e trabalho noturno é abordada pelos três jornais a partir da perspectiva feminista, buscando o acesso massivo das mulheres ao mercado de trabalho, nas décadas de 1970 e 1980.

Segundo Dulcília Buitoni (1986), esses jornais deram cobertura a assuntos que, até então, eram desprezados pela grande imprensa: periferia, sindicatos, creche, direitos trabalhistas da mulher, custo de vida. Como dito acima, foram os embates internos aos grupos, além dos poucos recursos financeiros, que fizeram com que os movimentos e, conseqüentemente, os jornais tivessem vida tão curta (LEITE, 2003; CARDOSO, 2007). No entendimento de Buitoni (1986, p. 55), havia também outro problema: “[...] embora a maioria se detivesse aos problemas das classes mais pobres, o discurso intelectualizante atrapalhava a compreensão para certas pessoas; para outras, o tom didático e, às vezes, simplório não despertava interesse”.

Quanto ao *Nzinga Informativo* (1985-1989), diferentemente de outros periódicos feministas e de seus grupos editores, contemporâneos a ele, como o *Brasil Mulher* (1975-1980), o *Nós Mulheres* (1976-1978) e o *Mulherio* (1981-1988), há poucos registros acadêmicos que se atentam para esse importante momento da história do movimento negro e do movimento feminista negro no Brasil. Cabe considerar aqui também que muito pouco se conhece sobre este periódico e sobre o coletivo homônimo de mulheres negras,

fundado no Rio de Janeiro em 1983, por Lélia Gonzalez e outras ativistas negras. A pesquisa ora apresentada, de certa maneira, busca suprir essa lacuna. Cardoso (2008, p. 110-111) frisa que esse periódico exemplificava a ideia de especialização da segunda geração da imprensa feminista, sendo classificado por ela na categoria “variados-racial”, por não se encaixar nas características definidas em sua pesquisa para a tematização dos jornais. Esta tese tenta suprir, de certa maneira, esta lacuna, visto que, pela primeira vez, o *Nzinga Informativo* é alvo de um estudo em profundidade, embora sua interseção nos debates feminista e antirracista possa ser mais explorada em trabalhos futuros.

Sobre o momento histórico da circulação dos quatro jornais objetos desta pesquisa, é importante que se diga que apenas o *Fêmea* teve todas as edições publicadas após a redemocratização, de 1992 a 2014. Sendo assim, a agenda dos veículos muito tem a dizer sobre a atuação dos movimentos feministas no período da ditadura e os anos que se seguiram à saída dos militares, após mais de duas décadas no poder (1964-1985). Cabe aqui lembrar que *Nós Mulheres* circulou de 1976 a 1978; *Mulherio*, de 1981 a 1988; e *Nzinga Informativo*, de 1985 a 1989. A agenda de cada um dos jornais será discutida no próximo capítulo.

3 JORNAIS E SUA AGENDA

No capítulo anterior, foram apresentados os quatro jornais feministas objeto de análise desta pesquisa – *Nós Mulheres*, *Mulherio*, *Nzinga Informativo* e *Fêmea* – e sua relação com os movimentos feministas brasileiros. Agora, neste capítulo, o objetivo é apresentar a agenda de cada um deles, com seus principais temas. É importante destacar que também será abordado o contexto, no âmbito nacional e internacional, no qual cada um circulou, visto que o sentido desta determinação de agenda se faz a partir de seu pertencimento a uma época, com a atuação de suas personagens e mobilização de lutas específicas. Para que a análise da agenda de cada um dos periódicos que integram o *corpus* desta pesquisa fosse feita, a partir da observação do material, foram estabelecidas 20 categorias temáticas, que reúnem temas afins, que são apresentadas a seguir. A amplitude das categorias varia de acordo com a proximidade dos temas entre si.

A categoria temática “direitos sexuais e reprodutivos” congrega textos cujos assuntos principais são aborto; direitos sexuais; direitos reprodutivos; mulheres lésbicas; homossexualidade; e identidade de gênero.

“Família”, a mais abrangente das categorias temáticas estabelecidas pela pesquisa, reúne abordagens sobre maternidade; casamento; divórcio; união estável; cuidado com crianças, doentes e idosos; crianças abandonadas; violências contra crianças; dupla jornada; educação infantil/creches; família; divisão sexual do trabalho; juventude; paternidade; e socialização de crianças.

A categoria temática “comunidade negra” pode ser dividida em cinco temas: cultura negra; discriminação racial; mulheres negras; escritoras/es negras/os; e movimentos negros.

Em “religião”, incluem-se textos quanto a críticas à igreja; Teologia da Libertação; e laicidade do Estado.

“Política internacional” reúne material sobre guerras; questão palestina e política internacional.

Na categoria temática “saúde”, encontram-se textos sobre saúde da mulher; saúde em geral; drogas; e DST/AIDS.

“Pobreza/Periferia” apresenta textos sobre mulheres da periferia; pobreza; e periferia.

A categoria “governo” agrega assistência social; políticas públicas para mulheres; transporte público; e governo.

“Mídia e produção cultural” incorpora o debate sobre cinema político; cultura; mulheres escritoras/artesãs/artistas; jornalismo; comunicação; imprensa alternativa; e mídia e política.

Em “igualdade de direitos”, estão os textos sobre direitos das mulheres; direitos humanos; igualdade de direitos; cidadania; e empoderamento das mulheres.

“Política institucional” reúne discussões sobre a campanha por eleições diretas (Diretas Já); ditadura militar; eleições; participação política das mulheres; legislações; e políticos brasileiros e estrangeiros.

A categoria “trabalho” traz textos sobre direitos trabalhistas; e mulheres no mercado de trabalho.

Em “discriminação das mulheres”, encontram-se discussões quanto a objetificação das mulheres; loucura; discriminação/opressão contra mulheres e o masculino como referência ou como o “neutro”.

“Violências contra mulheres” agrega quatro temas: violências domésticas contra mulheres; violências sexuais; assédio sexual; e assassinatos de mulheres.

A categoria “educação” apresenta textos sobre educação em geral; educação formal para mulheres; e educação popular.

Em “povos indígenas”, é possível encontrar materiais sobre mulheres indígenas e povos indígenas.

“Segurança pública” foca em violência policial e segurança pública.

A categoria temática “organizações de mulheres” engloba textos sobre imprensa feminista; movimentos de mulheres; e movimentos feministas/feminismos.

“Custo de vida”, “Estudos sobre mulheres” e “Histórias de mulheres” perfazem categorias unitárias.

Tabela 1 – Dez categorias temáticas principais nos jornais analisados

<i>Nós Mulheres</i>		<i>Mulherio</i>		<i>Nzinga Informativo</i>		<i>Fêmea</i>	
Categoria temática	Peso relativo	Categoria temática	Peso relativo	Categoria temática	Peso relativo	Categoria temática	Peso relativo
1ª) Organização de mulheres	20%	1ª) Organização de mulheres	16%	1ª) Comunidade negra	62%	1ª) Igualdade de direitos	14%
2ª) Trabalho	17%	2ª) Família	13%	2ª) Organizações de mulheres	8%	2ª) Direitos sexuais e reprodutivos	13%
3ª) Política institucional	14%	3ª) Direitos sexuais e reprodutivos	10%	3ª) Política institucional	4%	3ª) Política institucional	13%
4ª) Família	13%	4ª) Discriminação das mulheres	8%	4ª) Histórias de mulheres	3%	4ª) Família	9%
5ª) Discriminação das mulheres	8%	5ª) Política institucional	7%	5ª) Educação	3%	5ª) Organizações de mulheres	8%
6ª) Direitos sexuais e reprodutivos	5%	6ª) Mídia e produção cultural	6%	6ª) Direitos sexuais e reprodutivos	3%	6ª) Violências contra mulheres	8%
7ª) Custo de vida	4%	7ª) Trabalho	6%	7ª) Violências contra mulheres	2%	7ª) Trabalho	6%
8ª) Saúde	3%	8ª) Estudos sobre mulheres	5%	8ª) Trabalho	2%	8ª) Saúde	6%
9ª) Igualdade de direitos	3%	9ª) Violências contra mulheres	4%	9ª) Saúde	2%	9ª) Governo	5%
10ª) Comunidade negra	2%	10ª) Comunidade negra	3%	10ª) Pobreza/Periferia	2%	10ª) Comunidade negra	4%

Fonte: Pesquisa “De qual feminismo estamos falando?”

3.1 Contexto e agenda do *Nós Mulheres* (1976-1978)

Recordando o que foi apresentado no Capítulo 2, o primeiro jornal feminista brasileiro desse período foi o *Brasil Mulher*, com seu número zero publicado em novembro de 1975, embora autoras como Teles (1999) o tenham considerado mais vinculado à luta pela anistia e contra a ditadura do que às questões feministas. É significativa aqui essa separação de interesses apresentada pela autora, visto que não seria central a luta contra a ditadura para se avançar nas lutas feministas? Maria Paula Araújo (2000, p. 163) ressalta que os jornais dos anos 1970 – *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* – “funcionavam como espaços privilegiados para a construção de uma visão política alternativa pautada pelo feminismo”, cujos temas gerais mais presentes eram a anistia e a campanha contra a carestia, considerados o “principal binômio da luta democrática encaminhada pela imprensa feminista da época”.

As feministas brasileiras da década de 1970 buscavam, através de sua imprensa, construir uma posição política que desse conta da especificidade da condição feminina, de uma visão alternativa de política (calcada na subjetividade, na valorização do cotidiano, na transformação de relações pessoais, afetivas e sexuais) e, ainda, da luta contra a ditadura e pelo socialismo. Ou seja, para a maioria das feministas brasileiras, oriundas da esquerda organizada, a questão central era unir feminismo, luta democrática e socialismo. (ARAÚJO, 2000, p. 164).

O jornal *Nós Mulheres* surge no ano seguinte (junho/1976) e representa o espírito das exiladas que participavam dos círculos de debate na França e chegavam com o desejo de levar a discussão sobre o feminismo para a classe operária, na perspectiva de compromisso com ideais democráticos e socialistas (TELES, 1999; MORAES, 2012; WOITOWICZ, 2014).

A partir de 1975, as primeiras feministas do Debate retornaram ao Brasil e integraram o primeiro grupo feminista em território nacional, o *Nós Mulheres*. O grupo agregava cerca de 20 participantes, jovens em sua maioria e oriundas das classes médias. O primeiro editorial do jornal *Nós Mulheres*, escrito por duas ex-militantes do Debate, trata da dupla jornada de trabalho (em casa e fora dela) e propõe uma série de reivindicações, nas quais as políticas de Estado aparecem como solução. Reunindo-se semanalmente para discussões de textos sobre a questão da mulher, as feministas do *Nós Mulheres* divulgavam suas ideias participando de grupos comunitários e atuando em sindicatos. Muitas faziam estudos universitários e escreviam sobre temas conexos ao feminismo. (MORAES, 2012, p. 117).

Teles (1999, p. 92) apresenta que a proposta do jornal era socializar o trabalho doméstico pela criação de equipamentos sociais, como creches, lavanderias e refeitórios públicos. Embora consideradas absurdas também por ativistas de esquerda²⁶, as ideias do jornal propiciavam debates nas escolas e bairros da periferia. Os anos 1970 também foram marcados pelos grupos de mães e donas de casa, organizadas em clubes de mães, associações ou sociedades de bairros e o Movimento do Custo de Vida, compostos, em sua maioria, por mulheres da periferia de São Paulo, que falavam do custo de vida, dos baixos salários e reivindicavam creches para filhas e filhos das mães trabalhadoras.

O *Nós Mulheres*, como dito anteriormente, circulou no momento da retomada dos movimentos sociais no Brasil. Entre as integrantes dos grupos que começavam a se organizar, a função a ser desempenhada por veículos de comunicação (jornais, revistas, programas de rádio e de TV, panfletos etc.) que tivessem como base os valores do feminismo era considerada primordial para as mudanças sociais almejadas. Em outras palavras, esses veículos de comunicação, inseridos numa estratégia de educação dos movimentos feministas, tinham como objetivos recriar a identidade social das mulheres e resgatar suas histórias (BARSTED, 1983).

Essa efervescência dos anos 1970 fica bastante explícita nas páginas do *Nós Mulheres*, tanto pela presença de vários anúncios de outros jornais da imprensa alternativa, como *Brasil Mulher*, *Versus* e *Pasquim*²⁷, quanto pela própria agenda do jornal. O *Nós Mulheres* não se restringia a temáticas de interesse exclusivo das mulheres. Os temas abordados tinham como objetivo fomentar o debate entre homens e mulheres, especificamente da classe trabalhadora, conforme mencionado acima. Sendo assim, temáticas como custo de vida, anistia e redemocratização eram tão comuns nas edições quanto creches, discriminação de mulheres no mercado de trabalho e trabalho doméstico não-remunerado.

Tanto o *Brasil Mulher*, editado pela Sociedade Brasil Mulher entre 1975 e 1980, quanto o *Nós Mulheres* (1976-1978), da Associação de Mulheres, foram instrumentos de divulgação de coletivos de mulheres organizadas e cobriam assuntos não veiculados pela grande imprensa da época, devido à forte repressão da ditadura militar, refletindo, assim,

²⁶ Autoras como Teles (1999), Cardoso (2004) e Pinto (2007) destacam que, para muitas lideranças de esquerda, em sua maioria masculina, o feminismo tinha caráter divisionista e pretendia favorecer as classes dominantes, destacado no capítulo anterior. Além disso, a população de países subdesenvolvidos como o Brasil teria problemas mais urgentes a resolver como a fome e o jugo de uma ditadura.

²⁷ Chama a atenção o jornal *Pasquim* figurar entre os alternativos que anunciavam no *Nós Mulheres*, visto que, como dito anteriormente, seus redatores ridicularizavam a agenda feminista.

o pensamento político dos movimentos feministas (LEITE, 2003). O *Nós Mulheres* tinha Anamárcia Veinsecher como jornalista responsável²⁸, e apresentava uma base de ativismo mais ampla do que a do *Brasil Mulher*, já que contava com clubes de mães engajadas em lutas em favor de creches na zona sul de São Paulo. Em outras palavras, o jornal nasceu diretamente dos movimentos de base, com matriz ideológica clássica das esquerdas, mas com autonomia clara para a luta feminista, com base marxista. Em entrevista a Bernardo Kucinski, a jornalista Adélia Borges declarou que o *Nós Mulheres* foi “o primeiro jornal feminista brasileiro a colocar que o privado também era público e a levantar questões como a sexualidade, a criança, a privilegiar o ângulo da liberdade” (KUCINSKI, 1991, p. 80-81).

Como já mencionado, as mulheres que integravam as equipes destes dois jornais vinham, majoritariamente, da esquerda, inclusive da militância clandestina, com histórias de prisões, torturas e/ou exílio. Leite (2003) ressalta que as diferenças entre as várias agremiações da esquerda compunham um fator importante para que, mesmo tendo agendas similares, os grupos decidissem por publicar periódicos separadamente, apesar da escassez de recursos. A caracterização feita pela autora vem a seguir, a fim de contextualizar o grupo do *Nós Mulheres*:

As militantes que vão compor o coletivo do jornal *Nós Mulheres*, que voltam ao Brasil em 1976, bem antes da Anistia, vinham decididas a editar um jornal feminista, de oposição, e que veiculasse as lutas sociais das mulheres. Preferiram garantir sua “autonomia”, fundando um jornal próprio, o *Nós Mulheres*, a se integrar no já existente *Brasil Mulher*, reproduzindo, desse modo, a heterodoxia tão presente nas organizações de esquerda. O *Brasil Mulher*, por sua vez, temia as feministas que chegavam com muitas críticas à linha que havia adotado. As cisões na esquerda, nessa época, aconteciam na maioria das vezes não por motivos políticos fundamentados em concepções teóricas ou práticas mas por questões de personalismo, luta pelo poder entre grupos de uma mesma corrente política. Essa forma de lidar com as diferenças e com o poder caracteriza os processos políticos tradicionais e têm profundas raízes na forma como se exercita o poder burguês e machista nas sociedades patriarcais. Por isso era de se esperar uma postura diferente por parte dos dois jornais em estudo. (LEITE, 2003, p. 236).

Os percalços enfrentados pelo grupo do *Nós Mulheres*, especificamente, foram comentados pelo coletivo em um manifesto datilografado, de junho de 1979, que integra o arquivo da Biblioteca Ana Maria Poppovic, da Fundação Carlos Chagas:

²⁸ Como a maioria dos textos do jornal não era assinado, havendo apenas a identificação no expediente ou pelos relatos das participantes do grupo, é provável que não tenha havido homens como redatores da publicação.

O grupo reunido desde 1976, em torno do jornal *Nós Mulheres*, optou por uma organização de trabalho que comportasse uma democracia interna e mais ampla possível, partindo da igualdade de direitos e deveres de cada uma de suas participantes. A nossa preocupação era atingir uma flexibilidade dos papéis de responsabilidade que despertasse as potencialidades criativas de cada uma. [...] Esta forma de trabalhar fugia às regras de um jornal tradicional e permitia que todas acompanhassem o processo de realização de nosso trabalho, desde a feitura dos textos até a distribuição do jornal, o que nos dava a sensação gratificante de que o produto de nosso trabalho nos pertencia. Esse tipo de organização criou muitas dificuldades. A produtividade era, em certo sentido, baixa e equivalia a um grande esforço. [...] A não-hierarquia trazia velhos vícios de comportamento – produto de nossa vivência em uma sociedade organizada segundo moldes autoritários. [...] Éramos idealistas, mas o que propúnhamos estava certo: a democracia a partir do trabalho. E mais que isso, uma luta interna e externa contra as relações de poder (sempre negadas, mas sutilmente introduzidas), as hierarquias que separam, de antemão, as “mais experientes”, “mais preparadas” das “menos experientes e preparadas”. (GRUPO NÓS MULHERES, 1979, p. 11).

No ano em que este manifesto foi escrito, o jornal não circulava mais e o coletivo passou a se denominar Grupo Nós Mulheres, com reuniões quinzenais às terças-feiras, em São Paulo. As cerca de 25 mulheres que o integravam estavam divididas em três subgrupos: (a) grupo de estudos (aprofundamento das questões relativas ao feminismo e à condição da mulher); (b) grupo de base (assessoria a grupos de mulheres em comunidades de bairros e organizações profissionais e sindicais); e (c) grupo de publicação (responsável por divulgar o trabalho dos outros dois subgrupos; por meio de textos teóricos, artigos e entrevistas com as reflexões advindas do grupo de estudos, além da publicação de boletins, cadernos didáticos e informativos sobre trabalho feminino, legislação sobre a mulher, contracepção e sexualidade, vinculados ao serviço de assessoria) (GRUPO NÓS MULHERES, 1979).

O editorial do primeiro número, publicado em junho de 1976, explicou de uma maneira até um pouco poética a razão da escolha do nome para o jornal, que também se vinculava aos objetivos que o grupo pretendia alcançar: o periódico seria o canal de reivindicação e, ao mesmo tempo, de identificação das várias mulheres que seriam suas leitoras. O termo “nós mulheres” também se colocava como um vocativo para aproximar as várias mulheres que recebiam aquelas palavras como forma de dar incentivo a uma luta que era conjunta, independentemente de diferenças de classe e raça: a luta contra a opressão (EDITORIAL, *Nós Mulheres*, n. 1, 1976, p. 2).

Uma convergência interessante entre os grupos do *Nós Mulheres* e do *Mulherio* é o chamado aos homens para se integrar à luta pelos direitos das mulheres. No segundo, essa decisão fica mais evidente durante a segunda fase, quando mais homens começaram a escrever para a publicação. Quanto ao *Nós Mulheres*, no manifesto de 1979, o grupo

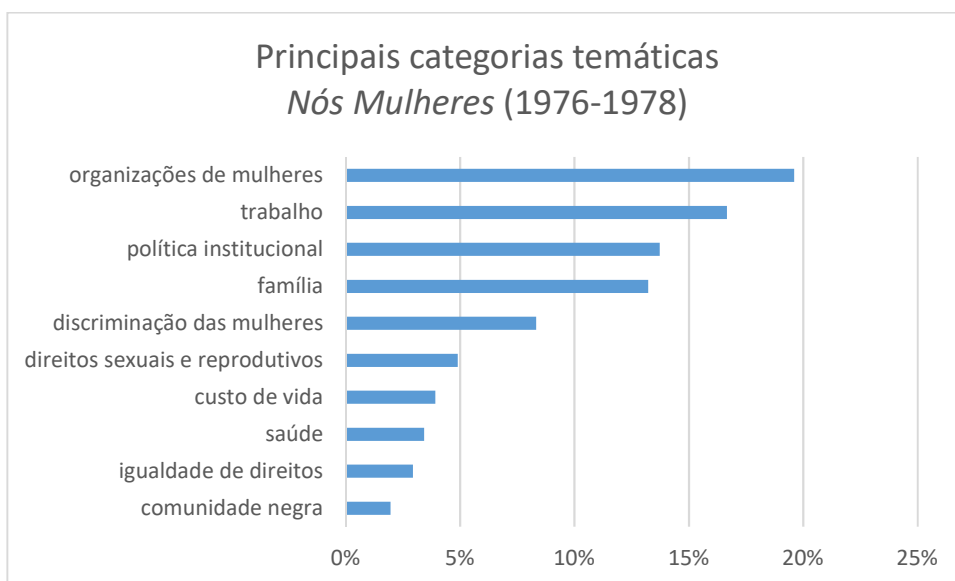
ressaltou que buscava, “ao lado dos homens, uma forma de relacionamento entre os sexos, que desperte [despertasse] uma nova identidade social – feminina e masculina – não mais baseada na opressão de um sexo pelo outro, mas onde sejam [fossem] respeitadas as diferenças, sem que constituam [constituíssem] motivos para desigualdades sociais” (GRUPO NÓS MULHERES, 1979, p. 8).

As temáticas que integravam a agenda feminista do *Nós Mulheres*, ao longo dos três anos e oito edições, foram, principalmente, o feminismo, a ideologia da natureza (papéis pré-determinados socialmente), o trabalho como pré-condição da libertação das mulheres, a noção cultural da maternidade, a sexualidade e as organizações das mulheres. Estes, também, são os motes que circundaram o manifesto.

Um ponto importante que diferencia o *Nós Mulheres* das outras publicações também contempladas nesta pesquisa é quanto ao tom que empregava nos textos, a começar pelo próprio nome do jornal. O caráter mais próximo, íntimo, remetia à intenção de trazer mais para perto as mulheres trabalhadoras, a fim de que compreendessem que a luta pelos direitos não estava restrita às mulheres das classes mais ricas, mas que dizia respeito a todas. Dessa forma, era importante que a situação delas fosse vista de modo crítico, no sentido de se questionar a opressão naturalizada. Os longos depoimentos são um exemplo expressivo de como o jornal buscava se aproximar das leitoras, por meio de um espelhamento com o que era publicado. Araújo (2000, p. 165) destaca que, no *Nós Mulheres*, “os assuntos eram abordados na sua dimensão íntima e ao mesmo tempo politizava todos os espaços e detalhes da vida cotidiana”.

Comparando o perfil do *Nós Mulheres*, especificamente, com o do *Mulherio*, é possível perceber uma diferença, por mais sutil que possa ser, na linguagem empregada pelas publicações. Como dito acima, o primeiro tendia a se colocar mais próximo das leitoras, como se fosse, de fato, uma relação de intimidade, de cumplicidade. Já o jornal do grupo da Fundação Carlos Chagas transparecia uma atitude mais didática, como se quisesse, a todo momento, ser uma espécie de cartilha a ser seguida, um manual contra a submissão das mulheres; uma relação mais distanciada, mais informativa do que personificada.

Gráfico 1 – Principais categorias temáticas do *Nós Mulheres* (1976-1978)²⁹³⁰



Fonte: Pesquisa “De qual feminismo estamos falando?”

Essa politização dos espaços e da vida cotidiana está, de fato, bem marcada nos 204 textos, presentes nas oito edições, nos formatos de editoriais, crônicas, cartas, matérias, charges e notas. É importante destacar que, como dito acima, o contexto em que o *Nós Mulheres* circulou ainda era o da repressão do regime militar, apesar de também ser o da volta dos movimentos sociais à arena pública. A expressão dessa efervescência é bem nítida na publicação que tem, entre as principais categorias temáticas de sua agenda, organização de mulheres (20%), trabalho (17%) e política institucional (14%). Se somadas, a primeira e a terceira categorias temáticas perfazem 34%, valor significativamente importante para um jornal cujo foco era contribuir para o debate sobre as desigualdades de classe e ressaltar que a cidadania se faz com liberdade política, igualdade entre mulheres e homens e justiça atrelada à atuação profissional.

²⁹ Cabe sublinhar que, nos quatro jornais, muitos dos temas da agenda feminista se sobrepuseram devido à natureza dos assuntos. Sendo assim, quando as sobreposições foram identificadas, os textos foram incluídos no montante de apenas uma das categorias temáticas a que se poderiam vincular. Tal decisão foi tomada a partir da ênfase maior que uma categoria apresentava sobre a outra em cada caso, não havendo, portanto, dupla contagem. Por exemplo: os textos sobre incidência de miomas em mulheres negras, que poderiam ser alocados tanto no tema “saúde da mulher” quanto em “mulheres negras”, foram somados a “mulheres negras”.

³⁰ Este gráfico representa o peso relativo das dez primeiras categorias temáticas encontradas nas edições do jornal *Nós Mulheres*, a saber: organizações de mulheres (20%), trabalho (17%), política institucional (14%), família (13%), discriminação das mulheres (8%), direitos sexuais e reprodutivos (5%), custo de vida (4%), saúde (3%), igualdade de direitos (3%) e comunidade negra (2%). Ao todo, foram contabilizados 204 textos jornalísticos, somando o material das oito edições do *Nós Mulheres*.

A categoria temática “organização de mulheres” engloba textos cujo foco principal são imprensa feminista, movimentos de mulheres e movimentos feministas/feminismos. Cabe ressaltar que esse percentual relativo expressa o objetivo maior do grupo que editava a publicação de incentivar que as mulheres, principalmente as da periferia, se organizassem em prol da luta por seus direitos de cidadania, como educação, lazer, moradia digna, contra a divisão sexual do trabalho e a dupla jornada. Esse esforço em defesa dos grupos organizados de mulheres também reflete uma ruptura com a ideia de que a discussão feminista ou o feminismo propriamente dito apenas dizia respeito ou contemplava mulheres de classes média e alta. Com o feminismo marxista, base conceitual do grupo do *Nós Mulheres*, há uma tendência à expansão de debates e reflexões quanto às mulheres pobres como sujeitos de sua própria história, inclusive como personagens importantes nas organizações sindicais.

Esse ponto leva à segunda categoria temática de maior atenção do jornal – “trabalho” – que abarca direitos trabalhistas, mulheres no mercado de trabalho e discriminação/opressão contra mulheres. Vale lembrar que, nos anos 1970, a situação nos polos industriais, principalmente no ABC Paulista, era de grande destaque para as mobilizações sindicais, tendo à frente, em sua maioria, homens. As mulheres trabalhadoras eram consideradas a mão de obra mais barata, justamente porque estava aquém das reivindicações da categoria, além de serem consideradas aquelas que ganhavam uma complementação para o salário do marido e ainda tinham que cumprir suas “funções de esposa” – arrumar a casa, fazer comida e cuidar das crianças – quando chegavam em casa, ou seja, tinham jornada dupla, com salário que não chegava, muitas vezes, à metade do dos homens³¹. A jornada dupla é um dos temas mais debatidos nas edições do *Nós Mulheres*, visto que o grupo entendia que uma das maneiras de se reverter esse acúmulo de responsabilidades sobre as mulheres seria a atuação efetiva do Estado.

Essa atuação estatal se daria por meio de políticas públicas que permitissem a socialização das atividades domésticas, como o cuidado com as crianças, por meio da implementação de creches em locais próximos ao trabalho das mães, as responsáveis primeiras pelas filhas e filhos. Assim, a política institucional aparecer como o terceira categoria temática mais frequente reflete a cobrança das leitoras e, conseqüentemente, do

³¹ O livro *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*, de Elisabeth Souza-Lobo, pioneiro nos estudos e pesquisas que convergem as temáticas de gênero e trabalho no Brasil, com ênfase para a situação das mulheres operárias, teve sua primeira edição em 1991, composta por artigos escritos entre 1982 e 1991, analisa o cotidiano das mulheres operárias no Brasil.

jornal, quanto ao papel do Estado na efetivação dos direitos de cidadania para a população mais pobre e carente de recursos para que tenha uma vida digna.

Também chama a atenção o destaque dado pelo jornal aos textos vinculados ao tema da família (13%), quarto mais frequente da publicação, que engloba assuntos como maternidade, casamento, cuidado com crianças, divisão sexual do trabalho, creches e socialização das crianças. Este é um tema que não se desvincula dos três anteriores, visto que a relação mulheres-família é colocada no jornal de maneira intrínseca, ou seja, a atuação pública das trabalhadoras estava diretamente vinculada a seu cotidiano doméstico, a suas relações familiares e às dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho devido a tal configuração. Entre os textos de destaque, aparecem, repetidas vezes, os que criticam a educação diferenciada para meninos e meninas e as funções atribuídas às esposas, o que demonstra como há, desde a infância, um condicionamento para que aquele modo de pensar e agir seja perpetuado, sem críticas.

Por que o menino é o preferido? Na verdade todos esperam que o homem seja alguém na vida, tenha responsabilidades familiares, econômicas, políticas, enfim que tenha um papel ativo na sociedade. Enquanto que da mulher espera-se no máximo que seja principalmente uma boa filha, ajudando no serviço da casa e fazendo companhia aos pais e quando crescer, uma boa mãe e esposa. Uma mulher, ao ser entrevistada por um canal de televisão sobre quantos filhos queria ter, refletiu bem este problema, respondendo: “Quero ter dois filhos homens para o bem do país e uma menina para a satisfação pessoal”. (MENINO..., *Nós Mulheres*, n. 5, 1977, p. 6).

Os textos sobre violências contra mulheres não aparecem entre os mais frequentes (1%, ou três textos do total), embora não deixem de apresentar a realidade de muitas mulheres, que incluíam assassinatos, violência psicológica, violência física e violência doméstica. É importante que se diga que o entendimento de que atos agressivos cometidos por homens do convívio familiar – pais, irmãos, maridos, namorados – contra mulheres, apenas nos últimos 30 anos, começam a ser vistos como crimes e violências. O assassinato de mulheres, por exemplo, apenas deixou de ser considerado “crime de honra” no período de circulação do *Mulherio*, conforme detalhado adiante. A Lei Maria da Penha, instituída a partir de uma política pública contrária às violências contra as mulheres, apenas foi promulgada em 2006, ano que integra o período de circulação do *Fêmea*.

O longo depoimento da dona de casa e mãe Lindonéia da Silva, de 28 anos, é um exemplo da abordagem do jornal quanto a um dos problemas mais graves e que ainda amedrontam as mulheres brasileiras: a violência doméstica. Diagnosticada como

“psicótica maniaco-depressiva”, no momento da publicação, ela estava internada pela terceira vez em um hospital psiquiátrico, recebendo tratamento à base de eletrochoques e insulina. O relato é transcrito de modo que a leitora acompanhe a história de vida de Lindonéia e perceba como o isolamento em casa e a restrição de atividades às tarefas “de boa esposa e mãe” a levaram ao quadro de depressão profunda.

Nós veio pra São Paulo por causa do Dito trabalhar melhor aqui, e eu não gostei disso não. Ficava o dia todo muito só, trabalhar fora o Dito não queria, que ia me dar vida de moça direita e moça direita não tem que trabalhar. Depois nasceu a Amparo e eu tinha ela pra cuidar, mas assim mesmo era muita solidão a minha vida, eu acostumada com a casa cheia lá em Muriaé. Foi nesse tempo que começou a minha doença, essa coisa ruim que só vendo e que não tem explicação. Foi eu estar assim um belo dia pensando na vida e de repente me deu aquele desespero, uma angústia que nem sei de que, um medo horrível como se tivesse feito alguma coisa errada, como se algum castigo ruim fosse me acontecer. “Dito, me leva prum hospital, que eu tou vendo que vou endoidecer”, foi só ele ir chegando do trabalho e eu lá pedindo. (VIOLÊNCIA..., *Nós Mulheres*, n. 1, 1976, p. 16).

Diferentemente do que ocorreu no *Mulherio* e no *Fêmea*, a categoria temática “direitos sexuais e reprodutivos” não foi tão frequente (5%, sexta posição), no *Nós Mulheres*, englobando temas como identidade de gênero, homossexualidade, mulheres lésbicas, direitos sexuais e reprodutivos e aborto. Quanto ao debate sobre o aborto, especificamente, há apenas uma referência, na edição de junho/julho de 1978. A nota *Pílulas: quem pediu?* faz uma crítica à denúncia de bispos do Rio de Janeiro quanto aos altos índices de aborto praticado no Brasil, mesmo que clandestinamente. A fim de tentar modificar essa situação, o governo militar faria a distribuição em massa de pílulas anticoncepcionais, já que o diafragma fora considerado “artigo de luxo”, nos critérios da legislação de importação. O jornal termina a nota chamando a atenção para o fato de que as mulheres, as principais interessadas, não foram sequer consultadas. Novamente, é importante que se diga que a discussão sobre o direito das mulheres a decidir sobre o próprio corpo ainda dava seus primeiros passos no Brasil, uma vez que ainda se vivia sob o jugo do regime militar.

Os dez textos que abordam os direitos sexuais e reprodutivos referem-se a métodos contraceptivos e à dupla moral sexual. A maior crítica do jornal sobre este tema refere-se a deixar apenas às mulheres a responsabilidade por se evitar a gravidez e, conseqüentemente, a ocorrência de uma gravidez indesejada. A matéria *Como evitar a gravidez*, publicada em agosto/setembro de 1977, por exemplo, lista alguns dos métodos contraceptivos disponíveis à época – tabelinha, pílula, DIU e preservativo masculino.

Como era próprio da linguagem empregada pela publicação, o texto traz uma reflexão sobre o assunto:

Bom seria se existissem métodos anticoncepcionais que fossem ao mesmo tempo seguros, eficientes, convenientes, e de responsabilidade tanto do homem quanto da mulher. [...] cabe a nós lutar para que os cientistas não vinculados a essas grandes indústrias encontrem outros métodos eficientes, baratos, de fácil uso pela mulher e pelo homem, e que não prejudiquem a saúde. (COMO EVITAR..., *Nós Mulheres*, n. 6, 1977, p. 4).

Pela relevância que os debates sobre os direitos sexuais e reprodutivos – importante tema da agenda feminista francesa e de outros jornais brasileiros como *Mulherio* e *Fêmea* – tiveram no *Nós Mulheres*, é possível imaginar que a discussão sobre os direitos das mulheres como trabalhadoras e sua inserção na vida pública, por meio de sua atuação no mercado de trabalho, tinha mais importância na agenda deste grupo e, conseqüentemente, do recorte apresentado pelo jornal.

3.2 Contexto e agenda do *Mulherio* (1981-1988)

A formação do Coletivo de Mulheres do Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas é um exemplo da mobilização do feminismo acadêmico, que surgiu nos anos 1980 e ganhou espaço e importância por meio de pesquisas nas áreas de ciências humanas e educação³², realizadas em grandes universidades brasileiras, inclusive, por meio da criação de Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher (PINTO, 2007).

Mulherio foi o mais duradouro dos jornais feministas das décadas de 1970 e 1980, segundo Kucinski (1991). Nasceu no fim do ciclo alternativo, em 1981, e os dois últimos números – já com o nome de *Nexo* – circularam em 1988. Em 1982, sua tiragem variava de seis a 10 mil exemplares, no formato mini tabloide, com 24 páginas (BORGES, 1982, p. 127). A publicação se inseria no contexto distinto dos anteriores: tendência à especialização dos movimentos feministas; desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre mulheres e no mercado editorial; criação dos conselhos da condição feminina e de delegacias próprias com foco na violência contra mulheres; reconhecimento

³² As pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas que criaram o *Mulherio* tiveram um papel importante para difusão, no debate feminista brasileiro, da produção acadêmica francesa, que se definia e se orientava pelo conceito de “relações sociais do sexo”, a partir dos anos 1980. Essa agenda de pesquisa se voltava para “a relação entre o mundo do trabalho remunerado, o do trabalho doméstico e a configuração das hierarquias de gênero” (BIROLI, 2016, p. 727).

governamental de que a saúde da mulher requeria atenção especializada; e extinção da tutela masculina na sociedade conjugal (Constituição Federal de 1988) (SARTI, 2004).

Nas palavras de Woitowicz (2014, p. 112), *Mulherio* surgiu, em São Paulo, “em uma conjuntura política um pouco mais aberta ao diálogo sobre as questões específicas das mulheres, e menos marcada pela militância de esquerda”. Nesse período, foi possível acompanhar, por meio de suas páginas, não apenas o debate sobre os temas da agenda feminista, como também o declínio do regime ditatorial, a candidatura de mulheres ao Legislativo, a composição e as decisões da Assembleia Constituinte. Além disso, naquele momento, a campanha contra os assassinatos de mulheres julgados como crimes de honra ganhava a atenção de grupos espalhados por todo o país, e o *Mulherio* também encampou essa discussão.

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. Campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes “de honra”, a denúncia do sexismo dos livros escolares, as campanhas contra o assédio sexual são algumas das conquistas que marcaram o final da Década da Mulher. [...] a transformação do contexto político resultante destas novas militâncias – em que o feminismo marcou presença – ampliou o cenário do embate político e a relação dos movimentos sociais com o Estado. A visibilidade e a capacidade de mobilização do feminismo político nos anos 70 reordenou de alguma maneira o espaço político. (MORAES, 2012, p. 118).

Em 1982, segundo ano de circulação do *Mulherio*, ocorreram as primeiras eleições livres, com a vitória da oposição para o governo do estado de São Paulo. Com a criação do primeiro Conselho da Condição Feminina, inspirado no modelo francês, abriu-se um campo de atuação das feministas dentro do aparelho estatal. Assim, nos anos que se seguiram, foram criados, em várias cidades do Brasil, equipamentos governamentais cujo objetivo era atender às demandas dos movimentos por segurança (delegacias especializadas para mulheres e serviço de atendimento às vítimas de violência)³³ e saúde (programas de saúde das mulheres, com o propósito de ampliar o atendimento, incluindo orientações sobre planejamento familiar e métodos contraceptivos, indo além da perspectiva do atendimento materno-infantil), por exemplo (MACHADO, 2010; MORAES, 2012).

³³ Machado (2010, p. 23) salienta que a criação das Delegacias Especializadas sobre a Mulher no Brasil, nos anos 1980, foi uma resposta ao movimento feminista, além de ter sido uma invenção brasileira, visto que, nessa época, as organizações de mulheres conseguiram a “emergência da ideia da ilegitimidade da violência contra a mulher”. A autora considera que foi uma “revolução simbólica” extremamente importante para as mulheres brasileiras.

Até 1988, o projeto contou com o financiamento da Fundação Ford, apesar de ter se desvinculado da Fundação Carlos Chagas, em 1983. O nome da publicação foi explicado no editorial do número zero: “*Mulherio* representa mulheres reunidas para expor e debater seus problemas, de maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática” (BORGES, *Mulherio*, n. 0, 1981, p. 1.). Mesmo assim, muitas leitoras enviaram cartas à redação criticando a escolha do nome por associar a ele um caráter pejorativo. A busca por uma linguagem inovadora também foi uma importante marca do jornal:

A linguagem de *Mulherio* é jornalística, simples e direta, na tentativa de ser de fácil leitura por um público amplo. A apresentação gráfica também é direta e atrativa [...] [há] uma valorização crescente da fotografia e da ilustração como elementos de informação, e não como simples acessório do texto. [...] Rejeitamos tanto o modelo da revista feminina tradicional como o tom panfletário de certas publicações militantes, por considerá-los ineficazes. (BORGES, 1982, p. 128).

No mesmo artigo, Borges (1982, p. 127-128) destaca a indefinição editorial do *Mulherio*, uma vez que não o considera exatamente como um jornal, tampouco como uma revista nem um caderno de pesquisa. Entretanto, a proposta do que a equipe se propunha a fazer estava bem evidente: “debater todos os problemas que afetam a mulher brasileira hoje, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posturas a respeito dos assuntos tratados”, com uma postura séria, mas sem ser enfadonha ou dogmática.

Diferentemente dos outros jornais que circulavam até então, *Mulherio* não era ligado a nenhum grupo feminista em particular – essa era a linha editorial do jornal, segundo sua jornalista responsável, Adélia Borges (1983). A presença de mulheres – pesquisadoras, professoras, jornalistas – de vários grupos, como da Associação de Mulheres, do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras e do *Nós Mulheres*, em seu conselho editorial, mesmo sendo uma publicação organizada por um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, merece destaque entre os comentários de Borges (1983) e de Araújo (2000).

[...] ele [*Mulherio*] não é ligado a nenhum grupo feminista especificamente, mas procura refletir o debate, a riqueza, a diversidade de todos os grupos [...] Nós não estamos interessadas em dizer qual é o verdadeiro feminismo, dar a nota 10, 5 ou 3 para esse ou aquele grupo, mas em refletir tudo o que os grupos estão fazendo, e em noticiar o movimento de mulheres nos mais variados campos do país. [...] Temos uma posição, uma postura bem aberta. Não queremos dizer qual é o verdadeiro feminismo, ou que este grupo faz um trabalho mais interessante que aquele. Queremos dar conta, inclusive, da

polêmica existente entre nós. [...] Então, mesmo os quebra-paus, a polêmica devem aparecer no jornal. Daqui para frente, as discussões maiores que temos dentro do movimento de mulheres devem aparecer. (BORGES, 1983, p. 23-24).

Quanto a essa postura plural do *Mulherio*, Teles (1999, p. 93), destaca que o jornal foi uma iniciativa extremamente oportuna, visto que seria a única publicação nacional que poderia responder a algumas indagações sobre as atualidades do feminismo na época. O motivo: a divisão do movimento de mulheres, após a realização do II Congresso da Mulher Paulista, em São Paulo, no ano de 1980, que se vinculava à entrada dos partidos políticos legais (PMDB e PT) e clandestinos (PCdoB, PCB e MR-8) na disputada pela hegemonia do movimento. Cabe ressaltar que, mais uma vez, a agenda de reivindicações específicas das mulheres era considerada menor perante a busca pela construção de uma nova sociedade, conforme lembrado no capítulo anterior, por meio de Teles (1999), Cardoso (2004) e Pinto (2007).

Sobre a definição dos temas que eram abordados a cada edição, Borges (1983) ressalta que sempre havia um assunto principal; por exemplo, a maternidade, em um número, e, no outro, violência. Então, este tema principal era tratado de várias maneiras, seja por meio de um artigo que o analisasse de modo mais aprofundado, seja por meio de matérias ou depoimentos. Vale destacar que a abordagem presente no *Mulherio* se diferenciava das publicações da década anterior: ao invés de depoimentos longos que retratavam o cotidiano das mulheres, o jornal trazia textos mais analíticos, a fim de que se buscassem soluções concretas para os problemas femininos, calcados em dados, censos e estatísticas (ARAÚJO, 2000).

A trajetória do jornal dividiu-se em três fases. Na primeira, de março/abril de 1981 a setembro/outubro de 1983, foram publicadas dezesseis edições, com periodicidade bimestral. A responsável pelo projeto era a pesquisadora Fúlvia Rosemberg e a editora, a jornalista Adélia Borges. Entre os objetivos dessa fase, além do papel de intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadoras voltadas para o estudo da condição feminina no Brasil, estavam ser um canal de troca de experiências e de apresentação de resultados de pesquisas a fim de orientar os trabalhos dos diversos núcleos organizados de mulheres que surgiam no país à época; e ser um veículo que abordasse de modo sistemático, aprofundado e abrangente todos os problemas que afetavam a mulher brasileira (BORGES, *Mulherio*, n. 0, 1981, p. 1).

A distribuição era feita entre órgãos de comunicação, grupos de mulheres e entidades culturais e acadêmicas. O conselho editorial da primeira fase era composto por 16 mulheres que participavam da luta pela melhoria da condição feminina no Brasil, como profissionais e como militantes, por exemplo, a antropóloga Ruth Cardoso e a psiquiatra Maria Rita Kehl. Os textos dessa fase versavam sobre questões políticas, como lutas contra a discriminação das mulheres nas empresas e as violências contra as mulheres. É interessante destacar que a mobilização dos movimentos que reivindicavam punição judicial para os maridos e companheiros que agrediam e assassinavam as mulheres – que ganhou destaque em várias edições do *Mulherio* – foi muito importante para essa mudança de entendimento social.

A segunda fase do jornal contemplou o período de maio/junho de 1984 a abril/maio de 1988. Como o jornal figurava entre os projetos da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, com tempo limitado para sua execução, findado o apoio financeiro institucional, a publicação interrompeu sua circulação após a edição de setembro/outubro de 1983. Após uma ausência de sete meses, *Mulherio* voltou a ser editado, mantendo a periodicidade bimestral, fato raro na imprensa alternativa e destacado no editorial do número 16 – o primeiro após o retorno. Nessa fase, foram publicados 24 números, com a proposta de ser o “ponto de informação, reflexão e debate sobre a mulher brasileira, lido por homens e mulheres” e se colocando como “um contraponto aos outros órgãos de imprensa, que, em geral, tratam a mulher de um modo esquizofrênico” (BORGES, *Mulherio*, n. 16, 1984, p. 2).

Outro destaque importante do texto de abertura dessa fase é que a publicação se apresentava como o veículo que falaria sobre a mulher real, mulher em transformação, em movimento, não se colocando, novamente, como o porta-voz de nenhuma tendência dos partidos políticos ou dos movimentos feministas. Com autonomia garantida, a fim de tratar, com abertura e sem dogmatismo, dos vários temas de sua pauta.

O Núcleo de Comunicações *Mulherio*, constituído nessa época, ficou responsável pela publicação do jornal, que apresentava uma nova proposta: sempre que possível, haveria o contraponto do homem às experiências femininas³⁴. Essa nova linha editorial vincula-se à **crise do feminismo**³⁵.

³⁴ Entre os homens que passaram a publicar no *Mulherio*, estavam os jornalistas Fernando Gabeira, Mouzar Benedito e Sérgio Pinto de Almeida; e o sociólogo e cientista político Emir Sader.

³⁵ Essa **crise do feminismo**, segundo o editorial do número 16 do *Mulherio*, refere-se, de certa forma, à volta à família, a partir do livro *A segunda etapa* (1983), de Betty Friedan, que 20 anos antes foi uma das responsáveis pela base do feminismo estadunidense, ao fazer um retrato do sofrido enclausuramento da

Como o apoio da Fundação Ford não era suficiente para suprir os gastos com a publicação, após a desvinculação do grupo do jornal da Fundação Carlos Chagas, para tentar equilibrar as finanças e manter o *Mulherio* vivo, o jornal abriu cada vez mais espaço para anúncios e também adotou um intervalo maior entre as edições. Além disso, como ocorreu com a equipe do *Nós Mulheres*, o grupo que produzia o *Mulherio* passou a prestar serviços de assessoria para organizações de mulheres sobre as temáticas que eram discutidas no jornal.

A página 23, do número 20 (janeiro/fevereiro/março de 1985), por exemplo, foi dedicada totalmente a anúncios³⁶, algo que não ocorria nos números anteriores. A periodicidade do jornal, em 1986, ficou comprometida, com intervalos muito extensos entre os números. O número 25, que contemplou o período de março a agosto de 1986, é um dos que se insere nessa situação. Nesse ano, foram publicados apenas três números: janeiro/fevereiro; março/agosto; setembro/novembro. O número 27, primeiro de 1987, correspondeu aos meses de dezembro/1986 a fevereiro/1987. A editora responsável dessa fase foi a jornalista Inês Castilho.

Assuntos relacionados à cultura, como música, arte, cinema e literatura, ganharam mais espaço do que na fase anterior. Assim, mesmo mantendo o caráter feminista e persistindo em sua agenda temas como divisão sexual do trabalho, divórcio, licença-maternidade e aborto, o jornal já dava indícios de como seria sua terceira e última fase.

Em junho/julho de 1988, *Mulherio* passou a circular com o nome de *Nexo – Feminismo, Informação e Cultura*, mudança que também alterou a agenda da publicação, adquirindo caráter mais cultural do que político. Contando ainda com o apoio financeiro da Fundação Ford, o jornal passou a ser uma “revista de arte e de ideias” (CASTILHO, *Nexo*, n. 1, 1988, p. 2), editada por dois homens – o poeta Duda Machado e o artista plástico Guto Lacaz. A jornalista Inês Castilho continuou na equipe.

O editorial do primeiro número do *Nexo* dizia que as mudanças sociais proporcionaram essa modificação na linha editorial do jornal: “refletindo essas

dona de casa. Mas também se deve à falta de motivação das lideranças dos movimentos feministas para continuar na militância, mesmo havendo ainda naquela época – como atualmente –, por exemplo, altos índices de estupro, espancamentos e assassinatos, como alguns dos graves problemas que afetavam as mulheres.

³⁶ Entre os anunciantes, estavam Livraria Zapata (São Paulo); Editora Brasiliense (São Paulo); Editora Vozes (São Paulo); escritório de advocacia feminista, cuja equipe era formada pelas advogadas Comba Marques Porto e Leonor Nunes de Paiva, além da então estagiária Branca Moreira Alves, com atuação nas áreas de Família, Cível, Criminal e Trabalhista em defesa dos direitos das mulheres. Os anunciantes tinham, de certa maneira, vínculo ideológico com a agenda da publicação, expressando seu apoio também por meio da verba publicitária para a manutenção do veículo.

transformações vividas pelo feminismo em todo o mundo e largamente discutidas, *Mulherio* dá lugar a *Nexo*, mantendo sua identidade e religando-se ao universo mais amplo para responder à necessidade de um espaço plural de reflexão e criação no deserto brasileiro” (CASTILHO, *Nexo*, n. 1, 1988, p. 2).

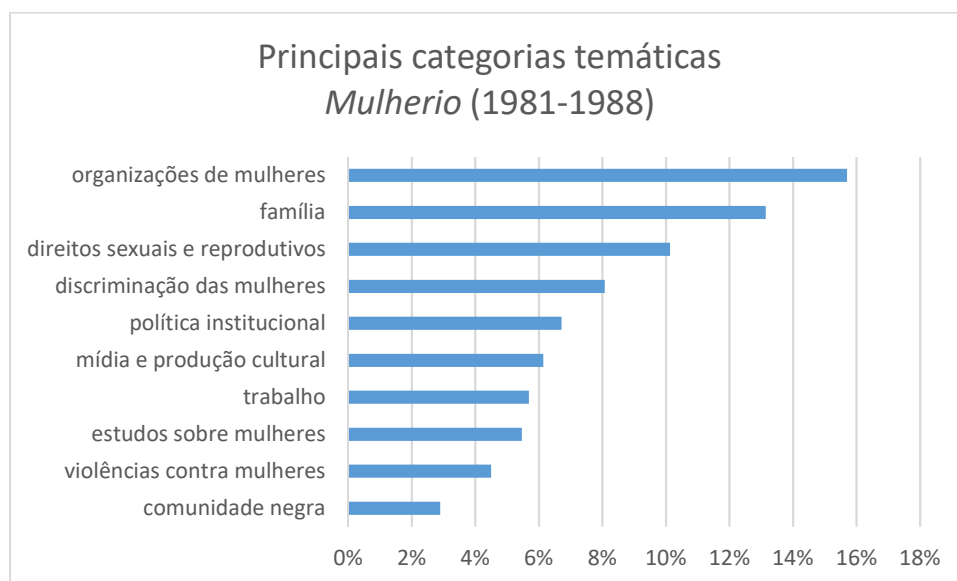
É possível entender que essa alteração tão significativa de tudo que a agenda do jornal representava tanto para o grupo que o produzia quanto para os diversos movimentos feministas e de mulheres espalhados pelo Brasil pode ser vinculada, em alguma medida, à perda de fôlego e de entusiasmo das lideranças e das demais militantes, como foi ressaltado na abertura do primeiro número da segunda fase. Essa transformação dos feminismos, como de outros movimentos, ao se especializar na produção de conhecimentos, no desenvolvimento de serviços – mais do que em ações diretas –, chega, enfim, a se apresentar com uma nova roupagem (SOARES, 1994; SARTI, 2004; PINTO, 2007). A mobilização das mulheres ocorre, em sua maioria, por meio de ONGs, “tanto na ponta da lança da defesa dos interesses das mulheres no campo da política como na articulação de redes nacionais de mulheres” (PINTO, 2007, p. 93). Essa movimentação tem seus primeiros registros no final da década de 1980 e início dos anos 1990, momento em que surgem organizações como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), grupo responsável pela publicação do *Fêmea*.

O jornal chegou a ser reproduzido em partes ou completamente por outros veículos de bairros e do interior de São Paulo, além de ser lido por inteiro em transmissões de rádios, tamanho era o interesse que despertava pela forma como debatia os assuntos. Teles (1999) lembra que *Mulherio* tratava de “temas candentes do feminismo”, entre eles estavam a licença-paternidade (sendo precursor dessa ideia no Brasil), a democracia doméstica, a situação das mulheres negras e a existência do movimento de mulheres negras.

Ao longo das 42 edições, de março/abril de 1981 a julho de 1988, *Mulherio* publicou diversos formatos de textos, como artigos, cartas à redação, entrevistas, resenhas de livros, críticas de cinema e TV, charges e matérias. O jornal também abordava outros temas relevantes para o debate social, principalmente para a agenda dos movimentos feministas, que perduram até os dias de hoje – como a legalização do aborto – ou que recentemente conseguiram avanços legislativos importantes – um exemplo é a PEC das Domésticas³⁷.

³⁷ A Emenda Constitucional 72, que entrou em vigor em abril de 2013, iguala o direito dos trabalhadores domésticos ao dos demais trabalhadores brasileiros. Segundo a pesquisa *Retratos da desigualdade de*

GRÁFICO 2 – Principais categorias temáticas do *Mulherio* (1981-1988)³⁸



Fonte: Pesquisa “De qual feminismo estamos falando?”

Organizações de mulheres (16%), família (13%) e direitos sexuais e reprodutivos (10%) representam os três maiores índices de abordagem do jornal. Aqui, cabem algumas considerações a esse respeito. Como dito acima, *Mulherio* tinha como uma de suas premissas não ressaltar uma vertente ou um grupo em detrimento dos demais movimentos feministas ou de mulheres. Sua principal ação era divulgar a atuação dos grupos que, na década de 1980, se espalhavam por todo o país. As atividades desses grupos em favor dos direitos das mulheres, do debate sobre a opressão sofrida e como isso era prejudicial para a democracia que, aos poucos, voltava à cena brasileira eram a grande aposta da publicação. Não é possível também no *Mulherio* falar de organizações de mulheres sem mencionar a discussão sobre política institucional, que figurou como a quinta categoria temática mais frequente no jornal, com 7% dos textos. Nos primeiros números, o jornal entrou na campanha pelas Diretas Já; divulgou as candidatas feministas para a Assembleia Constituinte; analisou os resultados das eleições, com pouquíssimas mulheres eleitas;

gênero e raça, realizada pela parceria IPEA, ONU Mulheres, SPM e SEPPPIR, em 2009, o contingente de mulheres dedicadas ao trabalho doméstico remunerado era de 17,1%, expressivamente superior ao total de homens: 1,0% no mesmo ano. A pesquisa também destaca que as desigualdades raciais estavam presentes entre as trabalhadoras domésticas, uma vez que das mulheres que exerciam esta atividade, 12,6% eram brancas e 21,8%, negras. (IPEA *et al.*, 2011).

³⁸ Este gráfico representa o peso relativo das dez primeiras categorias temáticas encontradas nas edições do jornal *Mulherio*, a saber: organizações de mulheres (16%), família (13%), direitos sexuais e reprodutivos (10%), discriminação das mulheres (8%), política institucional (7%), mídia e produção cultural (6%), trabalho (6%), estudos sobre mulheres (5%), violências contra mulheres (4%) e comunidade negra (3%). Ao todo, foram contabilizados 1.757 textos jornalísticos, somando o material das 42 edições do *Mulherio*.

acompanhou de perto os trabalhos para a Constituição de 1988, inclusive com destaque para as pautas da agenda feminista barradas ou aceitas no texto final. Além disso, a linha editorial do *Mulherio* defendia, como os outros três jornais, que não era possível falar de direitos das mulheres e igualdade de condições de cidadania sem que fossem consideradas como sujeitos políticos, com atuação efetiva na arena institucional.

Na mesma perspectiva do *Nós Mulheres*, o debate sobre família, com destaque para temas como divisão sexual do trabalho, dupla jornada e maternidade, estava diretamente ligado à discussão sobre as organizações de mulheres. É por meio dessa troca de experiências que elas iam para o embate no local de trabalho, em casa e no meio político institucional, questionando a naturalização de funções desvalorizadas socialmente para as mulheres, a falta de incentivos para sua inserção como trabalhadoras assalariadas e a negação de sua cidadania plena. As mudanças nas legislações sobre direitos de família e direitos trabalhistas também foram importantes conquistas do período no qual o *Mulherio* se insere, resultado da atuação das organizações de mulheres, junto à política institucional, tendo como parâmetro as relações no ambiente privado, ou seja, nas relações familiares.

Ainda sobre família, é interessante observar como a divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, a associação naturalizada das mulheres aos afazeres da casa e aos cuidados com as crianças, foi bastante criticada pelo jornal. Dois exemplos interessantes são a charge do cartunista Henfil que faz alusão à dupla jornada das mulheres (*Mulherio*, n. 7, maio/jun. 1982, p. 4) e a matéria *Trabalho doméstico, função de todos* (*Mulherio*, n. 1, maio/jun. 1981, p. 15), feita sobre a divisão de tarefas domésticas estipulada por uma família – mãe, pai e quatro filhas adolescentes – de São Paulo. Além desses, há vários momentos em que o jornal deixou bem explícita sua posição quanto à emancipação das mulheres e sua não associação natural ao espaço doméstico.

Figura 1 – Charge sobre a dupla jornada das mulheres



Fonte: *Mulherio*, n. 7, maio/jun. 1982, p. 4

Quanto aos direitos sexuais e reprodutivos, a terceira maior frequência entre os assuntos abordados no jornal, é interessante observar como o debate a respeito da autonomia das mulheres sobre seu corpo ganhava espaço na sociedade brasileira da época. Por exemplo, em diversos números e em seções distintas, como matérias, entrevistas ou resposta da redação a uma carta de leitora, a equipe responsável pela edição do *Mulherio* apresentou como uma de suas bandeiras a legalização do aborto – um dos temas afins aos direitos sexuais e reprodutivos –, ressaltando o direito das mulheres a seu próprio corpo. Quanto aos direitos reprodutivos de uma maneira geral, a época da primeira e da segunda fase do jornal, principalmente, foi quando houve grande debate sobre as políticas de planejamento familiar que estavam em implantação no Brasil, sem muita atenção à própria saúde das mulheres. Nesse momento, as políticas públicas direcionadas para a

saúde das mulheres não tinham como foco seu bem-estar e ações de cunho preventivo: o interesse estava no controle da natalidade pelo Estado e na imposição das mulheres ao papel de mãe, o que pode justificar a importância que o debate ganhou nas páginas do *Mulherio*, a fim de servir como alerta e embasamento crítico às leitoras.

3.3 Contexto e agenda do *Nzinga Informativo* (1985-1989)

Assim como Sojourner Truth, Angela Davis e bell hooks, mulheres negras brasileiras não se sentiam contempladas pelo feminismo do norte-global que era difundido por mulheres brancas e proprietárias, em diferentes épocas. Nas palavras de Kia Lilly Caldwell (2010, p. 24), “para alcançar um melhor entendimento da diversidade das experiências das mulheres negras brasileiras, é preciso dar um maior enfoque para as ‘diferenças’ raciais e para a relação entre raça e gênero”. A autora destaca, ainda, a importante tradição intelectual de mulheres negras brasileiras que surgiu nos anos 1970 e 1980, com obras de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairros e Fátima Oliveira, que, conjugada à militância, tornou-se fundamental para a construção do pensamento e da teoria do feminismo negro no Brasil.

Cardoso (2013) sublinha que a aproximação do movimento de mulheres negras com o feminismo foi permeada, inicialmente, pelo conflito e pela rotulação de “coisa” de mulher branca, exigindo estranhamento e reflexão.

Para as ativistas negras feministas, a precisão e apropriação política do conceito feminismo, agregando-se novos aportes ao processo de elaboração teórica e prática, se faziam necessárias, visando à produção de uma proposta mais radical para o enfrentamento dos efeitos perversos produzidos pelo racismo interseccionado com o sexismo e com classe para as mulheres negras. (CARDOSO, 2013, p. 4).

Como apresentado no Capítulo 2, várias das integrantes dos movimentos de mulheres negras começaram suas atividades no movimento negro brasileiro, como é o caso de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, que militavam no Movimento Negro Unificado (MNU). Fundado, em São Paulo, na década de 1970, o MNU tinha como objetivo se posicionar no momento da emergência dos movimentos sociais brasileiros, além de representar uma ofensiva às formas de violência contra a população negra. Nessa época, ocorria, no Brasil, o enfraquecimento do regime militar, e, no cenário

internacional, negros estadunidenses lutavam pelos direitos civis e a descolonização da África, baseados em ideias pan-africanas (MOREIRA, 2007).

Com a redemocratização do Brasil, os movimentos sociais – campo da esquerda na sociedade civil organizada – deixaram a clandestinidade e propagaram a discussão classista. Núbia Moreira (2007) ressalta que, além dessa perspectiva, o movimento negro voltou-se para uma política de identidade. Assim, no período compreendido entre 1985 e 1995, o movimento de mulheres negras se afirmou como fruto de experiências de lutas sociais conduzidas por organizações institucionalizadas e autônomas, que enfrentaram conflitos tanto dentro dos movimentos de esquerda quanto nas organizações negras, visto que as questões específicas das mulheres eram consideradas menores e divisionistas. O movimento de mulheres negras, que amadureceu na década de 1980, segundo Moreira (2007), é fruto da intersecção dos movimentos negro e feminista, além de ser espaço de tensão quanto às especificidades das mulheres negras, resultante da urgência das demandas étnico-racial e de gênero.

Ribeiro (1995) e Moreira (2007) destacam que o marco do movimento de mulheres negras brasileiras se dá durante o III Encontro Feminista Latino-americano, realizado em Bertioga, em 1985, quando o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras sugere a aprovação de uma moção contra o racismo na África do Sul (LEMOS, 1997). O resultado é a organização atual de mulheres negras como expressão coletiva e com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. Na sequência, os coletivos de mulheres negras se multiplicaram e ocorreram alguns encontros estaduais e nacionais de mulheres negras. Antes disso, em julho de 1975, durante o Congresso de Mulheres Brasileiras, a apresentação do *Manifesto das Mulheres Negras* – mencionado no capítulo anterior – ressoou como um importante posicionamento perante os feminismos que seguiam a tendência do norte-global.

Enquanto na superfície parecia que mulheres brancas e negras poderiam se unir e lutar contra sua opressão comum enquanto mulheres, diferenças entre elas, em termos de experiências e lugares sociais, tornaram-se fontes de conflito e divisão dentro do movimento feminista. Muitas dessas divisões se mantêm até hoje. Enquanto buscavam no feminismo um alívio para o sexismo que encontravam em organizações negras, várias negras brasileiras logo perceberam que a raça provocava uma fissura que impedia a união de negras e brancas numa luta supostamente fraterna por uma causa comum. (CALDWELL, 2000, p. 98).

Com o objetivo de enfatizar as dimensões raciais da opressão das mulheres, as feministas negras concentraram-se em temáticas como o controle da natalidade e da saúde

reprodutiva. Uma preocupação importante era com as taxas de esterilização entre as mulheres pobres, que, em sua maioria, também eram negras, chamando a atenção para a tríplice opressão de raça, gênero e classe. Outro ponto que não era considerado pelo feminismo do norte-global referia-se à divisão racial do trabalho. Cadwell (2000, p. 99), citando Gonzalez (1982) e Bairros (1991), frisa que “a liberação aparente de feministas brancas era relacionada à subordinação continuada de mulheres negras”.

Como mencionado no Capítulo 2, o movimento negro e o movimento de favelas participaram ativamente do retorno dos movimentos sociais à cena política nas décadas de 1970 e 1980, atuando de maneira paralela. Entretanto, Gonzalez (1985) considera que o grande encontro entre os dois movimentos de fato ocorreu a partir de sua campanha para deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1982. A institucionalização do pluripartidarismo aparecia, naquele momento, como a possibilidade para os movimentos sociais e os partidos de oposição lançarem candidaturas que pudessem alavancar suas agendas. Gonzalez teve a oportunidade de fazer a campanha em conjunto com “duas irmãs faveladas”, Benedita da Silva e Jurema Batista, o que considerou bastante enriquecedor para sua trajetória como ativista e intelectual.

De um lado, a profunda consciência dos problemas e das necessidades concretas da comunidade; de outro, a consciência da discriminação racial e sexual enquanto articulação da exploração de classe. A troca de saberes/experiências foi extremamente proveitosa para ambos os lados: e o ponto de entendimento comum foi justamente a questão da violência policial contra a população negra. No final da campanha nossas falas estavam inteiramente afinadas, apesar das diferenças individuais. A despeito de toda uma inexperiência nesse terreno, vivenciamos situações de extrema riqueza política e pessoal. (GONZALEZ, 1985, p. 103).

Após o pleito, os resultados negativos para ambos os movimentos fizeram com que repensassem suas estratégias de atuação eleitoral a fim de que candidatas e candidatos negras(os) fossem eleitas(os) em disputas futuras. A atuação conjunta dos dois movimentos foi a primeira medida tomada. Assim, foram realizados importantes eventos em parceria, como a presença de faveladas no Encontro de Mulheres, promovido pelo Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (março de 1983); a cobertura e a divulgação de eventos do movimento negro pelo jornal do movimento de favelas, *O Favelão*; e a criação de organizações vinculadas ao movimento negro na periferia do Rio de Janeiro (GONZALEZ, 1985).

É neste contexto da efervescência dos anos 1980 e da aproximação entre os dois movimentos sociais citados acima, que foi fundado, em 16 de junho de 1983, o Nzinga –

Coletivo de Mulheres Negras, com na sede da Associação do Morro dos Cabritos, zona oeste do Rio de Janeiro (GONZALEZ, 1985; BAIRROS, 2000; RATTS; RIOS, 2010; VIANA, 2010), no momento em que se ampliava a intervenção dos grupos organizados de mulheres negras no cenário político nacional. As fundadoras e principais participantes eram originárias principalmente do movimento de favelas e do movimento negro: Lélia Gonzalez (MF), Elizabeth Viana (MN), Rosália Lemos (MN), Jurema Batista (MF), Geralda Alcântara (MF), Miramar da Costa Correia (movimento de bairros), Sonia C. da Silva (MF), Sandra Helena (MF), Bernadete Veiga de Souza (MF), Victoria Mary dos Santos (MN), entre outras (GONZALEZ, 1985; VIANA, 2010).

O nome do coletivo vincula-se à preocupação do grupo em resgatar um passado histórico, homenageando a rainha africana homônima e sua luta para enfrentar o colonialismo português em Angola. Além disso, as referências simbólicas continuam nas cores da logomarca adotada pelo grupo, que fazem alusão à cosmologia religiosa afro-brasileira e aos movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres. Segundo Gonzalez, o pássaro presente na logomarca significava a ancestralidade feminina, na tradição nagô. (GONZALEZ, 1985; RATTS; RIOS, 2010). O nome foi uma sugestão de Lélia Gonzalez, a primeira coordenadora do coletivo, a partir de pesquisas que realizou sobre a história das mulheres africanas e o poder exercido por elas (VIANA, 2006). A rainha Nzinga se transformou, ao longo dos séculos, em símbolo de luta, como guerreira e estrategista. A escolha da simbologia da organização refletia as relações que definiam o coletivo – o movimento negro e o feminista, embora com a predominância das mulheres negras, por meio da representação da rainha angolana (BARRETO, 2005, p. 29).

O grupo tinha como objetivo trabalhar com mulheres negras de baixa renda, a começar pelo local escolhido para sediar as atividades, uma demanda latente dos movimentos negro e feminista da época, articulando a discussão sobre gênero e raça. Segundo Raquel Barreto (2005), as atividades a serem desenvolvidas pelas militantes eram definidas como frentes de trabalho, nas quais cada uma fazia o que se sentia mais preparada e livre.

A verdade é que nem todos os movimentos conseguiam promover essa aproximação. Porém a experiência do Nzinga alcançou algo singular: de um lado, formou-se um agrupamento político de mulheres de diferentes posições sociais (moradoras do morro e de bairro de classe média, trabalhadoras manuais com baixa escolaridade e mulheres com formação universitária); de

outro, reuniram-se experiências diversas de formação, do movimento negro e dos movimentos de bairro e de favelas etc.). (RATTS; RIOS, 2010, p. 98).

Segundo Gonzalez (1985, p. 104), a preocupação era incentivar a participação das mulheres negras, principalmente aquelas que atuavam no movimento negro. As atividades no coletivo eram complementadas pelo trabalho desenvolvido pelas mulheres negras nas associações de moradores, tanto de favelas quanto de bairros da periferia, registrando “uma história de lutas heroicas”. A então vereadora do Rio de Janeiro Benedita da Silva foi importante apoiadora do coletivo, ajudando a fortalecer esse espaço, mobilizando recursos necessários para a realização de eventos e encontros de mulheres negras, principalmente voltados para mulheres das favelas e da periferia. Para Alex Ratts e Flavia Rios (2010), a experiência do Nzinga é considerada muito interessante por ter buscado desenvolver na prática as categorias de raça, classe e gênero.

A linha de atuação do coletivo foi divulgada em um panfleto distribuído, no dia 25 de março de 1984, no Morro do Andaraí, onde o coletivo organizou um evento para comemorar duas datas importantes – Dia Internacional da Mulher (8 de março) e o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial (21 de março). Na peça de divulgação, também se explicava o significado das datas festejadas.

Somos um **Coletivo**: não aceitamos que a arbitrariedade de uma hierarquia autoritária determine nossas decisões, mas que elas sejam o resultado de discussões democráticas. Somos um Coletivo de **Mulheres** porque lutamos contra todas as formas de violência, ou seja, lutamos contra o sexismo e a discriminação sexual. Somos um Coletivo de **Mulheres Negras**: além do sexismo, lutamos contra o racismo e a discriminação racial que fazem de nós o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira [...] Nosso objetivo é trabalhar **com** as mulheres negras de baixa renda (mais de 80% das trabalhadoras negras), que vivem principalmente nas favelas e nos bairros de periferia. E por quê? Porque são discriminadas pelo fato de serem **mulheres, negras e pobres**. (GONZALEZ, 1985, p. 103-104, grifos da autora).

Na busca pelo exercício de poder, o Nzinga constituía-se como “uma briga por espaço”, seja com o movimento negro seja com o movimento feminista, sendo pensado, sobretudo, como um instrumento contra a tripla opressão sobre as mulheres negras.

Em meio à campanha pela volta das eleições diretas, em 1984, um fato ocorrido com uma das militantes do Nzinga chamou a atenção de Lélia Gonzalez, devido ser ressaltado, na ocasião, que as mulheres negras e pobres não eram bem aceitas por parte da militância feminista branca. Ao ver indicada uma mulher negra e favelada para representar o movimento de mulheres durante o comício das Diretas a ser realizado no

dia 21 de março, no Rio de Janeiro, uma feminista branca, além de não aceitar, teria declarado que “mulher de bica d’água não pode [poderia] representar as mulheres”. Mal sabia ela que, em meados de julho do ano anterior, Jurema Batista (co-fundadora do Nzinga e presidente da Associação de Moradores do Morro do Andaraí) esteve em Lima, Peru, como delegada do coletivo para participar do II Encontro Feminista da América Latina e do Caribe. Duas representantes do Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro também foram para o evento. A atuação delas foi tão positiva que conseguiram a criação de um Comitê Antirracismo durante o encontro. Gonzalez (1985) registra esta como a primeira vez, na história do feminismo negro brasileiro, em que uma favelada representou, no exterior, uma organização específica de mulheres negras.

Em 1984, representantes do Nzinga também participaram da I Conferencia de la Mujer de las Américas, na Costa Rica, e do African-American Women’s Political Caucus, em Baltimore-Maryland. Segundo Lemos (1997, p. 77), foram importantes momentos de troca de experiências, uma vez que o grupo já desenvolvia atividades com o movimento de escolas e creches comunitárias, com o movimento negro, com o movimento feminista e com outros setores da sociedade.

No artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, apresentado no Grupo de Trabalho “Temas e problemas da população negra no Brasil”, durante o IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em 1980, e publicado na *Revista Ciências Sociais Hoje*, quatro anos depois, Gonzalez ressalta a infantilização e o, conseqüente, silenciamento da população negra, por ser considerada hierarquicamente inferior, “o lixo da sociedade brasileira”:

[...][com base no entendimento psicanalítico de Jacques Alain Miller] por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 1984, p. 225).

Lemos (1997) destaca que o Nzinga alcançou uma significativa expressão, chegando a outras partes do país. Em 1984, representantes do coletivo participaram do I Encontro de Mulheres Negras. Em 1986, foi a vez do Maranhão convidar as militantes para apresentarem reflexões sobre o movimento de mulheres negras, na época, considerado em construção ou em consolidação nestes estados.

Dois anos depois da fundação do coletivo, o *Nzinga Informativo*³⁹, um espaço de diálogo entre as mulheres negras⁴⁰, começou a circular a partir da aprovação do projeto *História contemporânea das lutas das mulheres negras*, que obteve um apoio financeiro da instituição estadunidense Global Ministries (agência especializada da United Methodist Church), de Nova York, no valor de US\$ 40 mil. O aporte foi utilizado tanto para a elaboração do informativo quanto para outras atividades do grupo. Em trabalhos de outras pesquisadoras (RIBEIRO, 1995; CARDOSO, 2008) aparecem informações de que, em 1989, foi publicado o quinto e último número do *Nzinga Informativo*. Entretanto, para esta pesquisa, apenas foi possível ter acesso aos quatro primeiros números: junho de 1985, julho de 1985, fevereiro/março de 1986 e julho/agosto de 1988. O objetivo do jornal era dar maior visibilidade para o debate sobre gênero e raça que já vinha sendo feito pelas mulheres do grupo. O *Nzinga Informativo* teve a mais irregular das periodicidades entre os quatro jornais analisados nesta pesquisa, além de ser o de menor número de edições – apenas cinco.

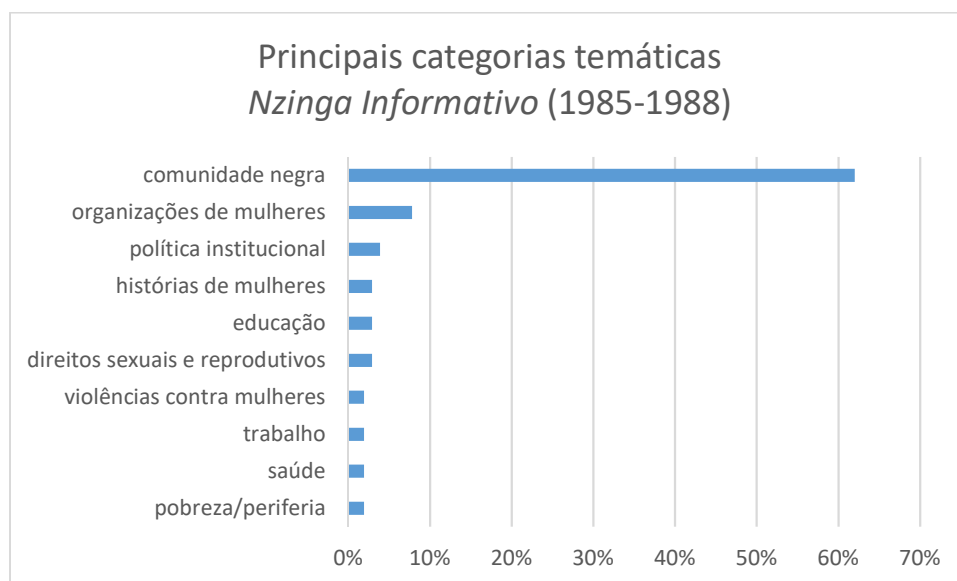
As edições tinham de seis a oito páginas, sendo que em nenhuma delas os textos eram assinados. São encontradas poucas referências aos debates quanto à classe, como na página 2, número 2, na qual as mulheres negras e pobres são citadas como a parcela da população sul-africana que mais sofria com o *apartheid*. Além disso, o racismo era colocado como uma discriminação sofrida por negros e negras, independentemente de classe social ou renda. As referências ao continente africano foram muito frequentes nas quatro edições, seja quanto à cultura, às manifestações religiosas ou à política do *apartheid*.

Depois de algum tempo em suspensão, o coletivo voltou às atividades em Belo Horizonte, com reuniões aos sábados. Uma das coordenadoras, em 2015, era Benilda Brito.

³⁹ Décadas mais tarde, no contexto atual, organizações como Criola, com sede no Rio de Janeiro, e Geledés – Instituto da Mulher Negra, sediado em São Paulo, tornaram-se importantes referências para o debate e ampliação da agenda das mulheres negras, principalmente em outras plataformas, como os meios digitais, entre eles, *sites* e *blogs*.

⁴⁰ Como a maioria dos textos do jornal não era assinado, havendo apenas a identificação no expediente ou pelos relatos das participantes do grupo, é provável que não tenha havido homens como redatores da publicação.

Gráfico 3 – Principais categorias temáticas do *Nzinga Informativo* (1985-1988)⁴¹⁴²



Fonte: Pesquisa “De qual feminismo estamos falando?”

A valorização da população negra e, em especial, das mulheres negras, é o ponto central do *Nzinga Informativo*, que acaba tendo como as três principais categorias temáticas comunidade negra (62%), organizações de mulheres (8%) e política institucional (4%). O peso relativo das três principais categorias temáticas é bem diferente em comparação com as dos outros três jornais. A predominância observada em relação à comunidade negra, que engloba temas como discriminação racial, movimentos negros, mulheres negras, cultura negra e escritoras/es negras/os, é justificada por ser o *Nzinga Informativo* um jornal que prezava pela divulgação e valorização dos ritos e costumes da comunidade negra. Um dos temas significativos do debate trazido pelo jornal é a discriminação racial em andamento na África do Sul, por meio do *apartheid*, na época de sua circulação. As críticas à política racial não eram apenas para chamar a atenção do que acontecia no país africano, mas também servia como alerta para a segregação interseccional – raça, classe e gênero – que ocorria (e ainda ocorre) no Brasil e que restringe o acesso à cidadania plena.

⁴¹ Como apenas foi possível ter acesso aos quatro primeiros números, ou seja, as edições de 1985 a 1988, o ano final da publicação aparece aqui como 1988 e não como 1989, conforme já mencionado acima.

⁴² Este gráfico representa o peso relativo das dez primeiras categorias temáticas encontradas nas edições do jornal *Nzinga Informativo*, a saber: comunidade negra (62%), organizações de mulheres (8%), política institucional (4%), histórias de mulheres (3%), educação (3%), direitos sexuais e reprodutivos (3%), violências contra mulheres (2%), trabalho (2%), saúde (2%) e pobreza/periferia (2%). Ao todo, foram contabilizados 102 textos jornalísticos, somando o material das quatro edições do *Nzinga Informativo*.

Vale lembrar que o coletivo responsável pela publicação do *Nzinga Informativo* tinha como sede uma associação em um bairro da periferia do Rio de Janeiro. Além disso, a política institucional, terceira categoria temática mais frequente, é representada, na publicação, por textos sobre a participação política das mulheres e legislação. Ao se somar a estes os textos sobre as histórias das mulheres (3%), quarta colocada, é possível perceber a importância atribuída na agenda do jornal às experiências das mulheres negras, protagonistas de suas vidas. A coluna *Mulheres negras e guerreiras*, por exemplo, reforça esse propósito do jornal de ressaltar a importância da atuação das mulheres em diversas lutas, visto que são elas que figuram com as maiores desvantagens quanto às desigualdades sociais.

Autoras como Hazel Carby (2012) e Angela Davis (2016) destacam que o protagonismo das mulheres negras em suas comunidades africanas nada se assemelhava à subjugação que são submetidas desde os tempos coloniais nas novas terras para onde foram levadas ou nasceram como descendentes africanas. Assim, personagens como a rainha angolana Nzinga, as ativistas sul-africanas contra o *apartheid* Winnie e Zinzi Mandela e a então vereadora do Rio de Janeiro Benedita da Silva são apresentadas no jornal, por meio de suas histórias de vida, como “mulheres negras e guerreiras”. Cabe ressaltar também que o sentido de família (que aparece em quinto lugar, com 2% dos textos) que perpassa os textos do periódico não está apenas atrelado ao núcleo composto por genitores e filhos, mas a um sentido ampliado – “sua gente”.

Após 35 anos de luta [contra os colonizadores portugueses], em 1663, Nzinga é morta em pleno campo de batalha e, sem sua comandante, os guerreiros se rendem; muitos deles são aprisionados e trazidos para o Brasil, influenciando-os com suas práticas anteriores, as lutas desenvolvidas por Ganga Zumba e Zumbi, no Quilombo dos Palmares. A nossa cultura popular registrou este fato relevante através da figura da rainha Jinga das Congadas referindo-se a essa rainha. Com as táticas primitivas, Nzinga sustentou uma guerra desigual durante 35 anos em defesa do reino e da liberdade de sua gente. (MULHERES..., *Nzinga Informativo*, n. 1, jun. 1985, p. 3).

Ao se basear nos critérios da interseccionalidade, os sistemas discriminatórios – tais como o racismo, o patriarcalismo e o classismo – passam a ser considerados como variáveis que juntas alteram a estrutura opressiva, por meio de ações e de políticas específicas, as quais constituem aspectos dinâmicos do desempoderamento. A busca de direitos não se restringe à opressão de gênero, até porque muito ainda se tem da opressão entre as próprias mulheres. O *Nzinga Informativo*, justamente por ser o menos conhecido e o de menor duração entre os quatro jornais aqui estudados, como já mencionado, deixa

uma reflexão muito importante quanto ao respeito e à valorização das diferentes vivências entre as mulheres para que, algum dia, possa-se falar em cidadania plena para todas.

3.4 Contexto e agenda do *Fêmea* (1992-2014)

Exemplo de jornal feminista de maior periodicidade no Brasil, o *Fêmea* foi lançado em fevereiro de 1992, três anos depois da fundação do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), e teve sua última edição publicada em dezembro de 2014. Inicialmente, o jornal era um boletim informativo do projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida, que tinha como proposta manter o movimento organizado de mulheres informado sobre as proposições em tramitação no Congresso Nacional que diziam respeito às mulheres. Seu objetivo era fornecer subsídios aos grupos, aos parlamentares e às mulheres individualmente para discussões e elaborações de projetos que assegurassem a igualdade de direitos. Em outras palavras, a publicação do CFEMEA pretendia ser a ponte entre parlamentares e movimentos/organizações de mulheres autônomos e institucionais (COMISSÃO EXECUTIVA, *Fêmea*, n. 0, fev. 1992, p. 1), atuando na perspectiva de *advocacy*, com interações contínuas com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ao longo de mais de 20 anos, a fim de lutar pela cidadania plena das mulheres, por meio de relações de gênero equitativas e solidárias. Assim, o CFEMEA colocava-se na posição de realizar um trabalho de comunicação política, indo além da mera produção de informação, interferindo politicamente, marcando posição, fornecendo argumentos e dados, e fomentando reflexões (MIGUEL, 2003). Seja por meio do *Fêmea* ou de outras publicações, como livros e folhetos, o CFEMEA apresenta três objetivos principais:

[...] aprofundar os debates sobre as temáticas dos direitos das mulheres, promovendo a democratização da informação e difundindo a agenda feminista e a agenda parlamentar; subsidiar a luta do movimento feminista e de mulheres; e capacitar organizações dos movimentos feministas e de mulheres, e parlamentares, para uma intervenção mais efetiva na construção da igualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira. (MIGUEL, 2003, p. 274).

Segundo Moraes (2012), a atividade de financiadoras estrangeiras e a crescente hegemonia do modelo estadunidense no movimento de mulheres no Brasil teve, na atuação da Fundação Ford (também financiadora do *Mulherio*), um paradigma para institucionalização de grupos e militantes feministas. Além disso, foi o momento da

institucionalização também de propostas de trabalho e da fixação de uma agenda comum, que, a princípio, era determinada pelos movimentos de mulheres e que, aos poucos, passou a ser importada, por meio da influência das organizações internacionais e das financiadoras (MORAES, 2012). Outro aspecto significativo deste período que a autora destaca é a perda de autonomia dos Conselhos da Condição Feminina, tão importantes na época do *Mulherio*, que se transformaram em órgãos diretamente subordinados às políticas do governador, significando sua despolitização e perda de eficácia.

Na classificação apresentada por Pinto (2007), o CFEMEA integra o grupo dos movimentos feministas que se organizaram a partir da dinâmica de organizações não-governamentais, bem comuns na década de 1990 – tanto que mereceu a diferenciação da autora quanto aos movimentos oriundos das duas décadas anteriores. A autora defende que as ONGs feministas representavam uma nova roupagem das discussões e mobilizações das mulheres e, por isso, inauguraram a terceira onda do feminismo. É importante ressaltar que o CFEMEA já nasceu com a ênfase de articular os movimentos feministas, incentivando a formação de grupos e a atuação em redes. Complementando essa perspectiva, Alvarez (2000) apresenta a distinção entre ONGs e “o movimento”:

As primeiras tipicamente têm equipes profissionais especializadas e pagas e, às vezes, um grupo limitado de voluntárias; recebem fundos de agências bilaterais e multilaterais e de fundações privadas (geralmente estrangeiras); e fazem planejamento estratégico pragmático para desenvolver “relatórios” ou “projetos” destinados a influenciar as políticas públicas e oferecer assessoria ao movimento de mulheres, bem como serviços variados para mulheres de baixa renda. Embora se ocupe às vezes de assessorias e atividades voltadas para políticas similares, “o movimento” é comumente entendido como composto por grupos ou coletivos feministas militantes que se enquadram no molde feminista [...]. Ele conta com participantes (em vez de “equipes”) em larga medida voluntária e, com frequência, esporádicas, organização mais informal e fundos operacionais bem menores; suas ações (em vez de “projetos”) são guiadas por objetivos e alvos conjunturais, definidos mais fluidamente. (ALVAREZ, 2000, p. 403).

Sônia Malheiros Miguel (2003, p. 276), destaca que a linha editorial do *Fêmea*, com tiragem de 13 mil exemplares em 2003, vinculava-se aos princípios e objetivos mais gerais do CFEMEA e aos objetivos definidos para a comunicação política da organização: “comunicação sobre os direitos das mulheres e igualdade de gênero, visando socializar e democratizar as informações referentes ao Legislativo e à luta feminista, inclusive junto aos meios de comunicação de massa”. Desde sua primeira edição, o *Fêmea* foi enviado a várias mulheres de diferentes grupos, como movimentos sociais, núcleos de universidades, ONGs e secretarias de mulheres dos sindicatos e dos partidos políticos,

além de mulheres que exerciam cargos eletivos, como prefeitas, vereadoras, governadoras, deputadas estaduais, deputadas federais e senadoras. Com essa distribuição direcionada, a proposta era “informar e dar visibilidade à luta das mulheres por seus direitos e subsidiar os(as) congressistas com reflexões dirigidas à ação em favor da igualdade e pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres” (BARBOSA, 2004, p. 145).

Vale ressaltar que o jornal era distribuído gratuitamente, desde 1992, contando com a apoio de entidades ligadas aos direitos das mulheres, como a ONU Mulheres e a Fundação Ford. Diferentemente dos outros três jornais aqui mencionados, o *Fêmea* foi o único que trouxe no último número uma despedida às leitoras e uma justificativa para sua interrupção. Por ser o jornal feminista que circulou por mais tempo no Brasil – de 1992 a 2014 –, o *Fêmea* conseguiu abranger uma gama muito extensa de temas da agenda dos movimentos feministas. Talvez mais importante do que sua permanência como veículo difusor e catalisador das discussões seja o fato de que, por meio das 178 edições⁴³, é possível acompanhar as modificações que a legislação brasileira sofreu em decorrência das mudanças de comportamento e de cultura da própria sociedade. Miguel (2003) observa que ONGs feministas como o CFEMEA contribuem para o aprofundamento de conceitos e de entendimentos sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero, à medida que se afirmam e se difundem, possibilitando que outras atrizes e atores sociais possam ampliar seu entendimento e promover, de forma paulatina, rupturas com perspectivas sexistas e preconceituosas. Outra observação importante sobre o perfil das ONGs feministas brasileiras, destacada por Miguel (2003), é que exercem uma dupla e significativa função de buscar atingir tanto o público universitário quanto a base dos movimentos, além de estimular o diálogo entre estudantes e pesquisadoras/es que pretendem estudar gênero e as publicações acadêmicas. Ao mesmo tempo, as publicações acadêmicas tornam-se um importante veículo de divulgação do que é produzido pelas ONGs.

Michelle Barbosa (2004, p. 154) observa que, ao longo dos anos, o jornal passou a destinar mais espaço para análises e reflexões de assuntos que estavam em discussão tanto no Congresso quanto na sociedade como um todo, por meio de textos escritos por

⁴³ Das 178 edições do *Fêmea*, apenas o número 17 (jul./1994) não integra o *corpus* da análise por não haver exemplar no arquivo impresso do CFEMEA tampouco em versão digital. O último número deste jornal foi registrado como sendo o 178 pelas responsáveis pela publicação, embora, de fato seja o 177, já que existiu o número zero.

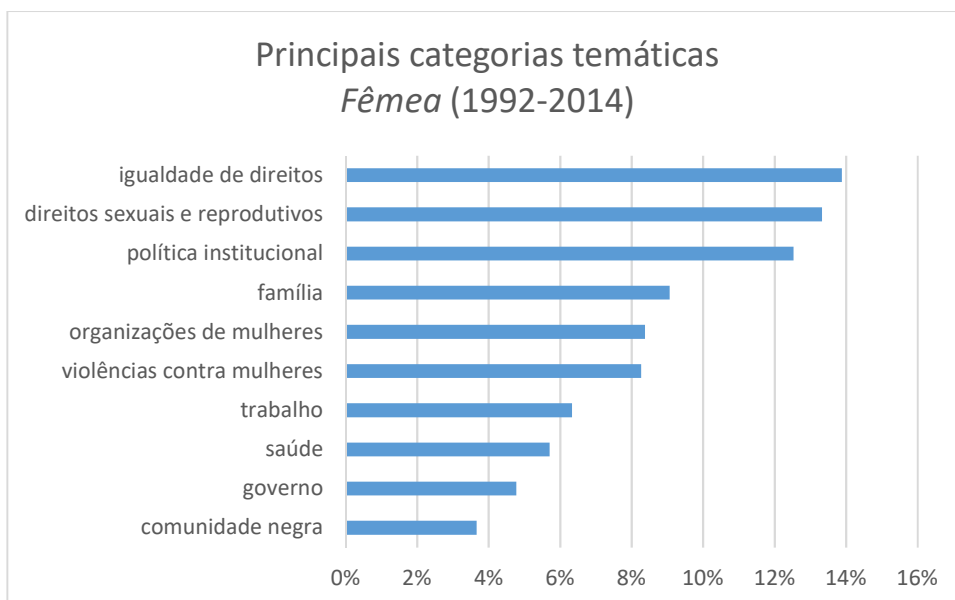
lideranças de organizações mistas que lutavam em defesa da população negra, das(os) trabalhadoras(es) rurais, das pessoas soropositivas, das(os) homossexuais, entre outros, considerando as questões de gênero. Além disso, aos poucos, o *Fêmea* foi deixando de ser ter a função de divulgar as notícias inéditas, passando a ser cada vez mais temático, com textos reflexivos sobre fatos ocorridos ou que estariam por vir, uma vez que a agilidade das mídias sociais, difundidas pela ampliação do acesso à Internet, mostravam-se mais capazes de mobilizar milhares de pessoas em poucas horas. É justamente na intenção de acompanhar as alterações sociais que o jornal se despediu, em 2014, para dar espaço a outras plataformas mais interativas e dinâmicas, seguindo a tendência dos diversos *blogs* feministas já existentes no país. Segundo o editorial da edição de dezembro de 2014, a partir de 2015 o foco de ação da ONG se voltaria para as ativistas, não mais para o Estado, o que demandaria uma interlocução mais dinâmica, a fim de possibilitar mais diálogos, articulações e ações coordenadas (OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 178[177], dez. 2014, p. 2).

Durante os 23 anos, a agenda encampada pelo *Fêmea* apresentou várias alterações. Isso se deve não apenas às mudanças de projetos gráficos e editoriais – que, para esta pesquisa, são assumidas como delimitação das quatro fases do periódico –, mas também a alterações de comportamentos da sociedade brasileira e seus reflexos nas legislações vigentes. É interessante observar, por exemplo, os diversos textos sobre a regulamentação da união estável, nos primeiros números, publicados durante a década de 1990, e como, atualmente, duas pessoas que vivem como um casal heterossexual, sem que a relação esteja formalizada judicialmente, não chamam mais tanta atenção para debates. Outro exemplo é a discussão sobre o valor da igualdade, sob a perspectiva de raça, gênero e orientação sexual, como pressupostos dos direitos humanos, nas edições da terceira (2008-2009) e quarta fases (2009-2014), momento em que a discriminação racial, a homofobia e a misoginia não são mais entendidas como “naturais” por uma parcela significativa da sociedade, tampouco são completamente acobertadas pela Justiça, além das crescentes mobilizações nas redes sociais.

Quanto à linguagem adotada pelo jornal, Barbosa (2004, p. 144) frisa que havia entre a equipe uma preocupação de tornar os textos legíveis “a ponto que a pessoa mais desinformada sobre determinado assunto seja [fosse] capaz de entender o debate”. Ao mesmo tempo, sempre se buscavam informações interessantes para leitoras e leitores já familiarizadas(os) com os temas. A autora considera que seja um desafio alcançar este equilíbrio, principalmente por se tratarem de temáticas, conceitos e expressões específicas

dos movimentos feministas, como empoderamento, dupla jornada e maternidade compulsória.

Gráfico 4 – Principais categorias temáticas do *Fêmea* (1992-2014)⁴⁴



Fonte: Pesquisa “De qual feminismo estamos falando?”

Em relação à agenda do *Fêmea*, é interessante observar que o CFEMEA, instituição responsável por sua publicação, como dito anteriormente, surgiu no momento em que os movimentos feministas passaram a se apresentar como ONGs (PINTO, 2007; MACHADO, 2010). Além disso, naquele período, o foco tanto do CFEMEA quanto do jornal estava nas ações de *advocacy* junto ao Congresso Nacional, como consultoria, acompanhamento e influência para determinação de agenda. Após o encerramento da publicação, em 2014, a organização mantém essa linha de atuação em seus serviços de assessoria e consultoria, junto aos movimentos de mulheres e feministas.

Assim, no momento em que o país já havia se desvinculado do regime militar, é propício que os debates sobre igualdades de direitos (14%), com foco nos direitos das mulheres, cidadania, direitos humanos e empoderamento das mulheres, ganhem maior projeção na agenda de um periódico feminista. Cabe ressaltar que, diferentemente do que

⁴⁴ Este gráfico representa o peso relativo das dez primeiras categorias temáticas encontradas nas edições do jornal *Fêmea*, a saber: igualdade de direitos (14%), direitos sexuais e reprodutivos (13%), política institucional (13%), família (9%), organizações de mulheres (8%), violências contra mulheres (8%), trabalho (6%), saúde (6%), governo (5%) e comunidade negra (4%). Ao todo, foram contabilizados 2.889 textos jornalísticos, somando o material das 177 edições do *Fêmea*.

ocorreu nos outros três jornais, “organizações de mulheres” não aparece entre as três principais categorias temáticas. Vale salientar que o CFEMEA – e o *Fêmea*, por conseguinte – se colocava como uma ponte entre os movimentos feministas e de mulheres e o Congresso, o que justifica, de certa maneira, “organizações de mulheres” aparecer na quinta posição, com 8% dos textos, visto que o foco não estava mais nas organizações em si, mas nos pontos comuns das agendas que poderiam ser defendidos junto aos parlamentares a fim de que fossem instituídas políticas públicas que atendessem a essa demanda.

Ao mesmo tempo, não surpreende que as categorias temáticas “direitos sexuais e reprodutivos” e “política institucional” apareçam com 13% cada, visto que a ênfase do periódico estava em atuar no Congresso, com o objetivo de que fossem criadas políticas públicas em favor das mulheres, sendo, em sua maioria, vinculadas aos direitos sexuais e reprodutivos. Como no *Mulherio*, uma das temáticas de destaque foi o aborto – incluída em direitos sexuais e reprodutivos –, por meio de discussões sobre a legalização, a descriminalização ou em defesa de que os casos previstos em lei (gravidez ocasionada por estupro, risco de vida para a gestante e má formação fetal) fossem, de fato, atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O artigo da promotora de Justiça Luiza Nagib Eluf, publicado na edição de fevereiro de 1993, é um exemplo de como esse tema era apresentado pelo jornal:

A ótica exclusivamente masculina da sexualidade humana, imposta durante séculos, trouxe imensos prejuízos à saúde física e mental da mulher, dentre os quais se destaca a proibição legal do aborto, por vontade da gestante, ainda presente na Lei Penal Brasileira. Impossível dissociar como querem alguns, gravidez de sexualidade, gestante de feto, criminalização do aborto e opressão da mulher. (ELUF, *Fêmea*, n. 5, fev. 1993, p. 6).

A estratégia de apresentar vários artigos assinados por mulheres e homens de atuação em áreas distintas como saúde, política e direito é uma relevante salvaguarda do grupo responsável pela publicação, à medida que demonstra que os direitos e as reivindicações das mulheres não se restringem ao discurso dos grupos e das organizações feministas e de mulheres. Assim, nos primeiros anos de circulação do jornal, era corriqueiro ler artigos assinados tanto por deputadas federais e senadoras quanto por deputados federais e senadores⁴⁵, também afeitos à causa. Na edição de maio de 2000, a

⁴⁵ Entre os homens que escreveram no *Fêmea*, estavam o senador Wilson Martins; os deputados federais Paulo Rocha, Sidney de Miguel e Fábio Feldmano; e o conselheiro da OAB-SP Álvaro Villaça Azevedo.

deputada federal Elcione Barbalho, relatora da CPI da Mortalidade Materna, publicou um artigo no qual os altos índices de mortalidade de gestantes foram considerados “reflexo das condições sócio-econômico-culturais em que vivemos e que ainda impedem uma prática mais eficaz das políticas públicas que cuidam, ou deveriam cuidar, da saúde da mulher” (BARBALHO, *Fêmea*, n. 84, maio 2000, p. 7).

Ainda sobre a temática dos direitos sexuais e reprodutivos, Barbosa (2004) destaca a discussão sobre planejamento familiar, que frequentemente foi abordada pelo jornal, de 1992 a 1994. A ênfase deve-se ao fato de que os governos estadunidense e inglês exigiam na época que o controle de natalidade dos países considerados subdesenvolvidos, como o Brasil, ou, em outras palavras, a esterilização de mulheres, constasse da agenda das políticas públicas a fim de que fosse evitada a “degradação do planeta”.

Já em relação à família (9%), quarta colocada entre as principais categorias temáticas, os textos abordam assuntos variados, como o reconhecimento da união estável entre homem e mulher como entidade familiar; a licença-maternidade para mães adotivas; os exames de DNA gratuitos para investigação de paternidade; a união civil entre pessoas do mesmo sexo; e a obrigatoriedade de empresas possibilitarem o acesso a creches e pré-escolas a filhos e filhas de trabalhadoras e trabalhadores. Outro exemplo é a atenção dada às violências contra as mulheres (8%), que englobam textos sobre violência doméstica/familiar, estupro, assédio moral, assédio sexual, violência física, homofobia, assassinatos de mulheres, discriminação por gênero e discriminação racial. Tais dados levam a crer que a ênfase dada às três primeiras categorias temáticas – igualdade de direitos, direitos sexuais e reprodutivos e política institucional –, de certa maneira, era entendida como catalisadora para que as demais questões fossem debatidas a partir da perspectiva de direitos atrelada às três principais.

4 OS FEMINISMOS NA IMPRENSA ALTERNATIVA

No capítulo anterior, foi debatida a agenda dos quatro jornais e o contexto no qual foi constituída, com suas tensões, conquistas e relações com outras instituições sociais além dos movimentos feministas e de mulheres. No presente capítulo, a intenção é analisar como foram abordados, pelos grupos responsáveis pelas publicações, os temas da agenda (apresentados no Capítulo 3), por meio da análise dos editoriais e de outras matérias que possam colaborar para o entendimento das discussões dos problemas expostos e de como cada um respondeu a esses assuntos. Mais uma vez, cabe ressaltar que os jornais, em sua maioria, circularam em momentos distintos e tinham públicos principais também diferentes, o que não impossibilitava de um ou mais se influenciarem ou se complementarem. Como nos anos 1970 e 1980, havia um intercâmbio muito forte entre os grupos dos movimentos sociais, com as ativistas participando de vários ao mesmo tempo ou declarando apoio às atividades, era comum que houvesse a presença delas em mais de um desses veículos. Lélia Gonzalez, por exemplo, co-fundadora do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, integrou o conselho editorial do *Mulherio* e assinou a coluna “Mulher Negra” do jornal, de 1981 a 1982; também foi uma das entrevistadas da matéria *Liberdade não se outorga. Conquista-se.*, publicada no *Nós Mulheres*, na edição de junho/julho de 1978, sobre a marginalização socioeconômica da população negra 90 anos após a Abolição da Escravatura.

Uma diferença significativa entre os jornais é que cada grupo editorial atribuía uma perspectiva distinta ao papel que a seção “Editorial” desempenhava nas páginas da publicação. Em três deles – *Nós Mulheres*, *Nzinga Informativo* e *Fêmea* – foram publicados editoriais em todas as edições. Em contrapartida, das 42 edições do *Mulherio* (incluindo nessa soma os dois números do *Nexo*), em apenas 12 encontram-se editoriais. Enquanto que, nos três primeiros, o propósito da seção era apresentar os temas que seriam discutidos nas páginas seguintes e a opinião do grupo quanto a algo em voga no momento da edição, no *Mulherio*, as editoras tinham como política utilizar o máximo do espaço disponível para troca de experiências entre as mulheres dos diversos grupos, inclusive, com a permuta de material com outros veículos de gênero, a fim de divulgar essas ideias Brasil afora, o que se refletia nas ausências do “recado da redação”.

Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013, p. 94) chamam a atenção para a importância dos editoriais nos jornais, principalmente para as publicações que buscavam ser o reflexo das lutas dos movimentos nas ruas, na busca por mudanças

sociais, que também chegavam às redações da imprensa alternativa, em especial dos jornais feministas, que acabavam por ter sob o mesmo título tendências e vertentes distintas, embora todos assumissem uma perspectiva feminista. Assim, em consonância com as autoras, este capítulo parte dos editoriais, a fim de retratar a história das publicações, além de refletir suas disputas internas e a proposta de suas editoras.

4.1 O feminismo no *Nós Mulheres*: a marca da classe

Como dito anteriormente, o *Nós Mulheres* surgiu, em 1976, a partir da proposta de um grupo de exiladas políticas que participaram de inúmeros debates sobre feminismo no exterior, principalmente, na Europa, e que, ao voltarem para o Brasil, buscaram difundir e associar as críticas à opressão sofrida pelas mulheres não só a uma relação desigual de gênero, mas também voltada para a exploração com viés de classe, ou seja, o discurso tinha um foco evidente na justiça social, desde que ela também se convertesse em cidadania para as mulheres. Dessa forma, a dupla opressão gênero-classe foi a tônica da publicação desde seu primeiro número, em junho de 1976. É importante que se diga que as desigualdades e opressões internas ao grupo “mulheres” também foram destacadas desde o primeiro editorial, principalmente no tocante às empregadas domésticas e suas patroas de classe média. A crítica maior do jornal – em destaque nos editoriais dos dois primeiros números, de junho e setembro/outubro de 1976 – estava na relação desigual de independência feminina, presente na sociedade dos anos 1970 (e ainda existente atualmente), na qual, para que algumas mulheres tenham seu espaço no mercado de trabalho, com condições de proporcionar a suas filhas e filhos boa alimentação, moradia e educação (apesar da diferença salarial em comparação com os homens da mesma classe socioeconômica), outras são compelidas a deixar suas filhas e filhos aos cuidados de terceiras mulheres, além de fazerem na casa das primeiras o trabalho que repetiriam em suas casas depois do expediente e nos fins de semana. Era esta a situação que o *Nós Mulheres* queria mudar: para que houvesse uma emancipação para todas as mulheres, de fato. A reprodução de uma carta assinada pelos Grupos de Mães do Setor Interlagos e Sociedades de Amigos de São Paulo, na edição de junho de 1976, direcionada ao prefeito e aos vereadores, é um exemplo do apoio do jornal à reivindicação dessas mulheres por mais creches onde deixar as crianças enquanto trabalham fora de casa. A matéria traz, ainda, histórias de outros grupos de mães e donas de casa que lutavam por espaços públicos que acolhessem seus filhos. Entretanto, não apenas a falta de creches

sobrecarregava as mulheres trabalhadoras, mas também a não participação dos pais nos assuntos referentes ao cuidado – aspecto que o *Nós Mulheres* fez questão de destacar no debate sobre a necessidade de espaços comunitários para o atendimento às crianças.

A efervescência dos movimentos que voltavam à cena na segunda metade da década de 1970, mesmo ainda sob os ditames da ditadura militar, também ressoava na publicação. Na edição de número 5, de junho/julho de 1977, as razões de ser do jornal foram expressas no editorial, em comemoração a um ano do início dos trabalhos. Era também a comemoração das conquistas de um grupo de mulheres que se uniu para colocar na rua um veículo que falasse tanto às mulheres trabalhadoras, às mães, às donas de casa da periferia de São Paulo quanto às estudantes, às profissionais e às intelectuais. Essa perspectiva de trabalho coletivo se refletia em não haver assinatura em nenhum dos textos publicados pelo jornal, com exceção das cartas recebidas pela redação. Mesmo com receios quanto à tão desgastada palavra “feminista”, elas assim se denominavam, sem se conhecerem direito tampouco sabiam o que o feminismo significava para o restante do grupo. E a luta dessas mulheres, refletida nas páginas do *Nós Mulheres* era bem mais abrangente, como é próprio das ideias democráticas, quando se retoma o exercício do direito à crítica social.

[...] enquanto houver uma mulher oprimida, não haverá liberdade; enquanto nossos olhos refletirem a imagem de favelas miseráveis, de famílias inteiras se arrastando pelas ruas; a imagem de mulheres seminuas em capas de revistas, em folhinhas penduradas nas paredes das oficinas; enquanto houver crianças famintas e abandonadas, trancadas sozinhas dentro dos quartos enquanto as mães vão trabalhar; enquanto houver prostituição, nenhuma mulher será livre. (EDITORIAL, *Nós Mulheres*, n. 5, jun./jul. 1977, p. 2).

Quanto ao tema da prostituição, o jornal tinha uma posição definida entre as correntes dos feminismos como “abolicionista”, segundo a qual a exploração infringida às prostitutas seria uma “forma de racismo altamente sexualizada” (HUDA⁴⁶ *apud* MIGUEL, 2014, p. 145), visto que haveria a associação do comércio sexual a formas de abuso que, na maioria dos casos, recaem sobre as mulheres pobres e não brancas. Em complementação ao debate, Pateman (1993) considera que o maior problema da prostituição está em integrar o exercício da lei do direito sexual masculino como uma das maneiras por que os homens têm acesso garantido aos corpos das mulheres. Em outras

⁴⁶ HUDA, Sigma. **Report of the special rapporteur on the human rights aspects of the victims of trafficking in persons, especially women and children.** Nova York, UN Commission on Human Rights, 2006. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/48abd53dd.htm>>. Acesso em 29 jun. 2013.

palavras, a prostituição seria parte integrante do capitalismo, por meio da utilização unilateral dos corpos das mulheres para a própria satisfação dos homens, em troca de dinheiro. O assunto ganhou destaque na edição de setembro/outubro de 1976, com a publicação da matéria *Prostituição*, que ocupou toda a página 10. Por meio do relato de três prostitutas, a prostituição é apresentada não como um problema individual, mas como uma questão social, com origens socioeconômicas, podendo ser mais ou menos agravada pela fome, pelo desemprego e pela miséria. Também era vista pelo veículo como “uma das maneiras mais degradantes de exploração”, devido às mulheres se tornarem “escravas por aluguel”. As três entrevistadas são unânimes em afirmar que foram para a prostituição porque, nos empregos anteriores, não lhes pagavam o suficiente para suas despesas, além de serem humilhadas, assediadas e exploradas como domésticas, secretárias e operárias. Segundo o perfil traçado pela matéria, geralmente eram mulheres que chegavam aos grandes centros urbanos como São Paulo, vindas do interior, à procura de emprego, sendo, na maioria das vezes, analfabetas ou semianalfabetas. Na perspectiva do *Nós Mulheres*, independentemente da regulamentação, a prostituição apenas deixaria de existir quando houvesse uma mudança geral e profunda da sociedade e de seus valores, cuja nova estrutura não impulsionasse que o corpo humano fosse vendido em um relacionamento entre homens e mulheres.

A categoria temática “direitos sexuais e reprodutivos”, sexta mais frequente no jornal, realmente é entendida por meio da vinculação intrínseca entre sexo e reprodução/contracepção. Nas matérias nas quais é abordada, há apenas referências a relações heteronormativas, ou seja, naquele momento, os relacionamentos entre mulheres não estavam na agenda do movimento, o que corre a partir da década seguinte, com registros no *Mulherio* e no *Fêmea*. Cabe ressaltar, no entanto, que a edição de número 8 trouxe uma nota sobre o lançamento do jornal alternativo *Lampião*⁴⁷, produzido por homossexuais, com o objetivo de abordar assuntos ligados à homossexualidade, desconstruindo o conceito de que a orientação sexual pudesse interferir negativamente na atuação em sociedade.

⁴⁷ O número zero, de abril de 1978, circulou com o nome de *Lampião*. A partir da edição seguinte, de maio/junho de 1978, o nome da publicação foi alterado para *Lampião da esquina*. Ao todo, foram 38 edições, sendo que a última circulou em junho de 1981, com tiragem entre 10 mil a 15 mil exemplares. Participaram do conselho editorial da publicação Darcy Penteadó, Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antonio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.

Na matéria *Sexo: pecado para as mulheres*, publicada na edição de agosto/setembro de 1977, por exemplo, critica-se o casamento e a maternidade como o melhor destino para as mulheres, além de a vida sexual delas estar restrita a agradar os maridos e procriar. No entanto, o tom heteronormativo é repetido em vários momentos do texto, sem haver qualquer consideração a outra vida sexual das mulheres que não a vinculada aos homens, com destaque para dois trechos em especial:

O **progresso dos métodos anticoncepcionais** corresponde, pois, a uma necessidade permanente da **sexualidade livre**.

[...] é preciso destruir os preconceitos; é preciso enxergar o próprio corpo não como instrumento de prazer do outro, mas como **fonte de prazer para ambos os sexos**; é preciso ver que o sexo é bom, saudável e que o **amor é uma das necessidades mais vitais de homens e mulheres**. (SEXO..., *Nós Mulheres*, n. 6, ago./set. 1977, p. 4, grifos meus).

Além disso, como frisado no editorial do número 6, o feminismo não é apenas para países desenvolvidos tampouco a luta pela emancipação dos trabalhadores é mais importante do que a luta pela emancipação das mulheres, já que integra a luta por uma sociedade mais justa e democrática, sem homens ou mulheres oprimidas. A equipe que editava o jornal tinha, assim, a convicção de que “a liderança da luta feminista cabe [cabia] às mulheres das classes trabalhadoras que não só são [eram] oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe” (EDITORIAL, *Nós Mulheres*, n. 7, mar. 1978, p. 2).

No Capítulo 3, foi apresentado um trecho do primeiro editorial, com o destaque, inclusive, para o tom poético utilizado para explicar a escolha do nome do jornal. Mais do que uma explicação, utilizar a primeira pessoa do plural – “nós” – ao lado do termo “mulheres” era um chamado às mulheres da classe trabalhadora para que, juntas, pudessem ter um espaço, uma “tribuna democrática”, um “instrumento de conscientização e luta” para buscar soluções para os problemas com que se deparavam cotidianamente. Ao mesmo tempo que critica a dupla moral sexual, em benefício dos homens, imposta a todas desde a socialização diferenciada de meninas e meninos⁴⁸, o *Nós Mulheres*, debate soluções comunitárias para que as atividades do cuidado sejam compartilhadas socialmente e entre todas as pessoas adultas, sem que haja subjugação de umas em favor de outros. As creches públicas, as lavadeiras coletivas e os restaurantes

⁴⁸ Temática em que o *Nós Mulheres* foi pioneiro no Brasil na abordagem, na crítica e na apresentação de possíveis soluções, como mencionado no capítulo anterior desta tese.

comunitários, que são a tônica das teóricas feministas marxistas como Brenner (2000) e Andrade (2015), discutida no Capítulo 1, no sentido de fazer com que os afazeres domésticos sejam socializados, a fim de retirar das mulheres essas responsabilidades que as impedem de ter uma participação efetiva na esfera pública, com inserção na vida política, inclusive. Essas reivindicações importantes também aparecem inseridas nas quatro principais categorias temáticas da agenda do jornal – “organizações de mulheres”, “trabalho”, “política institucional” e “família” – conforme abordado no capítulo anterior.

Achamos que NÓS MULHERES devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. É possível que nos perguntem: “Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?” Nós respondemos: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só. NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação. (EDITORIAL, *Nós Mulheres*, n. 1, jun. 1976, p. 2).

O texto *Procura-se uma esposa*, publicado na primeira edição, pode ser entendido como uma continuação do editorial. Por meio de exemplos de situações cotidianas, como ser a responsável por receber as visitas em casa ou a que deve se incumbir de métodos contraceptivos ou a que deve ser fiel – embora tenha que entender se a monogamia não satisfizer os desejos do marido –, o texto aborda a dupla moral sexual e a divisão sexual do trabalho doméstico, em oposição às escolhas e à autonomia das mulheres. A esposa da qual se fala é justamente o estereótipo associado à imagem de mulher que é cultivado desde a infância, quando meninas, e não meninos, são incentivadas a brincar de bonecas e a chamá-las de “filhas”⁴⁹. No Capítulo 1, a democratização do cuidado foi debatida com base em Tronto (2013), que acredita que essas tarefas devam ser divididas entre todas as pessoas da casa e da família, de modo que cada uma se responsabilize pelo próprio bem-

⁴⁹ Cabe destacar que apenas a partir dos anos 2010 as bonecas vendidas nas sociedades ocidentais passaram a ter outras feições que não a da Barbie (branca, magra, loira e rica) e similares, o que tem impacto em outros aspectos da socialização das crianças, principalmente das meninas negras e sua identidade como tal.

estar – o que, nas sociedades contemporâneas, passa mais por uma diferença entre quem tem ou não meios materiais para a contratação do serviço (por vezes, desvalorizado) do cuidado, exercido por mulheres, que, em sua maioria, são não brancas.

O tema da divisão sexual do trabalho volta a ser destaque no editorial do número 4, de março/abril de 1977, a partir das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher. Nesse momento, além da crítica à subjugação das donas de casa e das mulheres, consideradas trabalhadores de segunda categoria, o jornal conclama suas leitoras a ver na data um importante momento da luta por sua emancipação, por meio de “salários iguais por trabalhos iguais, creches e escolas em número suficiente, refeições nas escolas e locais de trabalho”. Reafirma-se, assim, a defesa da “mais ampla e democrática participação das mulheres e da população em geral na discussão das questões que afetam diretamente a vida dos trabalhadores bem como dos grandes problemas nacionais” – temática exposta mais detalhadamente nas edições de números 2 e 3 (EDITORIAL, *Nós Mulheres*, n. 4, mar./abr. 1977, p. 2),

Na edição de setembro/outubro de 1976, o editorial chama a atenção para a associação entre o custo de vida e o trabalho doméstico, problemas interligados e que têm nas mulheres as principais responsáveis por “garantir parte da existência dos trabalhadores e de sua geração futura”, função social tão importante, trabalhando fora de casa ou não. O aumento do custo de vida (condições sociais e baixos salários) gera maior necessidade de ter seu próprio sustento ou aumentar a renda familiar, o que impulsiona muitas donas de casa a procurar uma colocação no mercado de trabalho, mesmo que seja em posições menos valorizadas. Como salientado no Capítulo 1, apesar de as atividades desempenhadas pelas mulheres no ambiente doméstico contribuírem para a manutenção da vida familiar, acabam sendo desconsideradas como trabalho produtivo (ANDRADE, 2015; DELPHY, 2015). Entretanto, o editorial frisa que, devido às diversas restrições, as mulheres acabam sendo as mais prejudicadas pelo desemprego. A solução volta-se para a função de dona de casa. O editorial de março/abril de 1977 complementa essa discussão:

A mulher, por séculos, tem sido educada para ser mãe, esposa e dona de casa. O homem, por sua vez, tem a obrigação de sustentar a família, passando o dia fora de casa, sem tempo para dedicar-se aos filhos e à mulher. Os problemas que o homem enfrenta no trabalho são bem diferentes dos que a mulher experimenta no dia a dia de dona de casa. O trabalhador enfrenta as filas para o ônibus, as dificuldades do trabalho e o baixo salário, mas sabe, no entanto, que sua vida é idêntica à de milhares de outros trabalhadores e que seus interesses e lutas são os mesmos.

A mulher fica isolada em casa, sem saber muito bem o que fazer contra a carestia da vida, a falta de escolas e creches, os buracos na rua, a luz elétrica

que não foi colocada etc. Quando sai para trabalhar, porque o salário do marido não dá para viver, a mulher aceita ganhar menos que os homens pelo mesmo trabalho sem saber que isto prejudica a todos os trabalhadores. (EDITORIAL, *Nós Mulheres*, n. 4, mar./abr. 1977, p. 2).

Sobre o custo de vida – sétima categoria temática mais frequente – e as consequências para o cotidiano da população mais pobre, a edição trouxe, na página 6, a matéria *Custo de vida: o povo está com a palavra*, na qual abordava uma assembleia organizada por mulheres dos bairros e da periferia de São Paulo, para discutir o aumento dos preços de alimentos e outros itens básicos, com a presença de deputados, lideranças de movimentos sociais e imprensa. As organizadoras do evento também apresentaram os resultados de uma pesquisa, realizada em 1975 e 1976, a fim de comprovar o aumento do preço de itens alimentícios e aluguel, em detrimento do salário cada vez mais insuficiente dos trabalhadores. A pesquisa, as propostas advindas dela e uma carta que explica a situação das famílias, assinada por 19 mil pessoas e dirigida às autoridades e à população, foram entregues a Dom Mauro Morelli, então bispo auxiliar da região sul, que a encaminharia ao cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, expressivo defensor dos direitos humanos.

Nas páginas seguintes, a matéria intitulada *A rainha do lar não tem cetro nem coroa...* tenta se aproximar ainda mais de suas leitoras, ao ser editada em forma de entrevistas com mulheres anônimas e não identificadas, que, a partir de suas experiências, abordam assuntos como trabalho doméstico, sexo e filhos. Ao mesmo tempo, o encerramento da matéria incorpora outra linha, mais professoral, ao apresentar a situação vigente das mulheres em outros países como Cuba, Irlanda e Albânia, com exemplos de divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres e remuneração para as donas de casa. O texto termina com uma pergunta à leitora: “E você, o que acha disso?”. Em razão desse tom que parecia desconsiderar que a realidade da maioria das brasileiras estava bem distante do que a presenciada pelas ex-exiladas que o publicavam, o jornal foi bastante criticado por outras feministas – conforme exposto anteriormente. Chama a atenção o contraste que essa perspectiva tem se comparada à maioria dos editoriais do *Nós Mulheres*, nos quais “homens e mulheres que lutam por uma sociedade mais justa” são chamados a colaborar na redação do periódico.

O debate sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe intermeia as edições do jornal, mesmo que o enfoque seja maior na relação gênero e classe, no sentido de entender o grupo das mulheres trabalhadoras como uma classe também. Entretanto, a

relação com a raça é bem marcada, visto que a categoria temática “comunidade negra” aparece como a décima mais frequente, conforme mostrado no capítulo anterior. Assim sendo, três matérias que abordaram a perspectiva das mulheres trabalhadoras negras são importantes para o entendimento de como o jornal apresentava este debate. Na primeira edição, de junho de 1976, o texto *Essa nêga falou!*, que traz o depoimento de Estela [sobrenome não informado], 23 anos, datilógrafa, formada em Pedagogia, classe média do Rio de Janeiro e integrante do grupo de mulheres negras do Instituto de Pesquisas de Culturas Negras (IPCN). Em 2 de julho de 1975, ela manifestou indignação pela dupla opressão de raça e gênero, ao se pronunciar durante a assembleia realizada na Associação Brasileira de Imprensa, organizada pela ONU, pelo Ano Internacional da Mulher – evento mencionado nos capítulos anteriores. Na edição de número 1 do *Nós Mulheres*, um ano depois do pronunciamento que, pela primeira vez, questionou em público a vertente do feminismo do norte-global, Elisa destacou a discriminação sofrida cotidianamente por homens e mulheres negras, principalmente porque, no Brasil, o preconceito racial se faz de modo disfarçado, passando um entendimento de que a população negra seria incapaz ou desqualificada para o exercício de determinadas funções, em especial, aquelas cuja a remuneração e o prestígio seriam maiores.

O preconceito no Brasil se dá de mil formas. É a famosa sutileza brasileira. [...] Você pode ver a diferença no ônibus. O das três da tarde, na maioria, só dá branco. Já o das sete, só tem preto. É o pessoal que vai pegar o trem da Central, é o horário do trabalhador. A camada trabalhadora é principalmente negra e mulata, sobretudo no estado do Rio e no interior. [...] Se você fica na faixa de empregos como empregada doméstica ou músico, você não incomoda, quer dizer, não incomoda no nível do mercado de trabalho. Mas, na medida em que você estuda e quer subir, arrumar outros empregos, começam a te limitar. [...] Se você for negro, você é diferente das outras pessoas. Você carrega na cor toda uma história de escravidão, dentro de você. Quer dizer, a pessoa olha pra você e tem toda uma história de pobre. Quando se fala pobre, se fala preto, e se fala preto, se fala pobre. Pobre e preto, tá tudo juntinho. (ESSA NÊGA..., *Nós Mulheres*, n. 1, jun. 1976, p. 20).

Embora a discriminação que recai sobre os homens trabalhadores negros seja grande, o peso da opressão vivenciado pelas mulheres trabalhadoras negras acaba se configurando com uma subjugação bem maior. Elas carregam em si a negação de oportunidades por serem negras e por serem mulheres, o que desencadeia a condições marginais dentro das economias capitalistas, conforme já discutido no Capítulo 1. Mais à frente em seu depoimento, Elisa completa que as mulheres negras estão um ponto abaixo na escala social, justamente porque não existem ou, quando existe, é para se encaixar nos

estereótipos de “cama, cozinha e babá dos filhos da mulher branca”. Para ela, “se o branco discrimina a mulher, como preta é pior ainda. Em termos gerais, ele nem te vê como mulher e sim como negra. [...] Se a mulher tem direitos a só duas palavras, a negra não pode nem a abrir a boca” (ESSA NÊGA..., *Nós Mulheres*, n. 1, jun. 1976, p. 20).

A marca histórica da escravização da população negra é um contraste com a conquista de direitos que as mulheres brancas alcançaram nas sociedades do século XIX, como foi detalhado no primeiro capítulo. No número 4 do *Nós Mulheres*, de março/abril de 1977, o “8 de março” foi lembrando por meio de ilustrações e trechos da história dos movimentos feministas e de mulheres que, tanto no Brasil quanto em outros países, buscaram a igualdade de direitos, seja pelo voto ou pela igualdade salarial nas fábricas. Contudo, nos fins do século XIX, as mulheres brasileiras tinham realidade distintas entre si: enquanto as escravas ficavam nas lavouras, serviam na casa grande (estupros e tarefas domésticas) ou eram quituteiras e vendedoras ambulantes (com parte dos ganhos entregues às senhoras de escravos); as mulheres brancas tinham, na maioria das vezes, como ocupações principais a administração da casa e assistir às aulas das primeiras escolas para mulheres que surgiam no país. Em 1977, essa triste realidade não tinha se alterado muito: as mulheres ainda eram a maioria entre os analfabetos, recebendo salários baixos e a grande maioria trabalhava como empregada doméstica ou na lavoura.

Também na edição de número 5, de junho/julho de 1977, a dupla opressão das mulheres trabalhadoras negras ganhou destaque em razão das comemorações pelos 89 anos da Abolição da Escravatura. É interessante notar como a fala das cinco entrevistadas, com idades na faixa dos 20 e 30 anos, complementam o depoimento de Elisa, publicado no ano anterior, seja no que concerne à discriminação social de um modo geral, seja a respeito das colocações no mercado de trabalho, principalmente quanto à “concorrência” com as mulheres e homens brancos. Para a jornalista Amélia [sobrenome não informado], o preconceito racial viria mais à tona quando aumentasse a concorrência entre brancos e negros no mercado, já que o “negro subalterno não cria muitos problemas para o branco”. Em relação aos empregos para mulheres negras, as entrevistadas novamente destacam a permanência do estereótipo da “preta gorda dócil e passiva para cuidar dos filhos da mulher branca”, o que remonta às amas de leite escravizadas. Mesmo entre as mulheres negras de classe média, seguir o padrão de beleza branco, significava conseguir e manter o emprego. O uso de uma peruca fez Vera [sobrenome não informado], representante do jornal que participava da entrevista, permanecer em um emprego durante três meses. Foi demitida assim que decidiu parar de usar o acessório. As entrevistadas destacaram

situações no ambiente familiar quando também sentiram o peso da opressão por serem mulheres e negras, tanto direcionadas a elas quanto a pessoas conhecidas: a não aceitação da parte de familiares quanto a elas cursarem uma universidade (não estariam no lugar certo); deveriam namorar apenas negros ou, no máximo, homens brancos desquitados (os solteiros seriam demais para elas); filhos envergonhados de terem mulheres negras como mães, entre outras situações que demonstravam não apenas a discriminação de gênero, mas também a reprodução do racismo pelos próprios negros.

Em outra vertente, com foco nas operárias das fábricas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, duas matérias publicadas em edições diferentes mostram o outro lado da história da comodidade das donas de casa e do “mal que não tem nome”, das décadas de 1950 em diante, retratadas pela escritora estadunidense Betty Friedan. Na edição de junho de 1976, a matéria *Lugar de fogão não é só na cozinha* debate a desigualdade salarial entre homens e mulheres numa fábrica de fogões, que chegava a quase 80%, embora exercessem atividades similares – como carregar peças pesadas – ou mesmo quando o trabalho especializado – como encaixe de parafusos – ficava a cargo das operárias. Em *Elas produzem comodidade*, publicada em agosto/setembro de 1977, a abertura da matéria avisa: “A vida ficou mais fácil com os eletrodomésticos. É a opinião de quem pode comprá-los. Mas a vida dos trabalhadores que produzem os eletrodomésticos continua difícil”. As mulheres que raramente podem comprar os produtos que fabricam ainda têm diversos outros direitos negados como creches em empresas com mais de 30 funcionárias e utilização do banheiro. Em ambas as matérias, os assédios dos colegas de trabalho são reclamações recorrentes, o que, além dos salários muito baixos, levam-nas a reconsiderar o trabalho fora de casa. Atitudes como essas, tanto das empresas quanto dos homens em geral atuam como uma ratificação de que o lugar das mulheres deve continuar sendo o ambiente doméstico, restritas em sua autonomia, independência financeira e atuação política.

A participação das mulheres na luta sindical é bastante expressiva na agenda do *Nós Mulheres*, o que explica também as categorias temáticas “organizações de mulheres” e “trabalho” serem as mais frequentes da publicação. Em praticamente todas as oito edições, houve pelo menos um texto, em formatos variados, cujo mote era a inserção das mulheres trabalhadoras na participação em associações de classe e sindicatos. O editorial do número 6, de agosto/setembro de 1977, vincula liberdade de organização política e sindical à emancipação das mulheres, em um explícito chamado às operárias para que

tomassem para si a decisão sobre suas vidas, seja no ambiente doméstico, no trabalho ou nas representações de classe:

Mesmo quando trabalham, as mulheres não participam nos seus sindicatos. São pouquíssimas as que participam de associações de bairro, de clubes de mães e de outros tipos de associação. Muitos pensam, homens e mulheres, que basta o homem participar. Que a mulher pode e deve ficar cuidando da casa e dos filhos. Que a participação é política e que política é coisa de homem. [...] Sabemos que é somente numa sociedade que garanta a toda a população boas condições de existência, de trabalho, de estudo e liberdade e independência para se organizar política e sindicalmente, que estarão dadas as condições para se alcançar a emancipação feminina. (EDITORIAL, *Nós Mulheres*, n. 6, ago./set. 1977, p. 2).

A matéria *Sindicato não é lugar só de homem*, publicada na edição de junho/julho de 1978, é outro exemplo interessante da discussão levantada pelo jornal. Mais do que abordar sobre a entrada de mulheres nas atividades e reivindicações sindicais, o *Nós Mulheres* chama a atenção, em consonância com toda a agenda apresentada, para o fato de que o entendimento dos sujeitos como cidadãos e detentores de direitos e deveres se efetiva na participação pública. É justamente por isso que a luta por creches e escolas, por salários iguais para funções iguais, pelo direito de ter voz ativa e tomar decisões também integra a luta pela emancipação das mulheres. Nesse contexto de retomada da democratização e de olho nas mobilizações sindicais, os novos partidos políticos que começavam suas articulações não apenas discutiam como as reivindicações femininas poderiam ser incorporadas nos programas das legendas, mas também como as mulheres poderiam participar das estruturas dos partidos, tornando possível a efetivação do encaminhamento das propostas.

No campo da política eleitoral, as eleições municipais que estavam próximas foram destaque no editorial do número 2, como “uma das formas encontradas pelo povo para expressar e encaminhar suas reivindicações” (EDITORIAL, *Nós Mulheres*, n. 2, set./out. 1976, p. 2). Cabe ressaltar que a “política institucional” aparece como a terceira categoria temática mais frequente do jornal, sempre tendo uma preocupação com as desigualdades sociais, alinhada à atenção às desigualdades de gênero. É importante frisar que, na matéria *Eleições municipais: saiba escolher seu candidato*, na página 16 da edição, há uma tentativa de incentivar as mulheres trabalhadoras e seus familiares para querer participar do processo eleitoral, mesmo que a disputa de prefeituras e câmaras de vereadores estivesse entre candidatos da ARENA e do MDB: “A falta de participação do povo na solução de seus próprios problemas cria sérias dificuldades para a classe

trabalhadora” (ELEIÇÕES..., *Nós Mulheres*, n. 2, set./out. 1976, p. 16). Apesar de, neste momento, a agenda feminista não se pautar pela temática das “mulheres no poder”, mas pelo foco na democracia e desigualdades sociais, esta matéria trouxe exemplos do dia a dia da população para que se entendesse a importância do voto consciente. A necessidade de um programa de candidatos que viesse de discussões coletivas foi respaldada por uma pesquisa sobre saúde feita em bairros da periferia, a fim de chamar a atenção das autoridades quanto à urgência de ter, além de um posto de saúde, condições de saúde digna para a população. A temática da participação popular também mereceu todo o editorial do número 3, com ênfase para o que entendiam ser o verdadeiro sentido da democracia, que ultrapassava a dinâmica eleitoral para essas mulheres. Ou seja, “o voto é apenas um momento da vida democrática”, sendo imprescindível que direitos tanto da maioria quanto das minorias sejam assegurados, que haja liberdade de expressão e que as mulheres tenham não apenas deveres, mas também direitos reconhecidos. Afinal, “a verdadeira democracia começa na base da sociedade e deve encontrar nela seus meios de expressão”, a partir de uma imprensa livre, dos partidos, dos grupos sociais, dos sindicatos, das associações de bairro, dos clubes de mães (EDITORIAL, *Nós Mulheres*, n. 3, nov./dez. 1976, p. 2)

No ano de 1978, quando a última edição do *Nós Mulheres* foi publicada, esse entendimento sobre a verdadeira democracia estava ainda mais imbricado no conceito de feminismo defendido pelo grupo, dentro de uma nova concepção de política. Buscava-se, naquele momento, manter a autonomia das organizações de mulheres consideradas democratas, como um movimento específico, sem deixar que sua agenda fosse incorporada à luta pela democracia, o que pode ser, de certo modo explicado, pelo momento em que o Brasil passava, já bem próximo à redemocratização. No número 8, mais do que abordar que o feminismo não era um movimento isolado dentro da sociedade, o jornal apresentava que vários grupos estavam se organizando em favor de agendas específicas, sem que isso comprometesse o sentido da democracia (a população negra pelo fim da discriminação racial; os indígenas em defesa de viver em suas terras; os homossexuais pelo direito ao reconhecimento) – pelo contrário, haveria, da perspectiva do jornal, um fortalecimento da base social que enfrentava os últimos respiros do regime militar.

4.2 O feminismo no *Mulherio*: a pluralidade

Talvez a definição de Adélia Borges (*Mulherio*, n. 15, set./out. 1983, p. 2) para a função que *Mulherio* exercia seja a mais adequada para resumir o tom que regia o trabalho daquelas mulheres: “[...] romper os estereótipos da imagem da mulher nos meios de comunicação, tirar-nos da invisibilidade e criar espelhos que nos reflitam por inteiras”. Partindo da despreziosa ideia de se produzir um boletim informativo que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadoras(es) voltados para os estudos sobre a mulher brasileira que começavam a ser desenvolvidos por todo o país nos primeiros anos da década de 1980, as então pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas chegaram muito mais longe e alcançaram uma marca inédita para a imprensa alternativa da época: sete anos e 42 edições. Mesmo que, em alguns momentos, a periodicidade não tenha sido regular, o *Mulherio* conseguiu se estabelecer como um importante veículo de comunicação nos anos iniciais da redemocratização do Brasil. Para as pesquisadoras que compunham o conselho editorial do jornal, essa nova face da política não poderia desconsiderar as reivindicações da metade da população, ou seja, das mulheres. Como os demais jornais analisados nesta tese, o sentido de política se fazia muito mais ampliado do que a vertente eleitoral. A política, entendiam, se fazia nas ruas, nos coletivos de mulheres, nos sindicatos, nas marchas, nos debates de propostas que poderiam trazer novo sentido à palavra “democracia”.

No editorial do número 40 (ou *Nexo* n. 1), Inês Castilho (*Nexo*, n. 1, jun. 1988, p. 2) destacou o pioneirismo daquelas mulheres, como Carmen Barroso, Fúlvia Rosenberg, Adélia Borges e Maria Carneiro da Cunha, que, como os intelectuais europeus na década de 1960, “assumiram vigorosamente o ativismo político”. O panfleto – o número zero do jornal – entregue em frente ao TUCA⁵⁰, durante as comemorações do 8 de março de 1981 e a realização do 3º Congresso da Mulher Paulista, não deixava dúvidas: o termo *Mulherio*, mais do que o nome escolhido para a publicação, por sugestão de Carmen da Silva, remetia à ideia de luta conjunta das mulheres por direitos, por seu espaço na sociedade. Pretendia-se “recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas”. Era o momento da euforia pela abertura, pela anistia, pela política do corpo, pela reconstrução democrática.

⁵⁰ Teatro da PUC-SP e emblemático espaço das movimentações da esquerda, principalmente do movimento estudantil.

Essa reconstrução democrática tinha sua vertente dentro da própria equipe responsável pelo jornal, cuja premissa era o diálogo, o debate acima de tudo – ou não seria possível uma construção coletiva como era o objetivo do *Mulherio* desde sua fundação. O chamado a participar era direcionado não apenas a mulheres e homens (que escreveram mais a partir da segunda fase, como mencionado anteriormente) da equipe, mas também a leitoras e leitores, de dentro e fora do país. Afinal, as transformações que almejaram não eram voltadas exclusivamente para as mulheres, mas para toda a sociedade. Dessa forma, as pesquisadoras da Carlos Chagas, que há anos dedicavam-se à melhoria da condição feminina no Brasil como profissionais e militantes, propunham um veículo que fosse útil para os diversos núcleos organizados de mulheres, que rapidamente se multiplicaram pelo país, além de um canal por meio do qual se pudesse “trocar experiências e encontrar resultados de pesquisas sólidas, capazes de orientar suas atividades práticas” (aspecto retratado pela categoria temática “estudos sobre mulheres” ser a oitava mais frequente do jornal). O grupo também queria ir mais longe: fazer um veículo que se dedicasse de “forma sistemática, aprofundada e abrangente” a todos os problemas que afetassem as mulheres brasileiras, por meio de “reunião periódica de informações obtidas de fontes fidedignas”, a fim de que servissem de “orientação e manancial informativo” para os que abordassem tais assuntos nos meios de comunicação. Com esse direcionamento, *Mulherio* voltava-se a três públicos: órgãos de comunicação, grupos de mulheres e entidades culturais e acadêmicas (BORGES, *Mulherio*, n. 1, maio/jun. 1981, p. 1).

Desde a primeira edição, em março/abril de 1981, o jornal prezou pelo intercâmbio entre as organizações de mulheres, inseridos aí os movimentos feministas e os movimentos de mulheres, dando destaque para as atividades dos grupos que ocorriam em diversas partes do país e do mundo, onde começavam a ter mobilizações coletivas e públicas contra a subalternização feminina, há séculos naturalizada. A equipe do *Mulherio* acreditava que a divulgação sobre a existência de grupos em grandes centros urbanos, na periferia, no interior do país, nas áreas rurais, formados por uma diversidade infinita de mulheres, era uma importante contribuição para a consolidação dos movimentos. É justamente por isso que a categoria temática “organizações de mulheres” aparece como a mais frequente do jornal.

Apesar de sempre expressarem que a publicação não seguia uma vertente específica, nem dos movimentos de mulheres/feministas nem político-partidária (o que não impedia as preferências individuais das integrantes da equipe), o *Mulherio* acreditava

que, no início da década de 1980, era inadiável a discussão quanto às diferentes concepções políticas. A situação na qual encontravam-se (e ainda se encontram) as mulheres “continha em si uma contradição”, segundo Maria Carneiro da Cunha (*Mulherio*, n. 0, mar./abr. 1981, p. 3), ou seja, pertenciam a um amplo grupo de dominados como mulheres, mas se distribuía de forma desigual pelas diferentes classes. Tal constatação aponta, portanto, para a necessidade de uma perspectiva interseccional para os estudos relativos às mulheres e as relações de poder nas quais se inserem. Ao mesmo tempo, o jornal buscava ser um contraponto aos outros veículos de imprensa, que apresentavam as mulheres a partir de restritos padrões: nuas, nas revistas masculinas; de avental, nas femininas, ou reduzidas à total invisibilidade se não eram do meio artístico, nos jornais diários. Para a equipe do *Mulherio*, o que importava era mostrar “a mulher real, em transformação, em movimento” (BORGES, *Mulherio*, n. 16, maio/jun. 1984, p. 2).

Em meio a tudo isso, o debate sobre a divisão sexual do trabalho, a falta de infraestrutura de equipamentos estatais e a dupla jornada das mulheres foram assuntos recorrentes da publicação, ressaltando o destaque para as categorias temáticas “família” e “trabalho”, como a segunda e a sétima mais frequentes, respectivamente. O editorial da edição de maio/junho de 1984 destaca que houve um aumento significativo do número de mulheres que trabalhavam fora de casa, embora a oferta de serviços de infraestrutura do Estado não tenha recebido investimento a ponto de atender às crianças. Nas palavras da editora Adélia Borges (*Mulherio*, n. 16, maio/jun. 1984, p. 3), “os filhos continuam sendo ‘filhos da mãe’, o Estado não abriu creches e escolas suficientes para os futuros cidadãos”. Além disso, os impedimentos para a inserção maior das mulheres no ambiente público ganham um aditivo, visto que “à entrada das mulheres no ‘mundo masculino’, não correspondeu uma entrada dos homens no ‘mundo feminino’” (BORGES, *Mulherio*, n. 16, maio/jun. 1984, p. 3), o que significa que as tarefas domésticas e o cuidado antes realizados pelas mulheres, que permaneciam em casa enquanto os homens saíam para trabalhar, continuavam sendo feitas por elas, mesmo após também serem empregadas fora dos lares. Dessa forma, percebe-se que a vinculação das mulheres aos afazeres domésticos (“execução direta” ou responsabilidade por eles, no caso de quem tinha empregada doméstica) justamente por serem mulheres, já combatida na década anterior pelo *Nós Mulheres*, continua como uma das temáticas relevantes da agenda do *Mulherio*, que destaca essa subjugação atrelada à não participação efetiva na arena pública.

Essa crítica à naturalização do vínculo das mulheres ao espaço doméstico e ao que lhe é correspondente é feita em edições diversas ao longo dos sete anos da publicação. Duas matérias em especial chamam a atenção. A primeira, *Trabalho doméstico, função de todos*, publicada em maio/junho de 1981, aborda a divisão de tarefas domésticas na casa de uma família – mãe, pai e quatro filhas adolescentes – de classe média de São Paulo. É interessante o destaque dado à mudança de rotina que a mãe teve após essa reorganização familiar: “O novo esquema deixou Sizue mais liberada para projetos pessoais e menos preocupada com a administração da casa” (MENDES, *Mulherio*, n. 1, maio/jun. 1981, p. 15), o que ratifica a ideia de que, para que as mulheres desempenhem atividades no ambiente público, é necessário que se retire delas a exclusividade pelas responsabilidades domésticas, repartindo as funções entre todos os moradores da casa.

Outra linha nesta argumentação aparece na discussão sobre a licença-paternidade de uma semana⁵¹, estendida a filhos adotivos, conseguida à época pelos professores da PUC-SP. O artigo do economista e professor da instituição Aloízio Mercadante Oliva, *Ser macho é cinza*, publicado na edição de julho/agosto de 1982, vai além dos comentários sobre a garantia aprovada no acordo trabalhista. Além de criticar a socialização diferenciada de meninos e meninas e a cobrança social de que os homens deveriam seguir o que se entendia por identidade masculina, que significava, em poucas atitudes, reduzir as mulheres a objeto erótico, “uma mercadoria a mais a ser consumida”, espancá-las para reafirmar virilidade e renegar qualquer tarefa que esteja ligada ao cuidado. Na mesma perspectiva dos editoriais, o autor ressalta que a licença-paternidade foi mais uma conquista simbólica do que qualquer outra coisa, visto que nenhum professor comentou a vitória, embora a grande maioria das docentes tenha se alegrado ou feito comentários de lamento pelo fato de seus companheiros não trabalharem na universidade. Apesar de não ter entrado no mérito, o artigo é interessante para pensar como o debate sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e a dupla jornada das mulheres passam como questões que não merecem atenção dos homens – afinal, seria um problema das mulheres, não deles. Com isso, volta-se ao ponto da matéria anterior, na qual a maior disponibilidade da mãe para desempenhar outras atividades está justamente vinculada a não estar completamente atrelada aos afazeres doméstico, já que todos os moradores da casa são corresponsáveis por sua execução. Outro ponto que cabe mais uma

⁵¹ Desde 2013, com a promulgação da lei 12.873, pais biológicos e adotivos têm igual direito a gozar de licença-paternidade remunerada de cinco dias. Nos casos de funcionários de empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã, o prazo é de 20 dias – alteração que começou a vigorar em janeiro/2017.

vez frisar é que estes temas não estão restritos a esta ou aquela classe socioeconômica, permeando a vivência de todas as mulheres, com a grande e significativa diferença de que algumas são as responsáveis diretas na própria casa e na casa de outras mulheres, e outras se responsabilizam pela coordenação das atividades – ponto crucial da opressão entre as próprias mulheres, dentro da perspectiva interseccional de classe, raça e gênero.

A ideia de que existiria um “universal feminino” foi duramente rebatida no editorial de outubro/novembro/dezembro de 1985. Em alusão ao encontro dos presidentes dos Estados Unidos e da União Soviética, Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev respectivamente, em Genebra, Suíça, em meio às negociações para o fim da Guerra Fria, *Mulherio* citou as guerras cotidianas silenciadas, em outras palavras, as opressões do espaço privado, a exclusão de sujeitos a quem seria negado o direito de cidadania plena, a seletividade das comemorações por mulheres ocuparem postos públicos enquanto muitas ainda não sabiam sequer o sentido da palavra “autonomia”:

Nossa paz é outra. Vai mais fundo do que o mero cessar-fogo, armistícios fajutos que preparam guerras maiores, que silenciam as guerras cotidianas, anônimas. Nossa contribuição para a paz se dá inclusive na explicitação da nossa agressividade, nos atos corajosos, porra-loucas, segundos uns e outros, de irmos às ruas, de nos deitarmos no chão, impedindo instalação de máquinas de morte. (QUE A PAZ..., *Mulherio*, n. 23, out./nov./dez. 1985, p. 2).

As mulheres rurais são um exemplo de opressões específicas dentro da própria agenda dos movimentos, que muitas vezes, passam ao largo na discussão do feminismo do norte-global. Dentro do debate do jornal, o assunto teve espaço em edições de 1982 a 1987, sempre mostrando a necessidade de se pensar o campo não como um ambiente bucólico para o descanso, mas um lugar de muita luta pelos direitos, inclusive com muitas mortes de mulheres no enfrentamento com a política dos mais poderosos. A edição de julho/agosto de 1984, em especial, reflete a abordagem dada à temática pelo grupo do *Mulherio*. A capa da edição foi *As boias frias: o sonho de uma vida feliz*, cuja reportagem, de Inês Castilho e Reinaldo Pinheiro, ocupou quatro páginas do número, além do triste relato sobre o dia a dia de mulheres e homens trabalhadores rurais, ressalta a dupla jornada das camponesas, que ainda fazem todo o serviço doméstico depois da lida nas lavouras. Apesar da nítida consciência de que são exploradas no trabalho com as crianças e com a casa, que fazem sozinhas, elas continuam solidárias aos homens na força do campo. Reféns de desumanas condições como o baixo salário (quando recebem), as boias frias veem a “terra transformada em gigantescas monoculturas, a paisagem desfigurada, a

ecologia violentada”, a serviço de um modelo de indústria completamente oposto aos interesses das mulheres e dos homens trabalhadores.

A reportagem faz referência ao estudo desenvolvido pela socióloga Conceição D’Incao, que destaca, entre as boias frias, mulheres da periferia de Ribeirão Preto que trabalham na roça apenas de forma esporádica, “quando a saúde não aguenta mais o emprego doméstico ou não têm nada para comer no dia seguinte”, consideradas “a sobra da sobra”, por serem mulheres desagregadas, com vários filhos de diferentes companheiros, muitas vezes alcóolatrás (CASTILHO; PINHEIRO, *Mulherio*, n. 17, jul./ago. 1984, p. 14). Além de estarem alijadas do centro das cidades, elas deparam-se com a falta de perspectiva inclusive para serviços que “lhes seriam naturais” como ser empregada doméstica nas casas de classe média. A fim de buscar sua sobrevivência e de seus filhos, já que a exclusividade deste cuidado também é sua, acabam se submetendo a condições degradantes, como a exploração nas lavouras do interior de São Paulo.

Outro destaque importante é quanto ao assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, em 12 de agosto de 1983, em Alagoa Grande, Paraíba. Ela foi morta com tiros à queima-roupa, que deixaram seu rosto desfigurado, quando começava a ganhar força a luta dos trabalhadores rurais por seus direitos básicos, como carteira assinada e 13º salário. No livro *Breve história do feminismo no Brasil*, Teles (1999) inclui Margarida Maria Alves entre as mulheres que sofreram por desafiar a ditadura militar. A brutalidade de seu assassinato pode ser associada ao que passaram as presas políticas, que, nas palavras de Moraes (2012) eram duplamente torturadas – por serem contrárias aos ditames do regime e por serem mulheres indo em oposição ao que lhes era “naturalmente” designado, conforme apresentado no Capítulo 2.

As mulheres indígenas tiveram pouco espaço no jornal, mesmo assim foi significativo para o debate colocado na publicação, devido ao momento após a redemocratização e com vistas à Constituinte. É importante para esta discussão o artigo escrito por Eliane Potiguara, da nação indígena Potiguara, autora de livros sobre a cultura indígena, professora e coordenadora do projeto cultural *O índio conta a sua história*. Segundo ela, no momento em que as discussões sobre a Constituinte estavam em voga, era imprescindível que a população indígena não ficasse à margem dos projetos de um novo país. A escritora não apenas questiona a “capacidade relativa” dos índios brasileiros, conforme disposto no Código Civil, como destaca a força das lideranças de diversas nações indígenas, conscientes de seus direitos e da situação sociopolítica do país naquele momento: “Está na hora do índio descer das prateleiras dos museus burgueses, deixar de

ser folclore e caminhar junto ao movimento popular, em busca de uma DEMOCRACIA”, o que frisa a urgência do reconhecimento político dessa população. Outro ponto de destaque no texto é o apoio dado às causas dos trabalhadores rurais, à luta dos sem-terra, às campanhas pela reforma agrária e pela preservação ambiental. Além disso, chama a atenção para a participação política das mulheres indígenas, que dentro das comunidades, era altamente valorizada. Caberia a elas a “função primordial e política de gerar o elemento novo – o filho –, transmitindo cotidianamente a cultura de seus antepassados” (POTIGUARA, *Mulherio*, n. 26, set./nov. 1986, p. 16-17), enquanto, nos estereótipos de livros didáticos e demais relatos dos brancos, eram vistas apenas através da vertente do erotismo e da satisfação dos “desejos selvagens do homem civilizado”.

As discussões acerca da agenda das mulheres negras também perpassaram as edições do *Mulherio*, não apenas por meio dos cinco artigos escritos por Lélia Gonzalez, mas em todos os anos da publicação, a partir de cartas à redação, matérias, resenhas de livros, relatos de eventos e notas. É importante ressaltar que a categoria temática “comunidade negra”, na qual a agenda das mulheres negras está incluída, foi a décima mais frequente da publicação. Na perspectiva de que as mulheres são plurais e com demandas específicas que devem ser incorporadas ao debate mais amplo, *Mulherio* debateu a tripla opressão das mulheres negras (gênero, raça e classe), a discriminação no mercado de trabalho, a democracia racial, a ruptura do paradigma da beleza branca e a hipersexualização.

As colunas de Lélia Gonzalez, no jornal *Mulherio*, complementam a discussão de outro jornal – o *Nzinga Informativo* –, ao expressar a valorização das mulheres dentro das culturas africanas e nas famílias ampliadas, enriquecendo o debate quanto ao sentido hegemônico de família, centrado no perfil branco proprietário. A antropóloga detalha a figura do arquétipo de mulher para o casamento e a constituição de uma família burguesa – aquela que seria o modelo de esposa e mãe. Como apresentado no Capítulo 1, as negras não se encaixavam nestes moldes. Embora fossem as responsáveis pelo cuidado das crianças das mulheres brancas, na função de ama de leite (período colonial) e empregada doméstica (tempos atuais).

Nossas antepassadas vieram da África para o Brasil como escravas para trabalharem nas plantações de cana, nos engenhos etc. Nos reinos e impérios africanos de onde vieram, as mulheres eram tratadas com grande respeito e, em muitos deles, elas até chegavam a ter participação política. A valorização da mulher pelas diferentes culturas negro-africanas sempre se deu a partir da função materna. É por aí que a gente pode entender, por exemplo, que as “mães” e as “tias” iriam ter não só na formação e no desenvolvimento das

religiões afro-brasileiras (candomblé, tambor de mina, umbanda etc.) como também em outros setores da cultura negra no Brasil. [...] Enquanto a escrava de eito foi utilizada para, com o seu trabalho, enriquecer os senhores escravistas e fortalecer o tipo de sistema econômico imposto pelos portugueses, a mucama foi utilizada para garantir o lazer e o bem-estar de seus senhores: de sua senhora, na medida em que lhe cabia todo o trabalho doméstico, além de cuidar das crianças brancas desde o seu nascimento (foi por aí, enquanto ama-de-leite e babá, que ela se transformou na famosa mãe-preta); de seu senhor, na medida em que era utilizada como objeto de sua violência sexual. (GONZALEZ, *Mulherio*, n. 4, nov./dez. 1981, p. 3).

A naturalização da ideia de que as mulheres negras são objeto sexual, a “brasileira tipo exportação” quando há referências ao termo “mulata”, também mereceu atenção do jornal. Em matérias publicadas em julho/agosto de 1984 e março/agosto de 1986, *Mulherio* questiona esse vínculo de subordinação atrelado à imagem das mulheres negras, como se fossem mercadoria à venda, principalmente para os homens brancos. Na edição de março/agosto de 1986, Maria Lúcia da Silva, integrante da Comissão de Assuntos da Mulher Negra do Conselho Estadual da Condição Feminina, utiliza-se do mote da inauguração da Escola de Formação Profissional de Mulatas no Rio de Janeiro para trazer o tema à reflexão. É interessante o destaque dado por ela quanto à comparação entre o balé clássico e o “balé do negro”, que, de antemão têm origens étnico-culturais e espaço social de reconhecimento distintos. Além disso, “no primeiro caso, a venda da força de trabalho está calcada na arte de dançar, no segundo está colocada a comercialização do corpo, o que limita sua participação política no Sindicato dos Bailarinos” (SILVA, *Mulherio*, n. 25, mar./ago. 1986, p. 18). Nesse sentido, a mulata é apresentada ao mundo branco em meio à contradição do desejado e do proibido, já que rememora os estupros praticados pelos senhores de escravos, “guiado[s] pelo desejo de satisfazer suas fantasias eróticas, proibidas com a[s] mulher[es] branca[s]”. Indo além, mais do que um indicativo de uma tipificação racial, resultado da relação entre brancos e negros, naquele momento a autora se questiona se não se estaria de fato institucionalizando as práticas racistas no Brasil, ao se considerar “a mulata” como “uma categoria profissional, uma condição social, um emprego, um modo de vida”.

A matéria de 1984 não apenas expõem esse “caráter profissional” da mulata como também reafirma que seria um “prato exótico do jantar de casais ‘modernos’ da classe média abastada, e branca” (MIGUEL, *Mulherio*, n. 17, jul./ago. 1984, p. 24). Por meio do depoimento de Railda das Graças Soares da Cruz, a autora apresenta a trajetória das mulheres que encontraram nesta posição seu lugar na sociedade brasileira, a mesma que as privou do direito à educação para trabalharem como babá das crianças brancas

enquanto também eram crianças, que lhes fechou as portas das empresas porque não se encaixavam no perfil para ser secretária ou vendedora de butique, que lhes negaram salários dignos porque seu lugar era de subalternidade. Como mulatas, com seus corpos à venda como o “exótico produto nacional”, elas reforçavam a marginalização à qual foram empurradas, enquanto as feministas branco-liberais levantavam os cartazes pelo sexo livre.

As violências contra mulheres que, em muitos casos, chegam ao extremo dos assassinatos a partir de sentimentos de posse e dominação, mereceram significativa atenção do grupo editor do *Mulherio*, sendo a nona categoria temática mais frequente do jornal. Como destacado no Capítulo 2, no momento em que a publicação começou a circular ainda era expressivo o número de julgamentos de homens que assassinaram suas esposas, namoradas, companheiras e conseguiram sair impunes alegando “defesa da honra”. Foi a repercussão da campanha encabeçada pelos movimentos feministas e de mulheres e pelo jornal que fizeram com que essa história começasse a mudar. As entidades de amparo e defesa das mulheres que sofriam agressões como o SOS Mulher, em São Paulo, foram de imensa importância, além das delegacias especializadas, que surgem na segunda metade da década de 1980, dentro no período de circulação do *Mulherio*. Um dos casos de maior repercussão na época, o assassinato da cantora Eliane de Grammont pelo ex-marido, Lindomar Castilho, em março de 1981, foi o chamariz para que o jornal debatesse a violência cometida por homens contra as mulheres de suas relações próximas (BOCHINI, *Mulherio*, n. 1, maio/jun. 1981, p. 3).

[...] a violência marital não se inscreve necessariamente num quadro de psicopatologia individual ou de marginalização socioeconômica e nem é uma questão de âmbito privado. Muito pelo contrário, a violência contra a mulher se insere no contexto normal da relação entre os sexos, institucionalizada e aceita de ânimo leve pelos cidadãos bem-pensantes. O assassinato, as tragédias que irrompem em manchetes na crônica policial não apresentam a brusca ruptura de uma ordem reinante: fazem parte dessa ordem. São a culminação de um processo, a etapa final de uma escalada de violência [...] (SILVA, *Mulherio*, n. 2, jul./ago. 1981, p. 13).

Para o grupo editorial da publicação, os espancamentos e assassinatos que vez ou outra chegavam às páginas dos jornais de grande circulação não eram fatos isolados, não eram exceções à tranquilidade estampada nos lares brasileiros, era, sim, uma triste realidade enfrentada por mulheres de distintas idades, classes sociais, raças, credos, que se viam reféns da privatização das relações domésticas. As violências questionadas no

Mulherio começavam na restrição de acesso ao trabalho remunerado, ao direito de tomar suas decisões, ao ser tratada como incapaz de decidir sobre a própria vida.

O grupo do *Mulherio* também discutiu quanto a usufruir plenamente dos direitos sexuais e reprodutivos, uma das decisões sobre a própria vida que foi a terceira categoria temática mais frequente da publicação. De 1981 a 1988, foram abordados diferentes assuntos desse tópico da agenda feminista, como métodos contraceptivos, planejamento familiar, educação sexual, esterilização feminina e masculina, repressão sexual e aborto. Essa discussão era conduzida pelo grupo no sentido de que as mulheres – cada uma a sua maneira –, deveriam ser e se sentir livres para as descobertas do corpo, sem tabus, obrigações ou receios. O debate sobre o aborto, em especial, se associa a outras questões como o direito à saúde de qualidade, à socialização do cuidado, ao compartilhamento das responsabilidades do ambiente doméstico com os homens. Na década de 1980, a política de planejamento familiar que buscava promover um rígido controle de natalidade da população pobre e negra, a partir de diretrizes eugênicas internacionais, conflitava com as campanhas pela legalização ou descriminalização do aborto. O que a equipe do jornal e vários movimentos feministas em prol desta causa tentavam enfatizar em suas páginas era que a luta era

[...] pelo reconhecimento dos direitos das mulheres decidirem livremente quando querem ser mães; pelo estímulo à pesquisa, comercialização e ampla divulgação de métodos seguros de evitar filhos, tanto para mulheres quanto para homens; e pela criação de condições sociais para que todos os que nascem tenham assistência à saúde, educação e creches em horário integral. (CAMPANHA..., *Mulherio*, n. 5, 1982, p. 23).

Além disso, a defesa pela legalização do aborto pautava-se na realidade de milhares de mulheres que morriam (e ainda morrem) todos os anos em decorrência de procedimentos realizados nas piores condições. A esterilização forçada ou a morte ocorria (e ocorre), na maioria dos casos, com mulheres que não teriam recursos suficientes para arcar com os valores cobrados pelas clínicas relativamente mais seguras. Dessa forma, a equipe do *Mulherio* entendia que a manutenção da proibição legal do aborto era mais uma penalização às mulheres das classes menos favorecidas, diante de uma gravidez indesejada, ou seja, tornava-se mais um “privilégio de classe”. Outro ponto importante é que não bastaria se extinguir a proibição caso a prática não passasse a ser oferecida de forma gratuita e acessível à população feminina, na rede de saúde pública. Em complementação a essa perspectiva, Maria Carneiro da Cunha chama a atenção para outro

fato que pode passar despercebido neste debate: “quem deve controlar a reprodução humana? Os homens, o Estado ou as mulheres, que têm o seu próprio corpo envolvido?” (CUNHA, *Mulherio*, n. 4, nov./dez. 1981, p. 4-5). Cabe lembrar que *Mulherio* também defendia o direito de não abortar – se essa fosse a vontade da mulher; o acesso à informação e aos métodos contraceptivos para engravidar apenas quando quiser; alimentação e alegria para os filhos; o prazer de amamentar; e creches. Em outras palavras: o direito à maternidade compartilhada com os homens e toda a sociedade (CASTILHO, *Mulherio*, n. 15, set./out. 1983, p. 3).

Também inserido na categoria temática “direitos sexuais e reprodutivos” estava o debate sobre a homossexualidade, abordada ainda de maneira mais tímida, por meio de notas curtas e poucas matérias, artigos e entrevistas, embora com uma perspectiva de importante para o momento em que o fantasma da AIDS se proliferava com a marca do preconceito e da desinformação. O editorial de setembro/novembro de 1986, anunciava a efervescência dos debates no auge da campanha para a Constituinte, abrindo o espaço do jornal para que representantes das minorias políticas pudessem abordar os problemas vivenciados e que necessitavam estar também como foco nas decisões do Congresso. A antropóloga Rosely Roth, integrante do Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF), até então único grupo brasileiro formado somente por mulheres lésbicas, destaca que a questão da sexualidade estaria relacionada com a totalidade da vida do indivíduo e com a existência ou não da democracia nas relações sociais cotidianas. Dessa forma, não se poderia pensar em um país reconstruído em bases democráticas sem que ainda houvesse opressão e discriminação quanto à orientação sexual. O debate do GALF apresentava-se bastante alinhado ao da publicação no que concerne à agenda feminista e a garantia de direitos, buscando também a liberdade das mulheres, de acordo com as escolhas que elas mesmas fizessem para si.

[...] como mulheres lésbicas, especificamente, acreditamos na importância da Constituição garantir a não discriminação salarial por razões de sexo, cor ou orientação sexual; a criação de creches estaduais e de delegacias da mulher em todos os bairros; a assistência integral à saúde da mulher na infância, adolescência, maturidade e velhice e não vinculação nos livros didáticos dos estereótipos sexuais que degradam a imagem da mulher, bem como da heterossexualidade como a única vivência “normal” e válida. (ROTH, *Mulherio*, n. 26, set./nov. 1986, p. 16).

Na década de 1980, a diferença salarial por sexo, raça ou orientação sexual não era a única restrição ao mercado de trabalho que as mulheres enfrentavam. Por essa razão,

o *Mulherio* também tinha como bandeira a defesa da extinção da exigência de esterilização ou infertilidade, os testes periódicos de gravidez e as demissões de grávidas, em retaliação à licença-maternidade de 120 dias. Na edição de março/abril de 1983, Valdeci Verdelho publicou a matéria *Solteira, sim. Casada, não*, na qual se pode perceber muitas complementações ao que já fora denunciado pelo *Nós Mulheres*, na década anterior. Independentemente de a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) proibir a alegação de justa causa ao se rescindir o contrato com mulheres casadas ou grávidas, as empresas continuavam a emitir determinações a este respeito. Com a justificativa de que a gravidez poderia impactar na frequência ao trabalho e no desempenho da funcionária, além de vários outros problemas, as empresas entendiam que aquela atitude nada mais era do que uma salvaguarda para o melhor rendimento de seus recursos humanos. Na verdade, o que o *Mulherio* entendia era que tais decisões reafirmavam o atrelamento das mulheres ao ambiente doméstico, cujas obrigações naturais eram ser mãe e esposa, não necessitando, portanto, de estar empregada em qualquer empresa. O nome disso era discriminação, nada compatível com a atmosfera de redemocratização que pairava no país. Também é relevante ressaltar que deve ser considerada a discussão quanto à não responsabilização do cuidado pelo Estado e pelo mercado, deixando as mulheres reiteradamente alijadas de seu papel de sujeito político, conforme apresentado no Capítulo 1.

Por entender que política se fazia também nas ruas, dentro dos movimentos sociais, nos sindicatos, nas associações de bairro, *Mulherio* acreditava na importância da participação popular na esfera da política institucional. Como dito acima, sustentavam que as páginas do jornal eram abertas a todas as vertentes dos feminismos e não privilegiavam este ou aquele partido político. Dessa forma, a equipe editorial do “único veículo de mulheres que circula[va] Brasil afora” entendia ser sua função também receber novas ideias e colaborar para a ampliação do debate: “se estamos deixando para trás uma ditadura militar, nossa melhor contribuição para que a transição realmente democrática se opere, é viver práticas democráticas” (EDITORIAL, *Mulherio*, n. 20, jan./fev./mar. 1985, p. 3). Isso significava que o jornal continuaria a falar das eleições que estavam chegando (Câmara Federal e Constituinte), além de abrir espaço para as candidatas feministas e do movimento de mulheres fazerem suas apresentações. Mais adiante no mesmo editorial, foi destacado pela equipe do jornal que chegaram à redação comentários de várias pessoas – não identificadas no texto – que passaram a não o considerar mais como feminista por não ficar restrita à política no abstrato, mas abordar a política

institucional em uma publicação de mulheres. Além disso, diziam que o *Mulherio* havia se associado ao Partido dos Trabalhadores (PT), como uma justificativa para o viés de direitos humanos e justiça social que o veículo buscava debater. Na ocasião, o financiamento de uma das agências – também não identificada no editorial –, que enviava verba para o andamento dos trabalhos foi interrompido. Segundo relatado pelo jornal, a agência, após consultar feministas brasileiras cuja opinião sobre planejamento familiar concordavam com a da instituição, havia decidido interromper o financiamento. A razão seria porque, na avaliação das consultoras,

apesar de o *Mulherio* parecer favorável à possibilidade de escolha com relação ao aborto, sua voz sobre planejamento familiar é [seria] mais negativa do que positiva, refletindo pontos de vista radicais que dizem [diziam] que as tentativas de grupos locais no sentido de promover planejamento familiar no Brasil são [eram] politicamente inspiradas em interesses externos. (EDITORIAL, *Mulherio*, n. 20, jan./fev./mar. 1985, p. 3).

Tais opiniões, de acordo com o editorial, não chegaram ao conhecimento das editoras antes da interrupção do apoio, o que leva a equipe a ressaltar o caráter do diálogo que gostaria que fosse mantido para o bom andamento dos trabalhos, tanto entre as responsáveis pela publicação, quanto com as instituições apoiadoras e com as leitoras.

Durante os trabalhos da Constituinte, não apenas as temáticas da agenda feminista, mas também de minorias políticas, como homossexuais e povos indígenas, tiveram espaço para a problematização dos assuntos específicos na publicação. *Mulherio* acreditava que, como jornal que se voltava aos direitos das mulheres, fazia parte de sua formação a diversidade democrática – nada mais condizente com isso do que a abertura para outras agendas políticas.

Entretanto, este não foi o único momento em que a abordagem feminista do *Mulherio* foi questionada por outras pessoas de dentro ou fora dos movimentos, em razão de tentar mostrar que os feminismos podem, sim (e muitas vezes, devem), integrar as decisões da política institucional a fim de que seja possível haver alterações, inclusive em forma de políticas públicas. A edição de abril/maio/junho de 1985 foi produzida em parceria com o Conselho da Condição Feminina de São Paulo, cuja tema era a Década da Mulher, seus avanços e o que ainda precisava ser mudado. O editorial, assinado por Eva Alterman Blay, destacava que a grande diferença dos anos 1980 era que as conquistas reivindicadas pelas mulheres e a democracia não eram mais pensadas como dois momentos distintos. Naquele momento, ambas eram vistas como igualmente importantes

e concomitantes. Dessa maneira, a inserção dos movimentos feministas no aparelho do Estado não significava ter poder, mas entrar em outra esfera do debate político, visando alcançar maciçamente a população, com recursos governamentais, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Nem mesmo o destaque para o papel fundamental dos movimentos sociais, de onde se originava toda a luta por direitos, foi capaz de amenizar as críticas sofridas pelo grupo, como se tivesse abandonado a essência combativa das organizações ao permitir ser cooptado pelo poder público. Esse entendimento se altera anos depois quando, na década de 1990, surge o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), responsável pela publicação do jornal *Fêmea*, atrelando ao feminismo o caráter de *advocacy*.

4.3 O feminismo no *Nzinga Informativo*: a identidade racial e de gênero

Lançado em 1985, no Rio de Janeiro, o *Nzinga Informativo* trazia, desde seu projeto, uma definição muito direcionada de seus propósitos e público. Por meio de suas páginas, o debate sobre a dupla opressão – racismo e sexismo – que afetava (e ainda afeta) as mulheres negras sempre teve a maior expressão, haja vista que as categorias temáticas “comunidade negra” e “organizações de mulheres” foram as mais frequentes, conforme apresentado no capítulo anterior. O classismo também circundava as discussões do grupo – principalmente porque o coletivo foi formado a partir da associação de mulheres representantes dos movimentos negro, de bairros e de favelas. Entretanto, o grupo percebia que todas as mulheres negras, independentemente a qual classe socioeconômica pertencessem, eram discriminadas pelo racismo e pelo sexismo, por isso a ênfase nessa dupla opressão.

O destaque na agenda do grupo para essa dupla subjugação das mulheres negras era tamanho que um dos poucos textos assinados⁵² da publicação, e que ocupou duas páginas inteiras, foi o artigo *Racismo e machismo*, escrito por Pedrina de Deus, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, publicado no número 4, de julho/agosto de 1988. Os “aparelhos ideológicos do Estado”⁵³ (escola, religião, família, meio de comunicação, entre outros), foram apontados como responsáveis por difundir a ideia de que a população seria explorada por ser incapaz de agir por seus

⁵² Como no *Nós Mulheres*, nenhum dos editoriais do *Nzinga Informativo* eram assinados.

⁵³ Pedrina de Deus usa a expressão “aparelhos ideológicos do Estado”, em clara referência a Althusser, apesar de não mencionar o autor.

próprios méritos, em razão de ser inferior aos brancos. O mito da democracia racial, como dito no Capítulo 1, seria outra vertente dessa aculturação da população negra, em favor do padrão hegemônico. Às mulheres negras caberia o peso maior, já que a colonização racista as reduziu a “promotoras de prazer sexual e gastronômico do homem”. Além disso, a insuficiência salarial para que os homens trabalhadores arcassem com as despesas de subsistência fazia com que as mulheres assumissem o trabalho que o patrão não quisera pagar.

Porque nasceu mulher, a mulher negra já cresce numa situação de desvantagem em relação a qualquer outro membro da sociedade. Ela vai recebendo desde pequena a informação de que a servidão está na sua natureza de mulher e de negra. E, à medida que ela vai se convencendo de que sua posição é de dependência em relação ao homem e em relação aos brancos, ela se torna um ser passivo diante da sociedade. (DEUS, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 4-5).

Essa reflexão de Pedrina de Deus vincula-se também aos sérios embates que as mulheres negras sofreram (e sofrem) dentro do próprio movimento negro, no sentido de muitos ativistas entenderem que a força em favor da luta contra o racismo não poderia ser dividida com reivindicações específicas, como era o caso da agenda das mulheres negras, conforme abordado anteriormente. “Fora de nossas casas os homens negros pensam que a luta contra o racismo está avançando. Mas nenhuma luta avança quando uma parcela desse grupo estiver oprimida e explorada” (DEUS, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 5). O racismo não terminará, portanto, enquanto as mulheres negras estiverem “passivas, escravizadas e ignorantes” – o que vale tanto para homens negros e brancos quanto para mulheres brancas.

É interessante perceber que, como apresentado nos capítulos anteriores, a luta contra as diversas formas cotidianas de racismo, como ações policiais que incriminam e matam negros em sua maioria, colocações menosprezadas no mercado de trabalho e o mito do negro estuprador, atingem não apenas os homens negros, mas também as mulheres negras, que veem seus pais, irmãos, filhos, companheiros sendo humilhados pelo simples fato de terem nascido com a cor da pele não branca. Além disso, como o elemento dominador é branco e homem, a mulher negra é considerada duplamente inferior. O que se procura mostrar no jornal, portanto, é que o impedimento da ocupação de melhores posições no mercado de trabalho e, conseqüentemente, em meio à sociedade, de fato, se dá não por incapacidade devido à raça, mas, sim, pela restrição de acesso à educação formal e à saúde de qualidade. Dessa forma, estariam expostos com mais

frequência a doenças, à subnutrição, para que continuem sem forças para querer além da sobrevivência; à falta de moradia digna, que é destinada apenas aos que são os capacitados a ter no mercado melhores salários e melhores condições de consumo, o que os tornariam, novamente, mais cidadãos do que os demais.

A imagem das mulheres negras apenas como “instrumento de trabalho” (empregadas domésticas, serventes, babás, faxineiras etc.) ou como “instrumento de prazer” (as mulatas), “para saciar apetites, recalques e taras sexuais masculinas” (A MULHER..., *Nzinga Informativo*, n. 1, jun. 1985, p. 3) também estava entre as bandeiras combativas do coletivo. Em resposta a esses estereótipos atribuídos às mulheres negras e naturalizados pelo mito da democracia racial, a mesma edição do jornal reproduziu o poema *As mulheres da minha raça*, de Oubi Inaé Kibuko (nome africano do escritor paulistano Aparecido Tadeu dos Santos), publicado originalmente em *Cadernos Negros*, n. 5: “[...] As mulheres da minha raça/não são animais de carga/simples bestas selvagens/que após serem domadas marcadas/registradas e enjauladas/são transformadas em cadelas no cio [...]”. O poema, assim como a referência do texto anterior, traz para o debate a objetificação das mulheres negras, extremamente sexualizadas, que é mais um contraste com a agenda do feminismo do norte-global que, como ressaltado no Capítulo 1, busca retirar da mulher o estigma de donzela para o casamento, que depois se tornaria a boa mãe.

Com o objetivo de colaborar para que a realidade das mulheres negras se transformasse, o *Nzinga* – Coletivo de Mulheres Negras colocava-se em defesa das mulheres negras, na conquista de seus direitos, numa perspectiva democrática e visando à justiça social. Para tal, o informativo apresentava-se como um veículo de divulgação da luta das mulheres negras entre os diferentes movimentos sociais, buscando articular cada vez mais as próprias organizações de mulheres negras e os demais segmentos da sociedade, a fim de fortalecer a mobilização quanto aos problemas sociais e políticos do país. Além do sexismo, a luta contra o racismo e a discriminação racial, que fazem das mulheres negras o “setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira”, justificava uma ação coletiva com diretrizes distintas das mulheres brancas que também debatiam a agenda feminista naquela época (O QUE é o *Nzinga*?, *Nzinga Informativo*, n. 1, jun. 1985, p. 2). Como a base de todo o trabalho e de debates promovidos pelo grupo, a tônica da importância do movimento de mulheres negras se organizar sob outras vertentes que não as do feminismo hegemônico foi recorrente em todas as edições da publicação, visto que também era o direcionamento que conduzia o próprio coletivo.

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro – a[s] questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele, mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral. (EDITORIAL, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2).

A defesa da identidade das mulheres negras e de sua luta específica como mulheres negras foram os pilares dos quatro editoriais. Tal perspectiva vincula-se à discussão feita por Lélia Gonzalez (1985), uma das fundadoras do grupo, como observado nos Capítulo 2. Para a ativista e intelectual, o movimento de mulheres negras tinha sua origem muito mais atrelada ao movimento negro do que ao movimento feminista, uma vez que é a partir da discriminação racial que as mulheres negras se percebem sofrendo a dupla opressão, tanto em relação a homens e mulheres brancas, quanto aos próprios companheiros do movimento – os homens negros. Essa ligação com o movimento negro concernia à identidade cultural de raiz africana, com valores e crenças distintos dos que vigoravam (ou vigoram) entre a população branca. Dessa forma, as mulheres negras buscavam uma dupla afirmação, com sua agenda específica, ao mesmo tempo, no movimento negro e nos movimentos de mulheres e feminista.

No sentido contrário à movimentação de mulheres negras, no Centenário da Abolição da Escravatura (1888-1988), entre os membros do movimento negro, que naquele momento era “reconhecido nacional e internacionalmente como força política emergente”, segundo elas, havia aqueles – sem citar nomes – que iam a público com o propósito de menosprezar o discurso das mulheres negras, a fim de que não desenvolvessem “uma luta à parte”. O Nzinga acreditava que a defesa da tese de que a luta de classes era a questão prioritária – invisibilizando, assim, os problemas específicos das mulheres, dos negros, dos homossexuais e da ecologia⁵⁴ –, consistia, fundamentalmente, na “manutenção da sociedade patriarcal, racista, machista e predatória da natureza”. Dessa forma, o coletivo entendia como imprescindíveis as organizações de

⁵⁴ O debate sobre a ecologia citado no quarto número do jornal vincula-se, de certa maneira, à posição dos movimentos negros e pós-coloniais contemporâneos.

mulheres a fim de que sensibilizassem setores nacionais para que fossem formuladas políticas públicas em prol da redução das desigualdades entre homens e mulheres: “[...] quanto mais organizadas as mulheres, maior o atendimento as suas reivindicações” (EDITORIAL, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2).

Ao perceber a agenda das mulheres negras como uma agenda política, o coletivo entendia ser necessário, nos primeiros passos do país após a redemocratização, também haver uma mobilização da população negra para que seus direitos fossem incorporados ao debate constitucional, que começava a ganhar expressividade nos anos de 1985 e 1986. Utilizando-se de palavras simples e de tom didático, o editorial do número 3, de fevereiro/março de 1986, buscava esclarecer a importância de se refletir sobre a Constituinte, principalmente pelo fato de a princípio, não haver entre os indicados pelo presidente José Sarney (a “Comissão dos Notáveis”) nenhum representante da comunidade negra. Meses depois, esse fato foi “corrigido” com a entrada de Hélio Santos, então presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo.

Cabe ressaltar que o coletivo *Nzinga* não estava se referindo à mera presença representativa⁵⁵, mas a membros que pudessem fazer com que o ponto de vista de homens e mulheres negros, a partir de suas restrições e acesso desigual a oportunidades, fosse considerado na reformulação de um país que se pretendia redemocratizado, o que reforça o fato de a “política institucional” aparecer como a terceira categoria temática mais frequente no periódico. Desse modo, era importante que a parcela da população (as mulheres negras eram a maioria) distante dos meandros da política de gabinetes se sentisse responsável por fazer diferente, por contestar a reafirmação do pressuposto da supremacia da elite branca. Para aquelas mulheres negras, a Constituinte deveria ir muito além daquelas salas e corredores; deveria ser discutida em todos os lugares – “em casa, no trabalho, na escola, no samba, no pagode”.

A participação política da qual falava o *Nzinga* não se limitava às fronteiras nacionais. Foi com base no vínculo histórico-cultural com o continente africano e na compreensão de que o rastro de opressão deixado pelo racismo e pelo sexismo ultrapassam limites geográficos que o grupo dedicou toda a segunda edição, de julho de

⁵⁵ Anne Phillips (2001) faz consideração semelhante ao destacar que, para que haja uma representação democrática de fato, é necessário que a população esteja representada nas casas legislativas tanto pelas ideias (agenda de reivindicação) quanto pela presença (pessoas pertencentes aos diversos grupos, raças, etnias, credos, classes, gêneros etc.) dos diferentes segmentos que compõem as sociedades.

1985, em apoio ao povo negro sul-africano, que sofria o *apartheid* (O NZINGA..., *Nzinga Informativo*, n. 2, jul. 1985, p. 3). Nas páginas do informativo, chamava-se à reflexão sobre o genocídio da população negra na África do Sul, devido à supremacia da minoria branca daquele país. Além disso, as mulheres, as maiores vítimas pela tripla opressão, também eram as que mais sofriam com a política segregacionista. Ao mesmo tempo em que critica e apresenta os absurdos cometidos contra os direitos humanos na África do Sul, a publicação ressalta a necessidade de se atentar para a opressão sofrida pelas mulheres, principalmente as negras, em lugares distintos do planeta.

O Nzinga compreendia que, para as sul-africanas, era a “divisão capitalista do trabalho” que relegava às mulheres negras “o único direito de reproduzir a mão de obra africana, aquela utilizada pela economia oficial para fazer a África do Sul a potência econômica que é [era]”, com a riqueza concentrada nas mãos da minoria branca. No caso das brasileiras, o jornal entendia que era a divisão sexual do trabalho que abria as portas do mercado para as mulheres negras atuarem como babás, cozinheiras, empregadas domésticas, passadeiras – de preferência, escondidas e com baixa remuneração –, enquanto outras mulheres (brancas) e homens (brancos), mercadologicamente qualificados, ocupam as melhores posições no mundo público.

O questionamento do coletivo e do jornal, conseqüentemente, sobre a divisão sexual do trabalho e as diversas outras opressões sofridas pelas mulheres é pautado na percepção de que tudo que foi ensinado às mulheres como natural da condição feminina é resultado de fatores socioculturais que deveriam, portanto, ser entendidos como questões de natureza política. A percepção de fatores como agressões e estupros sofridos maciçamente, mortes de milhões de mulheres pobres em decorrência de abortos improvisados, menor remuneração delas e os homens serem considerados por leis como chefes das famílias – mesmo em países com mais de 50% dos lares tendo as mulheres como provedoras – fez com que surgissem os processos de organização e tomada de decisão das mulheres sobre seus problemas específicos. Segundo o coletivo carioca, o que estava em discussão de fato era o espaço no qual cada grupo desejava atuar. O Nzinga fez a opção por trabalhar com as questões das mulheres negras (EDITORIAL, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2).

4.4 O feminismo no *Fêmea*: a horizontalidade

Em fevereiro de 1992, nascia o mais duradouro dos quatro jornais aqui analisados. Naquele momento, as reivindicações feministas se pautavam na ideia de que “sem as mulheres (todas e cada uma delas) os direitos não são humanos” (A LUTA..., *Fêmea*, n. 159, jan./fev./mar. 2009, p. 12). A trajetória do *Fêmea* se entrelaça com a do CFEMEA, organização não-governamental brasiliense que o criou, dentro do projeto *Direitos da Mulher na Lei e na Vida*, no contexto da retomada da democracia no Brasil. A proposta do grupo era utilizar o boletim como ponte entre parlamentares e movimentos/organismos de mulheres, autônomos e institucionais, de todo o país (COMISSÃO EXECUTIVA, *Fêmea*, n. 0, fev. 1992, p. 1). Ao longo dos 23 anos da publicação (e 25 do CFEMEA), que tinha como debates principais os direitos sexuais e reprodutivos, o aborto e a esterilização, atrelados ao projeto inicial, o grupo foi ampliando as discussões da agenda feminista, a fim de contribuir para a eliminação das discriminações contra as mulheres nas legislações brasileiras. É devido a estes propósitos que a categoria temática “igualdade de direitos” é a mais frequente no jornal, seguida de “direitos sexuais e reprodutivos” e “política institucional”, na segunda e terceira colocações, respectivamente. A ideia com a criação do *Fêmea* era fazer ir a público as questões, os problemas, as perspectivas ou as alternativas que ainda não encontravam eco na sociedade e em suas instituições – debates carregados de relações desiguais de poder, sobre um território em disputa (OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 173, jul./dez. 2012, p. 2). É importante que se diga que, como organização de *advocacy*, foi imprescindível a atividade cotidiana do CFEMEA junto aos parlamentares da Câmara Federal e do Senado, na assessoria de assuntos ligados às mulheres; junto ao Executivo, ao acompanhar e exigir transparência no Orçamento da Mulher, com liberação de verbas para as políticas públicas; e junto ao Judiciário, tanto na mobilização para que também mulheres ocupassem as cadeiras dos tribunais superiores, além de acompanhar e pressionar para que as ações fossem julgadas em favor da liberdade e da autonomia das mulheres.

Dessa maneira, o grupo se consolidou como uma organização pertencente não apenas ao movimento brasileiro, mas latino-americano, “que pensa e atua politicamente para a defesa e a radicalização da democracia; para a superação das desigualdades e discriminações de gênero e raça/etnia; pela afirmação da liberdade, autonomia, solidariedade e diversidade” (OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 155, mar./abr./maio 2008, p. 12). Na prática política de trabalho em rede de movimentos, a equipe do jornal preza pelo

princípio da horizontalidade que orienta o próprio feminismo (OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 173, jul./dez. 2012, p. 2), na luta “por uma sociedade livre do patriarcado, do racismo e do capitalismo” (ESPECIAL..., *Fêmea*, n. 173, jul./dez. 2012, p. 8). Além disso, o grupo acredita ser preciso falar “das mulheres brasileiras”, no plural, uma vez que o singular significaria “omitir os privilégios e escamotear as exclusões”, em outras palavras, o feminismo estampado nas páginas do *Fêmea* buscava abarcar as realidades desiguais de “mulheres brancas, negras e indígenas; urbanas e rurais; trabalhadoras em geral e trabalhadoras domésticas”. Nessa perspectiva, o princípio do grupo resume-se em contribuir para a construção do movimento feminista como uma força política contra hegemônica, sendo um instrumento para que as mulheres alcancem a transformação de suas vidas e das sociedades. O CFEMEA, para tanto, apoia o fortalecimento da auto-organização das mulheres, do diálogo e da articulação das lutas dos movimentos sociais (A LUTA..., *Fêmea*, n. 159, jan./fev./mar. 2009, p. 12).

Nessa vertente, a coluna *Sou cidadã, conheço meus direitos*, publicada em 85 edições do *Fêmea*, de junho de 1997 a agosto/setembro de 2005, tinha o objetivo de levar para as mulheres o entendimento quanto ao que significavam as leis formuladas na política dos gabinetes. Inicialmente, a ideia era, a partir de páginas-encarte com informações sobre os direitos das mulheres nas áreas civil, penal, trabalhista e previdência social, popularizar o *Guia dos Direitos da Mulher*, lançado pela instituição em 8 de março de 1995. Nos últimos números, a advogada e assessora técnica do CFEMEA Iáris Ramalho Cortês foi responsável por levar às leitoras do jornal informações sobre alterações não vigentes quando o livro foi produzido. Um dos exemplos refere-se às mudanças advindas do novo Código Civil de 2002, entre as quais estão: (a) possibilidade de qualquer um dos nubentes acrescentar o sobrenome do outro, não apenas a esposa em relação ao marido, ou ambos permanecerem com os nomes de solteiros; (b) repetindo a Constituição Federal, o planejamento familiar passa a ser uma decisão livre do casal, além de ser da competência do Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para que esse direito seja exercido; (c) proibição de haver interferência de qualquer instituição quanto à decisão sobre o número de filhos e quando tê-los, cabendo a opção à mulher, ao homem ou ao casal; (d) participação da mulher quanto à escolha do domicílio, em igualdade de condições com o homem; (e) a mulher deixa de ser apenas colaboradora do homem, que era considerado o chefe da família, visto que a direção da sociedade conjugal passa a ser exercida por ambos, em igual colaboração (CORTÊS, *Fêmea*, n. 139, nov./dez. 2004, p. 11).

Com essa coluna, o *Fêmea* reforçava sua perspectiva de primar pela igualdade de direitos entre mulheres e homens, à medida que tornava acessíveis as informações jurídicas à população em geral, principalmente às mulheres que possam não compreender a linguagem rebuscada das leis. Além disso, desde o nome da seção, é feita a associação entre cidadania e conhecimento dos direitos, de modo a destacar que não é possível falar em cidadania plena como algo inerente a uma sociedade considerada democrática se metade de sua população está alijada de seus direitos básicos, seja por estarem restritos a uma parcela (no caso, os homens), seja por ser negado o direito ao conhecimento deles e consequente reivindicação. Cabe destacar que o acesso das mulheres à informação política qualificada tem sido uma importante estratégia de atuação do CFEMEA, sendo este um ponto que singulariza a organização.

No que concerne à questão da raça, foi a partir da edição de número 22, de dezembro de 1994, que o jornal passou a ter esse debate mais expressivo em sua agenda. Foi nesse momento que o Geledés – Instituto da Mulher Negra começou a publicar a coluna *Mulher Negra e Pequim '95 – da Informação à Ação*, integrando a preparação para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, por meio de discussões sobre (a) como o racismo vinha sendo considerado um tema menor dentro dos movimentos feministas; (b) a saúde da mulher negra, principalmente a necessária atenção à maior incidência de miomas; (c) as desigualdades que atingem as mulheres negras, devido a condições sociais e raciais; (d) a urgência de se pensar a sociedade multirracial e pluricultural, na qual a diferença seja vivida como equivalência, não mais como inferioridade; (e) a percepção das feministas brancas quanto à importância do diálogo e o respeito à diversidade, no processo de construção da luta das mulheres.

A inserção da perspectiva da raça nas discussões do CFEMEA ocorreu nas discussões do grupo e no jornal, num efetivo empenho de fazer com que não fosse mera formalidade ou um acréscimo conceitual abordar as diversidades presentes no cotidiano das mulheres brasileiras, o que, como nos outros jornais, reforça a premente necessidade de se perceber as opressões à luz da interseccionalidade. Dessa forma, a organização vê que a desconstrução do entendimento do feminismo universal precisa ser feita a cada dia, a todo momento, ao também se associar a desigualdade racial às diferentes esferas de atuação como saúde, violência, trabalho, orçamento, poder e política. A categoria temática “comunidade negra” configurar como a décima mais frequente na publicação é um retrato disso.

Nas áreas de atuação do CFEMEA, o recorte de raça tem aparecido constantemente nas discussões. Na temática do trabalho, por exemplo, principalmente na discussão do trabalho e emprego doméstico, as questões de gênero e raciais estão presentes. A grande maioria das empregadas domésticas são mulheres negras, o que demonstra a importância dos debates estarem atentos para a realidade dessas mulheres. No âmbito das análises de política e poder, o Centro tem colocado o questionamento sobre a necessidade da democratização desses espaços levando em consideração tanto gênero como raça/etnia. (RAÇA... *Fêmea*, n. 141, fev. 2005, p. 12).

Em 2003, com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), vinculada à Presidência da República, durante o primeiro mandato Lula, esperava-se que a entrada de militantes do movimento negro para o debate institucional pudesse alterar a importância dada a questões vinculadas à raça pelos órgãos governamentais. Entretanto, segundo a coordenadora da Criola – Organização de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, Lúcia Xavier, o que existia eram projetos pontuais, desenvolvidos de maneira sazonal, por diferentes pastas. No entendimento da entrevistada da edição de julho de 2005, a questão racial apresenta uma série de perspectivas que precisavam ser trabalhadas em conjunto por todos os órgãos públicos, de modo que a transversalização fosse absorvida pelas políticas públicas, além de serem tratadas pela SEPPIR como prioritárias. Contudo, ela destaca que o debate se fecha na militância de sempre, sem que haja uma ampliação de interesse da sociedade como um todo: apesar das medidas existentes em torno do racismo praticado pelos indivíduos, os privilégios e o poder dos brancos legitimariam atitudes discriminatórias, como uma forma de invisibilizar o problema (XAVIER, *Fêmea*, n. 146, jul. 2005, p. 8). Do ponto de vista do CFEMEA, o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 representa uma significativa alteração no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça, já que foi a primeira vez que essas temáticas foram incluídas entre os grandes desafios nacionais, com desdobramento em mais programas e ações e na ampliação dos recursos públicos voltados para esse objetivo (OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 155, mar./abr./maio 2008, p. 12). Com o amadurecimento de um processo político contra hegemônico, a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, e a institucionalização das cotas raciais para ingressos de estudantes em universidades públicas⁵⁶ representam avanços nesse debate que ainda está longe de ser entendido por uma significativa parcela da população como direito ou uma reparação por séculos de subjugação.

⁵⁶ As cotas raciais para ingresso de estudantes na Universidade de Brasília foram aprovadas em 2003, sendo sua implementação em 2004. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade das cotas na universidade.

O artigo *A carne mais barata*, publicado por Ana Cláudia Jaquette Pereira, no suplemento especial da edição de novembro/dezembro de 2013, complementa a ideia de como “gênero e raça se misturam na produção da desigualdade e da violência que atinge as mulheres negras” (PEREIRA, *Fêmea*, n. 175 – suplemento, nov./dez. 2013, p. 8). A autora destaca que o estereótipo de mulher doce, delicada e frágil, propagado pelo patriarcado, apenas se aplica às brancas, visto que as mulheres negras são consideradas “suja, bruta, agressiva, promíscua, feia, seres primitivos que são indignas, a ponto de ter seu trabalho e sua sexualidade explorados. Além disso, como já destacado pelos outros jornais, a lógica do “racismo patriarcal⁵⁷” é relegar aos considerados piores seres o que é visto como o pior trabalho, ou seja, qualquer trabalho realizado pela maioria negra é desvalorizado, culminando em restrição de acesso a mulheres negras em outros espaços que não como empregada doméstica, babá ou cozinheira. Assim, as desigualdades vindas em razão do trabalho doméstico acabam, por vezes, atingindo a algumas mulheres mais do que a outras, uma vez que não se pode desconsiderar as condições aqui colocadas de raça e classe social.

Para que os direitos das empregadas domésticas fossem reconhecidos como os dos demais trabalhadores, foi preciso anos de militância, que resultaram na promulgação da Emenda Constitucional 72/2013. Essa é considerada pelo Centro “uma das agendas mais radicais para o enfrentamento do machismo e do racismo na nossa sociedade” (IGUALDADE... *Fêmea*, n. 156, jun./jul./ago. 2008, p. 2). A busca por dignidade no exercício dessas atividades tinha como objetivo a reparação de décadas de negação de direitos, de exclusão social e de múltiplas formas de discriminação a que é submetida grande parcela dessas mulheres. Em favor dessa luta histórica, o CFEMEA trouxe a preocupação, em vários momentos ao longo dos mais de 20 anos, para as páginas do jornal, como as matérias veiculadas nas edições de junho de 1996, junho/julho/agosto de 2008, outubro/novembro/dezembro de 2009, abril/maio/junho de 2011 e

⁵⁷ Em entrevista concedida ao *Fêmea*, no suplemento especial da edição número 175, Cleusa Aparecida da Silva, coordenadora da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), frisa que “a formulação do conceito racismo patriarcal busca traduzir a violência e a experiência histórica da exclusão centrada no sexismo e no racismo como vigentes desde o sistema colonial escravista. O conceito busca qualificar e ampliar conhecimento sobre a singularidade de ser mulher, ser negra, ser trabalhadora e pobre no Brasil, isto é, de vivenciar no cotidiano vários eixos de subordinação, que vulnerabilizam sua existência, cujos resultados são as desvantagens com impacto estrutural para as mulheres negras, na vida e no mundo do trabalho. No mundo do trabalho, o conceito racismo patriarcal dialoga com a divisão sexual e racial, pois é neste mundo que as mulheres negras vivenciam as maiores desvantagens e sofrem múltiplas formas de violações de direitos e violências oriundas das doutrinas ideológicas do sexismo, do racismo e do capitalismo, pois ocupam as funções mais desvalorizadas e menos remuneradas” (SILVA, *Fêmea*, n. 175, nov./dez. 2013, p. 6).

novembro/dezembro de 2013. O destaque desse tema na agenda feminista era urgente, visto que as trabalhadoras domésticas representavam, em 2011, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a maior categoria feminina do país (93,2% de mulheres), com cerca de 6,6 milhões de pessoas, que juntas representavam 12,7% do PIB brasileiro⁵⁸. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de cada cem trabalhadoras negras no Brasil, 22 são empregadas domésticas; entre brancas, amarelas e indígenas, o índice cai para 13. A condição das trabalhadoras domésticas seria, então, o reflexo da formação social brasileira, nas palavras da pesquisadora do SOS Corpo Verônica Ferreira, já que a aprovação da PEC 72/2013 representou a confrontação entre os interesses da classe empregadora e as estruturas patriarcais, racistas e elitistas, arraigados na sociedade e no Estado.

É uma reação patriarcal, pois desvaloriza o trabalho doméstico e a condição de trabalhadoras de quem a realiza; é racista, pois reivindica os privilégios da “casa-grande”: jornadas sem limite, relações não formalizadas e sem direitos, disponibilidade permanente, e é uma reação de classe, profundamente associada ao ideário neoliberal, em que toda conquista é vista como nefasta. (FERREIRA, *Fêmea*, n. 175 – suplemento especial, nov./dez. 2013, p. 2).

Entretanto, causa, no mínimo, estranheza que, no número 156, a matéria de capa (consta este versal acima do texto), que ocupou as páginas 6 e 7, tenha sido redigida em tom de editorial, sem qualquer depoimento das quatro representantes das entidades representativas das empregadas domésticas, que participaram, em Brasília, da audiência pública sobre a regulamentação da profissão. Não foi aberto o espaço na matéria para que Valdelice de Jesus Almeida, do sindicato do Maranhão, Creuza Maria Oliveira, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Sueli Maria de Fátima, do sindicato de Aracaju, e Maria Regina Teodoro, do sindicato de Campinas, fizessem mais do que pose para as fotos. Cabe destacar que o compromisso do CFEMEA em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas não pode ser negado tampouco desconsiderado, embora também seja importante que, no processo democrático, atrizes e atores apresentem-se como protagonistas de suas causas, tanto de fato quanto de direito. Desconsiderar isso é deixar ainda em suspensão o enfrentamento das desigualdades de

⁵⁸ Este dado refere-se à estimativa das atividades domésticas de reprodução social, que integra a pesquisa desenvolvida pelos pesquisadores Hildete Pereira, Claudio Considera e Alberto Di Sabbato, da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, que investigaram o valor contributivo das riquezas do país (TRABALHADORAS... *Fêmea*, n. 156, jun./jul./ago. 2008, p. 7).

gênero e o racismo, tão necessário para o aprimoramento da democracia brasileira, como tanto destaca a organização.

Ainda sobre as mulheres no mercado de trabalho, a ampla mobilização da categoria e o apoio do CFEMEA, como entidade credenciada do movimento social representativa do movimento de mulheres para acompanhar os trabalhos legislativos junto à Câmara Federal e ao Senado, foram decisivos para que antigas reivindicações se tornassem leis. As atividades do Centro começaram com o propósito exigir a regulamentação dos direitos das mulheres consagrados na Constituição de 1988, tendo como estratégias (a) a articulação política com as organizações de mulheres; (b) a assessoria à Bancada Feminina; e (c) a argumentação para a defesa dos direitos das mulheres no Congresso Nacional, inclusive em embates com os parlamentares (OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 155, mar./abr./maio 2008, p. 12). Em março de 1994, a Lei nº 8.861 assegurou a licença-gestante às trabalhadoras urbanas, rurais e domésticas, além do salário-maternidade às pequenas produtoras rurais e às trabalhadoras avulsas. Quatro meses depois, foi garantida a licença à trabalhadora em caso de aborto espontâneo, por meio da Lei nº 8.921. O terceiro exemplo refere-se à Lei nº 9.029/95, de autoria da deputada federal Benedita da Silva, que proibiu as práticas discriminatórias para admissão ou permanência no trabalho, como exigência de atestados de gravidez e esterilização (CORTÊS; OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 178[177], dez. 2014, p. 5).

Quanto ao enfrentamento às violências contra as mulheres, sexta categoria temática mais frequente no *Fêmea*, a organização acredita que houve significativos avanços na responsabilidade do poder público nas últimas décadas, desde o reconhecimento na Constituição Federal de 1988 de que o Estado deveria assegurar proteção contra a violência doméstica até a promulgação da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. Prova disso seriam não apenas as delegacias da mulher – criadas na década de 1980 –, mas também a ampliação de serviços e efetivo de servidores públicos, nos âmbitos municipal, estadual e federal, os centros integrados de referência para as mulheres e os juizados especiais (CORTÊS; OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 178[177], dez. 2014, p. 6). Para a equipe do CFEMEA, isso se deve às mobilizações desde os anos 1970, quando o fim das violências contra as mulheres tornou-se a mais importante bandeira dos movimentos feministas. No editorial do suplemento especial do número 175, Guacira Oliveira ressalta que a prioridade política conferida a essa luta conseguiu alterar o *status* que o drama vivido por diversas mulheres – de questão individual e doméstica à condição de problema social, o que exige a responsabilidade do Estado como poder público

(OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 175 – suplemento, nov./dez. 2013, p. 1). Como debatido por Bandeira (2009) e Machado (2010), no Capítulo 1, as violências contra as mulheres impedem-lhes o exercício da cidadania plena, sendo por isso um atentado aos direitos humanos.

Para Maria Amélia Teles, apesar de o ciúme ser utilizado como uma justificativa para os atos violentos, na verdade, servem de pretexto para o controle e domínio das mulheres pelos homens, ao impedi-las de exercer seus direitos, com autonomia e liberdade. A autora e militante completa que “a violência doméstica é aprendida por homens e mulheres. É o resultado de papéis sociais impostos a ambos os sexos, prevalecendo para o homem o papel de agressor e para a mulher, o de agredida” (TELES, *Fêmea*, n. 105, out. 2001, p. 7).

Ao se observar os dados alarmantes da Organização Mundial de Saúde (OMS) que estimam de 10% a 34% a parcela de mulheres que já foram agredidas por seus parceiros – sendo que, no Brasil, o índice pode chegar a 70% das agressões sofridas por mulheres serem da responsabilidade de (ex)maridos, (ex)namorados ou (ex)companheiros –, deve-se considerar também a situação das mulheres negras. Pereira (*Fêmea*, n. 175 – suplemento, nov./dez. 2013, p. 8) frisa que o casamento tradicional, considerado um instrumento de opressão para a maioria das mulheres brancas, não é entendido como uma realidade alcançável para as mulheres negras, do ponto de vista de muitos homens e mulheres que as veem como indignas para eles ou que elas deveriam aceitar todo tipo de violência de seus companheiros. Nas palavras da autora: “Os corpos das negras são explorados como objetos sexuais, seja nas relações afetivas, na mídia ou ao circular no espaço urbano”. Além disso, a violência institucional, ou seja, a discriminação e a violência cometidas pelos próprios serviços públicos que deveriam proteger e acolher as mulheres vítimas das agressões acabam por agravar a situação de constrangimento e penalização delas, por meio de afrontas sexistas, racistas e lesbofóbicas, quase sempre impunes (OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 175 – suplemento, nov./dez. 2013, p. 1).

As investidas de setores conversadores e fundamentalistas das igrejas também têm crescido nos anos recentes. As mulheres que se apresentam com uma postura dissidente em relação ao que pregam essas instituições religiosas, muitas vezes, são associadas às forças diabólicas, que merecem punição severa (OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 175 – suplemento, nov./dez. 2013, p. 1). Dessa forma, a cultura da violência contra as mulheres que renegam seu “papel natural”, na verdade, reforça a restrição de sua liberdade de

escolhas, de decidir sobre seu próprio corpo, de sua autonomia. Complementando essa discussão, a socióloga Dulce Xavier, integrante da organização não-governamental Católicas pelo Direito de Decidir, entende que o controle do corpo e da sexualidade que grupos religiosos fundamentalistas tentam implementar é uma estratégia para que se tenha o controle de outros aspectos da vida. Assim, seria possível fazer com que o direito de tomada de decisão ficasse nas mãos de instituições e pessoas que poderiam ter (e, na maioria das vezes, têm) interesses muito mais voltados a práticas sexistas, racistas, homofóbicas em favor da perpetuação do mesmo perfil na posição de poder e dominação – homem, branco, proprietário, conservador.

A mudança do comportamento das mulheres é uma expressão de liberdade inaceitável para os grupos religiosos que ainda permanecem ligados à ideia do sexo para procriação. Impedir o acesso aos meios contraceptivos e ao aborto, para os grupos religiosos fundamentalistas, é a maneira de “defender” a família e a “moral” cristã. O controle sobre os corpos e a sexualidade, especialmente das mulheres, é um exercício do poder sobre as pessoas. Quem controla o corpo e a sexualidade pode, com mais facilidade, controlar outros aspectos da vida. (XAVIER, *Fêmea*, n. 155, mar./abr./maio 2008, p. 5).

A laicidade do Estado seria, portanto, do ponto de vista do CFEMEA, fator imprescindível da democracia e da cidadania, que asseguram garantias de direitos e a prestação de serviços públicos. Diferentemente dos outros três jornais, o *Fêmea* é o único que aborda o tema da laicidade do Estado, desde as primeiras edições da década de 1990. *Mulherio* e *Nzinga Informativo* fazem referências à Teologia da Libertação, corrente progressista da Igreja Católica, em grande destaque na década de 1980, por abordar debates da justiça social vinculados aos pressupostos de vida em plenitude na fé católica. No *Nós Mulheres*, essa temática não é abordada.

Diante da profunda crise de representação política e também institucional da democracia que se abateu pelo país em 2013, a socióloga Guacira César de Oliveira, no editorial do número 174, destaca a necessidade de se lutar contra os fundamentalismos, pela defesa da laicidade do Estado e pela reforma do sistema político, a fim de que, na superação destes problemas, consiga-se maior justiça e igualdade. É por essa razão que a representante do CFEMEA acredita que os movimentos de mulheres e feministas protagonizam essa luta. O aborto, uma das mais importantes discussões da agenda feminista, é sumariamente deslegitimado pelos grupos fundamentalistas do Congresso e fora dele, com a reticente expressão “pelo direito à vida desde à concepção”. Em contrapartida, muitos dos defensores do feto em detrimento da decisão da mulher sobre

seu corpo são a favor da redução da maioria penal, da pena de morte, dos “corretivos” aplicados a esposas desobedientes.

A categoria temática dos “direitos sexuais e reprodutivos”, na qual a discussão sobre o aborto se inclui, é a segunda mais frequente do jornal, como já mencionado. Sobre o aborto especificamente, houve duas edições especiais do *Fêmea* discutindo o tema. Na edição de junho de 2005, os argumentos com foco tanto no direito de decidir quanto na saúde pública foram utilizados de modo complementar no editorial. No âmbito governamental, o CFEMEA coloca-se disponível para subsidiar a discussão a fim de que haja mudanças na legislação. No âmbito social, busca-se impulsionar a reflexão de mulheres e homens quanto ao apoio necessário de modo a garantir direitos iguais e o fortalecimento da cidadania das mulheres.

É preciso lembrar que discutir aborto é discutir saúde das mulheres, direito de decidir sobre quando viver a maternidade, levar em consideração que ele é praticado mesmo havendo proibição. Esta apenas dificulta o cuidado em relação à saúde das mulheres que morrem, todos os dias, por não terem acesso a métodos seguros e atendimento para a realização desses procedimentos. (DIGNIDADE..., *Fêmea*, n. 145, jun. 2005, p. 1).

Na linha de argumentação do jornal, a questão não se refere a haver ou não abortamentos, já que continuarão existindo com ou sem aval de religiões, com ou sem a proibição do Estado. O que o *Fêmea* problematiza é até quando será negado às mulheres o direito de decidir sobre si mesmas, uma decisão exclusivamente delas, por mais dolorosa e extrema que seja, pois serão apenas elas que conviverão com as consequências diretas da decisão sobre o próprio corpo, física e psicologicamente. Os homens, partícipes da gravidez, na maioria das vezes, não se apresentam como parceiros dessa decisão tampouco da criação da filha ou filho. É importante ressaltar que, para a sociedade, o jugo pelo abortamento recai, em grande medida, nas mulheres pobres e negras, que recorrem a procedimentos inseguros e mal feitos, o que as leva à infertilidade ou à morte. Para as ricas, há clínicas seguras, protegidas de infecções e sem o risco de serem denunciadas.

Em meio à discussão que se arrasta há décadas, o CFEMEA destaca dois avanços, mesmo com a constante investida fundamentalista: (a) em 2012, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que incluiu a interrupção da gestação de feto anencéfalo no rol dos abortos legais; (b) em 2013, a sanção sem vetos, pela presidenta Dilma Rousseff, do PL 12.843/13, que garante o atendimento às vítimas de violência sexual no SUS, com disponibilidade da pílula do seguinte e informações sobre o aborto legal para gravidez resultante de estupro – com pelo menos três projetos de lei que pedem sua revogação.

Dessa maneira, o aumento do conservadorismo religioso no Congresso Nacional e a redução progressiva da fronteira entre Estado e campo religioso foram considerados, pela organização, como uma crescente ameaça de retrocesso, no sentido de amplificar a criminalização das mulheres, o que exigiria um enfretamento dos movimentos de mulheres (CORTÊS; OLIVEIRA, *Fêmea*, n. 178[177], dez. 2014, p. 7).

O entendimento que o CFEMEA tem sobre participação política das mulheres concerne também a sua inserção nas arenas de decisões dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Desde as primeiras edições, o debate sobre as mulheres no poder esteve presente no jornal, embora, de outubro de 1999 a dezembro de 2000, tenha sido intensificado, com a publicação da seção *Mulheres na Política*, com artigos assinados por mulheres ligadas a diferentes organizações que apresentavam temas inerentes ao assunto principal, como as cotas, a entrada das mulheres na arena pública e a necessidade de que as decisões tomadas quanto à vida das mulheres também fossem com o aval de suas representantes. Em momentos de campanhas eleitorais, o *Fêmea* não se apresentava partidário a qualquer legenda ou candidatura. O principal mote em todas as eleições era levar para o debate as necessidades prementes das mulheres naquela época e instigar suas leitoras e leitores a refletir sobre as propostas apresentadas pelos candidatos e candidatas, e seu potencial compromisso com a agenda dos direitos das mulheres.

Ao longo dos anos de ativismo, a equipe do *Fêmea* participou das mudanças dentro dos próprios movimentos feministas, viu novos desafios chegarem enquanto ainda outros estavam recém-vencidos. Nos anos 2000, a palavra da vez era “pluralidade”, que exigia um aprimoramento nas lutas ao mesmo tempo em que se percebia a necessidade pungente de considerar “não apenas as questões de classe, orientação sexual e identidade étnico e racial, como também a questão geracional” (PLURALIDADE..., *Fêmea*, n. 147, ago./set. 2005, p. 1). A renovação necessária aos feminismos apresenta novas participações, as jovens que chegam para o debate, cujos espaços de fala e pautas próprias também mereciam reconhecimento. Na outra ponta, estava colocado outro desafio, sendo preciso também dialogar com as idosas e incluir o envelhecimento na agenda. Em outra direção, no que tange à identidade de gênero, o debate amplia-se às pessoas transgêneros, refletindo o alargamento e a complexificação do conceito de gênero – discussão que não é foco da pesquisa ora desenvolvida –, que ultrapassa o âmbito dos feminismos, ainda que com eles mantenha uma relação próxima.

Essa reflexão do grupo editorial da publicação integra-se ao contexto de mudanças e de reafirmações pelos direitos de cidadania que permearam o debate político na última

década. Também é possível falar em uma ampliação do alcance dos feminismos na sociedade brasileira no mesmo período. A posição assumida pelo CFEMEA nesse momento foi de reafirmar o ponto inicial de seus trabalhos, ou seja, a igualdade de direitos e justiça.

Lutar pelos direitos das mulheres é mais do que denunciar as desigualdades de direitos entre homens e mulheres, é assumir, também, o desafio de afirmar nossa diversidade e singularidades. Reconhecer as várias formas pelas quais a opressão e a exploração recaem sobre a vida real de cada mulher, destrinchá-las, denunciá-las, visibilizá-las para construir desde já a possibilidade de desnaturalizar a dominação em razão de gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual ou geração. (PLURALIDADE..., *Fêmea*, n. 147, ago./set. 2005, p. 1).

Ao encerrar as edições do *Fêmea*, em dezembro de 2014, o CFEMEA também anunciou sua mudança de foco de atuação. Nas palavras de Iáris Côrtes, uma das fundadoras do Centro, até então, elas haviam preparado o contexto político para as mulheres; dali em diante, é necessário preparar as mulheres (CABRAL *et. al.* *Fêmea*, n. 178[177], dez. 2014, p. 3). A partir daquele momento, as ações do grupo, em uma parceria importante para a mediação entre os movimentos com a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), se concentram na formação de novos atores sociais para que possam atuar de maneira combativa, com informações políticas qualificadas, perante a onda de retrocessos que se anuncia.

CONCLUSÃO

Esta tese teve como ponto de partida a análise de uma parcela da história dos movimentos feministas brasileiros, por meio de quatro jornais – *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988), *Nzinga Informativo* (1985-1989) e *Fêmea* (1992-2014). A problematização da agenda feminista discutida até aqui esteve presente, de formas diferentes, nas quatro publicações. Trabalhar com estes jornais na Ciência Política é a oportunidade de trazer para o debate a reflexão sobre democracia, cidadania e justiça social abordadas pelas teóricas políticas feministas, com o intuito de que uma sociedade verdadeiramente digna para cidadãs e cidadãos se faz com direitos de liberdade e autonomia indistintamente. Trazer a imprensa feminista como espaço deste debate que percorre quatro décadas é também considerar o contexto no qual a luta por direitos se deu, com suas atrizes e atores, em momentos de renovação do que se via como Brasil. Mais do que a mídia comercial, a imprensa alternativa pulsava junto às reivindicações da população em defesa da retomada da democracia. A imprensa feminista brasileira concretizava que essa defesa não poderia ocorrer pela metade: era necessário também que as mulheres fossem reconhecidas como sujeitos de sua vida, de sua história e personagens importantes no enfrentamento à ditadura e fundamentais na redemocratização. É importante que se diga que é possível que tenha havido uma diferenciação entre as dimensões do debate teórico e do ativismo, uma vez que, não necessariamente, os grupos e, por consequência, os jornais se orientam pelas linhas teóricas em construção na época. Essa, inclusive, poderia ser uma proposta de pesquisa para trabalhos futuros, à medida que o entendimento do material poderia se dar também a partir de uma maior relação entre as vertentes teóricas e a agenda por eles encampada.

A posição desigual das mulheres nas relações de trabalho foi um tema central para se pensar essas questões, inclusive. Nesse debate, as teóricas políticas feministas como Young (1997; 2013), Okin (2008), Biroli (2015a; 2015b) contribuem para a visão de que, incorporadas seletivamente ao espaço público para desempenharem atividades consideradas sem qualificação ou menosprezadas devido aos valores e práticas patriarcais e capitalistas – justamente por serem vistas como próprias às funções femininas –, as mulheres são também deixadas à margem dos direitos como cidadãs, mesmo que estejam inseridas em uma sociedade considerada democrática. Se as decisões sobre sua vida partem de homens que se veem no direito de fazê-lo porque são homens e porque às

mulheres não caberia a razão, mas a expressividade em forma de sentimentos, esta é uma sociedade a ser transformada, à vista dos feminismos.

Conectados à agenda dos movimentos, os jornais feministas abordaram não apenas a divisão sexual do trabalho, mas também os direitos sexuais e reprodutivos, a família, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, o custo de vida, as violências contra as mulheres, as diversas formas de discriminação enfrentadas pelas mulheres, a saúde da mulher, como participar e quais os impactos da política institucional na vida das mulheres, entre outros temas. Entretanto, não é possível falar de agenda feminista sem que a perspectiva interseccional, com a inclusão dos debates sobre raça e classe, seja considerada. A opressão que recai sobre as mulheres negras tem o peso da tripla opressão (gênero, raça e classe), visto que enfrentam as restrições de oportunidades e as subjugações por, além de serem mulheres, serem negras e pobres, na maioria das vezes. Essa associação à pobreza é ponto histórico, já que é resquício ainda do período escravocrata, no qual homens e mulheres negras eram considerados como mercadorias. Mais do que isso, as mulheres negras eram vistas como “objetos para cama e mesa”, trabalhando nas lavouras, nas cozinhas e sendo submetidas a violências sexuais pelos homens brancos, que com elas satisfaziam os desejos sexuais dos quais as mulheres brancas deveriam ser preservadas em favor de sua distinção e dignidade (DAVIS, 2016).

A diferenciação entre mulheres brancas e não brancas – incluídas também as indígenas e as de outras raças e etnias – é uma importante crítica que o movimento de mulheres negras faz ao debate difundido pelo feminismo do norte-global. A ideia de que o casamento e a família seriam uma opressão para todas as mulheres justamente pela designação às atividades domésticas e pela supervalorização dos direitos da família como entidade em detrimento dos direitos individuais de seus membros, e por isso as mulheres deveriam sair de suas casas e se inserir no mercado, a fim de buscar sua independência financeira e sua autonomia, é vista de outra maneira por autoras como bell hooks (2015), Hazel Carby (2012) e Angela Davis (2013). Os debates trazidos por elas, embora tematizem também o sexismo e a violência no espaço doméstico, dizem muito mais sobre a família como um espaço de acolhimento e força para a luta externa contra o preconceito e as privações – diferente, inclusive, do ponto de vista do maternalismo, base da teoria de Elshtain (2013), por exemplo –, além de ampliar seu sentido para mais do que o núcleo burguês. A família, na cultura africana, seria, então, a sua gente.

Quanto à saída de casa para exercer o trabalho remunerado, as mulheres negras já faziam isso bem antes de Betty Friedan, em 1963, questionar o “mal que não tem nome”

das mulheres brancas de classe média dos Estados Unidos e seus recém-adquiridos eletrodomésticos. Para que essas mulheres saíssem de casa e ocupassem lugares nas empresas, outras permaneceram fazendo as tarefas domésticas. As outras eram (e ainda são, em sua maioria) as racializadas, que por terem o peso da discriminação estampado na pele, eram (são) consideradas incapazes, descartáveis, objeto sexual simplesmente por serem mulheres negras. As que buscam romper com tamanho preconceito precisam provar que são capazes não apenas de executar as tarefas, mas que são pessoas com direitos de cidadania como qualquer outra.

O debate trazido pelo *Nós Mulheres* vai além da vocalização do cotidiano das mulheres trabalhadoras, com suas angústias quanto ao custo de vista e as desumanas condições do trabalho a elas destinado. A publicação da década de 1970, mais do que falar a elas, tinha a intenção de mostrar que seu cotidiano tinha valor, inclusive um valor político, de luta e resistência em pleno período de ditadura militar no Brasil. Uma dessas possibilidades era, segundo o jornal, a participação das mulheres tanto nas associações de classes, nos sindicatos, quanto na política partidária, com a ressalva de que o exercício da democracia ia muito além do momento do voto, sendo construído a cada dia, por meio da luta pela igualdade de direitos.

Na década seguinte, o *Mulherio* e o *Nzinga Informativo* atuaram em vertentes distintas, embora complementares, de certa maneira. O boletim paulista tinha como pilar de ação o trabalho de pesquisadoras que buscavam o sentido da democracia e da cidadania além de suas salas e dos debates teóricos. Para elas, os movimentos de mulheres e feministas se faziam nas ruas, com o contato entre os grupos, com a interação pela via do diálogo, a fim que os direitos das mulheres também fossem considerados na agenda dos debates dos primeiros anos da redemocratização, a começar pela Constituinte. Novos tempos também exigiam novas estratégias de atuação, como o debate sobre política, não apenas no sentido abstrato, mas no sentido concreto, da política eleitoral, se fazer presente nas páginas no jornal, fomentando a reflexão quanto à importância da inserção das mulheres nos espaços de debates, sendo que, para isso, era necessário que as atividades domésticas não permanecessem como responsabilidade exclusiva das mulheres, mas dividida entre todos os membros da casa. A temática fora discutida no *Nós Mulheres*, com a perspectiva da responsabilização socializada, cobrando do Estado e das empresas sua participação na desoneração do tempo das mulheres.

O *Nzinga Informativo* se destaca em relação aos demais jornais por ser feito por e voltado para as mulheres negras, temática que é recorrente nas outras três publicações,

em perspectivas diferentes. Dessa forma, é possível perceber o entendimento interseccional de maneiras distintas sobre a visão dos jornais quanto às opressões que recaem sobre as mulheres. Por exemplo, no *Nzinga Informativo*, abordava-se a temática de classe com a predominância da perspectiva racial, enquanto que, no *Nós Mulheres*, o debate sobre raça trazia a classe como base de reflexão. O jornal carioca tinha viva em suas discussões a visão do enfretamento do movimento negro, no debate sobre a comunidade negra, sua cultura e organização, além da importância das histórias das mulheres negras para a construção de sua identidade e na reivindicação de seus direitos como mulheres, negras, moradoras da periferia.

Dos anos 1990 à década de 2010, o *Fêmea* apresentou outra maneira de falar sobre feminismos e de lutar pelos direitos das mulheres – por meio da *advocacy*. A luta nesse momento, segundo o grupo responsável pela publicação, se fazia a partir de uma ação política qualificada, de modo a cobrar a efetivação dos direitos das mulheres, garantidos pela Constituição de 1988, por meio da atuação direta no Congresso Nacional. A agenda feminista não podia mais ser debatida apenas entre os movimentos. Para o grupo do CFEMEA, essas reflexões deveriam respaldar a formulação de projetos de lei, de políticas públicas que possibilitassem às mulheres ter acesso aos direitos de cidadania, na democracia já instalada.

Mesmo que, em comum, os quatro jornais tivessem a agenda feminista como principal foco e alinhamento de debate, havia características singulares no desenvolvimento das publicações, o que diz muito sobre o contexto, os grupos editores e o público leitor. *Nós Mulheres* e *Nzinga Informativo* traziam em si um viés mais sectário, mais direcionado às identidades e posicionamento ideológico de classe, no primeiro, e de raça, no segundo. Já *Mulherio* e *Fêmea* apresentavam-se mais abertos a diferentes posicionamentos ideológicos, às diversidades raciais e às classes.

Quarenta anos de reivindicações, de ruptura com padrões sexistas, racistas e classistas ainda não foram suficientes para que hoje se possa dizer que a sociedade brasileira permite que mulheres e homens – independentemente de raça, idade, profissão, lugar de moradia, valores políticos, crenças religiosas, orientação sexual – sejam cidadãos e cidadãs em sua plenitude. O passado nos mostra caminhos, possibilidades de continuar um percurso já iniciado, mas ainda há muito a se fazer. O amplo banco de dados construído a partir do material destes quatro jornais ainda guarda inúmeras possibilidades de agenda de pesquisa, que podem se tornar ricos trabalhos futuros.

Os dias atuais são de formação de redes virtuais, de leituras rápidas em aparelhos que se segura com uma das mãos, bem diferente dos tempos das máquinas de escrever, das cartas para redação com envelopes e selos, dos jornais impressos que chegavam pelo correio mediante assinatura. Entretanto, pesquisar os escritos e as experiências presentes nas quatro publicações desperta possibilidades de novas investigações sobre os movimentos feministas que hoje se apresentam como a Primavera das Mulheres⁵⁹, com inúmeros vídeos, *posts* e debates virtuais. O que pode ter levado meninas e adolescentes a se aproximarem dos feminismos e se identificarem como feministas? Esse termo malquistado na época do *Nós Mulheres*, mas nem por isso vergonhoso para elas, como também parece não ser para as novatas que chegam para a luta. Pelo contrário, o orgulho e a energia com que puxam as discussões sobre direito ao aborto, divisão sexual do trabalho e dualidade público-privado pode deixar muitas feministas dos primeiros movimentos felizes com os frutos das mobilizações de décadas atrás.

Ao mesmo tempo, é preciso também ter um olhar atento para as mulheres negras que saem às ruas com seus cabelos cacheados e crespos, que fazem marchas nacionais em favor dos direitos para todas de fato, que exigem o respeito de seus corpos sem a sexualização naturalizada de séculos, que são capazes de estar onde quiserem trabalhar desde que a elas não seja negado o direito de acesso à educação formal, ao tempo livre, à liberdade de escolher seu destino. Essas mulheres também demandam novas pesquisas como a investigação desses sujeitos políticos que lutam contra uma corrente de preconceitos e discriminação que remete a novos entendimentos sobre os feminismos.

Romper histórias previamente determinadas desde outros tempos não é tarefa simples; exige desconstruções e reconstruções de sujeitos oprimidos constantemente, pelo silenciamento, pela violência, pela subjugação, pela imposição de destino. Lembrar das mulheres que fizeram a história desses jornais e das várias outras que foram suas personagens e leitoras é repisar um caminho que abre o horizonte para muitos questionamentos, alguns com respostas que podem demorar a chegar. Entretanto, é preciso que se indague o pré-estabelecido. É preciso que se busque um novo caminho. *Nós Mulheres*, *Mulherio*, *Nzinga Informativo* e *Fêmea* trazem em si a força da ruptura e

⁵⁹ Assim foram definidas as manifestações de rua das mulheres no ano de 2015, que ocorreram em várias cidades brasileiras, contra retrocessos nos direitos das mulheres, como a tentativa de dificultar o acesso ao aborto legal em caso de estupro, encabeçada pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

a certeza de que a democracia somente será real quando todas e todos forem, de fato, cidadãos em plenitude.

A pergunta que norteia este trabalho – “de qual feminismo estamos falando?” – não tem uma resposta única, mas talvez a que poderia ser mais significativa aqui, no momento de conclusão, é que, independentemente da vertente dos feminismos que seja a maior influência ou da qual parta a perspectiva de reivindicação, não é possível desconsiderar os pontos de debate das outras tendências, o que acaba por fazer com que não se tenha apenas um feminismo em voga, mas vários. Feminismo marxista, feminismo negro, feminismo acadêmico, feminismo *advocacy*, feminismo interseccional. Fala-se de vários feminismos porque várias também são as mulheres, suas questões, seus desafios, seus sonhos, suas conquistas.

Muitas pesquisas já foram desenvolvidas sobre a imprensa feminista (LEITE, 2003; BARBOSA, 2004; CARDOSO, 2004; 2005; ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011; TELES; LEITE, 2013; WOITOWICZ, 2014) e sobre o movimento de mulheres negras (GONZALEZ 1984; 1985; LEMOS, 1997; BARRETO, 2005; MOREIRA, 2007; CARDOSO, 2013), em diversas áreas do conhecimento, como Sociologia, Psicologia e Comunicação Social. Entretanto, na Ciência Política, com a perspectiva interseccional, a partir de quatro jornais com linhas distintas, muito pouco foi dito. As organizações de mulheres, a comunidade negra, as violências contra mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos, a família, a discriminação contra mulheres e a igualdade de direitos são algumas das principais temáticas abordadas pelos jornais; temáticas fundamentais para a Ciência Política, que permitem ressituar o debate sobre a democracia à medida que rompem com o paradigma de que o sujeito é neutro e imparcial (YOUNG, 2013). Na verdade, essa neutralidade é uma falácia, já que este sujeito sempre foi determinado exclusivamente pelo perfil masculino, branco, proprietário e heterossexual. Relações de poder, muitas vezes, aprisionam e matam. É possível falar de Ciência Política no abstrato dos conceitos e no concreto das decisões; entretanto não é possível falar de democracia, cidadania e justiça social sem mulheres.

REFERÊNCIAS

8 DE MARÇO. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 4, p. 5, mar./abr. 1977.

89 ANOS depois. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 5, p. 13-14, jun./jul. 1977.

A LUTA feminista na América Latina. **Fêmea**, Brasília, n. 159, p. 12, jan./fev./mar. 2009.

A MULHER negra e suas questões específicas. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3, jun. 1985.

A MULHER negra na década. **Fêmea**, Brasília, n. 22, p. 8, dez. 1995.

A RAINHA do lar não tem cetro nem coroa. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 2, p. 12-13, set./out. 1976.

ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; MALUF, Sônia Weidner. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, dez. 2011, p. 661-682, v. 19, n. 3.

AINDA em tempo: Sobre a Constituinte. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 2, fev./mar. 1986.

ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ALVAREZ, Sonia. **Engendering democracy in Brazil: women’s movement in transition politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. 2. reimp. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2011.

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 265-300, set./out. 2015.

APARTHEID: mulher, a maior vítima. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 2, jul. 1985.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 45-68, out. 2006.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

AS BRASILEIRAS agora têm do seu lado a Lei Maria da Penha, uma lei integral de enfrentamento à violência doméstica e familiar. **Fêmea**, Brasília, n. 151, p. 3, ago./dez. 2006.

AS EDITORAS. Por que você não reage? **Mulherio**, São Paulo, n. 39, p. 2, abr./maio 1988.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 1, p. 21-67.

BAILEY, Cathryn. Making waves and drawing lines: the politics of defining the vicissitudes of feminism. **Hypatia**, v. 12, n. 3, 1997.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000, p. 42-61.

BAIROS, Luiza. Mulher negra: o reforço da subordinação. In: LOVELL, Peggy (ed.). **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: MGSP, 1991.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 458-463, jul. 1995.

BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2000. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009.

BARBALHO, Elcione. Mortalidade materna: é possível evitar. **Fêmea**, Brasília, n. 84, p. 7, maio 2000.

BARBOSA, Michelle Cristine Lopes. Publicações feministas do CFEMEA: análise de conteúdo do *Jornal Fêmea*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, número especial, p. 142-156, set./dez. 2004.

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro.

BARSTED, Leila Linhares. Comunicação: é falando que a gente se entende. In: PROJETO MULHER. Mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 13-16.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad.: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Trad.: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. In: Encontro Anual da Anpocs, 39, 2015, Caxambu-MG, **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2015a. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9526&Itemid=461>. Acesso em: 16 dez. 2015.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016.

BIROLI, Flávia. **Família**: novos conceitos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014a.

BIROLI, Flávia. Justiça e família. In: Miguel, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 47-61.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: Miguel, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014c. p. 31-46.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 18, p. 81-117, set./dez. 2015b.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.

BLAY, Eva Alterman. Dos anos de perigo à institucionalização. **Mulherio**, São Paulo, n. 21, p. 2, abr./maio/jun. 1985.

BOCHINI, Maria Otília. **Mulherio**, São Paulo, n. 1, p. 3, maio/jun. 1981.

BORGES, Adélia. Do querer para o poder. **Mulherio**, São Paulo, n. 15, p. 2, set./out. 1983.

BORGES, Adélia. Jornal Mulherio. In: PROJETO MULHER. Mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 22-24.

BORGES, Adélia. Mulherio, um jornal feminista. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, n. 8, p. 125-133, nov./1982.

BORGES, Adélia. Por que Mulherio? **Mulherio**, São Paulo, n. 0, mar./abr. 1981, p. 1.

BORGES, Adélia. Vamos que vamos! Ou: voltamos que voltamos! **Mulherio**, São Paulo, n. 16, p. 2-3, maio/jun. 1984.

BRENNER, Johanna. **Women and the politics of class**. New York: Monthly Review Press, 2000. Cap. 4, p. 101-117.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.

CABRAL, Gilda *et al.* **Fêmea**, Brasília, n. 178[177], p. 3, dez. 2014.

CAE aprova direito das domésticas. **Fêmea**, Brasília, n. 41, p. 3-4, jun. 1996.

CALDWELL, Kia Lilly. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista da ABPN**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 18-27, mar./jun. 2010.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91-109, 2000.

CAMPANHA pelo aborto livre, **Mulherio**, São Paulo, n. 5, p. 23, jan./fev. 1982.

CARBY, Hazel V. Mujeres blancas, ¡escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). **Feminismos negros: una analogia**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 209-243.

CARDOSO, Cláudia Pons. A construção da identidade de feminista negra: experiências de mulheres negras brasileiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis-SC. **Anais...** Florianópolis: Fazendo Gênero, 2013. Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1373240696_ARQUIVO_textoClaudiaPonsCardosoST092.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.

CARDOSO, Elizabeth da Penha. Presença da imprensa feminista no Brasil. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações e artigos científicos vencedores – 2008. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. p. 95-114.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, número especial, p. 37-55, set./dez. 2004.

CARNEIRO, Sueli. Biopoder. In: CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011a. p. 131-134.

CARNEIRO, Sueli. Construindo cumplicidades. In: CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011b. p. 119-122.

CARNEIRO, Sueli. Mulher, cidadania, democracia e Estado. **Fêmea**, Brasília, n. 26, p. 11, abr. 1995.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli. O matriarcado da miséria. In: CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011c. p. 127-130.

CASTILHO, Inês. Editorial. **Mulherio**, São Paulo, n. 15, p. 3, set./out. 1983.

CASTILHO, Inês. Editorial. **Nexo**, São Paulo, n. 1, p. 2, jun. 1988.

CASTILHO, Inês; PINHEIRO, Reinaldo. As boias frias: vento e fogo no canavial. **Mulherio**, São Paulo, n. 17, p. 11-14, jul./ago. 1984.

CASTILHO, Inês; ROSEMBERG, Fúlvia. Cósmico, telúrico, emerge o feminino. **Mulherio**, São Paulo, n. 18, p. 10-13, set./out. 1984.

COHEN, Jean L. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia do aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p.165-203, abr. 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). **Feminismos negros: una analogía**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 99-134.

COMISSÃO EXECUTIVA, Editorial. **Fêmea**, Brasília, n. 0, p. 1, fev. 1992.

COMO evitar a gravidez. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 6, p. 4, ago./set. 1977.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A mulher e o Código Civil: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Fêmea**, Brasília, n. 139, p. 11, nov./dez. 2004.

CORTÊS, Iáris Ramalho; OLIVEIRA, Guacira. 25 anos em busca de igualdade legislativa. **Fêmea**, Brasília, n. 178[177], p. 4-7, dez. 2014,.

COSTA, Claudia de Lima. Histórias/estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 207-213, abr. 2009.

COSTA, Joaze Bernardino. Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 471-489, jul./dez. 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. s.d. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

CUNHA, Maria Carneiro da. 8 de março: passado e presente de lutas. **Mulherio**, São Paulo, n. 0, p. 3, mar./abr. 1981.

CUNHA, Maria Carneiro da. A lei ignora a realidade. **Mulherio**, São Paulo, n. 4, p. 4-5, nov./dez. 1981.

CUSTO de vida: o povo está com a palavra. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 2, p. 6, set./out. 1976.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2012.

DAVIS, Angela. I used to be your sweet mama. Ideología, sexualidad y domesticidad. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). **Feminismos negros: una analogía**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 135-185.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, fev. 2008.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-119, maio/ago. 2015.

DEUS, Pedrina de. Racismo e machismo. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 4-5, jul./ago. 1988.

DIGNIDADE e cidadania das mulheres no direito ao aborto legal e seguro. **Fêmea**, Brasília, n. 145, p. 1-2, jun. 2005.

DUAS DÉCADAS de militância em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Fêmea**, Brasília, n. 162, p. 8, out./nov./dez. 2009.

EDITORIAL, **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 1, p. 2, jun. 1976.

EDITORIAL. **Fêmea**, Brasília, n. 129, p. 2, out. 2003.

EDITORIAL. **Mulherio**, São Paulo, n. 20, p. 3, jan./fev./mar. 1985.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 1, p. 2, jun. 1976.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 2, p. 2, set./out. 1976.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 3, p. 2, nov./dez. 1976.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 4, p. 2, mar./abr. 1977.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 5, p. 2, jun./jul. 1977.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 6, p. 2, ago./set. 1977.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 7, p. 2, mar. 1978.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 8, p. 2, jun./jul. 1978.

EDITORIAL. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 2, jul./ago. 1988.

ELAS produzem comodidade. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 6, p. 6-7, ago./set. 1977.

ELEIÇÕES municipais: saiba escolher seu candidato. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 2, p. 16, set./out. 1976.

ELSHTAIN, Jean Bethke. Rumo a uma teoria crítica da mulher e da política: reconstruindo o público e o privado. In: Miguel, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 121-172.

ELUF, Luiza Nagib. O aborto e o Código Penal. **Fêmea**, Brasília, n. 5, p. 6, fev. 1993.

ESPECIAL Fêmea. **Fêmea**, Brasília, n. 173, p. 8-13, jul./dez. 2012.

ESSA NÊGA falou!, **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 1, p. 20, jun. 1976.

FERREIRA, Verônica. Cenário do trabalho doméstico no Brasil. **Fêmea**, Brasília, n. 175 (suplemento especial), p. 2, nov./dez. 2013.

FRASER, Nancy. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. **Revista Ecuador Debate**, Quito-Ecuador, n. 46, p. 139-173, abr. 1999.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis, Vozes, 1971.

GILLIGAN, Carol. In a different voice: women's conceptions of the self and morality. **Harvard Education Review**, Harvard, n. 47, p. 481-517, 1977.

GODARD, Barbara. Feminist periodicals and the production of cultural value: the Canadian context. **Women's Studies International Forum**, Oxford; New York, v. 25, n. 2, p. 209-223, 2002.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, maio/ago. 2014.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (ed.). **O lugar da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. **Afrodiaspora**, Brasília, v. 6 e 7, n. 19, p. 94-106, 1985.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 9-66.

GONZALEZ, Lélia. Pesquisa – Mulher Negra. **Mulherio**, São Paulo, n. 4, p. 3, nov./dez. 1981.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, Embu das Artes, p. 12-20, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GRUPO NÓS MULHERES, **O Grupo Nós Mulheres**, 1979, mimeo.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HEMMINGS, Claire. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1. Florianópolis, 2009, p. 215-241.

HENFIL. Charge sobre dupla jornada das mulheres. **Mulherio**, São Paulo, n. 7, p. 4, maio/jun. 1982.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

HURTADO, Aída. Relating to privilege: seduction and rejection in the subordination of White and women of color. **Signs: a journal of women and culture in society**, v. 14, n. 4, 1989.

IGUALDADE de direitos, na lei e na vida. **Fêmea**, Brasília, n. 156, p. 2, jun./jul./ago. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA) *et al.* **Retratos da desigualdade de gênero e raça**. 4.ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2013.

IRACI, Nilza. A conferência de Beijing e o mito da democracia racial. **Fêmea**, Brasília, n. 32, p. 9, set. 1995.

KIBUKO, Oubi Inaê. As mulheres da minha raça. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 4, jun. 1985.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.1, p. 234-241, jan./jun. 2003.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro.

LIBERDADE não se outorga. Conquista-se. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 8, p. 11, jun./jul. 1978.

LUGAR de fogão não é só na cozinha. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 1, p. 15, jun. 1976.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. 2.ed. São Paulo: Francis, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, p. 5-40, 2016.

MENDES, Tânia Maria. Trabalho doméstico, função de todos. **Mulherio**, São Paulo, n. 1, p. 15, maio/jun. 1981.

MENINO pode, menina não. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 5, p. 6, jun./jul. 1977.

MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 1-17, fev. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. O debate sobre prostituição. In: Miguel, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 139-145.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 91-102, out. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4149.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Introdução: Teoria política feminista, hoje. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 7-54.

MIGUEL, Maria da Penha Crispim. Mulatas: quando a cor é a profissão. **Mulherio**, São Paulo, n. 17, p. 24, jul./ago. 1984.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e a militância. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 271-283, 2003.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.17, n.32, p. 107-121, 2012.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado) –

Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

MULHERES negras e guerreiras: Benedita da Silva. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 2, jul./ago. 1988.

MULHERES negras e guerreiras: Nzinga (1582-1663). **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 2-3, jun. 1985.

MULHERES negras e guerreiras: Winnie e Zinzi Mandela. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 2; 5, jul. 1985.

NICHNIG, Claudia. **Mulher, mulheres, mulherio: discursos, resistência e reivindicações por direitos**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

O NZINGA contra o apartheid. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 3, jul. 1985.

O NZINGA e o III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 4, jul. 1985.

O QUE é o Nzinga? Um coletivo de mulheres negras. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 2-3, jun. 1985.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 16, p. 305-332, maio/ago. 2008.

OLIVA, Aloízio Mercadante. Ser macho é cinza. **Mulherio**, São Paulo, n. 7, p. 3, maio/jun. 1982.

OLIVEIRA, Fátima. Saúde da mulher negra. **Fêmea**, Brasília, n. 23, p. 9, jan. 1995.

OLIVEIRA, Guacira César de. 20 anos de cidadania feminina. **Fêmea**, Brasília, n. 155, p. 12, mar./abr./maio 2008.

OLIVEIRA, Guacira César de. Fêmea: 20 anos de luta por uma comunicação feminista! **Fêmea**, Brasília, n. 173, p. 2, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Guacira César de. Não silencie, onde houver violência, denuncie! **Fêmea**, Brasília, n. 175 (suplemento especial), p. 1, nov./dez. 2013.

OLIVEIRA, Guacira César de. Os fundamentalistas não nos representam! **Fêmea**, Brasília, n. 174, p. 2, jan./jul. 2013.

OLIVEIRA, Guacira Cesar. Que venha o novo! **Fêmea**, Brasília, n. 178, p. 2, dez. 2014.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 55-79.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEREIRA, Ana Cláudia Jaquetto. A carne mais barata. **Fêmea**, Brasília, n. 175 (suplemento especial), p. 8, nov./dez. 2013.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, dez. 2001.

PÍLULAS: quem pediu?. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 8, jun./jul. 1978, p. 1.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. 1.ed. 1.reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

- PLURALIDADE no feminismo. **Fêmea**, Brasília, n. 147, p. 1, ago./set. 2005.
- POTIGUARA, Eliane. Os problemas dos índios, por eles mesmos. **Mulherio**, São Paulo, n. 26, p. 16-17, set./nov. 1986.
- QUE A PAZ não seja um cometa. **Mulherio**, São Paulo, n. 23, p. 2, out./nov./dez. 1985.
- PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.
- PROCURA-SE uma esposa. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 1, p. 5, jun. 1976.
- PROSTITUIÇÃO. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 2, p. 10, set./out. 1976.
- RAÇA na agenda do CFEMEA. **Fêmea**, Brasília, n. 141, p. 12, fev. 2005.
- RATTS, Alex. As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9, 2010, Florianópolis-SC. **Anais...** Florianópolis: Fazendo Gênero, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278274787_ARQUIVO_Asamefricanas.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2017.
- RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- REGER, Jo. Debating US contemporary feminism. **Sociology Compass**, v. 8, n. 1, 2014, p. 43-51.
- RIBEIRO, Matilde. Brancas e negras: semelhantes, porém diferentes. **Fêmea**, Brasília, n. 24, p. 11, fev. 1995.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 446-457, 1995.
- RIOS, Flavia; RATTS, Alex. A perspectiva de Lélia Gonzalez. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (Org.). **Pensadores negros – pensadoras negras:**

Brasil, séculos XIX e XX. Cruz das Almas: EDUFRRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 387-403.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

ROLAND, Edna. Copenhague – 180 dias até Beijing. **Fêmea**, Brasília, n. 25, p. 11, mar. 1995.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 515-540, 2001.

ROTH, Rosely. O direito à escolha sexual. **Mulherio**, São Paulo, n. 26, p. 16, set./nov. 1986.

RUFINO, Alzira. Pancada de amor dói. E muito. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000, p. 143-146.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. 1.ed. 5.reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, ago. 2004.

SENHOR prefeito, senhores vereadores. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 1, p. 3, jun. 1976.

SILVA, Carmen da. Pequenos e grandes assassinatos. **Mulherio**, São Paulo, n. 2, p. 12-13, jul./ago. 1981.

SILVA, Cleusa Aparecida. Racismo patriarcal: muito além do conceito. Entrevista concedida à repórter Débora Vaz. **Fêmea**, Brasília, n. 175 (suplemento especial, p. 6-7), nov./dez. 2013.

SILVA, Maria Lúcia da. Escolas de mulatas. **Mulherio**, São Paulo, n. 25, p. 18, mar./ago. 1986.

SINDICATO não é lugar só de homem. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 8, p. 9, jun./jul. 1978.

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, número especial, p. 11-24, out. 1994.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: **Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 33-54.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-611, set./dez. 2005.

SORJ, Bila. Arenas do cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, maio/ago. 2013.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz Leite. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista. Entrevista concedida ao jornal **Fêmea**. **Fêmea**, Brasília, n. 105, p. 7, out. 2001.

TRABALHADORAS domésticas: a luta por reconhecimento. **Fêmea**, Brasília, n. 156, p. 6-7, jun./jul/ago. 2008.

TRABALHO doméstico: uma profissão que precisa ser valorizada. **Fêmea**, Brasília, n. 175, p. 8, nov./dez. 2013.

TRONTO, Joan. **Caring democracy: markets, equality, and justice**. New York: New York University Press, 2013. Cap. 4 e 5, p. 95-136.

UM JORNAL novo. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 8, p. 12, jun./jul. 1978.

UM SONHO – um projeto: resgatar e registrar nossa história – Mulheres Negras. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 2, jun. 1985.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde/con el feminismo negro. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). **Feminismos negros: una analogía**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 27-56.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

VERDELHO, Valdeci. Solteira, sim. Casada, não. **Mulherio**, São Paulo, n. 12, p. 3, mar./abr. 1983.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo. **Revista da ABPN**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 52-63, mar./jun. 2010.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro.

VIOLÊNCIA cotidiana. **Nós Mulheres**, São Paulo, n. 1, p. 16, jun. 1976.

VIOLÊNCIA doméstica no Brasil. **Fêmea**, Brasília, n. 129, p. 6, out. 2003.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Orford: Basil Blackwell, 1990.

WERNECK, Jurema. **De Ialodês e feministas: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe**. 2008. Disponível em: <<http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2008/10/deialodsefeministas.html>>. Acesso em: 29 maio 2015.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo **Revista da ABPN**, Rio de Janeiro v. 1, p. 8-17, mar./jun. 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 104-117 jan./jun. 2014.

XAVIER, Dulce. Onde feminismo e religião se encontram. Entrevista concedida ao jornal **Fêmea**. **Fêmea**, Brasília, n. 155, p. 4-5, mar./abr./maio 2008.

XAVIER, Lúcia. Políticas públicas para a população negra. Entrevista concedida ao jornal **Fêmea**. **Fêmea**, Brasília, n. 146, jul. 2005, p. 8.

YOUNG, Iris. **Intersecting voices: dilemmas of gender, political philosophy, and policy**. Princeton: Princeton University Press, 1997. Cap. 5, p. 95-113.

YOUNG, Iris. O ideal da imparcialidade e a público cívico. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 305-337.

APÊNDICE – CATEGORIAS TEMÁTICAS QUE REÚNEM TEMAS AFINS

1) Direitos sexuais e reprodutivos

- a. Aborto
- b. Direitos sexuais
- c. Direitos reprodutivos
- d. Mulheres lésbicas
- e. Identidade de gênero

2) Família

- a. Maternidade
- b. Casamento
- c. Divórcio
- d. União estável
- e. Cuidado com crianças, doentes e idosos
- f. Crianças abandonadas
- g. Violências contra crianças
- h. Dupla jornada
- i. Educação infantil/creches
- j. Família
- k. Divisão sexual do trabalho
- l. Juventude
- m. Paternidade
- n. Socialização de crianças

3) Comunidade negra

- a. Cultura negra
- b. Discriminação racial
- c. Mulheres negras
- d. Escritoras/es negras/os
- e. Movimentos negros

4) Religião

- a. Críticas à igreja

- b. Teologia da Libertação
 - c. Laicidade do Estado
- 5) Política internacional
- a. Guerras
 - b. Questão palestina
 - c. Política internacional
- 6) Saúde
- a. Saúde da mulher
 - b. Saúde em geral
 - c. Drogas
 - d. DST/AIDS
- 7) Pobreza/Periferia
- a. Pobreza
 - b. Mulheres da periferia
 - c. Periferia
- 8) Governo
- a. Assistência social
 - b. Políticas públicas para mulheres
 - c. Transporte público
 - d. Governo
- 9) Mídia e produção cultural
- a. Cinema político
 - b. Cultura
 - c. Mulheres escritoras/artesãs/artistas
 - d. Jornalismo
 - e. Comunicação
 - f. Imprensa alternativa
 - g. Mídia e política

10) Igualdade de direitos

- a. Direitos das mulheres
- b. Direitos humanos
- c. Igualdade de direitos
- d. Cidadania
- e. Empoderamento das mulheres

11) Política institucional

- a. Campanha das Diretas Já
- b. Ditadura militar
- c. Eleições
- d. Participação política das mulheres
- e. Legislações
- f. Políticos brasileiros e estrangeiros

12) Trabalho

- a. Direitos trabalhistas
- b. Mulheres no mercado de trabalho

13) Discriminação das mulheres

- a. Objetificação das mulheres
- b. Loucura
- c. Masculino como referência ou como o “neutro”
- d. Discriminação/opressão das mulheres

14) Violências contra mulheres

- a. Violências domésticas contra mulheres
- b. Violências sexuais
- c. Assédio sexual
- d. Assassinato de mulheres

15) Educação

- a. Educação em geral
- b. Educação formal para mulheres

c. Educação popular

16) Povos indígenas

a. Mulheres indígenas

b. Povos indígenas

17) Segurança pública

a. Violência policial

b. Segurança pública

18) Organizações de mulheres

a. Imprensa feminista

b. Movimentos de mulheres

c. Movimentos feministas/feminismos

19) Custo de vida

20) Estudos sobre mulheres

21) Histórias de mulheres

ANEXOS

NÓS MULHERES

nº 4 mar/abr.

cr\$ 5,00



A
Mais Fiel
Corintiana

A Luta
De
Carolina

O Brasileiro,
Um Povo
Doente

8 DE MARÇO DIA DE LUTA

MULHERIO

ANO I, N.º 3, SETEMBRO/OUTUBRO 1981,

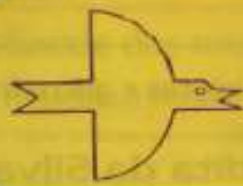
Cr\$ 80,00



**POLÍTICA É
ASSUNTO DE MULHER?**

J. NEG. MUL

(?)



NZINGA

INFORMATIVO

JULHO/AGOSTO 1988

Nº 4

ANO III

As mulheres do NZINGA com a cara e a coragem



FOTO CLÁUDIA FERREIRA

Em cima: Cláudia (de chapéu) Helena, Bárbara e Mariza
Em baixo: Valéria, Jurema, Beth e Carmem

Benedita da Silva	pág. 2
Saúde das mulheres	págs. 3 e 6
Racismo e machismo	págs. 4 e 5
Lendo e aprendendo	pág. 7

1º Curso de capacitação e treinamento para mulheres	pág. 7
O NZINGA com a mão na massa .	pág. 7
Aconteceu... acontecendo... ..	pág. 8

Jornal *Fêmea*

Impresso Especial

555/2001-ECT/BSB
CFEMEA

CORREIOS



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Ano XII - Nº 138 - Brasília/DF

Outubro/2004

Racismo e Violência contra mulher: quando dois desafios se encontram

Novembro é o mês em que duas datas são trabalhadas de forma expressiva tanto pelos movimentos de mulheres e feministas quanto pelos movimentos que lutam contra o racismo. Dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra e dia 25, Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher. Onde elas se encontram? Nesta edição buscamos trabalhar não só algumas questões que permeiam o combate à violência contra a mulher, mas também um pouco da realidade das mulheres negras. As relações de poder, raça e gênero também foram de alguma maneira contempladas. O resultados das eleições municipais 2004 refletem a ausência da presença democrática de mulheres no poder. Quando se fala em raça/etnia é possível apontar outro desafio: sem dados sobre o assunto, torna-se cada vez mais difícil combater a desigualdade nas esferas de poder.



Foto: Sérgio Ruyas/Museu de Arte Moderna

Orçamento e violência

Cada vez mais se faz presente a necessidade de aprofundamento da discussão sobre orçamento e gênero. Importante para que sejam elaboradas políticas públicas que alcancem questões como a violência contra as mulheres de forma ampla englobando esferas como saúde, justiça, segurança pública, trabalho. Veja a análise do CFEMEA sobre como o governo federal está implementando essas políticas.

PÁGINAS 6 E 7



Fórum Social Mundial

Os desafios e propostas para o V Fórum Social Mundial, que será realizado de 26 a 31 de janeiro de 2005 em Porto Alegre. Confira como será a presença das mulheres nesses espaços.

PÁGINA 3